A Lua de Leta

por Leta Vieira de Sousa

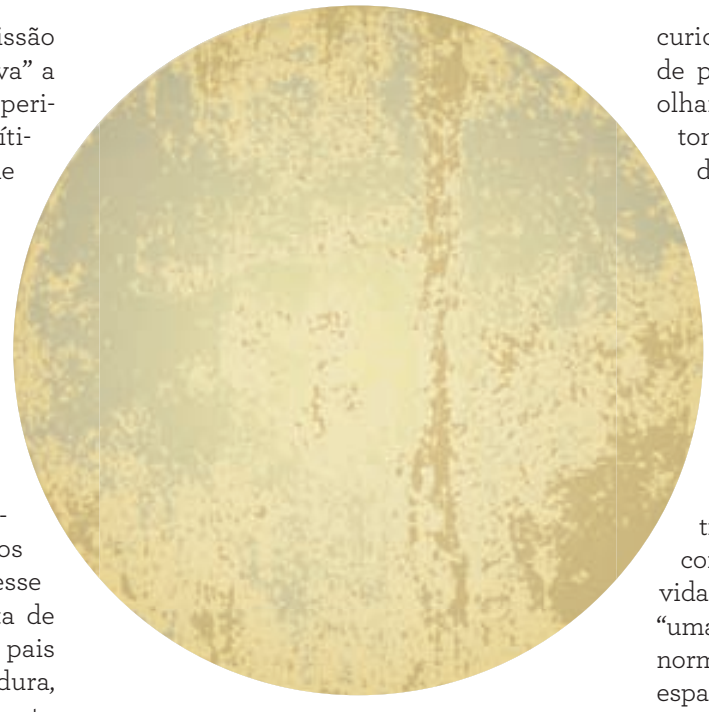
Convidada pela assessoria da Comissão da Verdade de São Paulo “Rubens Paiva” a escrever um testemunho de minha experiência enquanto filha de ex-presos políticos da ditadura militar brasileira, me peguei mais uma vez pensando: mas o quê eu vou falar?

Acho que muitos filhos se fazem essa mesma pergunta, um sentimento de “não faz sentido porque eu não vivi nada em comparação aos meus pais e seus companheiros” que nos deixa habitualmente silenciosos.

Além disso, ainda me vem o questionamento de “por que eu e não outros filhos que sofreram mais que eu?”. Nesse momento, passo a me lembrar da lista de amigos queridos que, como eu, têm pais que sofreram muitíssimo com a ditadura, mas que não têm o mesmo reconhecimento ou estatuto de anistiada que outros filhos e eu temos.

Pra mim, ser uma anistiada política, filha de pessoas que lutaram contra os absurdos da ditaduta militar brasileira é, e sempre foi, razão de grande orgulho. Meus pais e seus amigos são o que toda criança sonha: são heróis de verdade que ultrapassaram seus limites e suas próprias mazelas pelo bem comum.

No entanto, com esse status de “filha de heróis”, vem também o outro status, o de “filha de terroristas”. Com esse, vem o silêncio, o medo de saberem quem você é e o que você pensa. Esse medo me acompanha até hoje.



Jessie e Leta na penitenciária de Bangu, Presídio Talavera Bruce, Rio de Janeiro, 1976

Sempre que as pessoas comentam sobre a própria infância, você pula um trecho. Sempre que você ouve alguém chamando a ditadura militar de revolução, você segura o grito. Sempre que você ouve alguém falando sobre terrorismo, você tenta não cair num debate emocionado. Sempre que você busca um emprego que exige suas referências, você torce pra que não descubram “toda a verdade”. Um visto, morar fora do país por um tempo? Você sabe que ele pode ser negado e que eles terão justificativa, afinal, seus pais sequestraram um avião. Quer algo mais *top top* na lista de terrorismo internacional depois de 2001?

Sempre que descobrem que sou filha da Jessie Jane e do Colombo, imediatamente me cercam de perguntas e vejo os olhares curiosos esperando um depoimento cheio de profundidade. Mas eu já conheço esse olhar e entro num sistema de respostas automáticas e vagas. No fim, vejo os olhares decepcionados e sinto que consegui alcançar o que desejava : o final da sessão “quem é você”. Como se ao saberem que eu “nasci na cadeia”, como alguns gostam de comentar, definisse meu caráter, o meu eu.

Agora, convidada a escrever esse testemunho, fico refletindo sobre o que eu não falo a esses olhares curiosos, sobre a constante insegurança, sobre as tristezas, sobre as dificuldades. Penso em como meus pais lutaram pra me dar uma vida estável e buscaram que eu fosse apenas “uma menina normal”. Mas quem pode ser normal quando a polícia entra na sua casa pra espancar seu pai? Ou quando vive a invasão militar de Volta Redonda (já em 1989) e seus pais vêm até você para se despedirem, com o sentimento de que serão assassinados? Ou quando sua família está separada em várias partes do mundo porque foi obrigada a se exilar? Ou quando seu avô é obrigado a viver escondido para evitar ser deportado? Ou quando seus amiguinhos da escola são proibidos de falar com você porque seus pais acham que você é representante das “forças do mal”?

Mas meu testemunho nunca será tão interessante ou importante quanto o daqueles que viveram experiência mais duras e sérias que eu. Meu testemunho não pode ter o mesmo peso do que o de uma criança que viu seus pais serem torturados ou assassinados. Daí volta à pergunta : o que eu tenho a acrescentar?

Acho que o que eu poderia acrescentar é o testemunho de meus amigos desconhecidos, mas que têm muito mais histórias que eu sobre esse período. Aqueles que iam todas as semanas visitar pais e tios nos presídios e ficavam confusos tentando entender como aqueles heróis poderiam ser os bandidos. Ou a história daqueles que nasceram no Chile ou na Argentina, por exemplo, e começaram suas vidas em fuga mesmo sem saber – alguns deles até hoje não têm documentação brasileira regularizada. Porém, não cabe a mim falar por eles.

Muitos me perguntam como foi ser um bebê na prisão. Como poderia responder se eu era um bebê? Mas quando vejo minhas fotos e ouço os depoimentos de minha mãe, vejo que fui quase um bebê como outro qualquer, repleto de amor e, talvez, mais carinho do que outros bebês. Eu tenho o privilégio de ser filha de uma geração de sonhadores, de ser protegida e amada incondicionalmente por pessoas que sequer conheço mas que, igualmente, amo.

Minha mãe, às vezes, conta de quando descobriu que estava grávida, da felicidade que sentiu. E, logo depois, da imensa bronca que recebeu de uma companheira: "Você está louca? Como pode ter um filho nessa situação?".

Talvez ela estivesse louca, talvez fosse um delírio de uma mulher que tinha todo o futuro traçado atrás de grades intransponíveis. E é por causa de loucos assim que o mundo é melhor, mais belo, mais cheio de esperança, de alegria. São os loucos que são capazes de colocar em xeque todas as verdades, de subvertê-las. Ainda bem que sou filha de uma subversiva!

As histórias de meu nascimento me foram chegando aos poucos. Não, não nasci num presídio, nasci em um ótimo hospital no Flamengo. Não, minha mãe não estava sozinha, ela teve o apoio de outros loucos que se expuseram ao serem presos, mas que estavam ali tentando nos proteger. Pra mim, esses heróis são, por extensão, meus pais e mães, meus parentes mais íntimos.

A imagem dos homens que foram no quarto do hospital ameaçar a minha vida, a vida de minha mãe, me passa pela mente várias vezes. Eu não estava presente, mas posso ver seus rostos, sentir seu suor, ouvir suas vozes tenebrosas. Sempre pude, sempre poderei.

Quanto à minha experiência no presídio, obviamente não tenho memória. Mas todas as vezes que eu vejo a lua cheia, lembro dos meus pais dizendo que essa é a "Lua de Letinha", porque lhes mostrava no dia em que foram soltos, como se eu estivesse advinhando que eles não tiveram oportunidade de ver o mundo fora do presídio. Porém, apesar da falta de memória específica, eu me lembro do sentimento.

Esse sentimento me acompanha até hoje. Nos momentos importantes da vida ele me retorna, como se um *clic* interno me acendesse e informasse "isso é importante, seja forte, siga em frente, faça o que é preciso, ouça o entorno, observe, fale menos, se proteja e, sobretudo, proteja os seus". É um sentimento, uma coisa não mesurável, uma urgência.

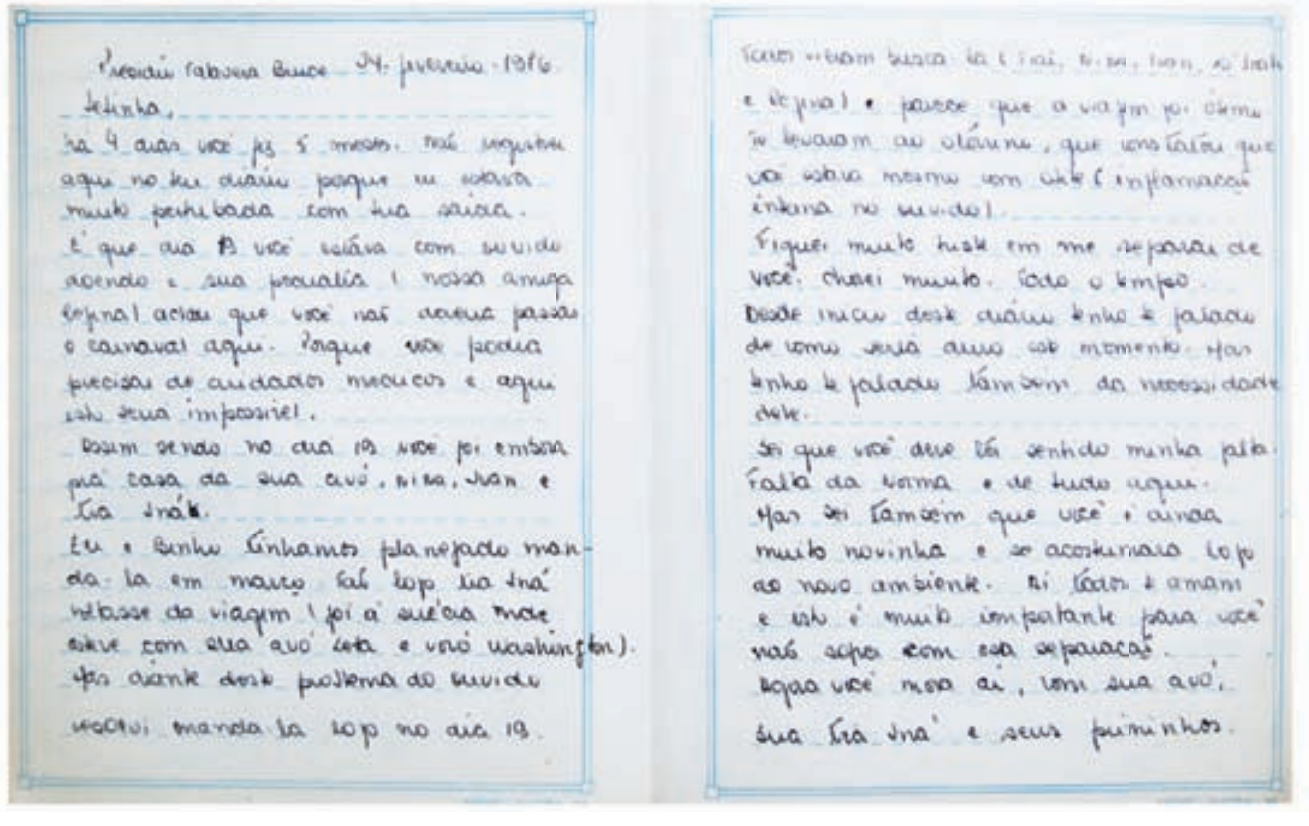
Deparei-me com esse sentimento num belo dia de sol. Eu brincava alienada a tudo, na rua Cuba, em Vila Americana, Volta Redonda. Era o ano de 1989. Comecei a ouvir minha avó me chamar, eu precisava voltar para casa imediatamente. Quando cheguei, o caos estava estabelecido. Uma mochila havia sido preparada, papéis eram queimados no fundo da casa, meu

> "Todas as vezes que eu vejo a lua cheia, lembro dos meus pais dizendo que essa é a 'Lua de Letinha', porque lhes mostrava no dia em que foram soltos"

Diário de Jessie

"(...) Fiquei muito triste em me separar de você. Chorei muito, todo o tempo. Desde o início deste diário tenho te falado de como seria duro este momento. Mas tenho te falado também da necessidade dele (...)"

"(...) É todo o nosso país que sofre um período negro da sua história, somos apenas parte disto tudo. Seu nascimento nos trouxe muita alegria. É nosso grito de liberdade (...)"



Rio de Janeiro, 24 fevereiro 1976

Letinha,

Há 4 anos você já é mesmo. Não imaginei aqui no meu diário porque eu estava muito perturbada com tua saída. É que aos 18 você saíria com seu vício aprendido e sua prevalência. Nossa amiga Miguel achou que você não deveria passar o carnaval aqui. Porque você precisa de cuidados médicos e aqui isto é impossível.

Assim sendo no dia 19 você foi embora pra casa da sua avó, Nina, Ivan e Tia Inês.

Eu e Binho Linhares planejado mandá-la em março pra lá pra Tia Inês retirasse da viagem. Foi a Suécia mãe sobre com sua avó Zeta e vovó Washington). Mas diante desse problema do vício você mandou-a pra lá no dia 19.

Tenho visto bem [illegible] e igual. Parece que a viagem foi demais levaram ao cinema, que ensinou que você estava mesmo com uma inflamação interna no seu dedo.

Fiquei muito triste em me separar de você. Chorei muito. Todo o tempo. Desde início deste diário tenho te falado de como seria duro este momento. Mas tenho te falado também da necessidade dele.

Só que você deve lá sentido minha falta. Falta da Vanna e de tudo aqui. Mas sei também que você é ainda muito novinha e se acostumará logo ao novo ambiente. Aí terá o amor e isto é muito importante para você não sofrer com essa separação.

Beijos você nosa aí, com sua avó, sua Tia Inês e seus primos.

avô dizia que tínhamos que ir, "dá um beijo nos seus pais". Esses, correndo de um canto para o outro, vieram e disseram que era pra eu ir, que o Exército havia invadido a cidade e eles estavam indo para o Sindicato dos Metalúrgicos e me encontrariam mais tarde.

Já era noite quando pegamos um táxi, meus avós e eu, em direção à casa de uma companheira de meus pais, a Marlene. No táxi, o rádio falava como a cidade estaria sendo protegida contra os baderneiros... O taxista começou a falar : "Espero que o Exército pegue esse bando de comunista, tem tudo que ir pra cadeia, vocês não acham?" Silêncio.

Quando chegamos na casa da Marlene, todos de frente para a televisão, tentando ter notícias. O *Jornal Nacional* dizia como a ação militar em Volta Redonda era importante. Eu via o olhar de pavor nos olhos da minha avó, sentia suas vibrações. Fui ao banheiro chorar pra que não soubessem que entendia que depois desse dia eu poderia não mais encontrar meus pais.

Eles finalmente apareceram. Vieram até a mim e me abraçaram. Explicaram que tentavam ajudar os operários em greve na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Eu entendia e concordava, nada precisava ser explicado. Demos um abraço eterno. Quando foram embora, ficou aquele sentimento de urgência, de manter tudo em ordem, nada poderia nos atingir, nada poderia nos separar, nem mesmo a morte, muito menos a prisão.

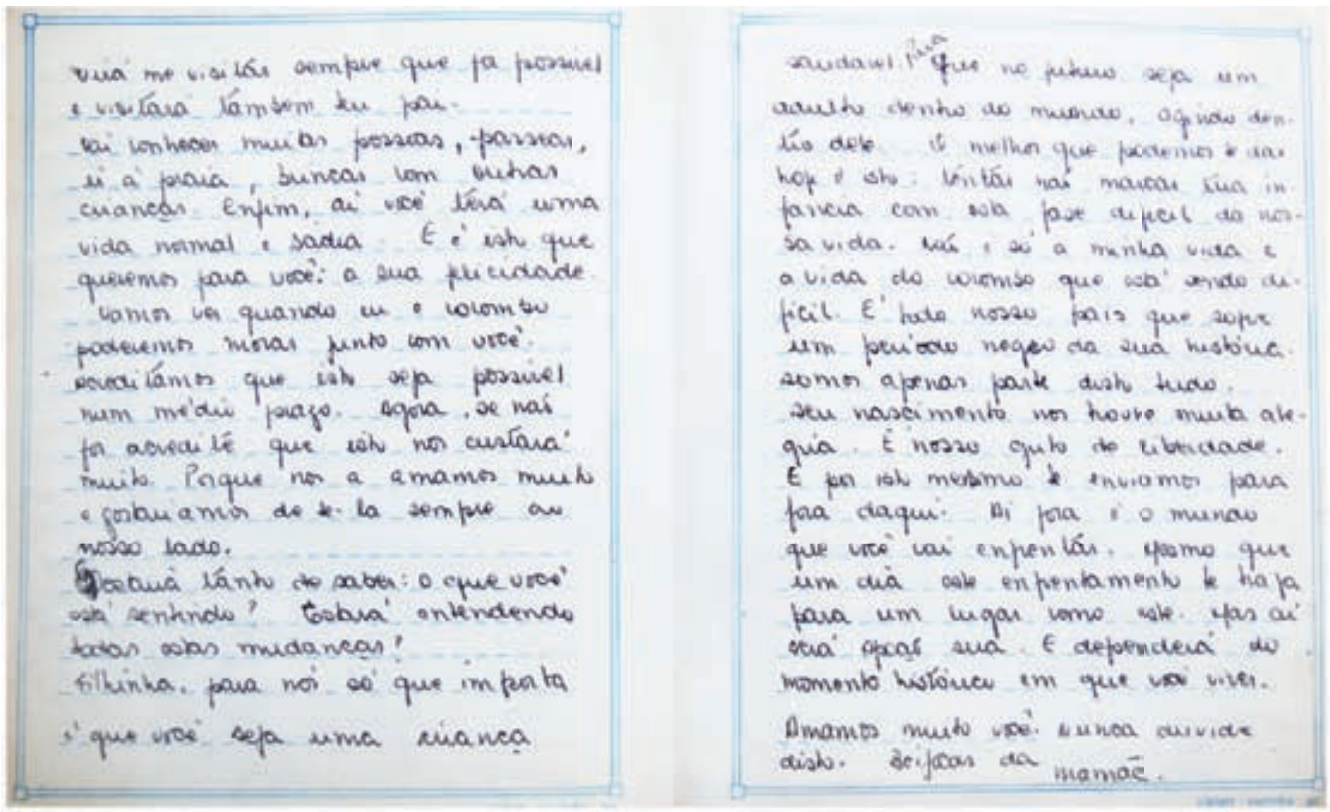
Nessa madrugada, três operários foram assassinados, mulheres grávidas foram espancadas por soldados em ônibus, a praça pública foi metralhada, entre outras barbaridades cometidas após a ditadura ter oficialmente terminado. Nessa madrugada eu pude entender um pouquinho todo o terror que meus pais e seus companheiros sentiram por tantos anos, primeiro na clandestinidade, depois nas torturas e, por fim, nas prisões. Uma gota em um oceano de lutas, dores, decepções. Uma gota num oceano de esperança em um mundo melhor, mais igualitário e mais justo.

Uma gota.

Imagino agora a vida dos outros filhos, nascidos antes de mim, que viveram na clandestinidade, que viram seus pais sendo presos, que acompanharam as longas e inesquecíveis sessões de tortura. Só posso imaginar a força dessas pessoas, só posso respeitar suas cicatrizes.

Colombo e Leta com 3 meses, Bangu, 1976

LETA VIEIRA DE SOUSA nasceu em 1976, filha de Jessie Jane Vieira de Sousa e Colombo Vieira de Sousa Júnior. Formada em arquitetura e urbanismo, tem MBA em gestão de negócios sustentáveis, especialização em cooperação internacional e trabalha como tradutora.



vinha me visitar sempre que for possível
e visitava também eu pai-
vai conhecer muitas pessoas, passear,
ir à praia, brincar com outras
crianças. Enfim, aí você terá uma
vida normal e sadia. E é isto que
queremos para você: a sua felicidade.
Vamos ver quando eu e vovô
podermos morar junto com você.
Acreditamos que isto seja possível
num médio prazo. Agora, se não
for acreditê que isto não custará
muito. Porque nós a amamos muito
e gostaríamos de tê-la sempre ao
nosso lado.
Gostaria tanto de saber: o que você
está sentindo? Estará entendendo
todas estas mudanças?
Filhinha, para nós só que importa
é que você seja uma criança

saudável. Que ao futuro seja um
assunto distante da mulher, objeto de
fio dele. O melhor que podemos é dar
hoje e sempre. Vivê-la não mantar sua in-
fancia com esta face cruel da nos-
sa vida. Aí é só a minha vida e
a vida do vovô que está sendo di-
fícil. É todo nosso país que sofre
um período negro da sua história.
Somos apenas parte disto tudo.
Seu nascimento nos trouxe muita ale-
gria. É nosso ato de liberdade.
É por isto mesmo é enviamos para
fora daqui. Ai fora é o mundo
que você vai enfrentar. Espero que
um dia este enfrentamento te traga
para um lugar como este. Ou aí
você opte sua. E dependerá do
momento histórico em que você viver.
Amamos muito você. Muita saudade
disto. Beijos da mamãe.

1

O GLOBO • 2-7-70 • Página 5

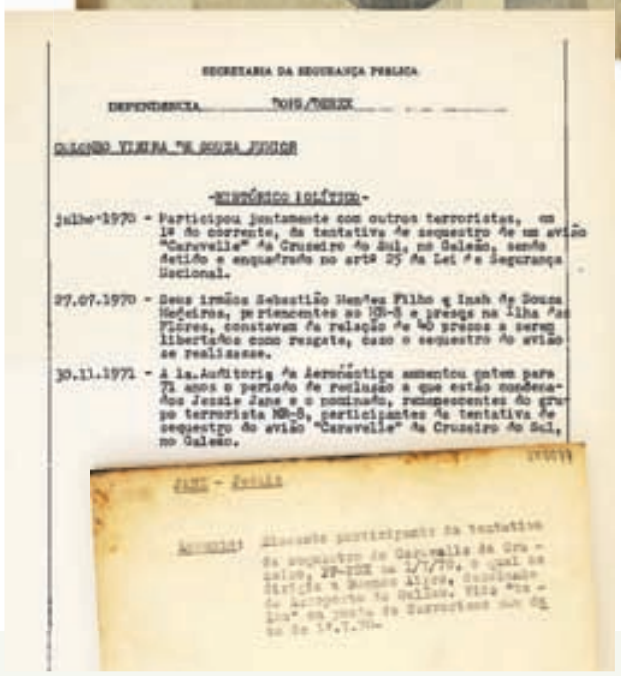
Cinco horas dramáticas no Galeão

TERRORISTAS PRETENDIAM TROCAR 30 PASSAGEIROS POR 40 PRESOS

Foram mais de cinco horas dramáticas; depois, estava frustrada pela primeira vez um seqüestro em território brasileiro, com a prisão de quatro terroristas. A FAB comandou as operações no Galeão.

2

3



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPENDÊNCIA: DOPS/GUANABARA

QUALIFICAÇÃO: OLAVO VIEIRA DE SOUZA JÚNIOR

-HISTÓRICO POLÍTICO-

julho-1970 - Participou juntamente com outros terroristas, em 1º do corrente, da tentativa de seqüestro de um avião "Caravelle" da Cruzeiro do Sul, no Galeão, sendo detido e enquadrado no artº 25 da Lei de Segurança Nacional.

27.07.1970 - Seus irmãos Sebastião Menezes Filho e Inah de Souza Meireles, permanentes no MR-8 e presos na Ilha das Flores, constavam da relação de 40 presos a serem libertados como resgate, caso o seqüestro do avião se realizasse.

30.11.1971 - A 1a. Auditoria da Aeronáutica aumentou ontem para 21 anos o período de reclusão a que estão condenados Jessie Jane e o companheiro, remanescentes do grupo terrorista MR-8, participantes da tentativa de seqüestro do avião "Caravelle" da Cruzeiro do Sul, no Galeão.

4

5

1. *Matéria do Jornal* O Globo *de 2 de julho de 1970*

2. *Jessie, Colombo e Leta na penitenciária de Bangu, em 1977*

3. *Fichas de Colombo e Jessie nos órgãos de repressão*

4. *Jessie com Leta no colo, padre Renzo Rossi e Colombo, na penitenciária de Bangu, em 1977*

5. *Cópia de matéria de jornal do dia da libertação de Jessie, Leta e Colombo*

Colombo Vieira de Sousa Júnior nasceu em 6 de março de 1950. Filho de Colombo Viera de Sousa e Inah Meireles de Sousa. Iniciou sua militância em 1967. Foi militante da Dissidência do Estado do Rio de Janeiro, Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) e da Ação Libertadora Nacional (ALN). Sua irmã, Ina Meireles de Souza, também militante do MR-8, foi presa, no Paraná, em abril de 1969 e cumpriu dois anos de prisão no Rio. Quando foi preso, sua mãe, a exemplo do que aconteceu com a mãe e irmã de Jessie, foi presa e levada para o DOI-CODI do Rio de Janeiro onde permaneceu por um mês, obrigada a assistir seu filho ser torturado. Colombo tem um longo percurso no movimento sindical junto ao Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda onde foi assessor político. Foi assessor parlamentar do líder metalúrgico Juarez Antunes, de quem foi secretário de governo durante seu breve mandato à frente da Prefeitura de Volta Redonda. Foi secretário de transporte da Prefeitura de Caríacica (ES) e presidente do Ceasa deste estado quando Vitor Buaz era governador. Foi também assessor do governador Leonel Brizola. Hoje está aposentado.

Jessie Jane Vieira de Sousa nasceu em 21 de abril de 1949, em Bom Jesus do Galho, então distrito de Caratinga (MG), numa família de militantes. Filha de Leta de Souza Alves e Washington Alves da Silva, ambos militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do grupamento comunista que deu origem à Ação Libertadora Nacional (ALN). Seus pais foram presos e torturados na Operação Bandeirantes (Oban). Seu pai, Washington, foi banido para o Chile no sequestro do embaixador suíço Giovanni Enrico Burcher, em dezembro de 1970.

Em 1969, Jessie entrou para Ação Libertadora Nacional (ALN). Na organização, conheceu Colombo Vieira de Souza. O casal viveu na clandestinidade até 1º de julho de 1970, quando foram presos durante a ação de sequestro do avião Caravelle PP-PDX da Cruzeiro do Sul, no Rio de Janeiro, realizada junto com os irmãos Heraldo e Fernando Palha Freire.Estava com 21 anos quando foi presa e barbaramente torturada no DOI-Codi, do Rio de Janeiro. Jessie e Colombo foram condenados a dezoito anos de prisão e ficaram presos por nove. Ela, na penitenciária de Bangu (Presídio Talavera Bruce) e ele no Instituto Penal Cândido Mendes (Presídio da Ilha Grande). Ficaram cinco anos sem se ver e a única forma de comunicação eram cartas. Em 1972, conseguiram autorização judicial para se casar. Em 1975, conquistaram o direito à visita íntima. Assim, Jessie engravidou na prisão e, em setembro de 1976, nasceu Leta, filha do casal, na Clínica São Sebastião (Rio de Janeiro) sob forte vigilância policial. A bebê permaneceu alguns meses ao lado de Jessie na prisão e depois foi entregue à sua sogra. Jessie e Colombo foram soltos em 1979 e estão casados até hoje.

Jessie tem quatro irmãos: Sandra Maria Alves de Sousa, presa duas vezes em São Paulo e torturada na Operação Bandeirantes, em 1970; Vera Vani Alves de Pinho, voltou clandestina do Chile e assim viveu por nove anos no Brasil; José Alves Neto-Juca, preso junto o pai no Chile, ficaram por três meses no Estádio Nacional; Ivan de Sousa Alves, casado com uma ex-presa no Uruguai e ainda vive na Suécia. Com o banimento do pai, as prisões de Jessie, Sandra e de sua mãe, todos entraram na clandesti-

4

5

Soltos presos políticos com a redução de pena

Foram libertados ontem à noite três presos políticos beneficiados com a redução de pena, nos termos da nova Lei de Segurança Nacional. O primeiro a deixar a prisão (Penitenciária Milton Dias Moreira) foi Rômulo Noronha de Albuquerque, libertado às 20h30m, embora sua saída estivesse marcada para às 23 horas. Rômulo teve sua pena reduzida de 18 para 9 anos.

Cerca de uma hora depois, foi solto Colombo Vieira de Souza Junior, que seguiu rapidamente para o presídio Talavera Bruce, em Bangu, a fim de aguardar a libertação de sua mulher, Jesse Jane Vieira de Souza. O casal havia passado 8 anos e 7 meses na prisão, pela tentativa de seqüestro de um Caravelle da Cruzeiro, em 1970, no aeroporto do Galeão.

Colombo e Jesse abraçam a filha

mais Benjamin. Entre os parentes do preso, apenas sua irmã Iná estava no local pois a mãe de Colombo, D. Iná, que cuida da filha dele com

nidade e quando puderam foram para o Chile. No golpe, seu pai e Juca foram presos logo nos primeiros dias. Sua mãe se refugiou e os três se reencontraram a bordo do avião que os levou para a Suécia. Tudo graças à intervenção do embaixador sueco que salvou centenas de pessoas. Sandra e Ivan se refugiaram na embaixada da Argentina e depois foram para Portugal e, em seguida, Suécia.

Seus pais e Juca foram inicialmente para a Suécia, em seguida para Cuba e depois Suécia, onde todos se reencontraram (menos Jessie que estava presa e Vera que estava clandestina no Brasil). Seus pais e Juca retornaram ao Brasil em 1980 e Sandra retornou há cerca de 5 anos. Mas Ivan ficou na Suécia.

Hoje, Jessie é professora associada do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduada em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), tem mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas e doutorado em História Social pela UFRJ.

Acima, Colombo, Jessie e Leta, na porta de Bangu, 6 de fevereiro de 1979. Colombo foi solto na mesma noite e, em caravana, foi para a porta da penitenciária esperar Jessie. Leta tinha 2 anos e seis meses

Nascimento de Leta

por Jessie Jane Vieira de Sousa

As memórias relacionadas ao nascimento da minha filha me transportam para situações contraditórias. De um lado, a imensa felicidade com a chegada daquele pequenino ser, que nos trazia esperanças, alegrias e ao mesmo tempo, angústias pela consciência de que não poderíamos tê-la conosco. E, de outro lado, a preocupação pelo futuro que poderíamos vislumbrar para nossa filha, já que estávamos condenados a muitos anos de prisão e não sabíamos quanto tempo mais viveríamos sob a ditadura. Havia ainda a ausência da minha família, que se encontrava no exílio.

A família de meu companheiro, Colombo Vieira de Sousa Júnior, também já havia sido atingida pela repressão. Porém, quando soube que estava grávida, tudo o mais se tornou secundário.

A história da minha gravidez se insere na história das lutas contra a ditadura, já que ela ocorre no momento em que o regime estava acossado pelo crescimento das oposições e por um crescente desgaste no exterior diante das denúncias sobre violação dos direitos humanos.

Minha gravidez só foi possível com a transferência dos presos políticos da Ilha Grande para o centro da cidade do Rio de Janeiro após uma longa greve de fome realizada por aqueles companheiros. O episódio obrigou o regime a reconhecer a existência de presos políticos e resultou na construção de um presídio específico para aqueles presos. Tínhamos outras demandas e, dentre elas, a de que fosse permitido o encontro entre os casais presos. Este era o nosso caso. Eu e Colombo já estávamos há anos sem nos encontrar e para o carcereiro de plantão no sistema penitenciário do Rio de Janeiro, tal reivindicação seria atendida se autorizada pelo juiz da Auditoria de Aeronáutica. E qual não foi a nossa surpresa quando conseguimos tal autorização? E, como a medicina dizia que eu não poderia engravidar, nem pensamos em algum tipo de anticoncepitivo. Foi assim que nossa filha foi gerada, uma luz da natureza em uma fresta aberta pelas campanhas contra a ditadura.

A gravidez transcorreu com tranquilidade, mesmo sem os exames próprios ao pré-natal, mas o parto foi mais complicado.

Quando faltava um mês para o nascimento da Leta, fui transferida para o hospital penitenciário e ali permaneci até o dia do seu nascimento. Nesse período pude receber visitas da família do Colombo, que já me dava assistência ao longo dos anos em que estive presa. E assim pudemos estar juntos aos sábados e domingos.

Neste hospital-prisão permaneci isolada em uma pequena cela, sem exercícios ou banho de sol. E, evidentemente, sem qualquer assistência médica.

Os hospitais militares se negaram a fazer o parto. Diante dessa recusa, os companheiros organizaram um fundo que nos permitiu pagar um hospital privado e, mais importante, o parto sendo realizado por um médico de absoluta confiança. Tratava-se do dr. Jeferson Carneiro Leão, ele mesmo militante da causa democrática e que havia trazido ao mundo vários filhos de companheiras nossas. Mas eu só o encontrei a poucos dias do parto, quando fui levada à clinica.

Dia 19 de setembro, um daqueles domingos de visitas no presídio político, minha sogra percebeu que eu, sem saber, estava em trabalho de parto desde a noite anterior. Logo os companheiros acionaram os carcereiros e fui levada para a maternidade sob forte escolta, ainda na caçamba de um camburão e algemada. Lá me esperavam alguns companheiros, que impediram que os soldados da Polícia Militar, que faziam a escolta, entrassem na sala de cirurgia.

À uma hora da manhã do dia 20 de setembro de 1976 nascia Leta, de cesariana, no Hospital São Sebastião. Inocentes, eu com minha alegria de ser mãe e ela que só queria saber de mamar, não sabíamos que naquela madrugada ocorria o sequestro de Dom Adriano Hipólito, bispo de Nova Iguaçu e conhecido por suas posições a favor dos injustiçados. Esse crime, realizado por grupos de militares que se opunham ao projeto de abertura "segura, lenta e gradual" proposto pelo ditador Ernesto Geisel, se somava aos inúmeros atos de terrorismo que naquele momento ocorriam na cidade do Rio de Janeiro.

Naquela noite, terminei dormindo e fui acordada pela presença de soldados armados dentro do quarto. A partir deste momento, nossa presença no hospital se transformou num verdadeiro horror. Como ainda não haviam cortado o telefone, pude me comunicar com a advogada Abigail Paranhos, ex-presa política, e o médico Leo Benjamim, querido e corajoso combatente, que imediatamente chegaram ao hospital e, após um difícil diálogo com as autoridades policiais ali presentes, conseguiram que os soldados ficassem do lado de fora do quarto.

Esses acontecimentos me fizeram ficar em alerta. Ao amanhecer chegaram vários homens que, pela janela do meu quarto, passaram a me ameaçar dizendo que iriam matar a minha filha, que era necessário realizar o que eles chamavam de operação Jacarta (em referência à matança de comunistas que a Indonésia havia realizado). Eu, encolhida na cama, tentava me comunicar com o mundo exterior. O telefone já havia sido cortado e nenhuma enfermeira atendia aos meus chamados. Nem a minha filha, que se encontrava no berçário, vinha para mamar.

Em algum momento, dr. Jeferson, me pedindo que ficasse calada, entrou no quarto para avisar que eu seria imediatamente enviada à penitenciária e que a escolta policial chegaria a qualquer momento. Logo após, chegou uma assistente social, Gloriete, servidora do sistema penitenciário, que ajudou a me levantar – eu estava operada há menos de 48 horas – e nos encaminhamos para o pátio do hospital onde um camburão nos aguardava. No percurso, sob os olhares hostis que surgiam dos outros quartos, pude ver minha cunhada, Iná, e Iramaya Benjamim. Elas estavam impedidas de se aproximar. Minha angústia era absoluta pela falta de notícias da minha filha e

por não entender o que ocorria, sem contar os temores de uma sutura ainda não cicatrizada.

Somente quando entramos no camburão é que a Gloriete me informou, sumariamente, o que ocorria. Cheguei à penitenciária em torno do meio dia e minha filha me foi entregue, por Iná e Iramaya, à tarde. Elas me entregaram a menina pela grade e nada puderam falar.

Na verdade, aquele pesadelo tornou a se repetir quando, também em uma madrugada, acordei para alimentar Leta e pude ouvir da guarita, no pátio do pavilhão aonde nos encontrávamos, vozes que repetiam as mesmas palavras ouvidas no hospital. No dia seguinte comuniquei ao diretor, mas, ainda hoje, não sei do que realmente se tratava.

Dos episódios ocorridos no hospital pude me inteirar melhor anos depois, quando acessei os documentos produzidos pelo sistema penitenciário e ali pude ter consciência do verdadeiro perigo que rondou a vida da minha filha. Soube então que o consultório do dr. Jeferson fora invadido e depredado por duas vezes e que a direção do hospital havia exigido a minha imediata retirada do hospital. E, sobretudo, pude ler as inverdades produzidas pela repressão acerca dos episódios relatados acima.

Leta permaneceu comigo somente nos primeiros meses de vida, quando a entreguei aos cuidados da família do Colombo. E aquele foi o momento mais dramático em toda a minha existência. Uma dor dilacerante, sem igual.

Pela legislação penitenciária, Leta poderia permanecer no presídio até os 6 anos, na creche que existia à época, quando então teria que ser entregue à família ou a um juiz. Eu optei por tirá-la daquele ambiente entendendo que ela não deveria crescer entre aquelas grades e que deveria ter uma vida familiar normal entre os primos e desfrutar a sua infância como todas as crianças têm direito.

Colombo só pôde conhecê-la quando ela tinha quinze dias de nascida.

Durante os anos seguintes, Leta era levada para ver o pai e a mim de quinze em quinze dias. Com o crescimento da luta pela anistia, quando a existência dos presos políticos se tornou um problema para o regime, conseguimos nos encontrar, os três, em Bangu, duas vezes ao mês. E, em algumas ocasiões especiais, pudemos até mesmo passar finais de semana juntos.

No dia 6 de fevereiro de 1979 fomos soltos e, na saída da prisão, lá estava ela. Linda, no colo das avós – minha mãe, rompendo com as proibições que a impediam de voltar ao país, resolveu que naquele momento estaria ali – e, ao longo da ponte que liga o Rio a Niterói, cidade em que residimos até hoje, ela ia nos mostrando o barco, a lua, como se estivesse entendendo tudo o que ocorria. Ficou acordada a noite inteira e, na manhã seguinte, pegou o pai pela mão e foi apresentá-lo aos gatos da casa.

Em seguida fomos residir em Volta Redonda, onde, pelas mãos de D. Waldir Calheiros, bispo da cidade, conseguimos nosso primeiro trabalho. Foi um período difícil para Leta já que, aos 2 anos e meio, se viu separada da família com quem ela havia vivido até então.

Quase toda semana encontrávamos com sua avó Inah na porta do presídio onde íamos visitar os companheiros e, em especial o marido da minha sogra. A hora das saídas eram momentos de grande aflição porque Leta chorava muito ao se despedir da avó. Até que em uma dessas ocasiões ela simplesmente deu um beijo na avó e, desse momento em diante, os sintomas de desajustes com a nova vida desapareceram. Ficando, evidentemente, as referências relativas à estabilidade que lhe foi dada pela família do pai.

O testemunho do que eu sei, li, vi, ouvi, senti e pensei

por Maria Eliana Facciolla Paiva

Sou filha do ex-deputado Rubens Beyrodt Paiva, que foi cassado na última lista das várias que foram publicadas a partir de primeiro de abril de 1964, pelo golpe militar. Depois de auxiliar a fuga do Procurador Geral da República, Valdir Pires – que atualmente é vereador em Salvador na Bahia; e, Darcy Ribeiro, Ministro da Educação. Em seguida, papai exilou-se na Embaixada da Iugoslávia, a única Embaixada aberta em Brasília para receber os perseguidos. Rubens juntou-se a todos aqueles que estavam ali refugiados e que faziam parte da Frente Parlamentar Nacionalista, criada no início dos anos 1960.

Formada de uma forma quase que espontânea na Câmera Federal, a Frente Parlamentar Nacionalista foi organizada por militantes de diversos partidos de esquerda, religiosos, artistas. Enfim, grande parte da sociedade participante da luta que defendia a aprovação, pelo Congresso, das Reformas de Base. Entre elas: Reforma Agrária, Reforma Jurídica, Reforma da Educação, Reforma Urbana, Reforma da Lei de Remessa de Lucros.

Meu pai fez parte do pequeno Partido Socialista Brasileiro, que não tinha direito a voto, mas tinha voz de comando e direção. O PSB, como aliado do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) era agregado a outras forças de apoio ao governo Jango, como Partido Comunista Brasileiro, ainda na ilegalidade (que, por sua vez, usou a legenda do PSD).

Rubens Paiva, assim como outros deputados do PSB e PCB utilizaram para se elegerem em 1962, respectivamente, legendas do PTB e PSD. Como deputado eleito, ele fez parte da direção da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou o IBAD, que teve um papel de destaque na preparação do Golpe Militar.

> "O testemunho que trago para a semana "Infância Roubada" é de uma adolescente de quinze anos e meio"

O testemunho que trago para a semana "Infância Roubada" por iniciativa da Comissão da Verdade "Rubens Paiva", da Assembleia Legislativa de São Paulo é de uma adolescente de 15 anos e meio. Acredito que o meu depoimento é um pouco diferente do que eu ouvi aqui, hoje, apesar de ter coisas bastante semelhantes. Uma delas é a capacidade incrível que quase todos nós tivemos, em relação à nossa memória, que parece nos pedir: "eu vou esquecer o que aconteceu, e um dia eu não lembrarei mais".

Isso está claro, porque apesar toda a midiatização que existe em torno do meu pai, eu só fui dar o meu depoimento há dois anos. Eu nunca falei, os meus irmãos talvez soubessem um pouco, minha mãe sabia mais, porque fomos presas juntas. Minha família nunca soube de nenhuma sequência de detalhes, os meus amigos também não. Só quem soube foi um ou outro amigo, pessoas com quem eu convivo e que perguntaram com grande insistência.

À esquerda, foto da família Paiva reunida. De pé, Eliana, no sofá Eunice, Rubens, Aracy e Vera, no chão Ana Lúcia, Maria Beatriz e Marcelo Rubens

O que foi a minha adolescência roubada? Eu sabia o que se passava neste país, exatamente como todo mundo, ouvindo tudo que aqui já foi dito. O meu pai foi deputado federal, foi um deputado engajado. Ele já era engajado politicamente desde a sua juventude. Foi vice-líder da UEE, vice-presidente da UEE Paulista, fez parte da campanha do "petróleo é nosso".

Rubens Paiva foi eleito deputado federal pelo Estado de São Paulo aos 34 anos de idade, uma das primeiras ou segundas gerações a entrar no atual Congresso Nacional em Brasília, depois da era Vargas. Antes disso, ele ajudou a construir Brasília como engenheiro civil. Era empreiteiro e fez pontes na construção de Brasília.

Com a cassação, meu pai voltou do exílio nove meses depois. Como deputado federal ele tinha direito e posse ao passaporte diplomático vermelho. Pegou o passaporte, colocou no bolso, pegou um avião com escala no Rio de Janeiro. Desceu no Aeroporto Santos Dumont, pegou a Ponte Aérea e veio para São Paulo. Entrou em casa pela cozinha dizendo para quem ali estava, "oi, eu cheguei". Foi um dos maiores sustos da minha mãe quando, de repente, surge aquele pai de família de cinco filhos na porta da cozinha, dizendo "voltei, estou de volta".

A partir daí nós moramos mais alguns meses em São Paulo, e nos mudamos no início de 1965 para o Rio de Janeiro. Como deputado cassado, meu pai havia entrado em uma espécie de lista negra. Como era engenheiro civil, seu trabalho era de empreiteiro, empreendedor. Sem os direitos civis ele já não podia mais assinar como engenheiro obras contratadas por governos, ou pagas com o dinheiro público. Como deputado cassado não podia seguir vida política e se reeleger. Então a ideia dele, ao ser convidado, foi entrar como sócio em uma firma de engenharia no Rio de Janeiro, a Machado da Costa Engenharia, acho que nem existe mais. Pegou o dinheiro que tinha e investiu na sociedade desta empresa. Então, nós nos mudamos para o Rio de Janeiro.

O estilo do meu pai era e sempre foi da continuidade da vida. Do prazer pela vida. Então o que ele fez? Alugou um sobradinho em frente à praia do Leblon. Nossa vida de paulistanos mudou radicalmente, mas a vida continuava a mesma, frente ao mar e da melhor maneira possível.

Inaugurada esta nova fase, o pequeno sobrado na Avenida Delfim Moreira, nº 80, se agitou com a circulação de políticos, militantes, ex-deputados, ex-ministros e de todo o pessoal ligado ao governo João Goulart, e todos que faziam parte deste grupo. Os militares sempre estiveram de olho nessa casa, porque papai era um sujeito muito alegre, muito afetivo, socialmente muito engajado.

Não havia espaço para tristeza ou depressão. Tudo podia ser engraçado, a vida era uma festa naquela casa, tanto que a famosa expressão "esquerda festiva" (acho eu) vem um pouco daí. Se alguém não sabia o que era esquerda festiva, agora está sabendo. Era uma esquerda que tinha sido cassada em 1964 e que achava que os militares não iriam longe. Tinham o dom de se divertirem com certa ignorância dos militares no poder, assim, em uma comparação, como o discurso que o jornal *Pasquim* construiu, especialmente.

> "Nunca mais soubemos dele, não se sabe até hoje o que aconteceu exatamente, como morreu e onde está enterrado o seu corpo"

Até o dia em que foi assinado o AI 5 (Ato Institucional número 5). Quando começaram prisões, torturas e mortes, meu pai achou que a coisa era séria e começou, em seguida, a ajudar militantes engajados na luta armada, uma nova geração constituída. A geração de 1968, uma geração acima da minha e uma geração ou duas abaixo da dele. Nesta geração de militantes estavam poucos amigos com uma maioria de jovens, filhos de amigos que se engajaram em ações como o rapto de embaixadores. Parte destes amigos, filhos e parentes de amigos, atuou principalmente no rapto do embaixador americano.

Meu pai ajudou com conversas e com dinheiro que pôde dar, considerou um acerto político. No entanto, esta ajuda acabou ligando papai no próprio circuito de luta armada, o que ele não imaginou e com a qual ele não estava envolvido.

Não sei se ele concordava com o que esta militância armada fazia, porque eu era muito menina para saber se ele apoiava ou não. Não cheguei a conversar sobre isso com ele, não era tema de conversa. No entanto, soube depois que ele se preocupou com a segurança física e moral desse grupo, que já vinha sendo trucidado e perseguido pelas ações que faziam contra a ditadura instituída pelos militares, a partir de 1964. Em casa só sabíamos que havia prisões e que alguns foram bastante maltratados, a maioria bastante torturada e era uma maioria de jovens, bem jovens. Outros presos e interrogados eram intelectuais, parte integrante do vasto grupo de políticos, na sua maioria cassada, artistas e intelectuais, que circulava em casa.

Em janeiro de 1971, meu pai tinha 41 anos recém-completos quando foi preso. Ele faz aniversário dia 26 de dezembro e foi preso no meio da manhã do dia 20 de janeiro – feriado no Rio de Janeiro. Essa é a história do meu pai. Nunca mais soubemos dele, não se sabe até hoje o que aconteceu exatamente, como morreu e onde está enterrado o seu corpo.

Agora, a minha história em relação a ele. No início, ao sair da prisão, eu resolvi que iria esquecer o que aconteceu. Por que eu antes não contei, ou pouco contei, do que aconteceu. Sobre as 24 horas que durou a prisão domiciliar, minha, do meu irmão Marcelo, irmã caçula, Beatriz e, minha mãe Eunice, as minhas 24 horas no DOI-CODI?

Assim como os detalhes de tudo que tinha testemunhado na prisão e morte de meu pai e na prisão, por onze dias, da minha mãe no mesmo quartel da Rua Barão de Mesquita, na Tijuca?

Porque eu tinha 15 anos de idade. Eu tinha a vida inteira pela frente, tinha que conviver com os meus colegas, tinha que conviver em uma sala de aula, tinha que olhar para os professores, eu tinha que ir à praia. Nas turmas e na turma da praia eu tinha que dançar um rock, eu tinha que ouvir música. E não interessava para os meus amigos, para os grupos com quem eu andava, que eu contasse a história do meu pai ou que eu tinha sido presa no DOI-CODI do Rio de Janeiro. Não interessava de jeito nenhum.

Muito menos interessava para os meus avós, os pais do meu pai, que acreditaram durante muito tempo que meu pai poderia estar vivo. Meu avô morreu três ou quatro anos depois, com a certeza ou incerteza, de que meu pai poderia voltar um dia para ele e para a família. Meu avô, Jayme Almeida Paiva, morava em Santos e pediu que nos mudássemos para lá e fôssemos esperar a volta do meu pai.

A nossa casa do Rio de Janeiro, que era alugada, ficou fechada durante seis primeiros meses. E só foi entregue ao proprietário seis meses depois. Depois disso, nós moramos com meu avô, em Santos, SP, durante três anos. Um ano depois da morte ou desaparecimento do meu pai, minha mãe, inclusive por ideia do meu avô, começou a fazer um curso de Direito em uma Faculdade em Santos e, formada, já morando em São Paulo, se tornou uma brilhante advogada.

A história, ainda em resumo, é esta: meu pai foi preso no dia 20 de janeiro, mais ou menos ao meio dia, uma hora da tarde. Fui me despedir dele por volta das onze horas da manhã quando fui para praia em frente, no Leblon. Papai estava sentando no jardim com Raul Ryff, que era muito amigo dele e morava perto de casa. Ryff era jornalista e foi assessor de imprensa do João Goulart.

Dei um beijo nos dois e fui à praia encontrar minha turma. Voltei duas horas depois e a casa estava fechada, o que era estranho em pleno verão. Entrei, vi uns homens, meio na penumbra e fui para a área da cozinha deixar toalha, esteira. Minha mãe me pegou na entrada e disse, com um olhar muito assustado: "O seu pai foi preso. Você vai tentar sair e avisar, telefonar para o seu tio advogado (que é o marido da irmã caçula do meu pai) em São Paulo. Você tem dinheiro?". Eu ouvi, não falei nada e continuei pela cozinha. Subi por trás, pela escada dos fundos e não voltei para a sala. Isto porque Eunice, minha mãe, parecia estar me esperando atrás da porta da sala de jantar que dava para a cozinha. E a maneira com que ela me falou, especialíssima, demonstrou certo planejamento de palavras e ação. Muito do seu estilo. Portanto, eu entendi aquilo que deveria entender; ou seja, que precisava agir rápido, sem que soubessem ou conseguissem ver o que fazia.

Nessa época, eu era atleta juvenil do Clube Botafogo, de voleibol. Então, subi e me vesti de atleta do Botafogo. Desci rapidamente as escadas da sala, e fui saindo pela porta da frente, por onde tinha entrado. E falei rapidamente, sem que tivessem tempo para pensar: "estou indo jogar, estão me esperando, tenho que ir". E fui saindo de casa e fechando a porta atrás de mim.

Lembro agora do alívio que eu senti quando fui passando pela porta e depois pelo portão da casa. Agora me vem esta lembrança, que havia como que esquecido, da sensação de um dever a ser cumprido, por pedido da minha mãe, quando abri a porta da minha casa, quando eu senti o ar de fora, eu comecei a respirar de novo. Alguma coisa precisava ser feita, com muita urgência, e que saberia o que fazer. Foi este o recado que ela me passou. Conheço a inteligência da Eunice e antes jamais tinha visto minha mãe agir daquela maneira. Tão séria, tão resoluta, tão assustada.

Eu estava muito focada na minha pressa. E, com a saída para a rua, com o ar que novamente entrou no pulmão, quando até então minha respiração estava quase que suspensa, não tive muito tempo para pensar, mas senti que o ar dentro da minha casa tivesse faltando. Hoje em dia o olhar da minha mãe parece que já dizia de uma vida que tínhamos para salvar, ou de um desastre iminente. Isto porque agi quase sem pensar, e fiz o que tinha que fazer, sem pensar nas consequências.

Dois quarteirões atrás de casa, entre as ruas Ataulfo de Paiva e a Afrânio de Melo Franco, no Leblon, existia o que a gente chamava de "condomínio de jornalistas", onde viviam muitos deles, inclusive o Raul Ryff. As várias turmas de praia e parte dos meus amigos moravam lá. Um deles era o Ronaldo Pacheco, que era um dos meus melhores amigos.

> "Minha mãe me pegou na entrada e disse, com um olhar muito assustado: "O seu pai foi preso. Você vai tentar sair e avisar, telefonar, para o seu tio advogado em São Paulo. Você tem dinheiro?'"

Fui direto para a casa dele e disse: "eu não posso contar exatamente o que está acontecendo (também ainda movida pela urgência do olhar e simples fala da minha mãe), mas eu preciso usar o teu telefone para fazer um interurbano para São Paulo, posso?".

Hoje em dia penso que foi um encadeamento de fatos, Ronaldo não tinha ideia nenhuma do que se passava na minha casa, o que lá acontecia, era meu amigo de bairro. Não sei como imediatamente ele franqueou o telefone. Liguei para São Paulo, avisei o meu tio, o advogado Cássio Mesquita Barros, acho que ele não estava, mas o recado foi dado.

Sai de novo, fui para a rua, já ansiosa, dar o tempo necessário para um treino de vôlei, fiquei circulando perto de casa. Muito preocupada com minha mãe. Repito, nunca a tinha visto agir daquela maneira. O meu amigo Ronaldo quis vir comigo, eu tentei despistar e pedi muito para que ele não viesse atrás de mim, ou na minha casa, porque estava tudo muito esquisito. Não falei mais nada do que estava acontecendo.

O resto veio se formando da maneira lógica de um quebra cabeças, foi o momento em que comecei a juntar intuitivamente as peças daquilo que a vida inteira presenciei com o trânsito e as conversas políticas em casa. Então eu entendia que estava acontecendo alguma coisa. Sabia a leitura disso, mas não conseguia decifrar, ou já tinha decifrado e estava esperando a sequência. Como eu digo, existiu a fase aparente de "esquecimento", que a gente leva anos para que ela retorne. Mas tudo fica guardado.

Bom, dei um tempo e voltei para casa. Quando cheguei, um dos homens que estava em casa, a paisana, o mais forte, estava com um cabo de fio elétrico na mão, querendo me bater, perguntando: "onde você foi?". Eu, vestida de jogadora de vôlei, de novo fui entrando, sentei no sofá da sala, ele sentou ao meu lado e respondi assim: "Eu saí". Ele disse: "Você não saiu". Eu respondi: "Fui jogar vôlei". "Não, você não foi jogar vôlei, você foi avisar o teu tio, a tua família, que seu pai foi preso", ele falou furioso, mas já mais calmo.

O que aconteceu depois que telefonei e enquanto esperava voltar para casa? O meu tio, advogado, querendo saber realmente o que tinha acontecido, ligou para a minha casa quando o telefone estava censurado. Agora, um dia a Comissão de Verdade, advogados, procuradores, historiadores e jornalistas terão de saber se realmente existia escuta telefônica naquela época. Não sei que tipo de escuta telefônica era, mas na minha casa foi escuta de extensão para extensão telefônica. Tínhamos um telefone no escritório do meu pai, outro na cozinha, outro em cima no hall e um no quarto dos meus pais. Até hoje eu fico curiosa em relação a isso.

Ou seja, o meu tio ligou e como um bom advogado começou a questionar a minha mãe so-

bre o que estava acontecendo. Então, quando eu cheguei em casa, o militar que ouviu a conversa pela extensão estava transtornado.

De certa forma é interessante pensar no que se passou, eu sou muito parecida com meu pai, então dei muito uma de "Rubens Paiva". Eu falei para ele, entrando em casa com ele me ameaçando: "Senta aqui comigo, vamos conversar, qual o problema do senhor?" O cara era enorme, muito forte, olhando para mim, acho que não entendeu nada. Aquela menina, completamente loira, cabelo de frequentadora de praia, quase dourado, vestida com roupa de jogadora de vôlei, perguntando para ele o que estava acontecendo. Ele foi se acalmando.

Eu não perguntei para ele o que poderia ter perguntado: "O que é esse cabo na tua mão?". Eu fiquei olhando para ele e não para o cabo elétrico. E assim ele foi escondendo o cabo. A reação dele foi muito engraçada. Bom, esta já é uma interpretação de uma menina de 15 anos, quarenta anos depois. Mas me parece que todo mundo, todos nós que fomos presos crianças, está tendo este tipo de reação. Falamos, rimos e choramos como crianças e adolescentes.

E também era como meu pai reagia. Inclusive acho que foi por isso que ele foi morto, parece engraçado aos 15 anos, mas é sério para adultos. Acredito que ele tenha reagido desta maneira na prisão, por isso o massacraram, eu penso que ele diria: "Eu fui deputado eleito legitimamente, vocês não têm nada comigo. Ou vocês me respeitam ou não sei, vão para aquele lugar". Creio que foi isso que ele fez dentro da cadeia e foi por isso que ele morreu inclusive.

Hoje em dia não se tem dúvida: papai entrou na prisão exigindo que fosse tratado como deputado. Ao mesmo tempo começou a tentar defender as duas senhoras que foram presas junto com ele e responder usando de certa autoridade. Tem algum relato que conta que os militares começaram a maltratar estas senhoras que foram presas juntas com ele. Inclusive a nossa professora do Colégio Sion, Cecília Viveiros de Castro, que papai conhecia.

Professora Cecília começou a ser maltratada na frente do meu pai, que enlouqueceu. Imagino ele dizer: "Vocês não têm direito, vocês não sabem o que estão fazendo, vocês parem com isso. Eu sou deputado, respeitem". Tanto que nos únicos depoimentos que têm da possível tortura e também de resgate do que aconteceu, é dito que os militares depois de destruí-lo perguntam o que foi feito do "deputado".

O depoimento do médico coronel Lobo, que o atendeu no DOI-CODI, diz que ele cheio de hematomas pelo corpo todo, deitado sem conseguir se mover, só dizia o próprio nome: "Rubens Paiva". Desde o dia que li este depoimento penso que, primeiro ele tenta se identificar, porque parece que certa hora ele percebeu que perdeu a identidade ali dentro. É o caso do torturado, do sujeito torturado que perde a identidade dentro da prisão. Esse é o grande problema da tortura, física e psicológica que eu saiba. Em segundo lugar, a tortura moral, dizendo: "o senhor deputadozinho, o senhor ainda está querendo alguma coisa?". Parece que a tortura foi em cima disso, ou seja, ele reagiu, foi torturado, massacrado. Mas digo isso hoje em dia, também parte de pensamentos que tive esses anos todos.

"Fomos colocadas em um fusca no banco de trás... nós fomos encapuzadas. Era um capuz fedorento, já devia ter sido usado para tudo. E lá fomos nós para o DOI-CODI"

Voltando um pouco, depois dessa minha conversa com o policial, nas primeiras 24 horas de prisão domiciliar, a coisa toda acalmou. Eu não lembro muito mais o que aconteceu depois disso, depois dessa conversa com esse homem. Isso devia ser umas cinco horas da tarde. Nós fomos dormir. Não me lembro se vimos televisão, o que comemos, não lembro mais nada. Só lembro-me da minha mãe, no dia seguinte, me acordando e falando: "Acorda, se veste que a gente vai ter que dar depoimento". Eu escolhi uma roupa que me cobria todo o corpo, porque eu fiquei com medo, comecei a ficar com medo de ser exposta a alguma coisa que não pudesse controlar. Era uma túnica preta que vinha até perto do joelho com uma calça. Muitos meses depois disso eu joguei essa roupa no mar, num lugar muito longe, porque por mais que eu lavasse, ficou com o cheiro da prisão.

Fomos colocadas em um fusca no banco de trás, havia duas pessoas na frente. Pararam o fusca e nós fomos encapuzadas. Era um capuz fedorento, já devia ter sido usado para tudo. E lá fomos nós para o DOI-CODI. Chegando ao quartel da Rua Barão de Mesquita, minha mãe e eu fomos separadas. Fui inteiramente revistada, a minha mãe deve ter sido também, e fui colocada em uma espécie de corredor polonês, sentada em uma cadeira de madeira.

Por que chamo de "corredor polonês"? Porque cada um que passava me dava um coque na cabeça ou me chamavam de comunista. Vinham perto do meu ouvido e me chamavam de comunista. E eu pensei: "está acontecendo alguma coisa". Não sabia exatamente decifrar aquele ambiente. Como adolescente você não consegue entrar na leitura daqueles acontecimentos que não fazem parte do teu cotidiano, ou que conhece alguma história ou descrição. Eu tinha 15 anos e meio. Nasci em 1º de junho de 1955 e a prisão foi em 21 de janeiro de 1971.

No meio da tarde eu fui interrogada por um sujeito bastante grosseiro, moreno, grandão. Conforme ele foi falando comigo, foi me agredindo e eu fui respondendo. Ele foi perguntando dos amigos do meu pai, e eu respondia sobre aqueles que eu conhecia. Grande parte gente conhecida e, pensei, "público e notório que frequentam a minha casa".

Gostaria de afirmar que este meu primeiro interrogatório foi extremamente violento. Eles colocaram na minha frente uma espécie de planilha, um gráfico enorme, parecia uma página dessas, do tamanho de uma cartolina, como um gráfico, com nome de pessoas, quadriculada.

A sensação que deu é que eles estavam organizando o que estava acontecendo e eles começaram a perguntar e olhar para aquele papel e perguntar de novo, olhar para mim para que eu confirmasse. Ele olhava para aquilo e me perguntava: "Tal pessoa é amigo do seu pai?". Eu respondia: "É" ou "Não conheço".

Quando o militar percebeu que não iria conseguir muita coisa, começou uma preleção no sentido de dizer alguma coisa como: "Então o seu pai era um grande comunista". Não sei de onde eu tirei essa frase quando respondi, na hora, lembro bem disto porque o interrogador ficou sem resposta: "Eu não sei se ele é um grande comunista, porque eu não sei se ele conhecia alguma coisa sobre Marx". Apesar de uma boa biblioteca, papai não era um bom leitor de literatura política. Foi um militante socialista, no entanto acho que nem Marx tinha lido na vida.

O interrogatório continuou nesta batida de expressão e conversa, digamos, quase adolescentes, até que certa hora o interrogador falou com um ar de que "chegamos onde eu queria". Ele me disse assim: "Mas se o teu pai não é comunista, você é comunista". Eu tomei um susto e disse: "O quê????" O interrogador: "Você é comunista e aqui está a prova". Então ele tira de trás dele um trabalho escolar que eu escrevi no Colégio Sion para professora de História, Dona Ilma, sobre a invasão da Tchecoslováquia. Sobre a "Primavera de Praga". Que relata a reação contra os russos em um momento em que, principalmente a cidade de Praga se rebela. Foi um trabalho que eu adorei fazer. Eu achei aquilo fantástico, como um povo tinha conseguido reagir e de uma maneira tranquila a um regime soviético, stalinista, que foi terrível.

Nesse momento que ele colocou esse trabalho na minha frente, eu dei um tal pulo, que deixou o interrogador com um sorriso tal que parecia que ele tinha comido um doce.

Eu falei assim: "Bom, esse trabalho é meu". E em segundos se passaram mil coisas na minha cabeça: será que eles irão atrás da minha professora, Dona Ilma? O que mais eles pegaram lá em casa? Será que mais alguém poderá ser comprometido? Este trabalho foi inteiro feito no Departamento de Pesquisa do *Jornal do Brasil*, do qual o Raul Ryff era o chefe e me franqueou horas e horas de trabalho.

Depois, no final da tarde, quando me levaram para a cela, tentei lembrar onde é que eles tinham pegado, em casa, o trabalho sobre a "Primavera de Praga". Eu e minha irmã mais velha dormíamos no mesmo quarto, e cada uma de nós tinha um gaveteiro com trabalhos de escola e coisas como diários, fotografias. Eles devem ter revirado a casa toda. Principalmente quando fiquei dando voltas para voltar para casa, depois de ter ligado para meu tio em São Paulo.

Bom, voltando a esse primeiro interrogatório, por sorte ou por azar, entra nessa sala outro militar (não se sabia as patentes, não se sabia nomes, mas eles andavam com placas de metal no peito, à paisana); ele vira-se para o monstro na minha frente e fala: "Ei, cirurgião, nós temos um trabalho para você". Aí se encerra o interrogatório. Imediatamente o interrogador se levanta, me colocam o capuz e sou levada de volta para o corredor. Não estou sentada muito longe desta sala pequena, com a mesa, debaixo de uma escada, onde se deram as conversas. No entanto, neste momento, começam acontecer torturas horrorosas em sala ao lado, mais adiante.

Não entendi muito bem o que estava acontecendo, mas para uma criança de 15 anos de idade ouvir "pelo amor de Deus, parem com isso", repetido em sequência, foi a coisa mais alucinante que eu já ouvi em toda minha vida. Aquilo já não era mais um filme na minha cabeça, os gritos eram reais. A primeira vez que contei isso, eu não parava de chorar, porque quando ouvi a tortura estava vedada, com um capuz fedorento, me cobrindo a cabeça toda, em um corredor estreito, no dia 20 de janeiro, verão no Rio de Janeiro, dentro do DOI-CODI, sem nada que me fizesse entender a realidade, foi a coisa mais enlouquecedora do mundo.

"Eu fiquei meio estática, pensando, tentando respirar: 'Agora eu sei onde eu estou. Será que isso não vai parar nunca?' Não parava, e a coisa piorava. Ou seja, o tal do cirurgião tinha ido fazer uma sua cruel tortura cotidiana"

Eu fiquei meio estática, pensando, tentando respirar: "Agora eu sei onde eu estou. Será que isso não vai parar nunca?" Não parava, e a coisa piorava. Ou seja, o tal do cirurgião tinha ido fazer uma sua cruel tortura cotidiana.

Também tinham dois rapazes, sentados no chão na minha frente. Toda vez que alguém passava os chutavam, e naquele lugar, porque eles davam berros tremendos.

Duas horas depois, fui novamente levada para interrogatório. Nesse segundo interrogatório, entra um pouco a cronologia dos fatos da morte de Rubens Paiva guardados comigo. Ou seja, porque eu sabia que papai estava morto, eu tinha quase certeza desde o momento que saí da prisão. Objetivamente começa a se configurar nesse segundo interrogatório. Esperava-me sentado atrás da mesa um segundo militar, um pouco mais velho, um pouco mais calmo, um pouco menos, digamos, animalesco. Vejam que só consigo descrever como criança, como garota. Qualquer outra pessoa mais velha descreveria de outra maneira. Ou seja, o sujeito era um pouco mais velho e um pouco mais sábio, não era o monstro que era o anterior, gordo e horroroso, peludo.

Com este interrogador, o clima foi um pouco melhor. Ele começou a conversar comigo de uma maneira pouco mais saudável: "Como é que você está?". Quando ele fez essa pergunta, voltou de novo a configuração Rubens Paiva e eu disparei em exigências: "Não gosto deste capuz, ele está me incomodando. Não consigo respirar. Tenho 15 anos de idade, se o senhor não me liberar em 24 horas, o senhor pode ser denunciado". Ele foi ouvindo e ficando cada vez mais com um ar mais grave, e eu continuei: "Estão me apalpando nesse corredor, estou ouvindo coisas horrorosas, eu estou achando tudo isto um absurdo. Têm uns meninos que estão sendo maltratados ali dentro, perto de mim. Além disso, estou ouvindo berros de gente que está sendo violentamente maltratada. Não estou entendendo o que está acontecendo... pegaram um trabalho meu de escola". Disparei a falar e o militar cada vez mais quieto.

Nessa hora, nada foi perguntado, quem disparou a falar fui eu. Depois que eu me acalmei ele me disse para que eu repetisse o que estava acontecendo. Voltei a dizer e pedir, principalmente, que me tirassem o capuz. E respondeu: "tudo bem, a gente vai ver". Acabou aí o interrogatório. Este militar imediatamente mandou tirar o capuz e me colocaram um venda, deu certo. Puseram uma venda e quando saí da sala consegui ver por baixo, quando a mamãe entrou.

Eu e a mamãe entramos juntas na cadeia, mas não a vi mais. Estávamos as duas vendadas. Quando eu saí deste interrogatório, ela entrou e ela sentiu que era eu e perguntou: "Filhinha, você está bem?" Com a maneira habitual, bastante doce da Eunice. Eu respondi: "Tudo bem mamãe, está tudo bem, não se preocupe, está tudo em ordem". Ai que eu falei "Mamãe, tudo bem?", "Sim, filhinha, como vai você?". Até hoje eu não consigo reproduzir a doçura que foi aquilo lá, "Minha filhinha, como vai, você está bem?"

Aí fui colocada novamente nesta espécie de corredor polonês, com a venda, mas minutos depois a tortura recomeçou pior do que antes. Foi aí que comecei a ter uma crise de choro compulsiva. Já estava quase entardecendo, devia ser cinco, seis horas da tarde.

Acho que ficou evidente que eu não poderia continuar ali. Alguém veio até mim, pediu para que eu me levantasse e me levaram para uma cela onde pude tirar a venda. E, de novo, tive a sensação de que alguma coisa já deveria ter acontecido com papai, porque a coisa ficou, digamos, não light, mas os ataques pararam. Os gritos pararam, a pressão acabou até o meio dia da manhã seguinte.

Eu (e minha mãe foi colocada a duas celas depois da minha, o que vim a saber no dia seguinte) fui colocada em uma cela semiaberta, com chuveiro e latrina. Mas o terrível é que durante a noite foram colocados pessoas na frente da cela, gente amordaçada, gente encapuzada, amarrada, imobilizada. Não dava para ver quem eram. Estavam todos estranhamente quietos e eu só ouvia a respiração. Era uma respiração muito difícil por causa do capuz. Tinha um colchonete pequeno e imundo no chão. Acho que dormi e acordei várias vezes.

O dia amanheceu com a música do Roberto Carlos "Jesus Cristo, Jesus Cristo, Jesus Cristo eu estou aqui...". Achei aquilo grotesco. Já não tinha mais ninguém deitado em frente das celas. Alguns guardinhas estavam por ali, com o quais conversei bastante, apesar do receio deles.

Ah sim, eu sempre esqueço que houve um terceiro interrogatório, porque estava morrendo de sono. Durante a madrugada eu fui interrogada uma terceira vez. De novo foi um interrogatório acho que mais para saber se eu estava bem, foi uma conversa tranquila. Por isto que digo agora que fica claro que papai estava ou já morto ou quase morto. Eles estavam recuando de maneira muito rápida, quer dizer, todo ataque que a gente tinha sofrido antes ou que teria sofrido, estava amainando muito rapidamente.

Pela manhã perguntei aos guardas se eles sabiam onde estava o meu pai. Perguntei individualmente para os dois que estavam de guarda e vinham me ver. Os dois ficaram assustados. Conversaram entre eles e a resposta veio: "Acho que seu pai foi levado lá para cima". Depois o outro falou: "Acho que ele estava muito mal, mas eu não posso dizer mais nada". Então perguntei para um deles sobre Eunice: "Quero saber onde está minha mãe. Você a viu?"

Ele foi confabular com o outro e veio com a resposta. Contou que minha mãe estava duas celas depois de mim. Pedi para que ele dissesse para ela que eu estava bem. Ele foi até a cela dela, voltou mais assustado me dizendo que ela estava estendida no colchão, sem se mexer.

Depois soube que mamãe ficou dois dias sem se mexer, imóvel, porque não sabia o que tinha acontecido comigo. Só a avisaram dois dias depois de me soltarem. Isto porque ela, Eunice, me contou, na única vez que conversamos sobre a prisão. Ela estava furiosa quando me contou que só disseram para ela que fui solta dois dias depois de eu sair. Eu ainda disse para ela; "Mas eu pedi para os guardinhas avisarem você". E ela, já em casa, onze dias depois: "Pois é Eliana, não me disseram nada." Esta foi a única conversa sobre a prisão que tive com minha mãe durante todos estes anos. Fora a bronca que tomei por ter trazido a bolsa dela. Cena que relato a seguir.

> "Fui colocada novamente nesta espécie de corredor polonês, com a venda, mas minutos depois a tortura recomeçou pior do que antes. Foi aí que comecei a ter uma crise de choro compulsiva. Já estava quase entardecendo, devia ser cinco, seis horas da tarde"

Eu fui solta em 24 horas e mamãe ficou onze dias presa. Quando eu saí da prisão, me tiraram da cela, com a minha vendinha, e me levaram para uma sala, espécie de sala de saída e me deram a bolsa da mamãe com tudo dentro. Nesta sala estavam dois militares. Outros dois, a paisana e desconhecidos que me ordenaram: "Agora você sai". Eu respondi: "Não saio, só saio daqui com minha mãe, como cheguei". Morrendo de vontade de sair dali correndo. Ainda falei: "Porque isso aqui é a bolsa da minha mãe, se ela souber que eu estou saindo com a bolsa dela com tudo dela, inclusive cigarro, ela não vai gostar". "Não vou sair, não saio". Eles: "Vai sair". Eu, "Não vou sair".

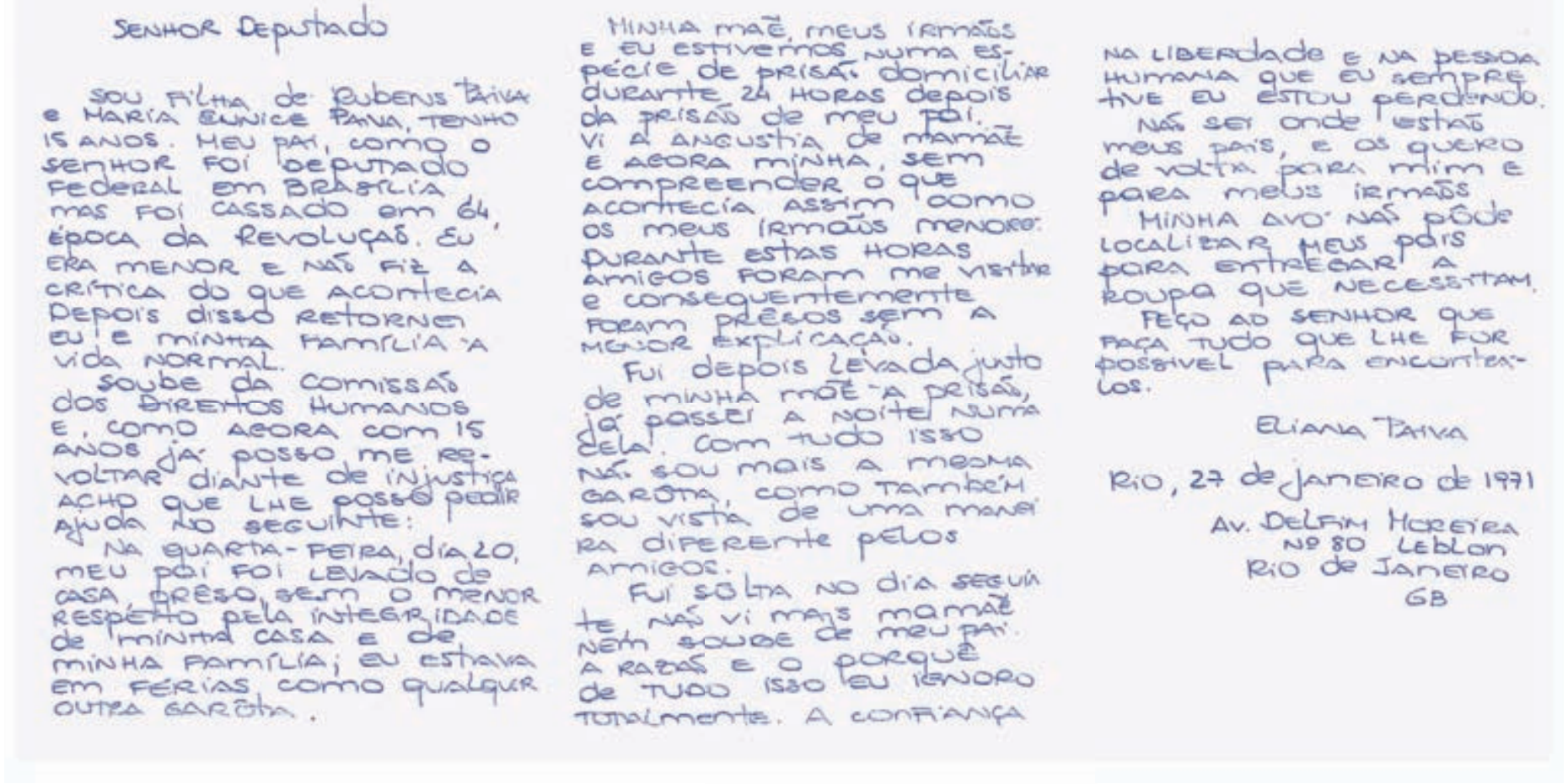
Ainda tentei negociar deixar cigarros e outras coisas, mas não deixaram. Colocaram a venda de novo, levaram-me até a saída, eu me lembro de ter assinado qualquer coisa, me colocaram em um fusca e me soltaram na Praça Saens Peña, na Tijuca. Fui para um bar ali ao lado e com a carteira de endereços da minha mãe e dinheiro, liguei para o Bocayuva Cunha ir me buscar. Foi uma conversa rápida por telefone. Pedi um sundae e esperei Bocayuva chegar. Não consegui comer, minha cabeça pensava em tudo, principalmente na minha mãe.

Bocayuva chegou com um médico da família. Conversamos sobre o que tinha acontecido. Quando entramos no túnel Rebouças, que liga a Zona Norte entrei em prantos, enlouquecida de dor e preocupação. Quando cheguei em casa meus avós maternos já estavam lá. Não me lembro dos meus irmãos. Durante onze dias quando a minha mãe esteve presa, eu botava maiô, saía de casa, dizia para o meu avô que estava indo à praia (porque meu avô, pai da minha mãe, é um italiano Facciolla, completamente histérico e não podia saber o que estávamos fazendo), pela praia eu caminhava até o final do Leblon, onde era o apartamento do Bocayuva Cunha.

Lá, alguns amigos dos meus pais se reuniam todos os dias pela manhã e iniciaram uma campanha nacional e internacional de pressão para a soltura de Rubens e Eunice. Foi Raul Ryff que me ajudou, inclusive, a redigir uma carta contando da minha prisão e pedindo a soltura dos meus pais. A ideia deles, desse grupo de amigos de papai, era tentar divulgar o sequestro de Rubens e Eunice, o mais rápido possível. Uma vez estive com meus avós ao 1º Exército no Rio, para levar roupas, objetos de higiene para os dois. Os militares não aceitaram tudo, mas pegaram uma ou outra coisa.

Recentemente, foi encontrada na casa do General Molinas uma lista em uma página datilografada de objetos pessoais e livros que teriam sido levados com papai para prisão. É aí que se confirma a impressão que tinha de que revistaram a casa inteira. Tinha livros, de dez a quinze livros e, certamente, foi neste momento que o meu trabalho escolar foi junto.

Quanto aos problemas relatados pelas crianças presas, eu também tive um estresse muito grande. Devia ter entre 24 a 25 anos de idade. Logo após o acidente do meu irmão Marcelo, que o deixou tetraplégico. Acho que foi o único momento em que não aguentei e alguma coisa disparou dentro de mim. Foi quando fiquei delirando por uns dois dias, consciente, tanto que



SENHOR Deputado

SOU FILHA de RUBENS PAIVA e MARIA EUNICE PAIVA, TENHO 15 ANOS. MEU PAI, COMO O SENHOR FOI DEPUTADO FEDERAL EM BRASÍLIA MAS FOI CASSADO em 64, ÉPOCA da REVOLUÇÃO. EU ERA MENOR E NÃO FIZ A CRÍTICA DO QUE ACONTECIA DEPOIS disso RETORNEI EU E MINHA FAMÍLIA A VIDA NORMAL.

SOUBE da COMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS E, COMO AGORA COM 15 ANOS JÁ POSSO ME REVOLTAR diante de INJUSTIÇA ACHO QUE LHE POSSO PEDIR AJUDA NO SEGUINTE:

NA QUARTA-FEIRA, dia 20, MEU PAI FOI LEVADO de CASA PRESO, SEM O MENOR RESPEITO PELA INTEGRIDADE de MINHA CASA E de MINHA FAMÍLIA; EU ESTAVA EM FÉRIAS COMO QUALQUER OUTRA GAROTA.

MINHA MÃE, MEUS IRMÃOS E EU ESTIVEMOS NUMA ESPÉCIE DE PRISÃO DOMICILIAR DURANTE 24 HORAS DEPOIS DA PRISÃO de MEU PAI. VI A ANGÚSTIA de MAMÃE E AGORA MINHA, SEM COMPREENDER O QUE ACONTECIA ASSIM COMO OS MEUS IRMÃOS MENORES. DURANTE ESTAS HORAS AMIGOS FORAM ME VISITAR E CONSEQUENTEMENTE FORAM PRESOS SEM A MENOR EXPLICAÇÃO.

FUI DEPOIS LEVADA JUNTO de MINHA MÃE À PRISÃO, JÁ PASSEI A NOITE NUMA CELA. COM TUDO ISSO NÃO SOU MAIS A MESMA GAROTA, COMO TAMBÉM SOU VISTA DE UMA MANEIRA DIFERENTE PELOS AMIGOS.

FUI SOLTA NO DIA SEGUINTE, NÃO VI MAIS MAMÃE NEM SOUBE DE MEU PAI. A RAZÃO E O PORQUÊ de TUDO ISSO EU IGNORO TOTALMENTE. A CONFIANÇA NA LIBERDADE E NA PESSOA HUMANA QUE EU SEMPRE TIVE EU ESTOU PERDENDO.

NÃO SEI ONDE ESTÃO MEUS PAIS, E OS QUERO de VOLTA PARA MIM E PARA MEUS IRMÃOS

MINHA AVÓ NÃO PÔDE LOCALIZAR MEUS PAIS PARA ENTREGAR A ROUPA QUE NECESSITAM.

PEÇO AO SENHOR QUE FAÇA TUDO QUE LHE FOR POSSÍVEL PARA ENCONTRÁ-LOS.

ELIANA PAIVA

RIO, 27 de JANEIRO de 1971

AV. DELFIM MOREIRA
Nº 80 LEBLON
RIO de JANEIRO
GB

Carta escrita por Eliana Paiva a partir da proposta do jornalista Raul Ryff para divulgação nos meios políticos e na imprensa nacional e internacional. Raul era assessor de imprensa do Jango.

recusei os remédios que me davam. Mas passou como veio. Porém, por mais estranho que pareça o que veio nesses delírios foi a memória de judeus e holocaustos que eu não deveria ter, porque eu não sou judia.

A explicação disso me parece meio óbvia: eu leio muito, histórias existem de todos os tipos, entre textos e imagens, sobre os campos de concentração nazistas. Foi esta a única referência objetiva que tinha quando tentei entender o que eu sei, li, vi, ouvi, senti e pensei no DOI-CODI. Eu pelo menos entendi que estava em um campo de concentração ali dentro. Sequestrada, maltratada e politicamente excluída.

Para concluir, acho importante saber onde foram parar os restos mortais de meu pai. Porque todos têm o direito de saber o que aconteceu. Já que a morte foi apurada. É preciso que as Comissões da Verdade insistam em saber onde estão os restos mortais. Quem foi que o matou não interessa tanto como saber onde estão seus restos mortais. Que assassinaram, que torturaram já se sabe. Os torturadores precisam ser identificados, sim. Mas é necessário que a história seja contada, porém vários fatos ainda faltam ser apurados.

MARIA ELIANA FACCIOLLA PAIVA nasceu em 1º de junho de 1955. Segunda de cinco filhos de Rubens Beyrodt Paiva e Maria L. Eunice Facciolla Paiva. Professora universitária, Jornalista, Editora de Arte. Possui Licenciatura em Educação Artística, com Habilitação em Artes Plásticas pela ECA - USP. Mestrado em Ciências, Curso Ciências da Comunicação pela ECA - USP. D.E.A. (Diplôme d'Études Approfondies) em Estéticas, Tecnologias e Criação Artísticas no Departamento Artes e Tecnologias da Imagem (A.T.I.) e Departamento de Artes Plásticas pela Université Paris VIII. Doutorado em Ciências da Comunicação, área Jornalismo pela ECA - USP. Concluiu Pós-doutorado pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é pesquisadora/colaboradora da Linha de Pesquisa Design, Comunicação, Cultura e Artes Departamento de Design e Artes da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), como integrante do "Grupo Barthes: estudo dos aspectos subjetivos envolvidos nos processos de configuração e de recepção de objetos de uso e de imagens".

Álbum de família

1. Marcelo, Ana Lucia, Vera, Beatriz e Eliana na casa da família na alameda Tietê, São Paulo

2. Eliana Paiva, na Argentina, na volta do pai do exílio

3. Eunice, Beatriz, Ana Lucia no colégio Sion, Rio de Janeiro

4. Rubens e Beatriz na casa da rua Delfim Moreira, Leblon, Rio de Janeiro

5. Rubens e Marcelo na mesma casa

6. Eliana, Marcelo, Beatriz, Vera, Eunice e Ana Lucia logo após a prisão na casa da rua Delfim Moreira, Leblon, Rio de Janeiro

7. Ficha de Rubens em prontuários dos órgãos de repressão

1

2

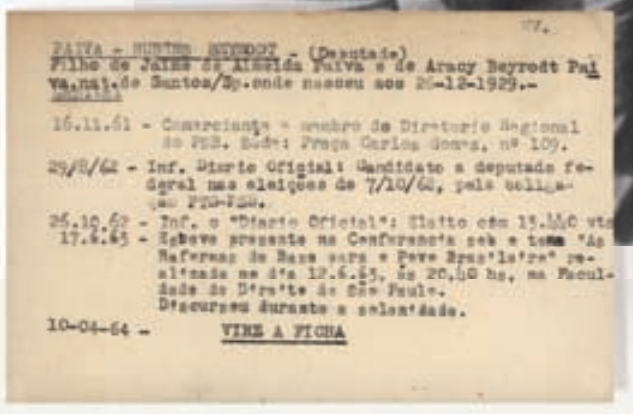
3

4

5

6

7



PAIVA - RUBENS BEYRODT - (Deputado)
Filho de JAIME de Almeida Paiva e de Aracy Beyrodt Paiva, nasceu em Santos/Sp. onde nasceu aos 26-12-1929.-

16.11.61 - Comerciante e membro do Diretorio Regional do PTB. Sede: Praça Carlos Gomes, nº 109.
29/8/62 - Inf. Diario Oficial: Candidato a deputado federal nas eleições de 7/10/62, pela coligação PTB-PSB.
26.10.62 - Inf. o "Diario Oficial": Eleito com 15.000 votos
17.6.63 - Esteve presente na Conferencia sob o tema "As Reformas de Base para o Povo Brasileiro" realizada no dia 12.6.63, às 20,00 hs, na Faculdade de Direito de São Paulo.
Discursou durante a solenidade.
10-04-64 - VIDE A FICHA

Rubens Beyrodt Paiva nasceu em Santos em 26 de dezembro de 1929. Filho de Jaime Almeida Paiva, advogado, fazendeiro do Vale do Ribeira e despachante do Porto de Santos, e de Araci Beyrodt.

Era engenheiro formado pela Universidade Mackenzie, em São Paulo, em 1954. Militou no movimento estudantil. Foi presidente do centro acadêmico da universidade e vice-presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo.

Em outubro de 1962 foi eleito deputado federal por São Paulo, na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Teve seu mandato cassado no dia 10 de abril de 1964, um dia antes da edição do AI-1.

Exilou-se na Iugoslávia e depois na França e, durante a escala de uma viagem que fazia para Buenos Aires, conseguiu pegar um voo para São Paulo, seguindo para a casa de sua família, decidido a não mais sair do Brasil. Mudou-se com a família para o Rio de Janeiro, voltou a exercer a engenharia e a cuidar de seus negócios, mas mantendo contato com os exilados.

Em 20 de janeiro de 1971 estava na sua casa quando foi sequestrado por agentes da repressão. Foi apresentada na época uma versão oficial e falsa sobre seu desaparecimento que afirmava que seu carro havia sido atacado por indivíduos desconhecidos e que, a partir dali, nunca mais havia sido visto. Esta versão só foi publicamente desmascarada no ano de 2014, com documentos e depoimentos coletados pela Comissão Nacional da Verdade, com confirmações de agentes que assumiram participação e esclareceram as circunstâncias da tortura, morte e ocultação do cadáver de Rubens.

Em sua homenagem, a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, instalada em 2012, assumiu seu nome, como forma de resgate de sua memória.

Maª Lucrécia Eunice Facciolla Paiva nasceu no Brás, em São Paulo, em 7 de novembro de 1929. Filha de imigrantes italianos, estudou no Colégio Notre Dame de Sion.

Conheceu Rubens aos 17 anos, através de Maria, irmã caçula de Rubens. Eunice e Rubens casaram-se com a mesma idade, aos 23 anos, em São Paulo, em 30 de maio de 1952. Formada em Línguas Neolatinas, pela Faculdade de Letras da Universidade Mackenzie, no início da década de 1950; pela mesma universidade, completou seu bacharelado em Direito, em 1977, quando foi paraninfa de sua turma. Teve cinco filhos: Vera Silvia (setembro de 1953), Maria Eliana (junho de 1955), Ana Lucia (fevereiro de 1957), Marcelo Rubens (maio de 1959) e Maria Beatriz (agosto de 1960).

Foi detida no dia 20 de janeiro de 1971, com sua filha Eliana, mesmo dia do desaparecimento de Rubens Paiva. Sua filha foi libertada no dia seguinte, mas Maria Lucrécia permaneceu presa por doze dias, incomunicável.

"Sou Ernesto Guevara, sou filho de guerrilheiro"

por Ernesto José Carvalho

Queria parabenizar o deputado Adriano Diogo e todas as pessoas envolvidas nessa luta. Acho que a nossa geração tem a obrigação política e moral de passar a história a limpo, como a geração de 1968 teve a obrigação de resistir à violência do Estado.

Eu sou filho de um operário que se chama Devanir José de Carvalho, morto em abril de 1971. A versão oficial é que ele resistiu à prisão no dia 5 de abril e acabou sendo morto em conflito. Meu pai era mineiro, de onde saiu no meio da década de 1950. Foi morar no ABC com meus tios e meus avós, começou a trabalhar como metalúrgico, era ferramenteiro e se envolveu nas lutas sindicais do ABC, na formação do sindicato e depois ingressou no Partidão. Dali foi para a Ala Vermelha e depois o Movimento Revolucionário Tiradentes, que é o MRT, organização que ele liderava.

Quando cheguei aqui e vi esse seminário "Infância Roubada", fiquei refletindo um pouco sobre isso. E quando a assessoria pediu meu nome para preencher a plaquinha, passei o meu nome de registro. Na hora de passar o meu nome, sempre tenho esse problema, penso numa parte roubada da minha infância. Uma das coisas que foram roubadas da minha infância foi o meu nome.

O meu nome de registro é Ernesto José Carvalho, mas era para ser Ernesto Guevara José de Carvalho, que era uma homenagem que meu pai estava prestando ao comandante. Eu nasci em janeiro de 1968 e o Che [Guevara] tinha morrido em 1967. Isso foi, inclusive, tema de discussão dentro da organização política, se o meu nome poderia ser esse ou não. Porque eles tinham medo, os cartórios estavam sendo vigiados e o meu pai nessa época já vivia na clandestinidade.

Ernesto e Carlos Alberto, São Paulo, 1971

Quando eu entendi a história, já na Europa, comecei a usar o Guevara. Até meus tios e as pessoas mais próximas me chamavam de Guevara, de Che, de comandante e comecei a usar, mas nunca me preocupei em ir ao cartório e mudar o nome nem nada. Hoje, muita gente me conhece pelo Guevara. Eu apresento um programa de TV e uso o nome no GC de Ernesto Guevara. Eu tive o nome roubado por conta dessa história.

> "Chegando lá, alguns policiais estavam usando os objetos pessoais do meu pai, como uma jaqueta e um relógio"

Quando o meu pai foi morto, em abril de 1971, eu tinha 3 anos e meu irmão, Carlinhos, tinha 7. Nós morávamos na Zona Sul e meu pai foi capturado no Tremembé, Zona Norte de São Paulo. Logo depois disso, fomos morar num aparelho, que foi invadido pela polícia dez dias depois. Então houve um tiroteio e morreram mais duas pessoas. Neste dia, minha mãe foi presa e o Dimas Casemiro assassinado.

Eu e meu irmão assistimos a tudo e em seguida fomos levados para a OBAN. Chegando lá, tem um detalhe dolorido, mas importante de se falar, porque dá um pouco a dimensão não só da violência física, mas também moral. Alguns policiais estavam usando os objetos pessoais do meu pai, como uma jaqueta e um relógio. Enfim, de lá, fomos entregues aos meus avós e minha mãe ficou trinta dias presa. Quando ela saiu, foi montada uma operação para sairmos do país e fomos para o Chile. E nós montamos uma operação, na qual eu, meu irmão e um companheiro chamado Caio Venancio, também tínhamos a tarefa de entrar na embaixada da Argentina, que era o único lugar onde poderíamos ficar. Vários companheiros brasileiros já estavam lá. Conseguimos entrar numa ação violenta, na qual o Caio acabou sendo ferido. Ficamos lá três uns ou quatro meses.

Chegamos na Argentina no final de 1973, eu já estava com 5 anos. Muitos brasileiros foram para lá, inclusive os meus tios paternos, Daniel [José de Carvalho] e Joel [José de Carvalho], que eram militantes e são desaparecidos. Lá, a gente vivia aparentemente numa certa tranquilidade, apesar de vivermos em um local específico separado pela ONU para os refugiados. Havia um clima de terror porque a operação Condor já estava a todo vapor e o governo brasileiro tinha uma estratégia de atrair os refugiados, por meio de emboscada. Foi isso que

aconteceu com os meus tios, Daniel e Joel, na Argentina. Eles foram atraídos por uma emboscada feita por "cachorros", que eram militantes que tinham passado para o outro lado e tinham a tarefa de ir até onde estavam os refugiados nos países do Cone Sul e convencê-los a voltar.

Meu pai morreu com 27 anos, e meus tios com 20 e poucos também.

A minha memória fica muito clara a partir da nossa chegada no Chile. No Brasil, quando eu tinha 3 anos, por exemplo, não me lembro de nada da figura do meu pai, não me lembro de nenhum momento com ele. Até para reconstituir a imagem dele eu levei muito tempo, porque nem fotos a gente tinha. Temos uma foto dessa época em que ele está distante, é a única e última foto que temos com ele: estamos eu, meu irmão e ele.

Acho que essa parte roubada da nossa vida tem um significado muito grande. Quando nós chegamos ao Chile, à Argentina e a Portugal, eu convivia com pessoas que tinham a mesma afinidade ideológica que os meus pais. Cresci em cima dessa crença, dessa firmeza ideológica, desse orgulho que a gente tem da história do meu pai, dessa geração. Mas quando voltei ao Brasil, em 1979, ainda vivíamos sob a ditadura e eu fui morar com a família dos meus avós maternos e tios, em Diadema. Para mim foi um choque. Eu tinha até um tio do outro lado, que era milico. Cheguei e as pessoas me tratavam como filho de bandido. Inclusive na escola, logo que eu cheguei, comecei a ter problemas, porque a história que eles contavam não era a mesma história que eu conheci e concordava.

Então, quando meu tio mais velho que também foi refugiado [Derly José de Carvalho] voltou ao Brasil, em 1982, aí eu comecei a ter uma referência diferente da que eu estava tendo. Então eu acho que a nomenclatura deste seminário é muito, pelo menos para mim, pertinente.

Eu acho que a Eliana [Paiva] falou um pouco dessa estratégia que a gente tem na adolescência, na infância, de ter uma defesa. Eu continuo tendo isso. Tenho 45 anos, já vivi quase vinte anos a mais do que o meu pai viveu, já sou avô e continuo tendo essa questão de talvez maximizar um pouco, carregar na tinta. Por exemplo, eu até ia fazer um ato simbólico de escrever Guevara no meu nome aqui embaixo, porque é mais um ato afirmativo.

> "Cresci em cima dessa crença, dessa firmeza ideológica, esse orgulho que a gente tem da história do meu pai, dessa geração"

Quando eu era mais novo, já tive problemas ao dar entrevista para a imprensa burguesa e os caras me provocarem com essa questão do nome, questionando se não seria oportunismo meu. Como eu sou músico, já ouvi provocações de várias formas, mas o que eu faço, apesar de também ser fã do comandante Guevara, é mais uma homenagem à escolha que o meu pai fez. Nesses momentos, eu vivo dizendo que tenho orgulho enorme da história do meu pai, dos meus tios, e de todos que resistiram ao golpe de 1964, de toda essa geração. Nem sei se a gente teria essa capacidade, se a minha geração teria essa capacidade, mas sou um defensor, inclusive dos atos mais extremos que essa geração tomou, como a luta armada. Eu acho que essas situações são completamente justificadas, a violência era do Estado, e não dessa geração, que estava resistindo a uma violência, que foi o golpe.

Essa questão que a gente carrega, de promover as ações afirmativas em defesa da memória dessas pessoas, eu continuo tendo problemas com isso. Hoje, a internet é um campo democrático, para o bem e para o mal, então a gente ouve barbaridades. Na minha página do facebook eu faço questão de ter o meu nome, a história do pai. Outro dia recebi uma provocação na minha página do twitter. Até mudei a apresentação. A pergunta é "Quem você é?". Eu coloquei: "Sou Ernesto Guevara, sou filho de guerrilheiro". Esse embate causa incomôdo e acaba roubando uma parte da sua vida, porque ele não é só ideológico. Talvez ele seja muito mais emocional do que ideológico.

Eu sou músico e já tive dificuldades de trabalhar por conta do meu nome, apesar de meu trabalho ser muito mais voltado para essa história. Eu tenho um espetáculo que se chama *Canções da Resistência,* que conta essa história por meio da música e de depoimentos, da apresentação do filme *15 filhos*, e isso naturalmente acaba tendo provocações, discussões. Continuamos tendo fases, energias roubadas por conta dessa história toda.

Esses dias o cantor Lobão, que é de praxe falar algumas besteiras, (ele já disse que a ditadura arrancou umas unhazinhas) disse numa entrevista que ele queria que as vítimas da ditadura se "fodessem".

A gente continua tendo uma parte da nossa vida roubada nessas agressões no campo ideológico. As forças que deram o golpe militar em 1964 continuam exercendo seu poder na democracia. E do ponto de vista pessoal é um desgaste enorme ouvir um cara como o Lobão que na minha geração foi muito ouvido, contestador dizendo um absurdo desse.

Meu pai tinha quatro irmãos: Daniel e Joel estão desaparecidos desde 1974, o Jairo que era o caçula e o Derly que era o mais velho. O Derly mora aqui no ABC Paulista, voltou do exílio em 1981, 1982 salvo engano, mora no ABC. O Jairo, caçula, acabou casando na Europa, constituiu família e não conseguiu voltar de vez para o Brasil até hoje. Meu irmão é professor de história.

Nós recebemos o pedido de perdão do Estado brasileiro e fiquei emocionado em receber o pedido de perdão feito pelo ministro José Eduardo Cardozo, que é um cara que eu adoro e é um companheiro. Quando cheguei a Brasília e entrei no Ministério da Justiça e veio o José Eduardo, pensei: "Puxa, a gente mudou mesmo, o país está muito melhor". Lá em Diadema tem uma escola linda com o nome do meu pai, tem rua no Rio de Janeiro e aqui em São Paulo.

E acho que os torturadores têm que ser punidos. E não é por revanchismo. Uma vez eu dei uma entrevista e disse que não me interessava conhecer o algoz do meu pai, o cara que foi lá e o assassinou. A gente até sabe disso, mas eu disse que o problema era o sistema, não indicar a pessoa. Mas isso não quer dizer que eu não ache correto que essas pessoas tenham a sua punição. Uma coisa que eu aprendi, com a história do meu pai, é que a luta não pode ser uma coisa pessoal porque estamos falando de um projeto político, de luta de classes. Na verdade, eu torço para que todos eles fiquem vivos até a velhice extrema e possam ver triunfar um país mais justo, fraterno e democrático, sonho da geração do meu pai e que esses facínoras mataram, torturaram e roubaram, para que o sonho não se realizasse, e o pior castigo seria assistirem à vitória da classe trabalhadora.

O *modus operandi* que a polícia usa hoje é o mesma. A polícia hoje, no Estado democrático, continua achando que o método de investigação mais eficiente é a tortura e isso é uma herança que a gente recebeu, que o regime militar deixou.

ERNESTO JOSÉ CARVALHO nasceu em 31 de janeiro de 1968, filho de Devanir José de Carvalho e de Pedrina José de Carvalho, é músico.

Ernesto, Carlos e Pedrina em uma praça de São Paulo, 1970

> “Uma coisa que eu aprendi com a história do meu pai, é que a luta não pode ser uma coisa pessoal porque estamos falando de um projeto político, de luta de classes”

Devanir José de Carvalho nasceu em Muriaé (MG), em 15 de julho de 1943, filho de Ely José de Carvalho e Esther Campos de Carvalho. Assassinado em 7 de abril de 1971, em São Paulo, foi dirigente do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT). Casou-se com Pedrina José de Carvalho, com quem teve dois filhos, Carlos e Ernesto.

Nos anos 1950, seus pais se mudaram para São Paulo em busca de melhores condições de vida. Ele e seus irmãos, Derly, Joel, Jairo e Daniel, foram trabalhar no ABCD paulista no início da instalação das indústrias metalúrgicas e automobilísticas. Ainda adolescente, aprendeu com o irmão mais velho o ofício de torneiro-mecânico e desde então passou a trabalhar nas indústrias da região, como Villares e Toyota.

Em 1963, ajudou a fundar o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, participando ativamente de sua organização e da realização de greves. Ingressou no PCdoB e, após o golpe de 1964, mudou-se com a família para o Rio de Janeiro (RJ), onde passou a trabalhar como motorista de táxi. Em 1967, começou a militar na Ala Vermelha, uma dissidência do PCdoB, voltando para São Paulo (SP). Em 1969, desligou-se da Ala Vermelha e, com outros companheiros, fundou o MRT em outubro daquele ano.

Devanir fez treinamento de guerrilha na China, participou e comandou inúmeras ações armadas contra a ditadura. Ele e Eduardo Collen Leite, o Bacuri, dirigente da Rede (Resistência Democrática), deram início ao que viria ser depois a Frente Armada Revolucionária, junto com a VPR ao realizar o sequestro do cônsul-geral do Japão em São Paulo (SP), Nobuo Okuchi, em março de 1970, quando cinco prisioneiros políticos e três crianças foram trocados pelo diplomata.

Documento do Serviço de Informação do DOPS/SP informa que em *"[...] 5/4/71 - 11h00 - 9:50 hs o terrorista Devanir José de Camargo [sic], ocupando o Volks, cor azul, chapa 'fria' AE-3248, portando metralhadora, manteve tiroteio com policiais, que resultou ferimentos graves no terrorista que não resistindo aos ferimentos morreu"*. Segundo a requisição de exame necroscópico, foi morto em via pública na rua Cruzeiro, 111.

Conforme o depoimento de Ivan Seixas, ex-preso político e militante do MRT à época, Devanir foi capturado ferido nessa Rua Cruzeiro, 111, no bairro do Tremembé, Zona Norte de São Paulo, quando tentava resgatar um companheiro e sua família que moravam nesse endereço. Levado vivo para o DOPS/SP, Devanir foi torturado até a morte durante três dias seguidos

Pedrina José de Carvalho conheceu Devanir em Diadema (SP), no começo da década de 1960. Em 1963 casaram-se e tiveram dois filhos, Carlos e Ernesto Guevara, nascidos em 1964 e 1968, respectivamente. Em 1969, a família entrou para a clandestinidade. Viveram em várias casas e não podiam receber nem visitas familiares. A família ficou junta até a morte de Devanir, em 1971.

Dias depois do assassinato, Pedrina chegou a ser presa nas dependências da Operação Bandeirante (OBAN) por um mês. Após a prisão, passou a ser perseguida pela ditadura. Exilou-se com os filhos. Primeiro foi para o Chile, depois para a Argentina, passou por Portugal e retornou ao Brasil depois da Lei de Anistia promulgada em 1979. Teve mais dois filhos. Hoje, vive em Diadema (SP).

1

1. Devanir e seus irmãos Jairo, Derly, Joel e Daniel, quando crianças. Todos tornaram-se militantes

2. Daniel, Jairo e sua então esposa, a chilena Laura, grávida, e Joel. Foto tirada no Chile pouco antes do golpe de Pinochet, 1973

3. Devanir, São Paulo, 1968

4. Devanir com operários na Toyota, São Paulo, 1963. Ele é o terceiro da direita para a esquerda

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

5. Devanir e Carlos, São João Clímaco (SP), 1969

6. Carlos andando de bicicleta, São João Clímaco (SP), 1969

7. Maria José Pereira Rezende e Pedro José Rezende, avós maternos do Ernesto Seu avô era também militante comunista

8. Carlos e Pedrina, Argentina, 1974. A menina na foto não foi identificada

9. Ernesto, Carlos e, ao fundo, a avó Maria e Pedrina, Buenos Aires, Argentina, 1974

10. Carlos, Ernesto, Pedrina e Isaura Coqueiro na casa dos pais do Devanir, São Bernardo do Campo(SP), 1971

11. Ernesto e Carlos em uma praça em Portugal, 1976

“Foi muito terrível para meus filhos”

por Pedrina José de Carvalho

Meu marido, Devanir José de Carvalho, era militante desde a época do sindicato. Ele começou fazendo reuniões, ações, manifestações. Até esse momento, nós sabíamos o que estava acontecendo. Fomos para o Rio de Janeiro, onde ficamos morando por um tempo. Ele era militante do PCdoB. Depois, voltamos para São Paulo, onde ele entrou na Ala Vermelha. [Em 1969, desligou-se da Ala Vermelha e, com outros companheiros, fundou o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) em outubro daquele ano]. O Carlos, meu filho mais velho, nasceu um pouco antes do golpe, em 2 março de 1964. E o Ernesto nasceu em 1968.

Em 1964, nós estávamos morando em São Paulo. E a militância do Devanir era tranquila. Ele participava de reunião na casa de um, de outro. Quando houve o golpe, eu estava de dieta do Carlos e tive que ir à casa do Derly [irmão de Devanir] para tirar as coisas dele de lá. Como ele era diretor do sindicato, houve intervenção e ele teve que fugir para não ser preso.

Devanir trabalhou nas empresas Villares e Toyota. Em 1969, a coisa ficou mais complicada, porque companheiros começaram a ser presos e ele teve que entrar na clandestinidade. Na nossa vida, o que mudou com a entrada na clandestinidade foi que os garotos não podiam mais ir à escola, só se fosse com documento falso. O Carlos só pôde ir para a escola quando nos mudamos para o Chile, já aos 7 anos. Nesse período de clandestinidade, mesmo sem eles poderem ir à escola, eu procurava ter uma vida normal. O Devanir participava de reuniões, saía para fazer ações, mas a gente não sabia onde eles estavam.

Quando os irmãos do Devanir foram para o Chile [Derly, Daniel, Joel e Jairo foram presos em maio de 1969, ficaram incomunicáveis durante o mesmo período. Foram libertados (e banidos) em janeiro de 1971, em troca do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher] até os advogados diziam que era para o Devanir ir embora. Mas ele dizia: “Eu não vou desbundar. Se você quiser ir embora com os meninos, tudo bem, mas eu não vou”. Eu disse: “Não, tudo bem”. E fiquei até o final.

Desde que entramos na clandestinidade, em 1969, muita coisa mudou. Ficamos afastados da família. Eu não podia visitar meus pais, apenas tinha notícias. Moramos em vários lugares. Foram umas cinco casas. Nos mudávamos a toda hora e quando algum companheiro era preso, tínhamos que sair das casas só com a roupa do corpo e documento. Ficamos juntos até sua morte, em 1971.

O Carlos era o filho mais velho, então ele percebia mais o que se passava. Meus filhos não tinham muito contato com outras crianças, só em 1970 quando eu comecei ter amizade com uma vizinha e as crianças passaram a brin-

Pedrina em Portugal, 1976

car no quintal com os filhos dela. Na nossa casa, tínhamos muitos documentos de militância. As crianças tinham acesso normal ao local onde os documentos ficavam, mas os vizinhos não. Então, ninguém de fora podia vir na nossa casa.

Também não podíamos ir ver nossas famílias. Um dia, em 1970, fomos de madrugada para visitar os pais do Devanir. Acho que foi a última vez que a mãe dele o viu.

A notícia da prisão dele chegou da seguinte forma: nós tínhamos um ponto de emergência. Caso ele não chegasse em casa até tal hora, é porque havia sido preso e não iria voltar. Então eu teria que ir encontrar um companheiro às nove da manhã, do dia seguinte, em Santo Amaro, onde tem a estátua do Borba Gato. Como ele não apareceu, eu fui para esse lugar e encontrei o Dimas [Antônio Casemiro, companheiro de organização de Devanir]. Era dia 6 de abril de 1971. Nessa hora eu já imaginei que o Devanir tinha sido preso. O Ivan [Seixas] também estava nesse ponto. Nem voltamos para casa, fomos direto para a casa do Dimas, com apenas uma peça de roupa. Lá ficamos até dia 17, quando Dimas foi morto. Depois disso, os companheiros foram até a nossa casa, porque nós havíamos deixado tudo por lá. Os meninos sentiam o clima, ficavam quietinhos sabendo que tinha alguma coisa errada. Eu falava, "calma, vai dar tudo certo".

No período que ficamos na casa do Dimas, o pequeno Ernesto perguntava do pai a toda hora e a gente dizia: "O pai viajou" para ele se acalmar. Mas o Carlos, que já estava maior, entendia, ficava triste e queria vingar a morte do pai.

A notícia da morte do Devanir chegou quando estávamos na casa do Dimas: "Terrorista morto". Foi muito difícil. Eu dizia para os meninos: "Vai ficar tudo bem, vamos ficar na casa da vó, têm os tios no Chile, nós vamos para lá".

Eu fui presa no dia que mataram o Dimas. Eu tinha 25 anos. Estava na casa dele com as crianças e foi terrível. Os homens disseram que iam levar meus filhos para o Juizado de Menores e eu disse: "Não! Ele tem avós dos dois lados".

Nesse dia, o Dimas saiu junto com o Gilberto Faria Lima e eles falaram: "A janela fica aberta, qualquer coisa vocês fecham". E a Maria Helena, mulher do Dimas, estava saindo com o filho deles quando os homens chegaram. Foi um susto. Quando eu escutei uma voz diferente, corri para o quarto para fechar a janela. Mas eles acharam que eu ia pegar uma arma que estava no quarto. Acho que eram cinco homens. Eles disseram: "Vocês tiveram muita sorte de termos pegado eles na rua [estavam falando do Dimas, que tinham matado]. Se não, não íamos poupar nem as crianças".

Meu medo era levarem as crianças para o juizado, mas deixaram eu ir até a casa da minha sogra para deixar as crianças lá, antes de ser levada para a Operação Bandeirante.

Nos interrogatórios, faziam tortura psicológica, ameaçavam buscar meus filhos, alegando que assim e eu iria falar. E eu dizia "não tenho nada para falar", dizia que quem tinha os contatos era meu marido. Eles falavam que iam me levar ao Rio, me colocaram num carro, rodaram comigo pela cidade, me deixaram sentada numa praça para ver se alguém vinha. Fiquei presa por um mês e saí de lá pesando 54 quilos. Eles me diziam "olha como você está acabada".

Roberto, Pedro Gil, Ernesto e Carlos, na casa da Pedrina, Diadema (SP), 2010

No período em que estive presa, embora eles nunca tenham falado nada, imagino que o Carlos e o Ernesto tenham sofrido muito. Foi muito terrível para eles. O Carlos ajudou a cuidar do Ernesto.

Fiquei presa durante um mês e quando fui solta, todas as terças-feiras eu tinha que ir à OBAN assinar um papel. Eu não aguentava mais. Eu não tinha mais vontade de ficar no Brasil. Um dia, a Isaura Coqueiro me disse que um companheiro da ALN falou: "Diga à Pedrina que se ela quiser ir para o Chile tem um pessoal lá esperando por ela".

Resolvi ir embora, mas não podia falar para ninguém, nem para a minha mãe. Disse à ela: "Estou pensando em ir para Cachoeira Paulista, na casa da vó". Ela disse: "Ah, é bom mesmo, vá, sim". Arrumei uma mala e fomos pra a rodoviária. Chegando lá, tinha um cara de bigode. Logo o reconheci. Era um policial. Não sei o nome, mas era da OBAN. Ele me perguntou: "Está fugindo, Pedrina?", e eu respondi "Não, estou indo para a casa da minha avó".

Entrei no ônibus apavorada e saí pelo Paraguai, com as duas crianças. Chegamos em Assunção e só conseguimos passagem para o dia seguinte. Passamos a noite sentados em um banco da rodoviária. Foi uma viagem muito difícil.

Quando chegamos no Chile, estavam todos da família do Devanir. O Joel, o Daniel, meus cunhados. Foi uma época tranquila, uma beleza, eu pude trabalhar... Se não fosse o golpe do Pinochet, acho que eu nem voltava. O golpe foi terrível, vi aviões fazendo bombardeios... vi tanques de guerra.

Nos refugiamos na embaixada da Argentina, onde ficamos por uns quatro meses. Lá os meninos pegaram piolho, nós passamos fome. E também pegamos um terremoto. A embaixada tremeu feio. Então fomos morar na Argentina. Nos refugiamos na embaixada da Argentina, onde ficamos por uns quatro meses. Lá os meninos pegaram piolho, nós passamos fome. E também pegamos um terremoto. A embaixada tremeu feio. Então fomos morar na Argentina. Lá, para os meninos, acho que o melhor período foi quando ficaram juntas crianças brasileiras, uruguaias, chilenas, depois do golpe do Chile na Argentina. Chegamos a ficar um ano na Argentina. Minha mãe foi duas vezes nos visitar lá.

Depois resolvemos ir para Portugal por causa da língua. Fomos em 1974, Jairo e eu. A mulher dele já estava lá. Lá eles se soltaram, pegavam bonde, ônibus, andavam sozinhos, iam ao cinema. E eu relaxei, ia para a praia com eles. Ficamos morando lá de 1974 a 1978. Mas eu tinha muitas saudades do Brasil. Eu ouvia Chico Buarque e sentia uma saudade...

Quando cheguei ao Brasil, fiquei quatro horas sendo interrogada no aeroporto. Minha mala foi revirada, queriam saber como eu tinha documento, se alguém havia me dado. Minha mãe ficou apavorada, toda a minha família estava me esperando. Também chegaram a ir na minha casa.

E a readaptação foi muito difícil, principalmente para o Carlos, porque não aceitavam o boletim dele. Hoje ele é um professor, um bom professor. O Ernesto canta músicas de protesto, faz shows nas escolas e conta a história do pai. O Ernesto também jogava bola, foi até técnico de futebol.

Aqui retomei a vida, fui trabalhar, arrumei um companheiro. Em Portugal também tive um companheiro com quem tive um filho. O companheiro não quis vir para o Brasil, mas meu filho veio comigo. Tive mais um filho com meu atual companheiro, Roberto. Tenho quatro filhos: Carlos, Ernesto, Pedro Gil e Roberto.

O ídolo que não tinha rosto

por Ieda Akselrud de Seixas

sobre Irineu Akselrud de Seixas

Eu não sou a criança atingida. Fui presa, mas tinha 23 anos na época dos acontecimentos. Mas falarei em nome do meu irmão Irineu Akselrud de Seixas, que tinha 10 anos quando os fatos aconteceram.

Éramos uma família de quatro filhos. Meu pai era uma pessoa extremamente afetiva, muito entusiasmada, principalmente com a causa política, e externava o afeto dele pelo toque, caso raro de nortista filho de nordestino que beijava os meus amigos homens. Já minha mãe era uma pessoa que só beijava os filhos até os 5, 6 anos. E depois disso ela externava o afeto por gestos, fosse fazendo aquela comida que a gente gostava, fosse torcendo por qualquer vitória nossa ou nos acalentando na hora do fracasso.

O Irineu foi atingido a partir de 1964. Nós morávamos no Rio de Janeiro e meu pai trabalhava na Petrobrás, pertencia ao sindicato e era comunista. Com o golpe, meu pai teve que fugir da refinaria dentro de uma ambulância. Os funcionários chegavam para trabalhar e havia uma lista de expurgados por serem inimigos da pátria. Eles iam para o departamento pessoal, recebiam o dinheiro, assinavam os papéis e para sair da refinaria, via de regra, tinha que ser nos esquemas de ambulância. Caso contrário, seriam presos.

Em meados de setembro, meu pai foi expurgado e a família teve que fugir para Porto Alegre, passando por várias barreiras militares. O Irineu tinha de 3 para 4 anos quando o golpe aconteceu.

À esquerda, Irineu com aproximadamente 5 anos
Ao centro, com 10 anos

A partir disso, foi tudo muito confuso para ele. Ele conta que tinha a sensação de medo. Até a nossa prisão e a morte de meu pai, era uma criança bem-humorada, espirituosa e alegre. Irineu não entendia muito bem o que acontecia, porque o 1º de abril no Rio de Janeiro foi uma coisa muito traumática para todo mundo e uma criança poderia intuir, mas não compreender o que estava ocorrendo.

Em 1969, viemos para São Paulo. Certa vez, havia alguns militantes que estavam em casa e não sei por que o Irineu disse: "Eu preciso, acho melhor eu ir para o Rio de Janeiro, para a casa da tia Anita, que era irmã de minha mãe Fanny, porque estou achando que a coisa está muito tensa aqui". Ele tinha 9 anos e acharam melhor levá-lo. Havia uma sensação de perigo e de medo. Ele foi para o Rio Janeiro, e nós ficamos aqui em São Paulo, onde eu, minha irmã e minha mãe fomos presas, em 16 de abril de 1971.

A minha tia, ao dar a notícia da morte do meu pai, foi absolutamente inadequada. Ela deu um comprimido de calmante para ele e disse: "Seu pai foi assassinado e eu não sei onde está sua família". Isso para uma criança de 10 anos! Logo depois de receber a notícia, Irineu foi tomar banho. No chuveiro, começou a cantar: "Meu pai não morreu, é mentira, meu pai não morreu".

Irineu disse que aquilo foi horrível, porque ele achava que era mentira, mas mostraram a televisão, os jornais, e ele não se conformava.

Como disse, fomos presas no dia 16 de abril e a nossa incomunicabilidade só foi quebrada, só fomos visitadas, quando era quase dezembro. Essa perseguição não tem lógica. Qual a importância que eu tinha? Eu não era militante, minha irmã não era militante, minha mãe também não. Ficamos presas durante um ano e meio por crime de pensamento. Já tinham matado o meu pai, o meu irmão Ivan estava preso e tinha apenas 16 anos.

Irineu não pôde se avistar conosco. Ficamos vinte dias na OBAN e depois fomos

“O Irineu apenas foi se avistar conosco por volta de dezembro. E durante o tempo que estávamos presas, ele não vinha nos ver com frequência, porque estava no Rio de Janeiro”

levadas para o DOPS. E no dia 9 de julho transferiram a mim, minha mãe e irmã para o presídio Tiradentes. Ivan permaneceu no DOPS. Mas uma semana depois fomos levadas para o Sul, onde permanecemos por cerca de sessenta dias, escoltadas pela cúpula da OBAN. Nesse período o Irineu não teve notícias nossas.

Em Porto Alegre, a recepção foi feita pelo Pedro Seelig, que era o diretor do DOPS de lá. A cela era muito estranha, apertada, não tinha espaço para andar. E havia a agonia da gente querer voltar ao Tiradentes para que pudéssemos nos avistar com o Irineu. Uma noite, ao entardecer, a minha mãe teve uma crise nervosa e começou a gritar: “Quero o meu filho, quero o meu filho”. E o Pedro Seelig disse “Traz o Ivan”. E ela: “Mas não é esse filho, quero o outro filho”, ele perguntou “Mas onde ele está?”.

O Pedro Seelig era uma figura estranha, porque ficava condoído com a situação da minha mãe, não me perguntem o porquê... maluco é maluco, psicopata é psicopata. Ele perguntou: “Mas onde está o seu filho, que eu mando buscar?”, ela respondeu “Está no Rio de Janeiro”, ele disse “Mas lá eu não posso buscar. Ele tem telefone?”, “Tem”. Aí ligaram para a casa da minha tia, onde estava o Irineu. E minha mãe falou: “Irineu, é a mãe que está falando”, e ele, “Não é a mãe, não, é mentira, eu não sei quem é você, não é a minha mãe”. Aí mamãe disse assim “Zico, é a mãe”, que era o apelido dele. Em seguida ele começou a chorar e perguntou: “Onde você está, mãe?”, e ela: “Estou em Porto Alegre, no DOPS de Porto Alegre”, E ele respondeu “Eu não quero ver vocês assim, porque vocês estão todos quebrados”.

Joaquim, Fanny e Irineu com meses de vida, em Belém (PA)

Alguém dissera para ele que nós estávamos quebradas, que tínhamos sido muito torturadas e estávamos todos quebradas. Isso eu acho de uma crueldade com uma criança de 10 anos! Ele disse “Eu só quero ver vocês quando estiverem soltas”.

O Irineu apenas foi se avistar conosco por volta de dezembro. E durante o tempo que estávamos presas, ele não vinha nos ver com frequência, porque estava no Rio de Janeiro. Vinha a cada quinze dias, às vezes uma vez por mês. Era muito difícil.

A minha irmã Iara era muito próxima do Irineu, e um dia ele perguntou a ela, “Como é que o pai morreu?”. Ela achou que seria menos dolorido dizer: “O pai morreu em um tiroteio. Os caras mataram, mas ele também matou dois”. A Iara achou melhor dizer isso para ele ter uma compensação, porque estava apartado da família, de tudo, ele não tinha mais casa, não tinha mais referência, e o pai, que era o ídolo dele, fora morto.

Ficamos presos durante um ano e meio e quando saímos da prisão, o Irineu veio morar conosco. Mas, de certa forma, foi abandonado, porque tinha o problema do Ivan. Eu costumo dizer que nós não ficamos um ano e meio presas, mas sim quase seis, como o Ivan.

Às vezes, estávamos vendo televisão e, de repente, aparecia “Lista de desaparecidos”, que a rede Globo dava, e aparecia o nome Ivan Seixas. Então tínhamos que andar quilômetros, porque não havia dinheiro para pegar um táxi, achar um telefone e ligar para Taubaté [O irmão, Ivan, estava preso na Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, presídio de segurança máxima, misto de manicômio com penitenciária.], no sentido de saber como e onde o Ivan estava. E o Irineu ficou relegado para segundo plano. Ele tinha casa, comida e roupa lavada, colégio, mas tudo girava em torno do Ivan.

Tem uma coisa que marca bem o sentimento do Irineu. A minha mãe estava viajando, não tinha ninguém em casa e ele já não morava mais lá. Ele foi em casa e disse: “Ieda, eu vim conversar contigo uma coisa. Tenho um

problema. Eu só consigo lembrar da imagem do pai, se eu vir uma fotografia, eu não lembro da cara do meu pai, eu só lembro da nuca".

Eu entendi o porquê do "só da nuca". Porque quando eles fugiram para o Rio Grande do Sul, ele ia sentado no carro atrás do meu pai. Então, a última lembrança que ele tinha do pai era a fuga em 1964. Ele bloqueara tudo. "Não lembro de nada e acho um absurdo ter esquecido da imagem do pai. Eu sei que ele morreu em tiroteio". Ele já tinha 20 e poucos anos, não era mais criança. Eu disse "Não, Irineu, o pai não morreu em tiroteio", ele: "Como assim?". Depois daquela conversa que ele teve com a Iara aos 10 anos, não teve oportunidade de conversar sobre isso, porque tudo girava em torno do Ivan. E quando eu disse "Não, o pai foi morto em tortura", ele chorou e disse: "Nossa, agora eu me lembro da imagem dele rindo".

Depois de tudo, o Irineu ficou uma pessoa extremamente travada. Está sempre tenso e, de uma certa forma, afastou-se um pouco da gente. Recentemente, ele disse: "Eu fiquei adulto aos 10 anos, quando passei a ter medo, sensação de perda. Aquilo estava sempre presente na minha cabeça, porque mesmo quando vocês foram libertadas, eu tinha medo que vocês fossem presas de novo". Enquanto o Ivan estava preso, o Irineu achava que ele seria morto. Ele se sentiu solto no mundo.

Ele disse: "Mesmo quando viemos para São Paulo com o que sobrou da família reunida, era muito difícil. Eu não podia contar para os meus amigos, colegas, quem eu era, o que era, porque eu tinha medo, medo por eles, medo por mim. Era uma sensação de perda, como ter uma espada sobre cabeça e tinha medo. Só parei de ter medo nas eleições diretas de 1989. Aí parece que eu pude respirar aliviado".

A infância perdida é uma realidade. O Irineu perdeu a infância aos 10 anos. O olhar dele para o mundo era um olhar de adulto. Ele tinha noção exata, consciência de tudo o que acontecia, da arbitrariedade, da falta de proteção que existia.

E essa falta de proteção para uma criança de 10 anos é uma coisa estúpida demais. Mataram o pai dele, a família toda foi presa e ficou muito tempo. A mãe e as irmãs ficaram presas um ano e meio. O Ivan ficou cinco anos e meio, quase seis. E o Irineu ficou sendo seguido um ano e meio enquanto estávamos presas.

Quando pôde voltar se juntar à família novamente, a casa era outra, sem móveis, objetos, brinquedos. Nenhuma referência da vida anterior à prisão de sua família.

O que fizeram comigo, minha mãe, irmã, meu pai e com o Ivan foi muito duro, mas eu acho que a maior vítima foi o Irineu. A infância foi perdida, a ponto de ele não lembrar da cara do pai dele. E o irônico, ou muito bom, é que o Irineu é o retrato do meu pai.

O testemunho acima é de Ieda Akselrud de Seixas, irmã de Irineu.

IEDA AKSELRUD DE SEIXAS nasceu em 6 de outubro de 1947 e é trabalhadora aposentada.

IRINEU AKSELRUD DE SEIXAS nasceu em 29 de julho de 1960 e é técnico de informática.

"Ai nfância perdida é uma realidade. OI rineu perdeua infância aos 10a nos. O olhar dele para o mundo era um olhar de adulto"

4177

"A ditadura nos forçou a virar soldados"

por Ivan Akselrud de Seixas

Meu pai e eu éramos militantes, tínhamos atividades paralelas. Eu estava ligadíssimo ao grupo de fogo, do qual ele fazia parte também, mas se dedicava a outras atribuições como dirigente da Organização. Ele estava, por exemplo, montando uma oficina para construir armas.

De manhã, saíamos juntos e cada um ia para um lado para cumprir suas tarefas. Ao final do dia, por questão de segurança, nos encontrávamos e íamos juntos para casa.

O que eu sabia e fazia era diferente do que ele sabia e fazia. Eu sabia muita coisa, fiz muita coisa. E ele também. Mas as atividades eram compartimentadas. Assim, minha mãe não sabia nem um quinto das minhas atividades. Minhas irmãs, então, não sabiam de nada. Elas viam que eu andava armado com revólver, pistola, granada e ficavam meio assustadas.

Nos dias que antecederam nossa queda, aconteceram muitas coisas. Tinham ocorrido prisões que poderiam levar à nossa Organização, o MRT. Havia a história de um ponto que a repressão estava sabendo. Tínhamos informantes dentro da OBAN que nos disseram que o Henrique [codinome de Devanir José de Carvalho] não podia ir ao ponto do dia 5 [de abril de 1971]. Por isso, dissemos ao Henrique: "Não saia no dia 5, o que você tiver que fazer na rua, faremos por você". Mas ele não nos ouviu e caiu. No dia seguinte ao do tal ponto do dia 5, estávamos atentos, porque ele não apareceu nos pontos que tinha conosco. Na terça-feira, dia 6 de abril, fui com o Rei [codinome de Dimas Antônio Casemiro] a um ponto que tínhamos com o Henrique.

À esquerda, Ivan fichado pelo DOPS

> "O que eu sabia e fazia era diferente do que ele sabia e fazia. Eu sabia muita coisa, fiz muita coisa. E ele também. Mas as atividades eram compartimentadas"

Chegando lá, o Henrique não estava e sim a Dina [Pedrina Carvalho], mulher dele, chorando, com óculos escuros, duas crianças e uma sacola. Demos uma volta no quarteirão para ver se estava tudo bem e voltamos para pegar a família do comandante. Colocamos eles dentro do carro e saímos correndo. Dina disse "Ele caiu, ele caiu!!". Levamos todos para a casa do Rei, deixamos as crianças, as sacolas e saímos com ela para salvar a casa de Henrique, que era o aparelho do Comando da Organização. Pegamos uma Kombi e um Fusca e fomos para a casa que ficava em Interlagos, extremo da Zona Sul de São Paulo. Rodamos um pouco para ver se tinha algum sinal de vida lá, porque ela podia ter sido invadida. Estava tudo tranquilo e entramos. Resgatamos tudo que tinha de valor e colocamos dentro da Kombi. Eram armas, documentos, mimeógrafos, material de família, roupas e saímos.

Chegando de volta ao aparelho do Rei foi muito barra pesada. O Ernesto era o filho menor do Henrique e da Dina e estava muito tenso. O Carlinhos, por ser maior e muito atento a tudo, estava muito ligado. "Cadê meu pai?, ele perguntou. Respondi como pude: "Seu pai foi para o Rio, cobrir um ponto com o MR-8, mas volta logo". Ele colocou as mãos na cintura e me disse sério: "Eu sei que meu pai caiu. Vocês não precisam mentir para mim. Vocês vão prometer uma coisa para mim. Vocês vão pegar quem matou meu pai". Nós ainda não sabíamos se ele estava vivo ou se já o haviam assassinado, mas o filho tinha a certeza que nós não queríamos assumir. Aí foi difícil segurar. Eu falei: "Tá bom" e me afastei num canto para chorar. O Rei também.

Logo depois, saímos para organizar o sequestro do Theobaldo de Nigris, presidente da FIESP, entidade patronal financiadora das torturas. Rapidamente nos organizamos com o pessoal da ALN, e no dia seguinte, 7 de abril, fomos para a casa do empresário, que ficava na rua Pedroso. Eu dirigia o carro que ia invadir a casa. Na hora, o companheiro da ALN disse: "Peraí que eu vou ligar" e voltou chorando, dizendo: "O Gordo morreu, o Gordo morreu. Acabaram

“A chegada na sala de tortura é uma coisa muito impressionante, não tem como descrever. Foi uma cena de horror. Eles disseram: ‘Tira a roupa’. ‘Vão se foder, não vou tirar a roupa porra nenhuma?’, eu respondi”

de matar o Henrique. O nosso contato do DOPS disse que ele acabou de morrer meia hora atrás, que o Fleury não queria transformá-lo num segundo Bacuri”. Aí começamos a falar “Vamos invadir e matar esse filho da puta”, mas prevaleceu o bom senso e nós batemos em retirada.

Então começamos a recompor a Organização, o que foi muito tenso. Numa emergência total eu passei a ajudar na coordenação do nosso grupo.

Nos dias 6 e 7 soltamos panfletos denunciando a prisão do Henrique e depois que ele foi morto – a repressão só anunciou sua morte na semana seguinte – voltamos a soltar panfletos denunciando que tinham matado um revolucionário e que isso não ficaria assim.

No dia 14 recebi a orientação do Rei para, no dia seguinte, fazer o estritamente necessário e ir para casa. Era uma senha para “Vai ter algo”. Eu estudava de tarde, então não saí de manhã, fui para a escola e à noite vimos no noticiário que mataram o [Henning Albert] Boilensen.

No dia seguinte, saí com meu pai, que tinha recém-chegado do Rio. Ele tinha uma Rural Willys, que estava numa oficina, no Jabaquara, e por esse motivo estávamos desarmados. De lá fomos para um ponto que meu pai tinha com o Rei, às 9 horas. Mas, como não ia dar para chegarmos a tempo, fomos para outro ponto, com o Juracy e o Rei, que era na rua Vergueiro, 9000. Chegando lá, tinha uma pracinha com uma padaria na esquina. Entramos na pracinha e vi o Juracy [codinome de José Rodrigues Ângelo Júnior] na frente da padaria, fumando, sem ninguém por perto. Prudentemente, meu pai parou o carro a 50 metros de distância e, mesmo assim, ele foi até nosso carro. Uma perua fechou o carro e bateu na frente da Rural. Metralharam o carro. Uma bala pegou meu pai de raspão e um dos caras colocou uma arma na cara dele e outro colocou uma pistola na minha nuca.

Na hora, a sensação foi de assalto. Você não sabe o que está acontecendo. Imediatamente nos tiraram do carro e nos puseram num outro carro do esquema deles. Fomos levados para a delegacia 37, na Vergueiro, onde fomos espancados. Depois, nos colocaram na C-14 da OBAN e fomos levados para lá. No caminho, algemados um pulso ao outro, falei para meu pai pegar a arma do cara que estava sentado mais perto dele no banco de atrás. O cara que estava na frente viu o movimento pelo retrovisor e disse “Se tentar isso, vocês morrem aqui”. Nós não estávamos armados. Se estivéssemos, já teríamos escapado, mas não tinha como. Meu pai já estava sangrando pelo espancamento.

Chegamos no pátio da OBAN e pararam o carro. Era a hora da troca de plantão e havia vários caras no pátio. Uma parte saia do plantão e a outra estava entrando. Na hora que nos tiraram do carro, o cara gritou: “Olha quem pegamos, o Roque e o filho dele, o Teobaldo” e me deu um murro na nuca. Quando me recuperei e levantei, eles começaram o espancamento e nós saímos na porrada com eles, pois tínhamos essa decisão. Foi tão violento que a algema se abriu, soltou do meu pulso.

Fui sendo levado para o canto da sala de tortura, meu pai ficou no meio do pátio, trocando socos com os caras. De relance, eu vi o Davi dos Santos Araújo vindo na minha direção. Para mim, ele era mais um, ninguém era especial. Acertei um murro na cara do Davi e ele caiu longe. Depois ele veio, me deu uma gravata, começou a me sufocar. Os caras davam golpes de caratê, coronhadas. Sufocado, me joguei para trás e cai em cima da barriga dele, de costas. Ele me soltou e eu levantei, mas levei um chute na boca e caí. Aí eles me dominaram. Foi barra.

De relance, vi os caras batendo no meu pai, que se defendia batendo de volta. Ouvi tiros e depois me disseram que meu pai tentou correr e o metralharam. Fui levado para cima, para o pau de arara e meu pai foi para a cadeira do dragão. A chegada na sala de tortura é uma coisa muito impressionante, não tem como descrever. Foi uma cena de horror. Eles disseram: “Tira a roupa”. “Vão se foder, não vou tirar a roupa porra nenhuma?”, eu respondi.

Aí comecei a apanhar de novo, saí de novo na porrada. Rasgaram minha roupa toda, me dominaram, amarraram as mãos e me puseram no pau de arara. Eu sempre fui gordo e o cano foi cortando atrás do meu joelho. Tudo é de uma extrema violência. A primeira vez que você é pendurado tem uma sensação horrorosa. Fica de ponta cabeça, não sabe o que vai acontecer. Aí puseram os fios da máquina de choque no polegar e o outro dentro da orelha. Na sala, tinha uns cinco torturadores. E aí começou a gritaria. “Vai falar ou vamos te matar?” A única coisa que me veio à cabeça eu falei: “Não vou falar. Vão para a puta que os pariu”. Eles queriam ponto, eles tinham uma necessidade urgente de pegar pessoas com quem eu tinha contato.

Eu ouvia os caras fazendo a mesma coisa com meu pai. Eles começaram pedindo ponto e eu xingando, “Não vou falar”. Depois, começaram a falar: “Você não tem só 16 anos, qual é a sua idade?” Eu perguntei: “Você é analfabeto? Olha o documento, seu bosta”. Eu xingava e eles me davam choques. Eles não queriam ouvir meus xingamentos. Cada pergunta era seguida por um choque longo. E gritavam: “Ponto!!” E eu: “Não vou falar nada”. Era porrada, telefone...

Como eu estava irredutível em não falar, eles disseram: “Traz a grande”, referindo-se à máquina grande. Eles estavam usando a média. Eles apelidaram de Mariquinha a máquina pequena, de Maricota a média e a Maricona, que era a máquina grandona.

Me deram choques ao mesmo tempo no dedão do pé, nos dedos e dentro do ouvido. Era choque, porrada, porrada, porrada. Depois de um tempo, mesmo na pancadaria, comecei a raciocinar. Pensei: “Eu tenho que driblar os caras. Eles querem um ponto, eu vou dar, mas um ponto frio”. Mas como eu faço para administrar no meio daquilo, pancadaria, grito? Era avassalador. Como eu faço para lembrar de uma rua que não seja a verdadeira? Eu não lembrava de rua nenhuma. Nessa hora você não lembra de nada. A cabeça fica uma confusão total.

Foi quando tive uma ideia. “Vou ver se consigo lembrar de uma rua para falar”. Aí veio a hora do almoço, eles deram uma trégua por uns cinco minutos. Me deixaram pendurado e foram almoçar. Eu no pau de arara e meu pai na cadeira do dragão. Nessa hora, consegui botar a cabeça em ordem e me veio uma rua, que era

a do ponto verdadeiro que eu tinha, na rua Machado de Assis, na Vila Mariana. "Mas essa não posso falar". Apaguei, até que consegui pensar numa outra rua. Aí vem um cara, um tal de Bucéfalo comendo o bife e diz: "E aí, vai falar ou não vai?" e rodou a manivela para me aplicar o choque, comendo o bife. Aí veio outro, segurando um prato, comendo algo: "E aí, vai falar ou não vai?", dzzzzzz, dando choque... "Cadê o ponto?" E isso, enquanto o desgraçado comia.

Entre um choque e outro me veio à cabeça uma rua que seria aceitável, que não estávamos usando para ponto, mas que já tinha sido usada. Joaquim Nabuco, 500, lá no aeroporto. Pensei: "Vou ter que fazer uma cena, deixar os caras voltarem e quando ficar intenso, vou fingir que não estou aguentando". Eles voltaram, teve pauleira de novo em cima de mim e eu fingi: "Ah, tá bom, eu falo. Tenho um ponto às duas ou duas e meia na Joaquim Nabuco, 500". "Com quem é o ponto?", perguntaram. E eu "Com o Clemente [codinome de Carlos Eugênio Paz, militante da ALN]".

Aí os caras me tiraram do pau de arara, me desceram para o primeiro andar e começaram a me preparar para ir. Eu estava muito ensanguentado, esfolado, arrebentado. Me colocaram uma camisa, que ensopou de sangue. Secaram, mas ensopou de novo. Aí colocaram uma manta de algodão, uma calça e me deram uma sandália de dedo. Na hora que eu estava algemado, pronto para ir, entra o [à época major, Carlos Alberto Brilhante Ustra] Ustra e fala: "Não, ele não vai, ele pode estar fingindo, vai correr e vamos ter que matar, não é para matar agora. E ele está mancando, vai denunciar e o Clemente vai fugir. Leva o Juracy que está colaborando". Aí eu pensei "Pelo menos vou ficar sem apanhar".

Levaram o Juracy e eu fiquei levando umas porradas, choques, mas não pendurado. Acho que depois de uma hora volta o Otavinho [vulgo do delegado Otávio Moreira Júnior] furioso, gritando, com aquela voz fininha: "Era ponto frio! Ele nos enganou". Ele pegou um pedaço de pau no chão e acertou no meu braço tão forte que na hora levantou uma bolha de sangue pisado. Ele disse: "Agora eu quero aparelho". E eu disse: "Eu entro de olho fechado na casa do Rei". Aí teve mais paulada, ele acelerou, batendo mais rápido, repetidamente.

De repente, ele destrambelhou a bater. Aí ele largou pedaço de pau no chão e saiu batendo o pé feito criança: "Merda, ele não fala nada, vai ter que matar", e todos eles riram. O Capitão Amici [vulgo do delegado João José Vetoratto], estava acendendo um cachimbo e falou: "Engraçado, né? Mas eu não sou viado e comigo você vai falar. Vou te pendurar de novo". E respondi: "Combinado". Quando chegamos à sala do pau de arara, eu tinha que avisar meu pai que não tinha falado. Então, disse: "Claro que era ponto frio, seus babacas, vocês acham que eu ia entregar um companheiro?".

Rasgaram minha roupa toda, me puseram no pau de arara de novo e foi barra pesada, pancadaria pesadíssima. Foi quando quebraram a minha vértebra. De tão furioso da porrada que levou, o Davi ficou em pé em cima do meu peito.

"Rasgaram minha roupa toda, me puseram no pau de arara de novo e foi barra pesada, pancadaria pesadíssima. Foi quando quebraram a minha vértebra. De tão furioso da porrada que levou, o Davi ficou em pé em cima do meu peito"

Era umas oito, nove da noite quando eu resolvi ganhar tempo e falar onde eu morava. Fui levado num carro e quem foi comigo foi o Capitão Ênio [Pimentel da Silveira], conhecido como Nazistinha. Ele foi com uma [pistola] 45, alucinado, e quando chegou na minha casa, colocou na minha nuca e disse: "Se alguém tossir lá dentro eu vou estourar a sua cabeça".

As três, minha mãe e minhas irmãs, estavam lá dentro. Pelo combinado, elas deveriam fugir quando fosse sete da noite. "Por que vocês não fugiram?", eu questionei. E elas: "Fugir para onde?". "Qualquer lugar, menos a cadeia", eu respondi. Os caras me espancaram para acabar com a conversa. Fui levado de volta para a OBAN, para onde as três também foram levadas. De madrugada, saíram com a Ieda num carro, a Iara em outro e eu num terceiro. E ficaram rodando. De manhãzinha, me levaram para ser fuzilado no Parque do Estado. Entraram comigo na mata, me conduziram, porque eu estava sem poder andar. Disseram: "Corre!"; e eu "Que correr o quê!". Me deram uma coronhada, e começaram a dar tiros, em volta de mim, em volta da minha cabeça, com a pistola: "Pum, pum, pum". Era ensurdecedor.

Para mim, tanto fazia morrer ou não. Não é questão de valentia. Qualquer coisa ali era uma merda. Depois, me puxaram, me arrastaram para fora, me puseram no carro novamente e saíram.

No comecinho da estrada do Cursino, hoje avenida do Cursino, tinha uma padaria. Eles pararam o carro para tomar café e eu vi, na banca de jornal, a manchete da *Folha da Tarde* com a foto do meu pai, e eu pensei: "Mataram meu pai, o próximo sou eu". Isso foi no dia 17 de abril, de manhã.

De volta para a OBAN, aconteceram duas coisas malucas. Uma é que o [delegado Sérgio Paranhos] Fleury foi lá me ver. Ele queria saber do levantamento da casa dele. Ele estava conversando com o Ustra e eu sentado no banco. Ele me pergunta: "Você me conhece, moleque?". Eu dei de ombros. "Quem sou eu?", perguntou. E eu respondi: "Fleury". Ele, todo vaidoso, riu e perguntou: "Foi você que fez o levantamento da minha casa?" E eu, como sabia que isso tinha sido aberto, dei de ombros de novo. "Onde é que vocês pensam que é a minha casa?". E eu: "Carneiro da Cunha, na Saúde". "O que vocês queriam comigo?", ele perguntou. E eu: "Te matar, ora". Aí ele disse: "Que filho da puta!". E o Ustra disse: "É, esse aí só matando, a gente vai matar depois, agora não". Aí o Fleury disse: "Olha, moleque, aqui você está tendo moleza. Quando você chegar no DOPS eu vou te matar de porrada, está certo?". Eu estava quebrado de tanta porrada, imagine moleza... e respondi "Combinado". E ele, "Que filho da puta, o moleque ainda é debochado".

Eles entraram, veio o Davi, me pegou pela algema e disse: "Vou pendurar esse moleque". Quando chegamos na porta da sala vejo o meu pai na cadeira do dragão. O capitão Ênio sai de dentro perguntando "O que ele está fazendo aqui?" E o Davi responde: "Vou pendurar". Ênio diz: "Não, a prioridade é o velho". O Davi fala: "Eu vou pendurar". Aí ficam "Não vai", "Vou", "Não vai", "Vou". Até que eles puxam as armas e se engatilham. Do andar debaixo, o Ustra gritou: "O que está havendo aí?". O Ênio diz: "É o

“Eles pararam o carro para tomar café e eu vi, na banca de jornal, a manchete da *Folha da Tarde* com a foto do meu pai, e eu pensei: ‘Mataram meu pai, o próximo sou eu’”

Davi, major, ele quer pendurar o menino, mas a prioridade agora é o Roque”. Aí o Ustra grita “Davi, obedece o oficial, porra, desce esse menino daí!”. O Davi obedeceu e me levou para uma sala de interrogatório. Fui levado para a rua, e pelo rádio veio a informação: “Matamos o Rei. Estamos na ambulância levando ele para o hospital”. Essa era a senha deles, que significava que eles estavam indo para a OBAN. No final do dia me puseram na cela.

Não me lembro muito bem desse momento, mas foi na cela que fui saber que meu pai tinha sido morto ou estava para ser morto. Mas não cheguei a ver o corpo dele. Na minha cabeça, esse momento é muito conturbado. Não sei exatamente onde estava nessa hora. Eu praticamente desmaiei de cansaço. Estava há dois dias sem dormir e de manhã me tiraram mais uma vez para ver se eu reconhecia alguém na rua.

No tempo que esteve presa, minha mãe dizia para eles: “Vocês são uns monstros. Torturar meu filho e matar meu marido do jeito que vocês mataram”. Lá, todos chamavam minha mãe de Dona Fanny, menos o Ustra. Um dia, ela estava numa cela com outras mulheres, ele chegou e disse: “Olha aqui, velha filha da puta. Olha o que o assassino do seu marido fez com o industrial [referindo-se à Henning Albert Boilensen]”. E ela respondeu: “Muito me admira um oficial das Forças Armadas tratar uma senhora desse jeito. Você deveria ter vergonha”. Ele, totalmente perturbado, foi embora. O comandante do II Exército chamou a atenção dele diante da oficialidade por causa disso.

Depois de 28 dias de OBAN , ouvi: “Sua mãe está indo embora para o DOPS”. Pensei: “Agora vão me matar”. Aí percebi que era um despiste, porque na última hora me chamaram e disseram: “Arrume as suas coisas que você vai para o DOPS”. Quando chegamos ao DOPS, havia um tumulto desgraçado na frente. Entraram conosco e fomos direto para a cela.

No DOPS, fiquei até julho, quando o Otavinho, da OBAN, disse que eu seria levado para o Sul. Achei que seria morto, me despedi do pessoal, pedindo “Lembrem de mim” e os companheiros dizendo “Aguenta firme, não abaixe a cabeça”.

Eu tinha certeza que iam me matar. Entrei no carro e quando vi, estávamos no presídio Tiradentes. Pensei: “Então não vou morrer, só se forem matar muita gente”. O Otavinho disse à minha mãe: “Dona Fanny, a senhora vai poder falar para seus netos que teve a mala carregada pelo delegado da OBAN”. E ela respondeu a ele: “Você que vai ter a honra de falar para os seus netos que carregou a mala de uma comunista com muita dignidade. Você não tem dignidade, eu tenho”.

Nos levaram para o a OBAN e nessa noite ouvimos as torturas brutais cometidas contra o jornalista Luiz Eduardo da Rocha Merlino. Depois de muita tortura o mataram e alegaram que ele morreu ao tentar fugir dos policiais. Fomos levados para o Sul. Ficamos um mês e meio no Rio Grande do Sul e de lá voltamos para o DOPS, onde fiquei até novembro, quando tive minha incomunicabilidade quebrada. Aí fui para o Presídio Tiradentes e em janeiro me levaram para a penitenciária do Estado. Fui mantido lá por dois meses na tentativa de me levar para a televisão. Era aquela operação de forçar a pessoa a rejeitar a luta contra a ditadura e, pior ainda, elogiar a política da ditadura. Claro que não aceitei. Aí voltei para o Tiradentes e em 12 de maio entramos em greve de fome, pois queriam separar os presos em pequenos grupos e reprimir ou até matar os que achassem irrecuperáveis. Voltei para a OBAN por vinte dias, onde pararam a greve de fome na porrada e ameaça. Depois, voltei para o Tiradentes e começou um período que eram dois meses lá e depois DOPS.

Quando fiz 18 anos, eu estava no Presídio do Hipódromo, pois o Tiradentes foi demolido, em maio. Em minha homenagem, as companheiras da ala política cantaram a música “Pesadelo”. Foi muito emocionante.

Para Taubaté, eu fui levado em novembro de 1973, onde fiquei até os 22 anos. Em 1974, após um pedido de *habeas corpus* feito por minha mãe, saiu uma decisão para eu ser solto e me trouxeram para São Paulo. Fui trazido e um preso de Taubaté foi pago para me matar. Ele iria me matar no carro de presos, pois ele viria junto comigo no camburão. Outro preso interferiu e conseguiu neutralizar o cara.

Fui levado ao juizado de menores para ser solto. Lá, havia um cerco monumental de tropas da Polícia Militar, da Polícia Civil e os caras da OBAN forçaram o juiz a voltar atrás na decisão de me soltar, alegando que eu tinha quebrado a liberdade vigiada. Minha irmã Iara e o advogado conversam com o juiz, que alega que eu tinha outro processo e a Iara mos-

tra uma declaração que dizia que eu não tinha processo algum: "Vocês não estão vendo o que está acontecendo? Se eu deixar ele sair, vão matar o Ivan e a mim também. Não vou fazer isso". Fiquei lá no Recolhimento Provisório de Menores por uma semana. Fui espancado, quebraram meu dedo e depois me devolveram para Taubaté, onde cheguei numa situação diferente. Não podia mais ler revistas, jornais, nada. Era cela forte direto e lá fiquei uns quinze dias, sob a alegação de que não havia cela comum para mim.

Fiquei numa situação de merda, porque não tinha prazo para sair. Era uma prisão perpétua não declarada. Estava de saco tão cheio que pensei e até tentei me matar enforcado. Depois, voltei atrás. Numa madrugada eu coloquei o lençol na grade e coloquei no pescoço. Na hora que eu ia pular do banquinho, passaram na minha frente todas as pessoas que eu conheci na vida, olhando para mim e perguntando "Por que, por quê?". Aí tirei o lençol e fiquei a noite inteira pensando: "A morte não é para quem morre, é para quem fica", Então, devo satisfação a quem fica, e não posso fazer isso, tenho que enfrentar.

"A ditadura nos forçou a virar soldados para combatê-la. Acho que esse é o grande crime da ditadura. Meu pai era um mecânico e virou um soldado para combater os caras"

Também passei por uma fase em que queria acreditar em alguma coisa sobrenatural, que seria Deus. Mas vi que não existia. Eu brinco que eu vi Deus e ele disse "Não acredite em mim, eu não existo". Depois, pensei na loucura como uma forma de escapar daquela situação.

Até que mataram o [Vladimir] Herzog, o [Manoel] Fiel Filho e começou a fase de aberturas. Os caras começaram a se livrar dos casos mais complicados. O primeiro era o meu, o mais denunciado no exterior. Fui solto em agosto de 1976. Depois que saí, fiquei dois para três anos sendo seguido dia e noite. Nos dois primeiros anos tinha que ir toda semana na auditoria para marcar presença, dizer que estava vivo, que não tinha fugido. Então me integrei à luta por liberdades democráticas, que era a Anistia, Constituinte, eleição direta.

A ditadura nos forçou a virar soldados para combatê-la. Acho que esse é o grande crime da ditadura. Meu pai era um mecânico e virou um soldado para combater os caras. Eu era um filho de mecânico. Eu ia ser mecânico, operário de outra coisa, com muito sacrifício e sorte técnico ou engenheiro, mas todos nos violentamos e tivemos que virar soldados. Todos nós tivemos a vida interrompida, o sacrifício de viver clandestinidade.

IVAN AKSELRUD DE SEIXAS nasceu em 4 de setembro de 1954, em Porto Alegre (RS). Filho de Joaquim Alencar de Seixas e de Fanny Akselrud de Seixas. Foi militante do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) e tinha 16 anos em 1971, quando foi preso. Formado em jornalismo, é Coordenador da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo "Rubens Paiva".

Nesta página, Ivan e seu cachorro Veludo, em sua casa em Porto Alegre (RS)

Joaquim Alencar de Seixas nasceu em 21 de janeiro de 1922, em Bragança (PA), filho de Estolano Pimenta de Seixas e Maria Pordeus de Alencar Seixas. Morto em 17 de abril de 1971. Dirigente do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT).

Era casado com Fanny Akselrud Seixas, com quem teve quatro filhos, Iara, Ieda, Ivan e Irineu.

Joaquim mudou-se para o Rio de Janeiro aos 19 anos e trabalhou como mecânico de aviões na Varig, Aerovias e Panair. Perdeu o emprego diversas vezes devido a sua atuação política. Quando trabalhava na Varig, apresentou uma denúncia ligando a empresa ao governo ditatorial de Getúlio Vargas e aos nazistas alemães. No Rio, aproximou-se do Partido Comunista e nele militou até 1953. Logo após a queda de Getúlio, casado com Fanny, a quem conheceu na sede do partido, muda-se para o Rio Grande do Sul, onde desempenha distintas ocupações. Por volta de 1960, volta a residir no Rio. Ocupou o cargo de encarregado de manutenção da Petrobrás e participava ativamente do sindicato dos petroleiros quando ocorreu o golpe militar.

Demitido da estatal nos expurgos praticados pelo regime militar na empresa, Seixas e a família retornam ao Rio Grande do Sul no final de 1964. Em 1970, a família se muda para São Paulo e se integra ao MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes).

Em 15 de abril de 1971, em represália ao assassinato de Devanir José de Carvalho, dirigente do MRT, em ação conjunta organizada pelo MRT e pela ALN, é morto o então presidente da Ultragás Henning Albert Boilesen, fundador e financiador da OBAN, posteriormente reorganizada como DOI-CODI. Nos dias 16 e 17, foram presos e, em seguida, assassinados, Seixas e Dimas Casemiro, sob a acusação da execução de Boilesen.

No dia em que foi preso, Seixas estava acompanhado do filho adolescente, Ivan, também militante do MRT. Ambos foram levados para a 37ª DP. No pátio de manobras daquela unidade, a violência dos espancamentos chegou ao ponto de partir a corrente das algemas que os uniam. Pouco depois, na sala do interrogatório, um foi torturado na frente do outro. Enquanto o suplício se prolongava, a casa da família foi saqueada e foram presas a esposa e as duas filhas. No dia seguinte, 17 de abril, os jornais paulistas publicaram uma nota oficial dos órgãos de segurança estampando a notícia da morte em tiroteio de Joaquim Alencar de Seixas. Contudo, ele não estava morto, pois ainda sofria as torturas, o que foi testemunhado por seu filho Ivan, sua esposa e suas duas filhas, Ieda e Iara.

Por volta das 19 horas do dia 17, Seixas foi morto. Sua esposa Fanny viu os policiais estacionarem uma perua C-14 no pátio de manobras, forrarem seu porta-malas com jornais e colocarem o corpo que reconheceu ser o de seu marido.

Fanny Akselrud de Seixas nasceu em 2 de fevereiro de 1918, em Santa Maria (RS). Filha de imigrantes oriundos da região conhecida como Bessarábia, Moldávia, professora primária, trabalhou como secretária na sede do Partido Comunista, do qual era militante desde jovem.

Em 1944, conheceu Joaquim Alencar de Seixas na sede do Partido Comunista, e com ele teve quatro filhos.

Em 16 de abril de 1971, horas depois que seu marido e seu filho Ivan foram presos, Fanny foi arrancada de casa com suas duas filhas, Iara e Ieda e levadas para a OBAN (Operação Bandeirante) onde foram torturadas. Depois de transferidas para o Presídio Tiradentes, ficaram presas por um ano e meio.

Família Seixas

1. Joaquim e Fanny namoram no Rio de Janeiro (RJ), em 1946

2 e 3. Fanny e Joaquim, em 1945

1

2

3

4

5

4 e 5. Joaquim e Fanny com a primogênita Ieda, nascida em 6 de outubro de 1947, em Porto Alegre (RS)

6. O casal com as filhas Ieda e Iara, em viagem ao Rio de Janeiro

6

7

8

9

7 e 8. O cotidiano da família Seixas (os pais, Ieda, Iara e Ivan) em sua casa na Vila Jardim, em Porto Alegre (RS)

9. Ivan no cadeirão em refeição com a família

10

10. Ieda (a mais alta), Ivan e Iara (a primeira à direita) com amigas, no Parque da Redenção, em Porto Alegre (RS), 1949

11

11. Iara, Irineu e Ivan, na casa da família em Belém (PA)

12

12. A família reunida na porta de casa em Belém (PA), em 1960

1

PETROBRÁS
REDUC
DSG – SETRAN

AUTORIZAÇÃO PARA DIRIGIR
(MATRÍCULA INTERNA)

NOME: Joaquim Alencar Seixas
FUNÇÃO: Contra-Mestre CHAPA: 3090
HABILITAÇÃO: Profissional PRONTUÁRIO: 37.043
AUTORIZADO A DIRIGIR AS VIATURAS: 03-20/16

CHEFE STG
CHEFE SETRAN

2

3

4

1. *Carteira de identificação profissional de Joaquim como contra-mestre da Petrobrás*

2. *Joaquim em reunião com operários na Petrobrás*

3. *Família reunida na entrada de sua casa no Rio de Janeiro. Fanny, Joaquim, Ieda, Ivan, Iara e Irineu, 1964. Logo depois Joaquim foi expurgado da Petrobrás e a família fugiu para Porto Alegre (RS)*

4. *Imagem confeccionada por Joaquim com câmera que ele mesmo construiu*

O hino de Boilesen rompe o silêncio

Para aliciar, terror engana

Repudio geral ao assassínio

Localizado e morto um dos assassinos

Gestante é posta em liberdade

O STM liberta professor

Aberta a Semana de Tiradentes

Os progressistas e o Brasil

quando ainda funcionário da Emprêsa, fabricou uma arma de fogo.

- Xerox de documentação apreendida, onde consta Carteira Nacional de Habilitação, , Carteira do Aero Clube do Estado de São Paulo, do mesmo.

JOAQUIM ALENCAR SEIXAS : Carajá

- Filiação: Estolano Pimentel de Seixas
Maria Pordeus de Alencar Seixas.
- Nascimento: 02.01.22
- Brasileiro:
- Residencia: Em P.Alegre em 1966 a 1968 : Rua Miracema 321 - Chacara das Pedras. cart. Prof. 34.391/71
- Filhos : Ieda Akselrud de Seixas
Iara " " de Seixas
Ivan " " de Seixas
Irineu " " de Seixas
- Informação da Pepsi-Cola, Em Certa Oportunidade.

FANNY AKSELRUD DE SEIXAS

Codinome: "Ruth" - "Lourdes"

Organização: ALN - MRT - MR/8 - VPR - REDE

- Em 09-07-71: Rec. Presos Tiradentes.
- Em 10-01-72: Teve sua Prisão Preventiva decretada pela 2ª Aud. - 2ª CJM.
- Tem ligações com Joaquim Alencar Seixas (Informação de 06-08-73)
- Absolvido do Processo nº 132/71 (FRENTE) 2ª Aud. da 2ª CJM.

CJM comunica que por despacho foi de[illegible] fosse submetido a custódia o indiciado que [illegible] deverá ficar isolado de elementos criminosos e com assistência física e espiritual.

IVAN AKSELRUD DE SEIXAS
CODINOME: José e Teobaldo
M.R.T.
Filiação: Joaquim Alencar de Seixas e de Fanny Akselrud Alencar de Seixas.
ALBUM Nº 01-FOTO Nº 016
- Elemento envolvido em ações realizadas pela FRENTE.
PASTA 116 DOC 01
Nascido: 04-09-1.954 - Porto Alegre.
ORGANIZAÇÃO: ALN - MRT - MR-8 - VPR - MRM - REDE.
- Foi indiciado em Inquérito Policial em ....1.971.
- Ofício 1851 de 24-08-1.971 da 1ª Auditoria da 2ª

8

Acima, Edição da Folha da Tarde de 17 de abril de 1971, em que a morte de Joaquim Seixas é anunciada. Porém, Seixas ainda estava vivo, nas dependências da OBAN

5

6

7

5. Irineu, adulto

6. Joaquim preso, foto de ficha do DOPS

7. Ivan, depois de sair da prisão. Foto para documentos, 1976

8. Fichas de Joaquim, Fanny e Ivan do DOPS

Saudade é ser depois de ter[1]

por Iara e Isabel Lobo

Somos filhas de Raimundo Gonçalves de Figueiredo e Maria Regina Lobo de Figueiredo, torturados e mortos pela ditadura nos anos de 1971 e 1972, em Recife e no Rio de Janeiro, respectivamente. Sempre é muito difícil lidar com a morte de nossos pais. É um assunto muito delicado para nós, que mexe com sentimentos muito profundos.

Mais do que conhecer os responsáveis pela morte de nossos pais, queremos que, nesse processo desencadeado pela instalação da Comissão da Verdade, as imagens de nossos pais sejam respeitadas, principalmente a do nosso pai.

Nosso pai foi apontado como um dos responsáveis por um ato no aeroporto de Guararapes (PE), com o objetivo de atingir o general Costa e Silva, e que, não dando certo, causou a morte de duas pessoas. Não nos cabe e não podemos julgar tal ato e muito menos nosso pai. Sentimos muito a morte dessas pessoas e de alguma forma sabemos que estamos ligadas a elas.

Ocorre, porém, que o referido ato foi uma ação planejada por um grupo de pessoas, que, com a exceção de um padre, aproveitaram que nosso pai estava morto e jogaram a responsabilidade toda sobre ele. Para isso, denegriram a imagem de nosso pai, algumas vezes publicamente. Não se importaram com o fato desse homem ter dado sua vida pelo ideal que acreditavam e que, segundo relatos, tenha salvado a vida de vários de seus companheiros em diversas ocasiões.

À esquerda, o casamento de Raimundo e Maria Regina, em Olinda (PE), 1966

> “Mais do que conhecer os responsáveis pela morte de nossos pais, queremos que, no processo desencadeado pela instalação da Comissão da Verdade, as imagens de nossos pais sejam respeitadas, principalmente a do nosso pai”

Temos conhecimento que um dos envolvidos no ato, que muitos anos depois responsabilizou nosso pai, foi quem o entregou à polícia, o que resultou em sua morte. Outro, bastante tempo depois, ao ser interpelado por nós por queimar a imagem de nosso pai, desmentiu as afirmações feitas por ele na imprensa, mas não teve o trabalho de desmentir também publicamente. Outro, ao ser procurado por nós muito tempo depois, quando de uma série de reportagens falando sobre o caso de Guararapes, que o apontava também como autor, contou-nos que ele propriamente não estava envolvido, mas que nosso pai e um grupo sim.

Esse senhor pediu-nos para xerocar um material particular que tínhamos em mãos, alegando que era para guardar em seu arquivo particular. Depois de dois dias, esse material foi publicado na imprensa, em resposta às referidas reportagens, tentando inculpar somente nosso pai pela ação.

Sabemos que não é papel da Comissão Nacional da Verdade investigar a ação da esquerda, mas, realmente, no nosso caso, tivemos que lidar muito cedo com questões muito além do bem e do mal, dos bons e dos ruins. Foi muito difícil ver esses homens se aproveitando tanto da morte do nosso pai, como da nossa fragilidade.

Da mesma forma que concordamos que a impunidade dos militares envolvidos com os crimes da ditadura tem repercussões nos dias de hoje em várias esferas da sociedade, acreditamos que a covardia com que nosso pai foi tratado por seus “companheiros” tem reflexos até hoje na cultura de nossa esquerda.

Vimos com bons olhos a instauração da Comissão da Verdade, principalmente no governo da presidenta Dilma, que sentiu na pele o sofrimento daquela época. Faz bem ver alguns

[1] Guimarães Rosa

“Ter a lembrança de água entrando em nossa casa por causa de uma cheia do rio Capiberibe, nós em cima da cama de casal de nossos pais e só conseguir recordar de uma grande alegria: andar na casa, só de barco”

estudantes hoje protestarem com autêntica emoção, como também é bom ver a deputada Erundina, nos seus 80 anos, tão verdadeiramente empenhada em garantir justiça às mortes ocorridas no regime militar. Faz bem sim, principalmente em um país com uma cultura como a nossa. É muito ruim perceber o “deixa disso”, sem ao menos as pessoas se colocarem em nossos lugares e pensarem o que sentiriam com a impunidade e com o descaso se fossem seus familiares.

Porém, além da morte de nossos pais de forma tão violenta, quando éramos muito pequenas, e de toda a falta que eles fizeram, tivemos que nos deparar com a atitude desses senhores. No entanto, toda essa vivência foi o que nos impeliu muito fortemente, cada uma da sua maneira, a buscar uma superação, um conforto, muito embora isso seja trabalho para todas as nossas vidas.

Gostaríamos que neste processo em curso houvesse um pouco da profundidade e transcendência que estamos buscando na elaboração da morte de nossos pais. Não se trata de não se buscar justiça, mas de ver além disso. Só assim acreditamos que o processo possa contribuir de fato para as vítimas, estejam elas mortas ou vivas.

Gostaríamos que esse processo pudesse contribuir de alguma forma, por exemplo, para que os parentes dos mortos no episódio de Guararapes tivessem um olhar compassivo para com nosso pai, que tivessem um entendimento de que os que lutaram naquela época foram os que mais captaram toda a necessidade de liberdade e justiça social que havia na época. Que soubessem que nosso pai era, sobretudo, um homem muito caridoso, um homem simples, filho de um seleiro e uma parteira de uma cidade de Minas. Fazia o que podia para ajudar quem precisava.

Segundo nossa avó, mais de uma vez, quando rapaz, chegou em casa sem a camisa e os sapatos, pois os havia dado na rua.

Temos posições diferentes quanto à necessidade de responsabilização pela morte dos nossos pais, mas, ambas necessitamos que o processo em curso trate a história de nossos pais de uma forma muito cuidadosa. Não gostaríamos, por exemplo, de ver fotos de nossos pais mortos espalhadas pela internet. Nossas lembranças são por demais tênues e preciosas.

Ter a lembrança de água entrando em nossa casa por causa de uma cheia do rio Capiberibe, nós em cima da cama de casal de nossos pais e só conseguir recordar de uma grande alegria: andar na casa, só de barco. Depois no cangote de nosso pai correndo da cheia e sentir-se segura. Reconhecer em breves momentos o cheiro da mulher mais linda do mundo. Lembrar de como ela conseguia fazer da poltrona de ônibus um lugar cheiroso, gostoso e quentinho. Reconhecer em alguém algo que lembra nossa mãe. As recordações tristes existem muitas, mas essas são as que preservamos com maior cuidado.

Gostaríamos de ter os restos mortais de nosso pai, muito em consideração à mãe dele, já falecida, que um ano antes da morte de nosso pai, perdeu sua outra filha afogada. Nossa avó fez uma promessa de não sair mais de casa, caso o corpo dela fosse achado. O corpo de nossa tia foi encontrado, mas um ano depois seu único outro filho morreu e ela nunca pode enterrá-lo. Nossa mãe foi enterrada por seus familiares.

Enfim, gostaríamos que o processo em curso, mais que mexer nessas feridas tão grandes, aplique os remédios e os cuidados necessários para que elas possam cicatrizar.

ISABEL LOBO DE FIGUEIREDO nasceu em 1967 e é engenheira agrônoma.

IARA LOBO DE FIGUEIREDO nasceu em 1968 e é advogada.

A família

1. Dirigente da VAR-Palmares, Raimundo morreu aos 33 anos

2- Maria Regina participou da Juventude Universitária Católica (JUC) e foi militante da VAR-Palmares

3- Isabel e Iara, filhas de Maria Regina e Raimundo

1

2

3

Maria Regina Lobo de Figueiredo nasceu em 5 de junho de 1938, no Rio de Janeiro (RJ), filha de Álvaro Lobo Leite Pereira e Cecília Lisboa Lobo. Morta em 29 de março de 1972. Militante da Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares). Participou da Juventude Universitária Católica (JUC) e era formada em Filosofia pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro (atual UFRJ). Desenvolveu um trabalho na cidade de Marcos (MA), pelo Movimento de Educação de Base (MEB), apoiado pela Igreja Católica. Ali permaneceu cerca de três anos, dirigindo-se depois para o Recife (PE). Era casada com Raimundo Gonçalves Figueiredo, assassinado em 28 de abril de 1971, com quem teve duas filhas, Isabel e Iara, as quais tinham 3 e 4 anos quando ocorreu sua morte.

A prisão e morte de Maria Regina e outros três companheiros de organização – Antônio Marcos Pinto de Oliveira, Wilton Ferreira e Ligia Maria Salgado Nóbrega, ocorreu no episódio que ficou conhecido como Chacina de Quintino, quando a casa em que moravam, no Rio de Janeiro, foi invadida por agentes do DOI-CODI/RJ, em 29 de março de 1972.

Raimundo Gonçalves de Figueiredo nasceu em março de 1939, em Curvelo (MG), filho de Francisco Gonçalves Viana e Ana Gonçalves de Figueiredo. Morto em 28 de abril de 1971. Dirigente da Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares).

Era bancário em Sete Lagoas (MG), onde participou da Juventude Operária Católica (JOC). Logo foi transferido para Belo Horizonte (MG). Estudou em um seminário na mesma cidade, onde participou de mobilizações estudantis e mutirões em favelas. Nesta época, iniciou sua militância na Ação Popular (AP). Após romper com essa organização, participou da Ala Vermelha – uma dissidência do PCdoB – e, mais tarde, ingressou na VAR-Palmares. Esteve preso no DOPS/GB entre outubro e novembro de 1968, de onde foi solto por meio de um *habeas corpus*. Morreu aos 33 anos e vivia em Jaboatão dos Guararapes (PE). Foi baleado e preso em uma casa do bairro de Sucupira, em Recife (PE), por agentes do DOPS pernambucano, em 27 de abril de 1971, morrendo no dia seguinte.

"Tive muita dificuldade com a expressão dos meus sentimentos"

por Paulo de Miranda Sipahi Pires

Sou filho da Rita Maria de Miranda Sipahi Pires e do Antônio Othon Pires Rolim, também conhecido como Ari. Os dois foram presos. Na época, eu a Camila, minha irmã, éramos crianças. Eu tinha 6 ou 7 anos, e ela tinha um pouco menos, 5 anos.

Por sermos crianças, quando os fatos aconteceram, é muito difícil manter algum tipo de memória mais contextualizada do que estava acontecendo. Mas acho que a dificuldade maior mesmo era não ter com quem conversar, alguém que ouvisse e que validasse o que eu estava sentindo então. O que eu mostrarei aqui são alguns desenhos que fiz na época e que retratam os sentimentos que vivi em função da prisão dos meus pais. No papel, através dos desenhos, foi possível expressar coisas que naquele momento eu não podia expressar verbalmente.

A minha exigência em relação ao Estado é que declare que meus pais são heróis e não bandidos. Naquela época, se alguém estava preso era bandido. Como eu era criança e meus pais estavam presos, era como se eles fossem bandidos. Mas eles não eram bandidos. Eu tinha essa noção. Só que não se falava dessas coisas. E se falássemos, éramos severamente repreendidos. Eu fui repreendido na escola. Então eu tive muita dificuldade com a expressão dos meus sentimentos. Portanto, a minha exigência em relação ao Estado é que de alguma forma me digam: "Não, eles não são bandidos; na verdade, eles são heróis". Quando digo isso, estou me reportando ao Paulo aos 8 anos de idade. Essa é a reparação que espero.

À esquerda Paulo, brincando com amigo, aos 7 anos, Rio de Janeiro

Falando da época das visitas aos nossos pais no Presídio Tiradentes, uma coisa que me atormentava eram os dois toques da campainha. Quando soava o primeiro toque, eu sabia que era o momento de nos despedirmos, então era uma dificuldade para mim.

> "O que eu mostrarei aqui são alguns desenhos que fiz na época e que retratam os sentimentos que vivi em função da prisão dos meus pais. No papel, através dos desenhos, foi possível expressar coisas que naquele momento eu não podia expressar verbalmente"

Nós fazíamos uma viagem de trem, pegávamos a fila para a revista e esperávamos muito para ter aquele encontro com nossos pais, e fazer a visita num espaço tão curto de tempo que nem matava a saudade. As visitas eram um misto de dor e de alegria, porque assim que começavam eu sabia logo que iria acabar. Havia uma angústia mesmo de saber que aquilo ia acabar. E aquele presídio era um lugar muito ameaçador. A visita acontecia em um pátio estreito com um muro muito alto. Eu sentava num banco de alvenaria encostado no muro e bem em cima, no alto do muro, tinha uma guarita. E nos momentos em que eu estava sozinho eu olhava para cima. E na guarita tinha um soldado com o fuzil apontado. E eu sentia sempre que alguém estava me ameaçando.

Eu me sentia totalmente ameaçado naquele ambiente. Mas me sentia ameaçado também na escola em que estudava. E eu pensava que se meus pais eram bandidos eu também era bandido. Eu não me senti amparado para repetir: "Não, você não é um bandido, porque seus pais não são bandidos". Assim, eu carrego esse sentimento daquela criança de 7 anos. E nunca me foi dito o contrário. E não será dito pela TV Globo, pela *Folha de São Paulo* nem pelo *Estadão*. Isso não será dito pelas setenta famílias detentoras da mídia no Brasil.

A reparação de dizer "seus pais são heróis" cabe ao Estado fazer de alguma maneira. Claro que há projetos de memória nas grandes cidades onde houve muita repressão da ditadura. Só que eu moro numa cidade do interior do Rio de Janeiro, onde a convicção que as pessoas têm a respeito da ditadura é que foi muito boa. Eu acredito que para atingir todo o país não basta um canal da TV Cultura, porque a divulgação dessa mídia é muito pequena.

Quando eu fui à primeira sessão da Comissão da Verdade de São Paulo, na Assembleia

> “E para dizer que muito pouca coisa mudou, institucionalmente a Polícia Militar atua exatamente da mesma maneira que no passado na ditadura”

Legislativa de São Paulo, ocorreu-me lembrar de algo que eu tinha visto a respeito da questão do Holocausto: o [Steven] Spielberg havia recolhido fundos e doado, também parte da renda do filme *A Lista de Schindler*, para a criação de um museu de memória às vítimas do Holocausto. Nesse museu há um arquivo enorme, acessível online e com testemunhos das pessoas que passaram por aquilo, sobreviveram e contam suas histórias. E eu imagino que o único jeito de se atingir um país do tamanho do nosso, hoje, é desse jeito, por meio da internet. Mas não basta ter apenas o registro para as gerações futuras. Eu quero que esse registro ainda mude a minha vida, ainda quero ver isso acontecer para reparar o que senti dos 7 anos aos 49 anos de idade.

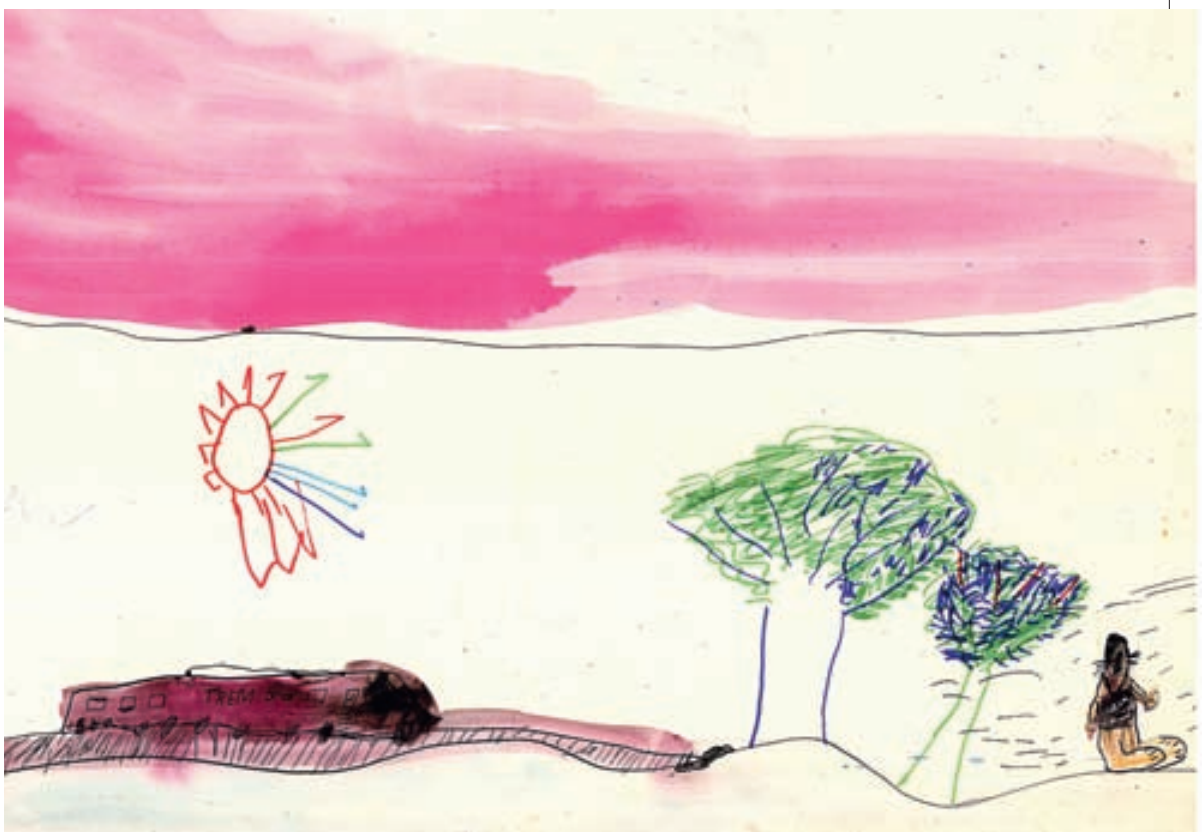
E para dizer que muito pouca coisa mudou, institucionalmente, a Polícia Militar atua exatamente da mesma maneira que no passado, na ditadura. Hoje, a PM não está só reprimindo as pessoas que têm uma atividade política, mas está assassinando e acontece um genocídio dos jovens negros, pobres e que moram na periferia dos grandes centros urbanos.

PAULO DE MIRANDA SIPAHI PIRES nasceu em 14 de janeiro de 1964. Estudou psicologia e trabalha como bancário na Caixa Econômica Federal.

“Este é um desenho da tia Laura. Ela e o tio Huseyin foram as pessoas que nos abrigaram enquanto nossos pais estavam presos”.

“Me disseram que mamãe lutou contra a ditadura, então retratei mamãe como guerrilheira com fuzil e vestida com as cores da bandeira do Brasil”.

“Este é o trem de prata, pegávamos esse trem para visitar os nossos pais, porque a gente morava no Rio e eles estavam presos no presídio Tiradentes, em São Paulo. Então a gente pegava o trem de prata. O trem de prata tinha que andar bem rápido para a gente chegar logo e não perder a hora da visita. Pegávamos o trem de noite no Rio de Janeiro e chegávamos de manhã em São Paulo. Para explicar que ele andava rápido eu desenhei um coelho do lado direito”.



"A torre de comando está avisando a espaçonave para voltar com o homem que saltou da nave quebrada. Como fazer para trazer meus pais de volta? Muita angústia".

"Não era possível falar da minha raiva e da minha frustação, mas eu precisava dizer e convencer a mim mesmo do meu poder destruidorque eu tinha contra aqueles que ousaram sequestrar minha mãe e meu pai".

"Nesse desenho estou falando da vida bruta, porque estava muito bruto tudo o que aconteceu com nossa família".

"O desenho retrata mais ou menos a situação que eu sofria. Imaginem três aviões que tentam aterrissar e cada um tem seu trajeto de aterissagem, e eu não podia estar em nenhum desses trajetos. Isso traduz o meu sofrimento, pois eu não sentia que podia estar em algum lugar".

"O sequestro da minha memória"

por Camila Sipahi Pires

Sou filha de Rita de Miranda Sipahi e Antônio Othon Pires Rolim. Para fazer esse relato decidi realizar uma projeção de desenhos e textos, que nomeei como "O sequestro da minha memória". Quero dedicá-lo a todos os presos, desaparecidos, mortos e principalmente aos seus familiares – mães, pais irmãos, filhos... enfim, todos aqueles que sofreram direta ou indiretamente com a tortura, porque eu entendo que o sofrimento que as famílias passaram também foi uma forma de tortura.

Como filha, procurei dar a minha contribuição contando um pouco daquilo que eu me recordo, que é pouco, já que acredito que naquele momento, assim como meus pais, a minha memória também foi sequestrada. Digo isso porque no decorrer dos acontecimentos passei por um processo de esquecimento, ou melhor dizendo, "apagamento" de memória, gerado pela angústia e pelo medo, que me poupou das dores imediatas da separação. Em contrapartida, levou consigo os rostos de pessoas queridas, como o de meu pai, minha babá chamada Neném, meus amigos, momentos agradáveis, minha vida familiar e escolar.

Mas como contar tudo o que lembro quarenta anos depois? Procurei trazer a criança Camilinha, dar voz à pequenina. Então, eu escrevi e desenhei.

[Para esta publicação decidiu expor somente alguns dos desenhos apresentados no dia do depoimento, 9 de maio de 2013, junto a eles outros desenhos reelaborados. Pareceu mais conveniente que o relato estivesse em primeiro plano. Os desenhos, portanto, estão mais como adornos. Espera um dia transformá-los em um livro.]

À esquerda Rita, sentada ao fundo, e Camila, de pé, aos 7 anos, depois de sua mãe solta. Ao centro, Camilinha dança nua – ilustração de Camila Sipahi Pires

A vivência da prisão de meus pais, além do esquecimento, também marcou a minha alma com medos atávicos e tristezas que somente depois, ao amadurecer, mas principalmente através da compreensão do que se passou, pude entender e reconhecer suas origens.

O sequestro de minha mãe foi assim: era noite e estávamos em casa quando dois homens bateram à porta. Como de costume, eu quis fazer gracinha, porque todo mundo me achava muito engraçadinha. Eles entraram, não sorriram, não fizeram nada, não quiseram nenhuma interlocução com a gente, chamaram minha mãe e deram voz de prisão para ela. Nós não entendemos nada, porque foi tudo cochichado. Ela foi para dentro, se desfez de alguns documentos como se estivesse se arrumando e tomando banho e voltou para a sala.

Saímos e descendo no elevador ela disse que precisava nos levar a um lugar ali perto, em Copacabana, para casa da Rute – produtora de teatro, muito sua amiga. Eu e o Paulo estávamos suspensos no ar, não entendíamos o que estava acontecendo. Eram cinco pessoas no carro: minha mãe, os dois, eu e o Paulo. Ela preferiu dirigir porque sabia o endereço. Eles concordaram. Foi aí que eu vi as armas. Tinha um homem do lado dela, no banco da frente, que encostou uma arma em sua cintura. O outro, que estava atrás comigo e com Paulo, colocou uma arma, pelo outro lado, apontada para ela.

Um deles disse que se ela tentasse alguma coisa eles teriam que tomar atitudes graves. Senti um medo enorme em estar dentro do carro. Tento desenhar esse momento, mas não consigo. Até hoje fico angustiada com a iluminação amarelada em ruas desertas, como eram naqueles anos 1970.

Fomos levados para a casa da Rute. A gente saiu do carro, um dos homens ficou esperando na rua, o outro subiu no elevador conosco. A minha impressão é que era um elevador muito apertado. A gente saiu e eu vi um corredor

“Eu fazia meus comícios, porque eu precisava falar para todo mundo que meus pais estavam presos e que aquilo não era justo, que o presidente estava errado, que não era justo mesmo, que meus pais eram pessoas boas, que tinham filhos bons”

enorme. Voltei lá depois de adulta e vi um corredor pequeno, a visão de uma criança distorce as coisas... Fomos andando pelo corredor de mãos dadas. Ela bateu na porta, a Rute abriu, e minha mãe disse algo em seu ouvido. Rute ficou com aquela expressão de horror no rosto. A seguir, pela primeira vez, depois de toda aquela cena começar, minha mãe nos olhou nos olhos e disse chorando: “Aqueles homens... vou ter que ir com eles. Vocês ficam aqui com a tia Rute”. Ela nos abraçou e se foi. A porta se fechou. A partir dali surgiu uma ansiedade enorme, a gente se perguntanto: “Quando ela vai voltar? Cadê minha mãe, cadê meu pai?”

A essa altura meu pai já estava preso no Recife (PE), mas nós não sabíamos. Naquela época, ele morava em São Paulo e nós no Rio, com minha mãe. Eles não estavam separados, eles decidiram viver assim para nos proteger, porque em São Paulo o pessoal da Ação Popular (AP) estava “caindo”. E, de repente, a gente estava na casa da Rute. Eu, muito ansiosa. O Paulo, muito ansioso. Passou muito tempo sem que a gente soubesse onde estavam a Rita e o Ari.

As coisas só melhoraram um pouco quando nosso tio Huseyin, irmão de minha mãe, ligou. Eu lembrava dele... Ele avisou que estava indo para o Rio de Janeiro com minha tia Laura e meu primo Vitor, de 1 ano e meio. Quando eles chegaram fizeram uma coisa maravilhosa, foram morar conosco em nosso apartamento. Tio Huseyin era muito amoroso, animado, divertido. Tia Laura era uma tia deliciosamente gorda, gentil e enérgica. Logo depois chegou a Tereza, ela era negra, também muito gorda e veio trabalhar em nossa casa.

Acho que tudo isso se deu em torno de um mês e meio, dois... não posso dizer com certeza.

A tia Laura ficou muito preocupada, porque quando eles começaram a explicar que os militares eram malvados, pessoas más, que tinham prendido os pais e as mães, comecei a fazer comício na porta da escola.

Antes da prisão eu não tinha noção do que estava acontecendo, mas eu sabia que existia alguma coisa que não podia ser dita. Tenho uma lembrança muito antiga (porque eu apaguei tudo que foi anterior à prisão), de ir a um enterro de alguém, não sei quem era, num lugar ermo, e que as pessoas choravam muito. Estava todo mundo muito assustado e eu lembro desses cochichos, desse clima de medo pré-prisão. Sabíamos que tinha alguma coisa que estava estranha no ar, mas não sabíamos o que era. Sabíamos que eram segredos. E a partir da prisão o clima era de uma tristeza muito grande.

Eu fazia meus comícios, porque eu precisava falar para todo mundo que meus pais estavam presos e que aquilo não era justo, que o presi-

dente estava errado, que não era justo mesmo, que meus pais eram pessoas boas, que tinham filhos bons. Eu dizia isso na porta da escola e as pessoas diziam: "Psiu, psiu...". Me lembro dos pais de colegas e da minha tia me dizendo: "Fala mais baixo, não precisa dizer isso toda hora". Naquela época tudo era muito perigoso. Eu, na minha inocência, não entendia isso. Eu não tinha vergonha, eu queria falar que não era justo, que minha mãe não tinha feito nada. Eu queria deixar isso muito claro.

Na primeira vez que fui ao presídio fiquei muito ansiosa. Eu estava louca para chegar em São Paulo. Pegamos aquele trem dormitório, nós dois e a tia Laura. Ela foi uma grande mulher. Era muito carinhosa, mas também um tantinho brava. Eu sentia muita segurança com ela.

A chegada à visita era sempre um momento muito ambíguo. São Paulo era uma cidade fria, nublada, cinza. A gente descia na Estação da Luz e andava até o Presídio Tiradentes, que era um lugar todo murado. Lembro de passar por debaixo do arco e de pessoas que nos recebiam de forma gélida. Eles nos mandavam tirar toda a roupa. Para nós, que estávamos felizes, indo para um encontro tão importante, encontrar essa barreira de frieza abalava nossa alegria.

Na primeira visita, minha mãe estava muito magra e pálida, vestia uma blusa rolê mostarda, cabelo preso e saia marrom. Não era a minha mãe linda, que eu via no Rio de Janeiro, de cabelos soltos. De repente, vi aquela mulher frágil, com a cor branca de pessoa doente, com olheiras... Foi um encontro caloroso, mas com uma pessoa que estava arrebentada. Foi um encontro tenso.

Eu sabia que eu ia ver meu pai também. Eu não o via há muito tempo. Vi os dois no mesmo dia. O que acho mais grave disso tudo é que me lembro menos do meu pai do que de minha mãe. Eu acho que isso ocorreu por conta do que aquele período fez comigo: apaguei meu pai tão amado...

As visitas aconteciam duas vezes por mês, a cada quinze dias. Depois da revista a gente entrava no pátio, encontrávamos nossos pais e outras famílias de presos com seus filhos, outras crianças com quem a gente brincava enquanto os adultos conversavam. Tinham cartinhas, pessoas curiosas em nos conhecer... Me lembro do velho Takaoka com seus ratinhos feitos de papel higiênico cor de rosa ou cinza. Dentro do ratinho havia um fiozinho de seda e um carretel. Ele puxava o fiozinho e o ratinho andava sozinho... Era muito lindo.

Naquele lugar tão triste tinha dessas coisas. Era como se aquelas pessoas tristes, presas tivessem um suspiro de alegria.

> "Muitas vezes eu pensava: 'Eles vão matar a gente, a gente vai ficar preso aqui'. Na saída do prédio os policiais ainda ficavam apontando os fuzis para nós"

Até a hora que tocava uma sirene que anunciava o término da visita. Acho que era a pior parte. Pior que a entrada, porque na entrada ainda havia a esperança do encontro. Na saída havia a despedida, eu sabia que ia ver meus pais só depois de muito tempo e que não poderia levá-los comigo. E o mais grave era que levavam a gente para outro pátio, com um grande brasão do Exército brasileiro na parede, que era algo assustador, e os guardas que ficavam nas guaritas em cima dos muros de todo o presídio apontavam as armas para nós. Trancavam os portões e ficávamos nesse pátio pequeno, junto com todos os outros familiares, era muito claustrofóbico, porque todo mundo ficava apertado ali. Depois de algum tempo,

Eles falavam baixinho,
eles contavam segredos...

que era eterno pra mim, de muito barulho de portões fechando, começavam a abrir os portões de saída, que eram vários também. Muitas vezes eu pensava: "Eles vão matar a gente, a gente vai ficar preso aqui". Na saída do prédio os policiais ainda ficavam apontando os fuzis para nós.

Desde essa experiência nunca gostei de ficar em lugares fechados com muita gente. Era o fim do dia, a gente voltava para a Estação da Luz e viajávamos a noite inteira para chegar ao Rio.

Acho importante dizer que a saída do Tiradentes, além da dificuldade de nos despedir dos pais e deixar aquela situação para trás, daquele reino onde ninguém sorri, os policiais, com toda aquela encenação, queriam deixar um recado bem claro: engendrar nas nossas cabeças o medo. Eles não só acreditavam que os nossos pais eram bandidos, mas também que nós viríamos a ser "perigosos" no futuro. Eles queriam desfazer qualquer possibilidade de repetirmos os atos dos nossos pais.

Tem uma coisa que me disseram e que não sei se é verdade: que eu e o Paulo fomos umas das poucas crianças a ir à Torre das Donzelas, onde ficavam as presas políticas. Foi uma visita muito esperada e que ocorreu durante a semana. Lembro da angústia. Quando chegamos lá disseram que a nossa autorização não tinha chegado. Esperamos durante um bom tempo, mas conseguimos. A autorização chegou e dessa vez entramos acompanhados pela guarda, não no pátio, mas na Torre.

Foi uma alegria as pessoas nos verem ali, as presas ficaram muito tocadas. Sentimos muito amor por parte delas, embora fosse um lugar triste. Era tudo muito arrumado, as camas beliche cobertas com mantas feitas de retalhos, coisa que atualmente, inclusive, tem a ver com a costura que eu faço hoje.

Uma das únicas coisas que me lembro é de uma mulher, com vestido branco, andando naquela escada em caracol sem fim, com cabelos desgrenhados e falando sozinha, uma realidade de muita loucura.

Depois de um tempo e muitos beijinhos, elas me chamaram para falar perto de um buraco na parede, uma pia, um encanamento, e disseram: "Fala oi pro seu pai que ele está ouvindo do outro lado". E eu entendi que eles tinham alguma comunicação ali, por um cano. Me emocionei muito ao ouvir a voz dele do outro lado: "Oi, filha..." Lembro que não tinha privada, fizemos xixi num buraco no chão. Logo depois fomos avisados que era hora de ir embora.

Na vida lá fora, no Rio, a gente recebia cartinhas muito amorosas. A tia escrevia o que a gente ditava. Nas cartinhas eu contava tudo que estava acontecendo, que eu tinha brigado com o Paulo, perdido um dente, que tinha ganhado parabéns na escola. Lembro que um dia "escrevi" que eu era uma menina muito infeliz, com o desenho de uma menina chorando. Eu manifestava muito sofrimento nos meus desenhos, nessa coisa de morte, de perda.

No período que meus pais estiveram presos, o Paulo ficou muito agressivo e teve que fazer ludoterapia. Para mim era muito frustrante, porque eu passava uma hora e meia vendo ele brincar e eu não. Mas eu contava muito com o Paulo para outras coisas. Ele representava a minha segurança.

Apesar de tudo, acho que a situação poderia ter sido muito mais dramática. Meus tios foram muito importantes naquele momento tão conturbado. O Vitor, meu primo, também, pois deixei de ser a caçula.

Quando o presidente – era o Médici, mas eu achava que era o Geisel – falava na televisão, eu me sentava na frente e tentava convencê-lo que meus pais eram muito bonzinhos.

Muito tempo depois, disseram que minha mãe tinha sido solta e que estava na casa da tia Elenita e do tio Aytan, em São Paulo. Eu adorava a casa deles, adorava brincar com meus primos

Mamãe, mamãe não chore, a vida é assim mesmo...

Guilherme e Fabiano, acho que a Isabel ainda não tinha nascido. Viajamos para São Paulo, para o reencontro. Acho que aquele foi o maior susto que tomei na vida, porque quando eu cheguei na casa de meus tios bem cedinho e entrei no quarto de meus primos, que era bem grande, vi no meio do cômodo uma cama de campanha, dobrável, com uma pessoa totalmente coberta com um lençol branco. Para mim, aquilo era morte. Pensei: "Minha mãe morreu, devolveram um corpo". Comecei a apertá-la e falar: "Mãe, mãe". Aí ela tirou o lençol de cima da cabeça e estava vestida com uma camisola branca. E estava muito pálida. Então ela nos abraçou.

A primeira coisa que perguntei à minha mãe foi: "Você vai voltar para a prisão?" E ela: "Não, Camila, quem é preso uma vez não é preso nunca mais". E isso me deu um alívio enorme. Eu não sabia que, na verdade, era uma grande mentira, porque meu pai já tinha sido preso anos antes, logo depois do nacimento do Paulo, no Recife, na queda do Arraes, em 1964. Essa era a segunda vez que Miguel estava preso.

Naqueles dias aconteceu uma coisa que me envergonhou muito. Várias vezes chamei minha mãe de tia e não de mãe. Porque a palavra mãe tinha se tornado a palavra tia.

Minha mãe voltou a morar com a gente e voltamos para São Paulo. Meu pai ficou preso mais seis meses. O retorno para São Paulo foi uma quebra de ritmo. O fim da convivência com a tia Laura, o tio Huseyin, do Vitor, da Tereza, foi novamente uma perda. Claro que eu queria ficar com a minha mãe, mas já tinha me adaptado a uma nova situação. Houve, de novo, uma ruptura. Fomos novamente morar em outro lugar, tivemos que nos acostumar com outros amigos, com nova escola. Depois meu pai saiu da prisão, ficou alguns meses em nossa nova casa até se separar definitivamente de minha mãe.

Tempos depois se casou com a Cida Ribeiro, e agreguei sua família à minha vida, pessoas muito queridas, como a Dita e o Chico, pais dela.

E minha mãe se casou com o Alípio Freire. Fomos morar numa casa no Alto da Lapa. ComeÇei ali a ter uma vida normal, uma infância muito mais gostosa, brincando com amigos na rua. Os pais do Alípio também foram muito importantes, assim como a chegada de minha irmã Maiana, quando eu tinha 9 anos.

Fomos estudar em colégio público, porque era o que dava naquela época. E eu sentia que a ditadura continuava ali. A partir da prisão dos meus pai peguei horror a qualquer militar, guarda, policial. Anos antes eu ia visitar meus pais na cadeia, via todo mundo fardado, pessoas que nunca nos tratavam bem. Aquele co-

"Naqueles dias aconteceu uma coisa que me envergonhou muito. Várias vezes chamei minha mãe de tia e não de mãe. Porque a palavra mãe tinha se tornado a palavra tia"

Seu presidente solta minha mãe e meu paizinho, eles são bonzinhos!!!!

“Com 9 ou 10 anos eu ficava imaginando o que tinha acontecido, mas tinha receio de perguntar aos meus pais, medo de tocar naquela ferida”

légio parecia assim, todos fardados, com grades nas janelas... Eu costumava falar para meu amigos que meus pais tinham sido presos. Mas sabia qua a sociedade não via com bons olhos. Para aquelas pessoas não era nada bom ser filho de presos políticos. Nunca tive vergonha, mas houve momentos em que eu não falei, porque as pessoas entediam que gente de esquerda era terrorista, criminosa. Era uma sociedade profundamente reacionária. Além disso, minha mãe era uma mulher desquitada e havia um preconceito enorme ao desquite. Nós, enquanto estudamos lá, tinhamos que cantar o Hino à Bandeira, amar o Brasil dos militares. Até que conseguimos ir estudar em um colégio particular, com pessoas mais de esquerda. Foi muito importante para nossa autoestima.

Sobre a tortura, eu sabia que algumas pessoas ficavam machucadas, porque quando íamos ao Presídio Tiradentes havia pessoas que estavam doentes, infelizes, via que tinha gente que tinha sido muito machucada.

Com 9 ou 10 anos eu ficava imaginando o que tinha acontecido, mas tinha receio de perguntar aos meus pais, medo de tocar naquela ferida. Meu pai me dizia algumas coisas, minha mãe outras. O que sempre tive claro para mim é que eles tinham lutado pelo povo brasileiro. Quando fui ficando adolescente, comecei a entender que existia tortura e, com 14, 15 anos, eu pedi ao Alípio para descrever para mim o que era aquilo. Eu pensava: “Como vou conseguir conviver com a ideia de que meus pais sofreram tanto, apanharam tanto, sem eu saber o que foi esse sofrimento?” Foi importante saber o nível de agressividade daquilo. Me tornei parte daquela luta...

Depois daquilo fui agraciada por ver muitas coisas importantes, como a abertura política, a Anistia, os exilados voltarem com a gente cantando “O Bêbado e a Equilibrista” no Aeroporto, a criação do PT, a luta pelas Diretas Já. Enfim, senti o suspiro depois de tanto tempo de um novo Brasil.

A visita...

Eles sequestravam,
torturavam, prendiam,
matavam, ocultavam
cadáveres, mentiam,

Eles eram os homens
da lei...

“E sei que milhares de crianças hoje passam pelas mesmas penalizações que eu e meu irmão passamos no passado, independente de serem filhos de presos comuns, porque criança é criança, opressão é opressão”

Aos 18 anos, tive minha filha Flora. Foi um grande desafio e uma grande benção. O pai dela, Flávio, faleceu quando ela tinha 5 anos. Foi muito doloroso ver minha filha passar aos 5 anos por uma realidade tão trágica. Por muito tempo vi, refletido nela, as mesmas dores que eu passei nessa idade, mas com ela era mais doído, pois seu pai não iria voltar. Quando ela tinha 18 anos me casei novamente, com o Skowa e tive meu segundo filho, o Bento, tão esperado e amado.

Com seu nascimento tive que me afastar da função de diretora de arte na agência de publicidade onde trabalhava. Então, comecei a fazer bonecos de feltro para portas de maternidade, para conseguir dinheiro, para ajudar na vida. Eu fazia bonecos muito bonitos, famílias felizes, comercial de margarina...

Um dia comecei a ver que aquilo não era a minha realidade. Fui sempre muito feliz com a minha maternidade, não era isso, mas tinha a necessidade de fazer outros bonecos. Fiz, então, a série de bonecos torturados. Eu não torturava os bonecos... eu retratava como era a tortura.

Na minha família falamos sobre isso a vida inteira, mas a impressão que eu tenho é que eu estou em uma sociedade que não pensa sobre a violência nas instituições públicas, nas delegacias e penitenciárias. Então, comecei a fazer os bonecos. Foi um projeto que comecei, abandonei, voltei novamente. Busco sempre abordar esse assunto, pois acredito que se não passarmos a limpo a violência que aconteceu abertamente – pois nada foi tão escondido naquela época, muito pelo contrário – , não iremos mudar o sistema penitenciário de hoje. E sei que milhares de crianças hoje passam pelas mesmas penalizações que eu e meu irmão passamos no passado, independente de serem filhos de presos comuns, porque criança é criança, opressão é opressão.

E a luta continua...

CAMILA SIPAHI PIRES nasceu em 6 de julho 1966, em São Paulo (SP). Formada em Produção Editorial, foi diretora de arte em publicidade por 25 anos. Hoje trabalha com design editorial e continua fazendo seus bonecos.

Antonio Othon Pires Rolim (Ari Rolim), nasceu em 14 de outubro de 1936 na cidade de Juazeiro do Norte, Ceará, filho de Antonio Pires Sobrinho e Teotonia Rolim Pires. Iniciou sua militância na Juventude Universitária Católica (JUC), em 1957. Formou-se em direito pela Universidade Federal do Ceará e, em 1961, ingressou na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) transferido posteriormente para o Ministério do Planejamento. Participou da criação do movimento político Ação Popular no Nordeste, tendo sido seu dirigente em Pernambuco. Foi preso e processado pelo IV Exército em Recife e afastado do serviço público. Mudou-se para São Paulo, onde continuou sua militância política. Foi professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC–SP) e participou da criação do PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores), quando foi preso pela OBAN (Operação Bandeirante) em junho de 1971, em cujas dependências foi submetido a torturas e posteriormente condenado pela Segunda Auditoria de Guerra a cinco anos de prisão, tendo cumprido dois anos e sete meses de pena no Presídio Tiradentes da capital do Estado de São Paulo. Durante nove anos participou da direção do *Le Monde Diplomatique do Brasil*, edição em língua portuguesa. Participou ainda da criação e implantação da Associação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos (ATTAC), uma organização contra a mundialização financeira do capital. Há vinte e cinco anos desenvolve um trabalho de organização da área de projetos e consultoria no setor de engenharia e arquitetura envolvida com estudos e projetos de infraestrutura brasileira.

Rita Maria de Miranda Sipahi nasceu em 23 de fevereiro de 1938, em Fortaleza (CE). Filha de Tahir Sipahi e Alayde Miranda Sipahi. Graduada em direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). No início dos anos 1960 iniciou sua participação política na Juventude Universitária Católica e no movimento estudantil. Foi representante da União Nacional dos Estudantes (UNE), no Ceará. Participou da fundação da Ação Popular (AP) no Ceará e integrou o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), dissidência da AP. Foi casada com Antônio Othon Pires Rolim, também militante da AP. Em novembro de 1964, quando morava no Recife foi compelida a refugiar-se na cidade de São Paulo, em virtude da prisão preventiva de seu então marido, onde passaram a residir. No ano da 1971, quando residia no Rio de Janeiro, foi presa. Na ocasião, estava em seu apartamento com seus dois filhos, Paulo e Camila, com 7 e 5 anos, respetivamente. Seu marido, à época, encontrava-se por motivo de trabalho fora da cidade. Foi sequestrada (não havia autorização para prisão) por uma equipe do DOI-CODI/RJ, onde ficou durante alguns dias. No entanto, a ordem de busca havia sido emitida pela Operação Bandeirante (OBAN/SP), para onde foi levada. Desde os primeiros momentos da prisão, nos dois órgãos de repressão política, foi torturada. Depois de permanecer por duas semanas na OBAN, foi encaminhada para Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), local em que era feito o reconhecimento da prisão política. Permaneceu presa durante onze meses no Presídio Tiradentes, na Torre das Donzelas. Desde o ano de 1974 é casada com o jornalista Alípio Freire, com quem tem uma filha, de nome Maiana. Foi servidora pública da Prefeitura Municipal de São Paulo, com atuação na criação do Sindicato dos Servidores Públicos de São Paulo. Participou da fundação do Partido dos Trabalhadores, em 1980. Hoje é Conselheira da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, cuja atuação é reconhecida como serviço público relevante, sem remuneração.

Álbum de família

1 e 2. Ari e Rita
3. Paulo ainda pequeno, Recife (PE)
4. Ari e Paulo aos 3 anos

1

2

3

4

5. Paulo aos 3 anos e meio
6. Rita e Paulo aos 4 anos
7. Sequência de fotos Ari e Paulo aos 5 anos

5

6

7

8. Camila com 6 meses

9. Camila, Rita e Paulo, pouco antes da prisão, Rio de Janeiro

10 e 11. Camila aos 4 anos

12. Tia Laura

13. Camila, Vitor e Paulo, Rio da Janeiro

14. Huseyin e Laura, os tios que ficaram com Paulo e Camila

8

9

10

11

12

14

13

15

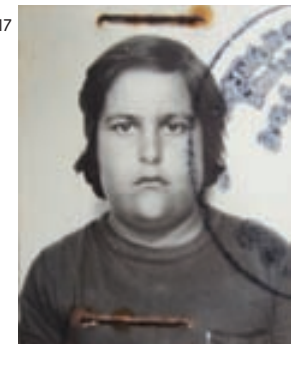
15. Camila aos 5 anos, brinca com amiga, Rio de Janeiro

16 e 17. Camila aos 7 anos, Paulo com 9 anos

18. Maiana, irmã de Paulo e Camila, aos 2 anos, tomando banho de mangueira na frente da casa da Rua Curuzu, São Paulo

16

17



18

Fragmentos e histórias

por Rita Sipahi

Fragmentos da história de um menino que nasceu em 1964, quando foi desfechado um golpe contra o Brasil

Terminei o último ano do curso de Direito no Recife, em 1963. No dia 14 de janeiro seguinte (1964), na Maternidade Beneficência Portuguesa, nasceu meu primeiro filho: o Paulo.

A transferência para o Recife se dera pelo casamento com Antônio Othon Pires Rolim – Ari, funcionário da SUDENE. Minha atuação política, iniciada no movimento estudantil do Ceará, prosseguiu em Pernambuco. Depois de alguns anos na Juventude Universitária Católica (JUC), a partir de 1962, passei a militar na nova organização política, criada naquele ano, a Ação Popular (AP).

Eram tempos de muita efervescência, expectativas e esperanças. Construiríamos um novo Brasil – era o que nos apontavam o Plano Trienal, as Reformas de Base e a grande mobilização popular.

A grande festa duraria pouco.

Paulo completava dois meses e dezessete dias quando, na noite de 31 de março, foi desfechado o golpe, e o presidente João Goulart obrigado a deixar o País. Nada mais seria como antes.

Logo depois, o pai do Paulo foi detido e levado para o DOPS do Recife. Liberado, teve em seguida sua prisão preventiva decretada. Decidimos nos refugiar em São Paulo.

Foi nesse ambiente que o Paulo viveu seus primeiros dias. Tudo isso certamente incidiu e decidiu sobre seus caminhos.

Em 1966, já com 2 anos e em São Paulo, nasceu sua irmã, Camila.

Os seus primeiros anos foram marcados pela adaptação à nova cidade, pela instabilidade da nossa vida diante de dificuldades colocadas pela realidade do país. Alguns sinais revelavam isto: quando tinha 4 anos, certo dia Paulo começou a vomitar sem parar. Eu o levei ao Dr. Rubem Blasi (pediatra) que me perguntou: "O que está acontecendo com este menino? Não tem nada, a não ser a reação do vômito".

Calei. Não podia contar o que ocorria: meu irmão (Aytan) e minha cunhada (Helenita) que também viviam em São Paulo, haviam sido presos. Apesar de militarmos em organizações distintas, corríamos novos riscos, o que intensificava o clima de tensão.

Desde criança, o Paulo tinha uma personalidade forte e marcante. Não desistia do que queria. Insistia, refletia e voltava à carga com novos argumentos. Sempre reagiu com veemência, quando contrariado.

A continuidade da nossa militância colocava situações limites, que estiveram presentes ao longo da sua infância, e ele os percebia mesmo que nada fosse contado: conversas, sussurros, contrações das faces, medo disfarçado e o clima tenso.

Em São Paulo, a escola que frequentou aos 2, 3 anos, chamava-se Pequeno Príncipe. Um dia, a diretora me perguntou por que o Batman que o Paulo representava era diferente do Batman de seus amigos. E concluímos que era pelo fato de não ter televisão em casa. Comprei uma TV.

Quando nos transferimos de São Paulo para o Rio, em mais uma tentativa de escaparmos da prisão, as crianças tiveram de enfrentar outras novas mudanças: escola nova, amigos deixados para trás, alfabetização que não se concluiu. A reação do Paulo foi a de me responsabilizar: "Você me tirou da minha escola e eu estava aprendendo a ler".

Nesse tempo, uma das reações físicas do Paulo foi engordar. Tornou-se quase obeso. Só voltaria a emagrecer aos 17, 18 anos.

Em 1971, meu então marido e eu fomos presos. Eu estava sozinha em casa, com as crianças. Consegui que os policiais permitissem que, antes de ser levada para o DOI-CODI, deixasse os filhos em casa de um casal de amigos – Rute e Roberto Cartaxo (gratidão imensa a ambos). Em seguida, meu irmão Huseyin e minha cunhada Laura saíram do Recife onde moravam e se transferiram com os filhos para o Rio, para assumir o nosso lugar de pais. Gesto de amor e dedicação, ao qual sou eternamente grata.

Ari e eu fomos levados clandestinamente para o DOI-CODI de São Paulo, onde permanecemos incomunicáveis até a transferência para o DOPS/SP. Somente então foi quebrada a nossa incomunicabilidade e, nesse momento, as crianças que acompanhavam tudo a distância foram autorizadas a nos visitar. A nossa expectativa era a de que constatassem que estávamos vivos e assim ficassem mais tranquilos. As fantasias passariam a ser outras – quem sabe?

Do DOPS fomos para o Presídio Tiradentes, onde passamos a ter visitas semanais. Quinzenalmente, Laura e/ou Huseyin se deslocavam do Rio para São Paulo, para que as crianças pudessem nos visitar.

Certa feita, foi permitido que os dois fossem ao presídio passar um dia comigo na Torre (como chamávamos a Ala Feminina), e com o pai, no Pavilhão 1 da Ala Masculina. Depois da visita, os dois voltaram muito tristes para o Rio. A realidade da prisão teria sido mais difícil de suportar que a fantasia que tinham sobre o local onde seus pais estavam?

Durante outra visita, o Paulo chorava todo o tempo. Depois de muita insistência consegui que ele me dissesse o que o angustiava. Ainda chorando, ele me perguntou: "Você vai ficar para sempre na prisão? Sua prisão é perpétua?"

Enquanto estivemos presos, nossos amigos se organizaram para que Paulo e Camila tivessem assistência psicológica. Assim, as crianças foram atendidas pela doutora Clélia, psicóloga da PUC – Rio. Quando fui solta (meses antes do Ari), já de volta ao Rio, na saída da última sessão do acompanhamento, ao me devolver simbolicamente os dois, Clélia disse: "Até mais, Paulo". Ele, muito sério, respondeu: "Até nunca".

A criança bonita, amorosa, cheia de delicadeza foi se transformando num menino arredio, com muitos medos, que por volta dos 10 anos passou a adorar uma pequena tartaruga.

A morte do animal (seu pai e eu já estávamos em liberdade) transformou-se numa verdadeira tragédia: ele chorava sem parar – queria um enterro num cemitério de tartarugas, que insistia em dizer que existia. Acabamos por convencê-lo a depositá-la no rio Pinheiros, na água – de onde era originária. Consultei o doutor Antônio C. Cesarino para entender o que acontecia. Ele me explicou que o Paulo chorava por todas as mortes – inclusive a dele.

Certamente muito sofrimento e dificuldades o acompanharam na adolescência, algumas percebidas, outras, certamente não. Somente às vésperas dos 40 anos, depois de assistir o filme argentino *Kamchatka* (que trata de um casal de militantes argentinos obrigado a viver com seus dois filhos na clandestinidade e que, por fim, entrega as duas crianças aos avós), ao chegar em casa, sentou-se junto a mim no sofá, me abraçou e disse: "Fique tranquila, agora eu entendi tudo".

Terá entendido mesmo? A gente consegue entender a barbárie?

Formado em Psicologia, Paulo é funcionário da Caixa Econômica Federal, tem um filho – Tahir, de 25, uma neta – a Glória, de um ano, e é militante há cerca de sete anos, do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU.

Histórias de uma menina que nasceu quando a esperança de um novo país já sucumbira ao golpe

Camila nasceu no dia 6 de julho de 1966. Seu nascimento foi cheio de acidentes.

Ao comunicar ao meu pai que ela teria o nome de sua mãe turca, ele mandou um telegrama advertindo que a escrita correta seria Jamille. Mas ficou Camila.

Nasceu com um torcicolo congênito, que lhe causava muita dor e um choro constante. Uma fisioterapeuta alemã (recomendada pelo médico que, depois de vários outros consultados, deu o diagnóstico acertado) não lhe poupava o choro. Eu não conseguia assistir às sessões – saía de perto para não chorar também.

Desde bebê tinha preferências bem definidas: nunca aceitou mamadeira. Resultado: aos oito meses pegava a colher e comia sozinha, com plena desenvoltura.

A ajuda naquele tempo era dos amigos próximos – nossos companheiros de militância; do meu irmão Aytan e da minha cunhada Helenita, que faziam residência médica em São Paulo e moravam em nossa casa. Mas todos trabalhavam e, durante o dia, eu ficava sozinha com a Camila – além do Paulo, que tinha 2 anos e meio. Eu andava exausta. Uma manhã, enquanto estendia as fraldas no varal, o Paulo me disse: "Ela chora muito. Vamos por no lixo. Mas lá fora, para o lixeiro levar".

Até hoje me lembro daquela sensação de cansaço.

Além de tudo, estávamos clandestinos em São Paulo, vindos do Recife onde, logo depois do golpe, meu então marido, o Ari, depois de ter passado cerca de vinte dias no DOPS/PE, teve decretada a prisão preventiva. Juntamente com isso, havia também os compromissos com a retomada da militância e todos os cuidados e tarefas daí decorrentes.

Camila cresceu em meio à tensão da nossa militância, dos sustos, dos medos; assistindo reuniões; gente que chegava e saía; gente que permanecia mais tempo em nossa casa, e depois se ia. Como militante da Ação Popular (AP), em virtude da política de integração na produção definida pela organização, um conflito estava instalado: ser operária ou não ser. Para alguns, uma questão de princípios... eu, com dois filhos pequenos e na clandestinidade, não fui poupada.

Saía às quatro horas da manhã disfarçada de operária para procurar emprego na rua Mofarrej, na Vila Leopoldina. Saía de casa às 4 horas, e voltava antes que a Camila e seu irmão acordassem. Acabei por conseguir uma vaga na BIC. Mas, divergindo da orientação da AP, não assumi a vaga, não me tornei operária.

Um dia a Marilene chegou para me ajudar. Dona Maria, sua mãe, aparecera um dia procurando emprego e ficou um tempo, Quando saiu, fez-se substituir pela Marilene.

A Camila se apegou muito à Mari.

Todos adoravam a Camila.

Quando começou a frequentar a escola, carregava sempre uma sacola comprida, cheia de pequenas coisas, que arrastava pelo chão. Era comovente vê-la com aquela sacola, tão pequenina e decidida em meio a todos os perigos e incertezas que nos rondavam, e que ela certamente percebia.

Encantava com seu jeito de chegar, suas perguntas, sua carinha cheia de graça, a falha entre seus primeiros incisivos superiores, uma leveza que inspirava carinho. A todos encantava seu modo independente, despachado e sem complicações.

Sobretudo, Camila estava sempre bem humorada.

Quando mudamos para o Rio, em virtude das prisões de companheiros da AP em São Paulo, Camila se ressentiu muito da falta da Marilene. Guardei uma carta dela para a Mari: ela pedia para eu escrever o que ditava. Eram cartas longas, e reproduzo em seguida um trecho daquela que ainda tenho e que expressa a dor de haverem sido separadas: "Mari, eu estou com saudades. Quero ir na sua casa, estou com muitas saudades de você. Não quero que você morra. Olhe, eu quero falar com você, eu estou muito triste. Você está feliz, mas a gente não está não. Eu estou muito triste..."

Isto me remete ao quanto ela sofreu quando fomos presos. Recordo dela, pequenina, com seu vestido vermelho estampado de elefantes brancos, na sala do DOPS/SP – juntamente com o irmão – levados pelo tio Huseyin, que conseguiu autorização especial para uma visita, ainda que estivéssemos incomunicáveis. Sempre conversadeira, nesse dia tentava falar com o delegado que assistia à visita. Como ele não lhe desse a menor atenção, pra se fazer notar, aquele tiquinho de gente puxou o paletó do chefe de delegacia e disse em tom alto e incisivo: "Moço, moço, deixe a minha mãe voltar pra casa".

Foram onze meses que fiquei separada da Camila. Ela e o irmão continuaram a ir à escola, todos se desdobravam para que nada lhes faltasse. Dona Maria – mãe do Marcus e Sonia Lins – costurou o vestido da festa junina; Rute e Roberto Cartaxo – em casa de quem a deixei juntamente com o irmão, no momento em que fui presa e estava sozinha em casa com os dois, que se arrumavam para dormir –, fizeram tudo que puderam para tranquilizá-los; a tia Laura e o tio Huseyin (minha cunhada e meu irmão) que foram morar no Rio, ocuparam o nosso lugar e foram seus pais de fato. As compensações eram muitas: carinho, atenção, tudo que estava ao alcance deles foi feito, sempre preocupados em lhes dar segurança. Mas, mesmo assim, conforme me contou a Laura, cada vez que aparecia um militar dando entrevista na TV, os dois se abraçavam e ficavam agarradinhos. Do mesmo modo que um dia sua mãe fora levada quando os preparava para dormir, o mesmo poderia acontecer com eles ou com os tios. Quanta coisa devia se passar por suas cabeças... como juntar as palavras para fazer as perguntas? As respostas não os tranquilizariam, os adultos também não tinham as respostas. Um tempo de muita paciência e tristeza.

As respostas às perguntas caladas estão, de certo modo, na carta feita para a Mari.

Para demonstrar como esta questão persistiu no tempo, relato o que ouvi quando já estava em casa, depois da prisão. Certo dia, enquanto Camila tomava banho e o Paulo aguardava sua vez sentado num banco, ela lhe perguntou: "Paulo, porque será que nossos pais foram presos mesmo? Eles dizem que foi porque eles falavam mal do Governo. Mas eu já vi tantos tios falarem mal do Governo e não foram presos..." Paulo respondeu: "Ora, sua burra, você não entende nada... É que os outros só falavam. Os nossos pais falavam e faziam, e o Governo tinha provas do que eles falaram e fizeram". Ela, meio decepcionada, pronuncia um "Ah, sim..."

Camila sempre se interessou em conversar e pensar sobre o que aconteceu naqueles anos, e tem desenvolvido diversos trabalhos tridimensionais e ilustrações a esse respeito. Hoje, formada em comunicação, é ilustradora, programadora visual e editora de arte. Tem dois filhos: Flora – de 28 anos, e Bento, de 10.

“Ainda hoje não se dão conta do que significou a luta para reaver meu filho”

por Lenira Machado

sobre Aritanã Machado Dantas

Daqui a dois dias, fará quatro meses que eu perdi Aritanã [falecido em 11 de janeiro de 2013]. Aritanã Guarani Machado Dantas que era como ele se colocava na internet, como uma manifestação de solidariedade às lutas dos indígenas no Brasil. Meu filho foi vítima de uma doença, contra a qual lutou durante seis anos. Chegou um momento em que era impossível continuar sofrendo do jeito que estava. Ele morreu calmamente, cercado por nós, no meio da noite. Ele estava tentando retomar sua vida profissional, que tinha sido muito bonita.

Meu filho era finalizador de filmes, foi responsável pela finalização do documentário da *Revolução de 1932* [*A Guerra Civil – 1932*], foi responsável pela edição de som e mixagem do documentário do Prestes *O Velho*, a história de Luiz Carlos Prestes – de Toni Venturi, foi responsável pela finalização do som do documentário sobre a vida de Ulisses Guimarães, de Eduardo Escorel, além de participar de outras produções e de muitas campanhas publicitárias. Tinha uma imensa capacidade de trabalho.

Nossa primeira prisão ocorreu em 13 de maio de 1971, em casa. Vale lembrar que meu sogro era um general e que eu era de uma família de comunistas, fui e sou, e que os policiais do DOPS me conheciam muito bem. A ditadura de Getúlio [Vargas] não me deixou chamar Lenina. Fez com que meu pai mudasse o nome na hora para Lenira, dentro do cartório. Quem sabe a minha vida de filha de militantes na ditadura de Getúlio me ajudou a preparar meu filho, criança, para nos acompanhar na militância da ditadura militar pós 1964.

Lenira e Aritanã abraçados na casa em que moravam, quando restituído o pátrio poder aos pais, São Paulo

Uma coisa que nós sempre discutimos muito e sobre a qual o Aritanã tinha muita clareza é sobre minha opção de ter um filho e ir para a clandestinidade. Eu sempre disse e ele sempre aceitou que, para mim, na qualidade de militante de esquerda, seria impossível pensar em tentar mobilizar a classe operária, em tentar mobilizar camponeses que tinham filhos se, um militante de esquerda, com obrigações frente ao país não fosse capaz também de criar um filho na clandestinidade. Essa foi uma opção muito clara que fizemos e ele tinha isso muito claro. Nunca houve sentimento de culpa entre nós em função da opção que os pais fizeram naquele momento drástico da política brasileira.

> “Ele aprendeu muito cedo que ele não podia falar o nome Lenira, nem Altino... Passou a nos chamar de ‘Querida’ e ‘Meu bem’...”

Ele aprendeu muito cedo que ele não podia falar o nome Lenira, nem Altino [Rodrigues Dantas Junior, pai de Aritanã], e que os nossos nomes mudavam de acordo com o local em que nós estávamos. Passou a nos chamar de “Querida” e “Meu bem”. Quando alguém perguntava: “Como chama seu pai?”, ele respondia: “Meu bem”. “Como chama sua mãe?” “Querida”. Soube conviver com isso e soube conviver também com a vida no presídio feminino, com Camila, com Paulo [filhos de Rita Sipahi e Antonio Othon Pires Rolim], com Daniel Pimenta, filho de Telinha Maristela S. Pimenta, com meu sobrinho Ernesto, filho de minha irmã, nas visitas que faziam para a gente dentro do presídio. Ele me contava dos passeios nos finais de semana que fazia com a tia Elza Lobo, companheira de longa data, recém-libertada do Tiradentes e que ia buscá-lo na casa dos avós paternos para passear. Ele dizia que não tinha só duas avós, que ele também tinha uma avó chamada Ana, mãe de Elza. Ele manteve esse relacionamento até o falecimento da maravilhosa dona Ana.

Eu acho que o meu filho viveu bem essa primeira fase da nossa prisão até minha soltura, em 1972. Eu tenho uma carta da Lúcia Coelho [ex-presa política e psicóloga]. Como eu estava muito preocupada com a situação do Aritanã, eu pedi a ela, como psicóloga, que o encaminhasse para uma análise psicológica para eu saber como estava meu filho e a resposta da avaliação foi muito boa.

Ele era uma criança que sabia distinguir as coisas. O avô dele, em função de denunciar as nossas prisões e torturas, ficou preso no QG do 2º Exército. Então, na primeira visita que ele nos fez no nosso presídio, o Tiradentes, ele disse: “Prefiro a prisão do meu avô. Lá tem morango, tem geladeira e tem sorvete”.

Em abril de 1974, quando da minha segunda prisão, foi instaurado neste país, pela primeira vez, um processo de destituição de pátrio poder por questão ideológica. Eu acho que as pessoas ainda hoje não se dão conta do que significou a nossa luta por reaver o Aritanã. O processo, que durou dois anos doloridos e sofridos, se restringiu ao Aritanã. Só foi ganho graças ao escritório do advogado Iberê Bandeira de Melo, quando Dr. Nahum e toda equipe empenharam-se em nossa defesa e pela solidariedade de companheiros como a do jor-

nalista Fernando Morais nós pudemos, enfim, receber de novo meu filho em casa.

Foram dois anos de luta, não só para mim, para ele também e para todas as pessoas que naquele momento conviveram e participaram daquele processo. Durante seis meses, eu fui proibida de entrar no apartamento dos meus ex-sogros, porque eu era tida como uma terrorista e colocava a vida da família em risco.

Para ver meu filho, a porta do apartamento era aberta, ele era sentado próximo à porta e eu ficava ao lado do elevador. Eu levava papel, lápis, tinta, e ficávamos os dois sentados por uma hora no chão brincando naquele hall de elevador. Em diversos momentos meu filho prestou depoimento a assistentes sociais para saber como a mãe terrorista o tratava.

Quando da nossa primeira prisão, eu consegui levar Aritanã para a casa dos meus sogros e implorei que o levassem para escola no outro dia. Isso foi feito. Aritanã chegou à escola Lourenço Castanho, que teve uma importância enorme na vida do meu filho. A solidariedade que eu tive da direção daquela escola é imensa. Meu filho entrou na classe e, aos 4 anos, fez o relato da nossa prisão, "Meu pai e minha mãe foram presos. Meu pai começou a apanhar dentro de casa, minha mãe conseguiu me deixar na casa do meu avô e da minha avó, mas o carro que fomos não tinha chapa branca de polícia". Esse foi o depoimento que ele deu na escola com 4 anos.

Em 1974, quando ele foi tirado de casa, saiu do Lourenço Castanho, e foi matriculado no grupo escolar Rodrigues Alves, na Avenida Paulista. Quando eu soube o que estava acontecendo nessa escola pública (a direção foi orientada a impedir contato meu com o Aritanã e ele era apresentado aos colegas como filho de terroristas), fui conversar com a diretora. Na hora que entrei na escola, que parecia mais um presídio, esta mulher começou a gritar "Socorro, terrorista! Socorro terrorista!" e não quis me escutar. Depois, meu filho foi levado para um colégio de padres, no Morumbi, o Santo Américo. Depois de dois anos do processo de destituição do pátrio poder, quando ganhamos o processo em segunda instância, voltamos a ter uma vida normal e nova matrícula no Lourenço Castanho.

> "E ele plantou uma semente que se chama Ivan... de uma afetividade que só Aritanã foi capaz de construir em alguém tão jovem"

Voltar à antiga escola foi uma glória para ele. Em um dos seus últimos aniversários, fez questão de convidar todos colegas de Lourenço Castanho para participarem da comemoração. Fomos aconselhados por psicólogos a voltar a ter uma casa mais restrita, eu com meu novo companheiro e com Aritanã. Meu filho havia perdido a noção de utilização do espaço.

Essa volta foi muito complicada para todos. Eu só via uma saída naquele momento para tentar recuperar meu filho, que foi sair do Brasil. Ir à África como cooperante do governo Moçambicano. Lá ele se encontrou novamente com a esperança, a solidariedade, a fraternidade. Também foi lá que encontrou sua profissão, menino de 14 anos, trabalhando na empresa de cinema e audiovisual que Ruy Guerra havia criado em Moçambique. Foi com a equipe do Ruy Guerra que Aritanã se formou na área de cinema.

Nós vivemos um grande amor, muitas vezes com muitos conflitos, tapas e beijos, mas, também, com muito amor. E ele plantou uma semente que se chama Ivan, um filho que tem hoje 21 anos, músico, faz faculdade de música e que é de uma integridade, de uma sensibilidade, de uma afetividade que só Aritanã foi capaz de construir em alguém tão jovem. Mesmo na doença, mesmo fazendo uma cirurgia de cérebro, mesmo se internando uma vez por mês no Hospital das Clínicas ele conseguiu ser pai e mãe de uma pessoa maravilhosa. Essa é a grande herança que meu filho me deixa.

O testemunho acima é de Lenira Machado, sobre seu filho Aritanã.

ARITANÃ MACHADO DANTAS nasceu em 30 de setembro de 1966, filho Lenira Machado e Altino Rodrigues Dantas Junior. Formou-se na área de cinema começando a trabalhar aos 14 anos na equipe de Ruy Guerra em Moçambique. Morreu aos 47 anos, em 2013. Seu filho Ivan, hoje com 22 anos, é violinista profissional.

Lenira Machado nasceu em 9 de outubro de 1940, em São Paulo (SP). Filha de Delamare Machado da Silva e de Hercira Garcia Machado, ambos militantes comunistas. Iniciou sua militância muito cedo e em 1959 passa a militar na Juventude Comunista. Ao romper com o PCB, filia-se ao Partido Socialista Brasileiro, passando a atuar nas Ligas Camponesas e no movimento estudantil na União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE). Era estudante de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP), sendo jubilada em 1968, enquadrada na Lei Suplicy. Depois do golpe de 1964, quando se vê obrigada a ir para a clandestinidade, tem sua mãe e irmão adotivo presos pelo DOPS e seu pai foragido. Ao retornar, volta a atuar no movimento estudantil, na reestruturação da União Nacional dos Estudantes (UNE), entrando para a Ação Popular (AP) e depois participa na criação do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). Foi presa pela primeira vez em 13 maio de 1971, pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury. Junto dela foi preso também seu marido à época, Altino Rodrigues Dantas Júnior, com quem teve um filho, Aritanã Machado Dantas.

Após dois dias no DOPS, é transferida para o DOI-CODI, onde foi, durante 45 dias, severamente torturada, sendo submetida a choques elétricos, pau de arara e cadeira do dragão. Em decorrência das torturas, Lenira teve um deslocamento na coluna e ficou paralítica. Fez um longo tratamento de fisioterapia para voltar a andar. Condenada a cinco anos de prisão, mesmo doente, cumpriu um ano e oito meses no Presídio Tiradentes, em São Paulo.

Em 3 de abril de 1974 foi presa pela segunda vez em São Paulo. Aritanã tinha 9 anos. Quando foi solta, constatou que havia perdido o pátrio poder e guarda de seu filho para o sogro. Foi o único processo de Destituição de Pátrio Poder movido devido à ideologia dos pais. Conseguiu reaver a guarda apenas em 1976. Saíram do Brasil e foram para Moçambique onde Aritanã, aos 14 anos, começou a trabalhar com cinema, integrando a equipe técnica de Ruy Guerra. Após seis anos de luta por sua saúde, Aritanã Machado Dantas faleceu em 11 de janeiro de 2013. Lenira trabalha como consultora em projetos urbanos e avaliação de projetos.

Altino Rodrigues Dantas Júnior, filho do general Altino Rodrigues Dantas, nascido em Campo Grande (MS), lá foi militante secundarista. Em 1961 mudou-se para São Paulo. Foi diretor da União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE) e depois, em 1965, foi presidente da UNE. Estudou Direito na Faculdade de Santos, mas não conseguiu concluir o curso. Formou-se posteriormente em jornalismo. Foi preso em 1971 com sua companheira à época, Lenira, e lá testemunhou o assassinato do preso político Aluísio Palhano. Altino foi Vereador do município de Santos na legislatura de 1988, eleito pelo PT.

1

2

3

1. Aritanã aos 2 anos e meio

2. Ainda bebê, 5 meses

3. Aos 4 anos, já dava testemunho sobre a prisão dos pais na escola

4

5

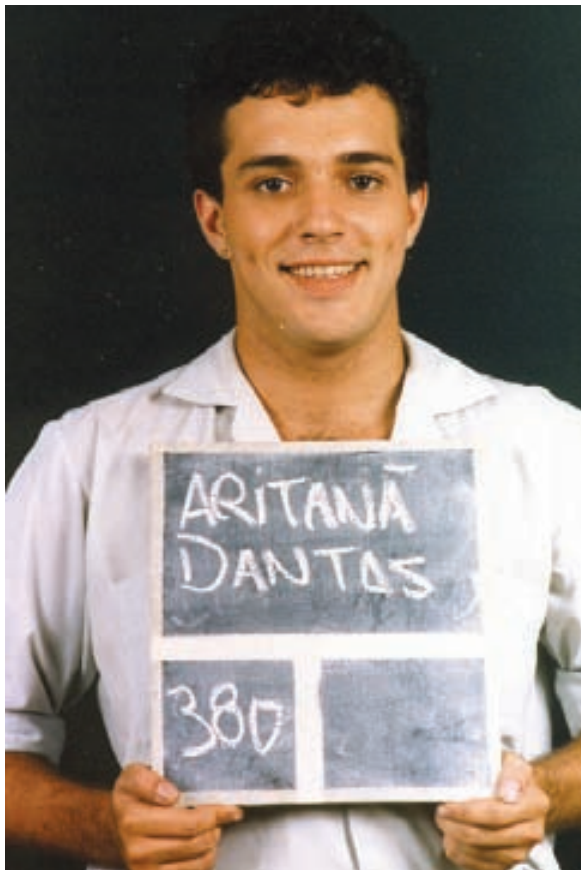
6

4. Aritanã, Altino e Flávio, amigo de infância, e Carlos Botazo, o "Baixo", que foi padrasto de Ari, em dia de visita no Presídio do Barro Branco

5. O sorriso pleno de Aritanã

6. Aos 9 anos, quando é restituído o pátrio poder dos pais, voltando para casa com Lenira

7



8

7. Ari, aos 20 anos, trabalhando como finalizador de filmes publicitários e documentários

8 e 9. Aritanã, aos 26 anos, com Ivan, seu filho recém- nascido

9

"Filho dessa raça não deve nascer"

por Paulo Fonteles Filho

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a oportunidade histórica de participar deste importante evento da Comissão da Verdade "Rubens Paiva" de São Paulo que lança luz sobre as brutalidades e violências perpetradas pelos lobos febrentos que assaltaram o poder em 1964 e que, seguramente, também elegeram a infância como inimiga da segurança nacional e dos generais facínoras, responsáveis pela tortura, assassinatos e desaparecimentos forçados.

Em segundo lugar, registro um abraço afetuoso, aos que, como eu, conheceram todo o barbarismo dos verdugos e aqui rendo minhas homenagens à memória de meu pai, Paulo Fonteles, advogado de posseiros no Sul do Pará, assassinado pelo latifúndio em 1987 e a minha mãe, Hecilda Veiga, a pessoa mais íntegra que conheço nesta vida e que, com o destemor de ter me feito nascer, em meio ao Pelotão de Investigações Criminais (PIC), em fevereiro de 1972, revelou inexorável bravura a ponto de um agente da repressão política, dentro da Polícia Federal, cunhar a frase: "Filho dessa raça não deve nascer".

Em "Segunda Anunciação", poema escrito anos depois dos cárceres, meu pai denunciava o discurso e a prática do tirano: "Teu filho, teu filho, teu filho não nascerá. Teu filho, filho dessa raça, filho dessa raça não deve nascer. Filho dessa raça não deve nascer. Teu filho, filho dessa raça não deve nascer, não deve nascer".

Aqui, antes de mais nada, devo por convicção e altiva consciência denunciar locais e os verdugos que atuaram severamente para por fim em nossas vidas, seja no Pelotão de Investigações Criminais da Polícia do Exército, e no DOI-CODI instalado dentro do próprio Ministério do Exército, em Brasília, seja no Rio de Janeiro, no Centro Científico de Torturas, na terrível Barão de Mesquita, também da Polícia do Exército. Meus pais também ficaram presos em Belém, na Gaspar Viana, onde meu irmão Ronaldo foi gerado, e no antigo Presídio São José. Nessa fase eu já havia nascido, portanto, estava em segurança familiar.

Paulo, aos 3 anos, Belém (PA)

"Uma das lembranças mais antigas que tenho sobre mim mesmo está no fato de ter nascido na prisão e de ser filho de comunistas"

Mas vamos aos torturadores, e como ensina Wadih Damous, Presidente da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro, em discurso na Assembleia Legislativa do Estado do Pará quando da devolução simbólica dos mandatos em março de 2013, dentre eles do ex-governador Aurélio do Carmo, único vivo entre os governadores cassados em 1964, que "os torturadores têm medo da luz do sol". Aqui haveremos de colocar holofotes sobre as bestas-feras.

Segundo denúncia de meus pais, publicada no *Jornal Resistência*, da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, no final da década de 1970, "fomos seviciados e torturados pelo general Antônio Bandeira, coronel Azambuja, major Paulo Horta, major Andrade Neto, major Othon Rego Monteiro, capitão Magalhães, capitão Menezes, 'doutor' Cláudio, o delegado da Polícia Federal Deusdeth, tenente Burger, o sargento Vasconcelos, o sargento Arthur, o sargento Ribeiro, o cabo Edson Torrezan, o cabo Jamiro ou Jamito, o cabo Nazareno, o cabo Martins, o cabo Calegari, e os soldados Ismael, Almir, Osmael e Admir".

Esses famigerados, especialistas na Santa Inquisição e que diziam que os métodos da Gestapo estavam ultrapassados, atuaram para liquidar-nos, tanto em Brasília como no Rio de Janeiro. Numa das passagens do depoimento ao *Jornal Resistência*, meu pai denunciava que, "através de um vidro, mostravam-me a Hecilda, apanhando no rosto e nas pernas, grávida de cinco meses".

No dia de meu nascimento, em 20 de fevereiro de 1972, minha mãe asseverou ao insurgente jornal dos paraenses que: "levaram-me ao Hospital da Guarnição em Brasília, onde fiquei até o nascimento do Paulo. Nesse dia, para apressar as coisas, o médico, irritadíssimo, induziu o parto e fez o corte sem anestesia. Foi uma experiência muito difícil, mas fiquei firme e não chorei".

Minha mãe, Hecilda, afirma ainda que o tal médico disse-lhe que ela não gostava do filho, simplesmente porque não sofria. Minha mãe, que peitou o general Bandeira, ia dar o braço a torcer? Nunca, jamais.

Uma das lembranças mais antigas que tenho sobre mim mesmo está no fato de ter nascido na prisão e de ser filho de comunistas. Minha avó, Cordolina Fonteles de Lima, contava que os agentes da repressão atrasaram minha entrega para a família, por horas, porque simplesmente não haviam encontrado algemas que dessem em meus pulsos de recém-nascido, eles deviam me achar bastante perigoso!

No curso dos anos tenho refletido sobre tais atos de "terrorismo", numa pérfida lei de um

dos ideólogos mais importantes daqueles tempos sinistros, o coronel Jarbas Gonçalves Passarinho, que definha como o pústula que é e parece estar bem próximo do Satanás.

Não tenho dúvidas que herdamos de nossos pais, seus destemores e convicções. A canção de Belchior, cantada pela mais bela voz feminina em todos os tempos de civilização brasileira, a de Elis Regina, está prenhe de verdade quando afirma que "ainda somos os mesmos e vivemos como os nossos pais". Neste caso, Paulo e Hecilda, por seus valores fraternais devem sempre ser seguidos pelos filhos, o que nos dá a régua e o compasso.

Se este é meu depoimento, vou falar de um tempo em que, menino, testemunhei a retomada de meus pais na luta do povo, meu pai no campo e minha mãe na cidade. Poderiam ter se acomodado, poderiam ter cuidado de suas próprias vidas, o que seria justo diante das memórias do cárcere. Mas não, retomaram às posições de combate.

E ali estávamos nós, crescendo como crescem as árvores. As histórias da carochinha contadas eram sempre de guerrilheiras tartaruguinhas contra um jacaré de fardas que viviam no Araguaia.

Foi por aqueles tempos em que meu pai, formado em direito, resolveu advogar para a Comissão Pastoral da Terra (CPT) na região do Araguaia. Muito de sua decisão têm as digitais na luta guerrilheira do Araguaia e o fato de ter travado conhecimento com os primeiros presos da insurgência nas matas paraenses, dentre eles estava José Genoíno Neto. Outro fator importante para se destinar à defesa dos posseiros foi o incentivo que teve do poeta e intelectual Ruy Paranatinga Barata no conflito da Fazenda Capaz, em 1977, de propriedade do coronel estadunidense John Davis.

Debruçado na defesa dos camponeses pobres e procurando reunir informações sobre luta rebelde araguaiana, meu pai, Paulo Fonteles, mais uma vez passou a sofrer a carga da reação, de famigerados como o Major Curió, do Centro de Inteligência do Exército (CIE) e do grande latifúndio, aliados incontestes na espoliação da Amazônia, sempre em benefício dos poderosos, sejam eles nacionais ou estrangeiros.

Moramos em Conceição do Araguaia e tínhamos o imenso rio dos Karajá em nosso quintal. Por aqueles dias já convivíamos com os lavradores e os filhos destes, como é o caso dos filhos de Amaro Lins e de Neuza, Vladimir, Carlos e Mauricio, além de Helenira, amigos para todo o sempre.

Lembro-me, meus caros e minhas caras, que nesse período, a reação começava fazer carga sobre a nossa família. E nós nos transferimos para Belém em 1978 exatamente pelo medo que os meus pais tinham de que algo pudesse nos ocorrer naquelas condições. Inclusive, hoje de manhã, lembrei-me de um poema que ele escreveu para os filhos chamado "Para Ronaldo e Paulinho", onde ele diz o seguinte:

"Onde encontrá-los? Num porão? Numa cela, ensanguentados de fuzis nas mãos libertando-me? Quem sabe será toda uma vida".

> "As histórias da carochinha contadas eram sempre de guerrilheiras tartaruguinhas contra um jacaré de fardas que viviam no Araguaia"

Por conta de uma atuação radicalmente vinculada à luta dos lavradores conheceu, mais uma vez, as ameaças contra sua própria vida e a vileza dos donos do poder de então. Foi eleito deputado estadual em 1982 sob a consigna de "Terra, Trabalho, Liberdade e Independência Nacional".

Derrotado nas urnas em 1986, não conseguiu êxito na campanha para a Assembleia Nacional Constituinte e, menos de um ano depois, foi assassinado a mando da União Democrática Ruralista (UDR), quando se votava o Capítulo da Terra. O intermediário de tamanha covardia foi James Sylvio de Vita Lopes, da OBAN e do SNI, que, nos auspícios do regime moribundo, foi organizar milícias da grande propriedade rural na Amazônia.

Todo o esquema que se montou, todo o aparato que liquidou fisicamente com o meu pai partiu exatamente do esquema da repressão política. Esse James Sylvio de Vita Lopes é de São Paulo e mora atualmente em Jundiaí. E pesa sobre ele não apenas a organização do assassinato do meu pai, mas também a morte do deputado João Batista. Meu pai foi assassinado em 11 de julho de 1987. E o João Batista foi assassinado, se não me falha a memória, no dia 6 de dezembro de 1988. E o James Vita Lopes era conhecido como o Capitão James. Foi julgado e condenado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, e hoje se encontra livre.

Naqueles dias, eu tinha 15 anos e para não enlouquecer decidi ingressar nas fileiras do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Era minha saída e a forma de me organizar para enfrentar o futuro.

Quando, enfim, tivemos a notícia do falecimento de Carlos Alexandre Azevedo [em fevereiro de 2013] é que muita coisa veio à tona e meus sentimentos se voltaram para minha própria história. Em artigo escrito numa longa e dura madrugada asseverei: "Mas o que fazer diante destes testemunhos, de tua segunda morte?"

Sinto que em tempos de Comissão Nacional da Verdade (CNV) devemos cobrar que estejam embutidos, no relatório que será apresentado aos brasileiros, os acontecimentos criminosos que foram perpetrados por questões políticas contra a infância deste imenso país.

Tua segunda morte carrega o legado de que, mais do que nunca, devemos cuidar da tenra idade contra os infanticidas, dos de ontem como também os da atualidade.

Com ousadia, sem procuração alguma, a não ser pela memória da carne violada, tomamos para nós, por tais testemunhos, a exigência de que quem nos torturou, no ventre ou fora dele, responda pelos crimes de inexorável covardia, contra aqueles que devem ser protegidos desde a fecundação.

Assim cumprimos com a civilizatória missão de proteger os filhos do povo brasileiro.

Neste sentido, é preciso que as Comissões da Verdade façam as ligações na perspectiva de traçar um paralelo comum entre essas vivências de filhos de presos políticos e dos inúmeros centros de detenção de menores, criados durante a ditadura, como a Febem e que na vida democrática não mudou seus métodos e, como é o caso de São Paulo, onde a tortura se esconde travestida pelo pomposo nome de Fundação Casa.

Apenas agora nos debruçamos sobre a infância na ditadura militar e há um caminho extenso a percorrer. Tal caminho seguramente irá nos levar aos filhos de camponeses e crianças indígenas, além dos casos de filhos de militantes políticos, já bastante relatados.

Há dois anos conheci Sebastião, ex-motorista do Incra durante a Guerrilha do Araguaia, na cidade de Marabá. Tal pessoa relatou-me sua revolta ao lembrar que na Base da Bacaba havia uma ala de tortura apenas para crianças e jovens, filhos dos sertões naquele país profundo e desigual.

Aqui destaco o registro poético de meu pai, que assim relatou meu nascimento em força e arte: "A criança nasceu. A mãe passa bem. Apesar de todas as proibições, bebamos vinhos até a embriaguez! Quem é que pode com povo?"

Acho que este momento em que o Brasil se debruça sobre a questão da violência e do barbarismo do regime militar é um momento muito importante da vida nacional, da civilização brasileira.

Eu tenho um irmão, o Ronaldo, que foi gerado na prisão. Quando meus pais voltaram ao Pará, num período mais leve da prisão deles, um militante político disse ao oficial do dia que meus pais estavam separados há muito tempo e que precisavam ficar juntos. E o oficial consentiu que os meus pais ficassem juntos. E, nesse dia, meu irmão foi gerado na prisão.

Para nós, um momento que foi absolutamente terrível foi a manhã de domingo em que, através das redes sociais, nós tivemos a informação da morte de Carlos Alexandre Azevedo. Eu ficava pensando: "O que me salvou? Quais foram os caminhos que me permitiram estar vivo, poder travar a luta política e a militância?" E o que eu pude apurar é que questões foram absolutamente decisivas nesse sentido.

Primeiro, as relações sociais. Eu tive um pai e uma mãe absolutamente afetuosos, generosos. Com todas as dificuldades, com todas as proibições, me ensinaram valores absolutamente pertinentes, como poder ter a capacidade de fazer o enfrentamento na vida atual, como de revisitar a Lei da Anistia. Nós precisamos atuar nisso. Precisamos fazer com que aqueles que nos barbarizaram, no ventre ou fora dele, paguem pelo que fizeram.

Existe uma luta na sociedade brasileira nessa perspectiva. E nós precisamos ganhar a sociedade brasileira para isso. Esse é um dos fatores que têm me alimentado a vida: não apenas ter vivido esse processo todo, ter nascido na prisão, ter tido um pai assassinado, mas também esse processo da luta política, da militância social. E aqui eu não quero colocar em discussão o Partido A ou Partido B, mas sempre a perspectiva da luta coletiva, da luta civilizatória, na luta para fazer valer a questão dos direitos humanos no nosso país, revisitando isso na atualidade.

Queria render minhas homenagens aos que lutaram, aos que tombaram e aos meus pais. Há um fato muito característico nessa relação com eles, que é como eles colocaram nos filhos o seguinte sentido: "Vão para a luta. Vão enfrentar as questões".

> "Eu me lembro, eu não devia ter 4 ou 5 anos de idade, que o meu pai dizia para mim: 'Olha, nós somos comunistas. E se tu disseres isso por aí nós podemos ir presos'"

É essa convicção, é esse heroísmo que foi capaz de me fazer ter nascido. O mesmo heroísmo da Crimeia [Alice Schmidt de Almeida], de companheiras que geraram seus filhos na prisão, sob tortura, sob sevícia, sob espancamentos, sob grande pressão psicológica.

Quando eu nasci, minha mãe pesava 37 quilos. Ela foi cortada de uma ponta a outra sem anestesia e não disse um "ai". Não tem coisa que mais me orgulhe nessa vida do que isso. É como um combustível, um motor para travar a luta.

Essa é a tarefa deste momento. Contar esta história para vacinar a consciência nacional dos brasileiros para que nenhum filho nasça na prisão, para que nenhum filho tenha esse dissabor de não conhecer o pai.

Quando eu nasci, fiquei apartado dos meus pais por mais de um ano e meio. Fui viver com os meus avós paternos. Nascer na prisão concretamente é nascer no presídio. Meus pais foram presos em outubro de 1971, ambos estudantes da Universidade de Brasília. Minha mãe estudante de Ciências Sociais, e meu pai estudante de Direito, militante da Ação Popular Marxista-Leninista (APML). Eles saíram do Pará, onde eram estudantes, para organizar, a pedido da Direção Nacional da Ação Popular, o Movimento Estudantil em Brasília, em particular na Universidade de Brasília. E o meu pai e minha mãe foram presos em outubro de 1971. E eu venho a nascer em fevereiro de 1972. Um período absolutamente terrível para todos nós.

A minha infância foi muito marcada exatamente por isso. Porque os meus pais diziam o que eles eram. Eu me lembro, eu não devia ter 4 ou 5 anos de idade, que o meu pai dizia para mim: "Olha, nós somos comunistas. E se tu disseres isso por aí nós podemos ir presos". Me lembro que, quando menino, eu estudava em uma escola católica, e um belo dia uma professora de moral e cívica mandou que eu pintasse com as cores as três armas: verde o Exército, azul a Aeronáutica, e branco a Marinha. Eu pintei tudo de vermelho e escrevi do lado "Exército vermelho". Chamaram a Hecilda para prestar contas na escola e minha mãe disse: "É isso mesmo".

Meus pais foram enquadrados pelo 477 [decreto-lei de 1969 que previa a punição de professores, alunos e funcionários de universidades considerados culpados de subversão ao regime], e foi um momento muito interessante de nossas vidas em que nós ficamos juntos. Mas logo depois que eles puderam retomar a universidade e se formaram, meu pai entrou na luta política e foi para a região do Araguaia, muito em função das informações já recebidas durante o processo do PIC, quando chegam os primeiros camponeses presos em Brasília.

Desde muito cedo nós convivemos com a violência, com as ameaças. Com 8, com 9, com 10 anos de idade, nós já sabíamos da atividade deles. E isso tinha um impacto muito forte. Eu devia ter uns 9 anos de idade quando começaram a vir camponeses em casa todo tempo. E quando a turma chegava eu e meu irmão éramos desalojados do nosso quarto, aquela coisa bem urbana em Belém do Pará. E uma vez eu tentei peitar meu pai, dizendo: "Que história é essa, meu pai, esse pessoal vem para cá e tal, toma o nosso quarto?" E eu recebi talvez a mais importante lição na vida quando ele disse: "Olha, esses camponeses que estão

> “E eu só me ressinto muito de não ter podido ter mais convivência em particular com meu pai. Porque em certa medida, os sertões e a luta no Araguaia exigiam dele um afastamento de meses sem nos ver”

aí, quando eu vou para a terra deles, para os sertões, eles me protegem a vida. Eles dão a cama para eu dormir”. E foi ali naquele momento que eu percebi a grandeza da atividade deles.

E eu só me ressinto muito de não ter podido ter mais convivência em particular com meu pai. Porque em certa medida, os sertões e a luta no Araguaia exigiam dele um afastamento de meses sem nos ver. Uma das coisas que eu julgo ser mais importantes é aquilo que os filhos pensam da gente. Eu tenho filhos e não são poucos, e eu sempre quero que eles gostem de mim como eu gostava e gosto do meu pai.

Quando meu pai foi assassinado, em 11 de junho de 1987, claro que não estávamos mais no período da ditadura militar, mas ele foi liquidado por agentes da repressão. O latifúndio foi pegar quem para fazer a liquidação física desses lutadores do povo, lutadores da luta pela reforma? Foi pegar gente experimentada, gente que conhecia os porões. Quando meu pai foi assassinado, eu pensei: “O que eu vou fazer da minha vida?” Eu tinha 15 anos de idade.

Nós estudávamos à tarde e o meu pai foi assassinado às 10h40 da manhã. Eu escutava rock and roll com o meu irmão mais novo naquela vitrola que quando terminava o disco, voltava para o rádio. E nessa história de voltar para o rádio, anunciaram o assassinato do meu pai.

Quando ele chegava em um lugar, brilhava. Eu tenho uma imagem dele como uma coisa que brilha, como um sol. E a minha mãe como um oráculo, no sentido da sabedoria, da resistência. Então falar sobre mim mesmo é falar disso, não é? Porque isso é a melhor parte que há em mim. O que há de melhor em mim foi aquilo que eles me deixaram, e que ajudaram a forjar dentro da gente, que é a convicção de que é preciso enfrentar esse momento na atualidade.

É claro que a minha vida é marcada por tragédias, ter nascido na prisão, ter convivido com ameaças. Minha mãe foi torturada no dia 19 de fevereiro, um dia antes de meu nascimento. Ela sofreu pancadas tanto nos braços quanto nas pernas. Aliás, o meu próprio parto foi sob tortura. Nasci nessas condições e tenho um irmão gerado nessas condições.

PAULO FONTELES FILHO nasceu em 20 de fevereiro de 1972. É filho de Hecilda Veiga e Paulo Fonteles. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), foi vereador de Belém (PA) e é pesquisador da Guerrilha do Araguaia.

Paulo César Fonteles de Lima nasceu na cidade de Belém do Pará, no dia 11 de fevereiro de 1949. Filho de Benedito Osvaldo Rodrigues de Lima, oficial da Marinha Mercante, e de Cordolina Fonteles de Lima, carinhosamente conhecida como D. Nita. Seus pais eram militantes do Partido Comunista desde 1945.

Em 1968, ingressou no curso de Direito da Universidade Federal do Pará. Em 1969, dedicou-se no Pará a reorganizar o movimento estudantil, sendo eleito diretor da União Estadual dos Estudantes (UEE), neste momento já como militante da Ação Popular (AP).

Em 1970, mudou-se para Brasília com sua esposa Hecilda, onde participaram das lutas estudantis, da reorganização da União Nacional dos Estudantes (UNE), então na ilegalidade. Foram presos em 6 de outubro de 1971, pelo DOI-CODI, onde sofreram bárbaras torturas. Esteve preso durante um ano e oito meses, cumprindo a pena em presídios militares de Brasília, Rio de Janeiro e posteriormente transferido para o presídio São José no estado do Pará. Ao sair da prisão, já militava no Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Em agosto de 1978, foi novamente indiciado, juntamente com sua mulher, por ter denunciado publicamente as torturas que sofrera. Logo depois passou a trabalhar na Comissão Pastoral de Terra (CPT), como primeiro advogado paraense a se dedicar exclusivamente à defesa dos posseiros da região do Araguaia. Foi preso diversas vezes devido ao seu trabalho militante.

Em julho de 1981 laçou-se candidato a deputado estadual pelo PMDB e foi eleito. Também se candidatou a deputado federal nas eleições de 1986, para a Assembleia Nacional Constituinte, mas desta vez não logrou êxito.

Era constantemente ameaçado de morte e, apesar das diversas denúncias públicas que fez sobre isso, em 11 de junho de 1987 foi assassinado quando viajava para o interior do Pará, aos 38 anos de idade, a mando dos latifundiários da região.

Paulo César Fonteles de Lima deixou cinco filhos: Paulo César Fonteles de Lima Filho, Ronaldo Veiga Fonteles de Lima, João Carlos Hass Veiga Fonteles de Lima, Juliana Zaire Fonteles de Lima e Pedro César Miranda Fonteles de Lima.

Hecilda Mary V. Fonteles de Lima

nasceu na cidade de Belém, estado do Pará, no dia 11 de março de 1947. Filha de Luiz da Silva Veiga e Hilda Ferreira Veiga. Casou-se com Paulo César Fonteles de Lima.

Quando o casal mudou-se para Brasília em 1970, Hecilda era militante da Ação Popular (AP). Estudava Ciências Sociais na Universidade de Brasília (UnB) e morava com o marido na própria Universidade, num alojamento destinado a casais.

Era ativa militante do movimento estudantil e da reconstrução da UNE nesta cidade quando foi presa, grávida de cinco meses, em 1971.

Em seus depoimentos, Hecilda relata que foi levada primeiro à delegacia da Polícia Federal, onde já sofreu socos e pontapés e ouviu de seus algozes que “filho dessa raça não deve nascer”. Foi levada em seguida ao Pelotão de Investigação Criminal (PIC), onde sofreu ameaças e soube que seu companheiro Paulo também estava lá. Depois seguiu para o Batalhão de Polícia do Exército do Rio de Janeiro e lá as torturas físicas se agravaram. Precisou de atendimento médico sendo então levada para o Hospital do Exército. De volta a Brasília, relata que foi colocada numa cela cheia de baratas. Posteriormente, foi levada ao hospital da Guarnição em Brasília permanecendo ali até o nascimento de seu filho, Paulo. Muito mal tratada, teve um parto induzido, feito com um corte sem anestesia.

Quando saiu da prisão, Hecilda, neste momento já militante do PCdoB, manteve sua militância, ao lado do marido, em defesa dos Direitos Humanos e contra os latifundiários da região do Araguaia.

Hoje, vive em Belém (PA), onde é professora do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal daquele estado (UFPA).

“Todos queriam ver quem era a ‘fera’ que estava ali”

por Hecilda Mary Veiga Fonteles de Lima

Quando fui presa, minha barriga de cinco meses de gravidez já estava bem visível.

Fui levada à delegacia da Polícia Federal, onde, diante da minha recusa em dar informações a respeito de meu marido, Paulo Fontelles, comecei a ouvir, sob socos e pontapés: “Filho dessa raça não deve nascer”.

Depois, fui levada ao Pelotão de Investigação Criminal (PIC), onde houve ameaças de tortura no pau de arara e choques. Dias depois, soube que Paulo também estava lá. Sofremos a tortura dos “refletores”.

Eles nos mantinham acordados a noite inteira com uma luz forte no rosto. Fomos levados para o Batalhão de Polícia do Exército do Rio de Janeiro, onde, além de me colocarem na cadeira do dragão, bateram em meu rosto, pescoço, pernas, e fui submetida à “tortura científica”, numa sala profusamente iluminada.

A pessoa que interrogava ficava num lugar mais alto, parecido com um púlpito. Da cadeira em que sentávamos saíam uns fios, que subiam pelas pernas e eram amarrados nos seios. As sensações que aquilo provocava eram indescritíveis: calor, frio, asfixia.

De lá, fui levada para o Hospital do Exército e, depois, de volta à Brasília, onde fui colocada numa cela cheia de baratas.

Eu estava muito fraca e não conseguia ficar nem em pé nem sentada. Como não tinha colchão, deitei-me no chão. As baratas, de todos os tamanhos, começaram a me roer. Eu só pude tirar o sutiã e tapar a boca e os ouvidos.

Aí, levaram-me ao hospital da Guarnição em Brasília, onde fiquei até o nascimento do Paulo.

Nesse dia, para apressar as coisas, o médico, irritadíssimo, induziu o parto e fez o corte sem anestesia. Foi uma experiência muito difícil, mas fiquei firme e não chorei.

Depois disso, ficavam dizendo que eu era fria, sem emoção, sem sentimentos. Todos queriam ver quem era a “fera” que estava ali.

Trecho do livro: *Luta, Substantivo Feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura* (Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Editora Caros Amigos, 2010)

Crime: ser filho de resistente

por Rosalina de Santa Cruz Leite

sobre André de Santa Cruz Leite

Fui presa pela primeira vez em 1971. Fui torturada, conheci o limite humano da dor, da força bruta e da derrota de um sonho e a impotência diante da violência desmedida do Estado terrorista, implantado pela ditadura militar no Brasil. Sofri quase todos os tipos de torturas físicas e psicológicas pelas quais passavam todos os presos políticos na década de 1970. Além de ter passado pela famigerada "geladeira", a sala escura, o emparedamento que nos fazia perder a noção de tempo e de espaço. Fiquei um ano presa no Rio de Janeiro, na Vila Militar e depois no Presídio Talavera Bruce, em Bangú.

Sai da cadeia em 1973, mudei-me pra São Paulo e pensei que nada pior do que passara poderia me voltar a acontecer. Foi, então, que meu irmão querido, que como eu era militante da esquerda, estudante e socialista, Fernando Santa Cruz, um dia saiu para cobrir "um ponto", isto é, um encontro político com um companheiro, Eduardo Collier, da sua organização, a APML (Ação Popular Marxista-Leninista). Era 23 de fevereiro de 1974, Fernando e Eduardo nunca mais voltaram.

À esquerda, pintura de Rosalina Santa Cruz, 2000
Acima, André com 6 meses em São Paulo, no apartamento onde moravam, logo depois da prisão

A procura que envolveu toda a nossa família para encontrar Fernando, saber as circunstâncias da sua prisão, do seu assassinato e a localização dos seus restos mortais, levou a mim e ao meu companheiro, Geraldo Leite, à nossa segunda prisão, em abril de 1974, agora na Operação Bandeirante (DOI–CODI/SP).

Eu e Geraldo fomos, então, novamente submetidos a torturas como "cadeira do dragão", "palmatórias" e "pau de arara". Entretanto, a pior tortura nessa segunda prisão foi o fato de ter um bebê de cinco meses, meu filho André de Santa Cruz Leite, que ficou por três dias em poder dos policiais, trancado no nosso apartamento. A equipe de busca do DOI-CODI montou na nossa casa aparelhos de escuta e ali ficaram nesses três dias para prender quem chegasse ao apartamento. Sem poder mamar e acostumado a ter a mãe por perto, André, segundo a "menina" que cuidava dele, chorava muito e os policiais, irritados, o ameaçavam.

Meu irmão Marcelo Santa Cruz chegou ao apartamento três dias após a nossa prisão, ao tomar conhecimento do ocorrido, intercedeu para que André fosse entregue a um de nossos familiares. Para amedrontar e pressionar Marcelo, os policiais torturadores pegaram o André e ameaçaram jogá-lo pela janela. Logo depois, Marcelo foi levado para a OBAN onde ficou por uma noite preso, levando pontapés e sofrendo ameaças. Ao ser liberado, meu irmão levou uma autorização minha para retirar o André do apartamento. Ao chegar de volta ao apartamento, os policiais já haviam abandonado o local e a "menina" estava de saída levando

“As crianças da minha família sofreram as consequências dos terríveis momentos de perdas, de pressão e ameaças que passaram, cada uma de forma muito diferente entre si”

o André para Minas Gerais onde morava sua família. Ela contou que ao desocuparem o apartamento, pouco antes do Marcelo chegar, eles disseram que ela poderia levar o nosso filho, pois nós éramos “bandidos e terroristas” e não voltaríamos mais para rever a criança.

Na OBAN, compartilhei com as companheiras, entre elas Nádia Lúcia do Nascimento, que havia sofrido um aborto sob tortura, o desespero de não saber o que estava acontecendo com o meu bebê. O fato de ter suspendido abruptamente a amamentação fazia com que eu sentisse muitas dores nos seios, o que não me deixava ficar nem um minuto sem sentir a falta física de meu filho.

As crianças da minha família sofreram as consequências dos terríveis momentos de perdas, de pressão e ameaças que passaram, cada uma de forma muito diferente entre si. O André, meu filho que nasceu dez meses depois da saída da minha primeira prisão, e que tinha quatro meses quando Fernando desapareceu, foi desde a gestação muito marcado pela nossa aflição e medos, buscas e ausências durante seu primeiro ano de vida.

A Alexandra, filha da minha irmã Elzita de Santa Cruz Pimenta, desenvolveu desde cedo fobia social e síndrome de pânico que não a tem permitido trabalhar. Já André tornou-se uma criança e um jovem muito marcado pelo que passou nesses anos terríveis de nossas vidas. Por tudo isso, desenvolveu uma dependência química que o levou a internações e a muito sofrimento psíquico.

Já o Felipe [Santa Cruz], filho de meu irmão Fernando, até hoje não conhece as circunstâncias do desaparecimento e assassinato de seu pai. Ele viveu anos da sua infância em busca de uma explicação para o fato do pai, tão amoroso e presente na sua vida, ter “sumido” assim “de repente” e nunca mais ter voltado. Felipe é hoje presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Rio de Janeiro, mas tem muitas sequelas emocionais, todas fruto da dor que sentiu pela perda do pai.

André, Alexandra e Felipe, eles não lembram desses momentos, mas cada um teve um modo de se defender de experiência cruel que atingiu diretamente seus pais e a eles, cujo crime maior era o de ser nossos filhos. Hoje, cada um a seu modo, luta por um mundo justo e solidário e são pessoas dignas, que se orgulham de ser e fazer parte de uma família de resistentes.

O testemunho acima é de Rosalina de Santa Cruz Leite sobre seu filho André.

ANDRÉ DE SANTA CRUZ LEITE é filho de Geraldo Leite e Rosalina de Santa Cruz Leite, ambos presos políticos, militantes da VAR/Palmares. André nasceu em São Paulo em 18 de novembro de 1973, é assistente social, formado pela PUC/SP. Trabalha num Hospital em São Bernardo do Campo.

3

1

2

5

6

Em família

1. Geraldo com André no colo, logo após a saída da maternidade

2. Rosalina com André em São Paulo

3. André com Rosalina com aproximadamente 6 meses

4

4. André com 2 anos em sua casa, no bairro da Aclimação, São Paulo

5. André com 6 anos

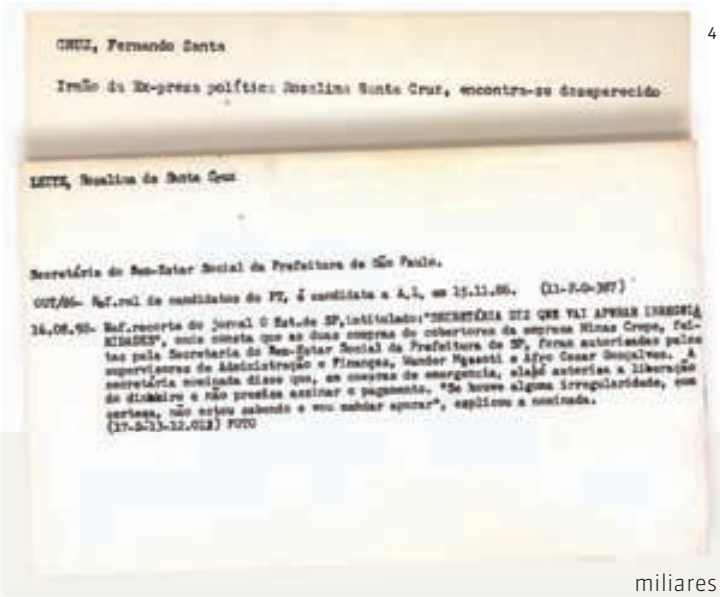
6. André com 10 anos

1

2

3

4



CRUZ, Fernando Santa

Irmão da Ex-presa política Rosalina Santa Cruz, encontra-se desaparecido

LEITE, Rosalina de Santa Cruz

Secretária do Bem-Estar Social da Prefeitura de São Paulo.

OUT/86- Ref.rol de candidatos do PT, é candidata a A.L. em 15.11.86. (11-F-O-387)

14.08.90- Ref.recorte do jornal O Est.de SP,intitulado:"SECRETÁRIA DIZ QUE VAI APURAR IRREGULARIDADES", onde consta que as duas compras de cobertores da empresa Minas Crepe, feitas pela Secretaria do Bem-Estar Social da Prefeitura de SP, foram autorizadas pelos supervisores de Administração e Finanças, Wander Masanti e Afro Cesar Gonçalves. A secretária nominada disse que, em compras de emergência, elaboração de dinheiro e não precisa assinar o pagamento. "Se houve alguma irregularidade, com certeza, não estou sabendo e vou mandar apurar", explicou a nominada. (17-S-13-12.012) FOTO

5

1. Elzita e Lincoln, avós maternos de André

2. Elzita Santa Cruz

3 e 6. Fernando Santa Cruz, tio de André, poucos meses antes de sua prisão e desaparecimento

4. Fichas de Fernando e Rosalina nos órgãos de repressão

5. Rosalina Santa Cruz, 1976

7. Felipe com 1 ano e sete meses, pouco antes da prisão de Fernando

Rosalina de Santa Cruz nasceu em Recife (PE), filha de Elzita Santos de Santa Cruz Oliveira e Lincoln de Santa Cruz Oliveira. Começou sua militância política na Juventude Estudantil Católica em Recife (PE). Foi militante da VAR-Palmares no Rio de Janeiro (RJ), onde ficou presa entre 1971 e 1972.

Respondeu a Inquérito Policial Militar (IPM) no Rio de Janeiro, tendo sido julgada e condenada pela Lei de Segurança Nacional a um ano de prisão. Sua segunda detenção foi em São Paulo, em 1974, pela OBAN.

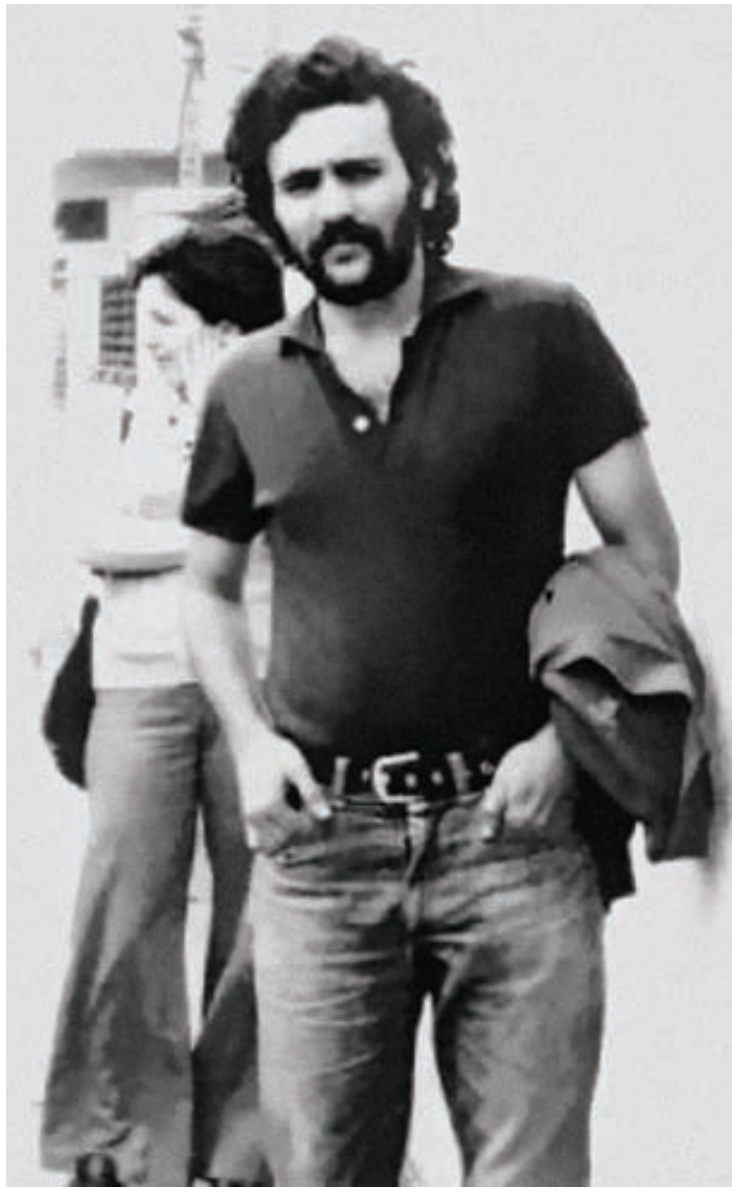
É irmã de Fernando Santa Cruz, preso político desaparecido desde 23 de fevereiro de 1974. Foi militante do movimento pela Anistia, uma das fundadoras da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Participou do Movimento de Mulheres. Foi Secretária Municipal da Assistência Social do governo Luiza Erundina. Atualmente é membro da Comissão da Verdade da PUC/SP, onde é professora do curso de Serviço Social desde 1980.

Fernando Augusto de Santa Cruz, filho de Elzita Santos de Santa Cruz Oliveira e Lincoln de Santa Cruz Oliveira. Nasceu em 20 de fevereiro de 1948, em Recife, Pernambuco. Desaparecido desde 1974, aos 26 anos. Militante da Ação Popular Marxista-Leninista (APML).

Era casado com Ana Lúcia e tinha um filho: Felipe. Foi preso junto com Eduardo Collier Filho, em 23 de fevereiro de 1974, em Copacabana, no Rio de Janeiro, por agentes do DOI/CODI-RJ. Logo em seguida, o apartamento foi invadido pelos órgãos da repressão.

Em 14 de março de 1974, buscando saber do paradeiro de Fernando e Eduardo, as duas famílias foram ao DOI-CODI/SP, cujo carcereiro de plantão, conhecido como "Marechal", confirmou que os dois jovens estavam presos ali, só podendo receber visitas no domingo, dia 17. Foram deixados, então, para eles, objetos de uso pessoal. Posteriormente, esses objetos foram devolvidos, com a justificativa de que se tratava de um engano, pois os dois não estavam ali.

Elzita de Santa Cruz, nasceu em Água Preta (PE), casou-se com Lincoln, médico sanitarista. Teve dez filhos, 28 netos e 24 bisnetos.



6

7

Parte de seus filhos foi atingido pela ditadura militar, como Marcelo, que foi expulso da faculdade e Rosalina que foi presa e torturada. E por fim Fernando, seu quinto filho, preso e desaparecido em 23 de fevereiro de 1974.

Foi a partir do desaparecimento do filho que começou a via-crúcis de dona Elzita a quartéis do Rio de Janeiro, Recife, de São Paulo, de cartas – sem resposta- a autoridades civis e militares.

A luta incansável da mãe de Fernando pelo esclarecimento da situação dos desaparecidos políticos no Brasil e por informações do paradeiro de seu filho é retratada no livro *Onde está meu filho?*

É uma das lutadoras pela anistia e pela democratização do país e hoje, aos 100 anos, segue, ao lado dos filhos, em busca dos restos mortais de Fernando.

Carta de Felipe

(Felipe Santa Cruz, filho de Fernando, aos 11 anos de idade)

Todo mundo podia pensar que eu escreveria uma carta triste. Mas não. Eu escreverei uma carta dizendo tudo o que acho. Eu tenho uma ideia de como era meu pai, devia ser um homem que lutava contra a ditadura militar do presidente Médici que foi uma das que mais teve repressão e morreu como muitos outros que tentaram o mesmo.

Eu tenho uma vida feliz, mas ele está na minha cabeça como o meu outro pai. Sabe, minha mãe casou de novo com um homem que eu considero muito meu pai, tanto quanto o outro, pois eu tenho 11 anos e meu pai morreu quando eu tinha dois anos. Hoje moro em Porto Alegre e sou muito feliz. Torço pelo Internacional e faço muitas coisas como jogar na escolinha do Bráulio. E ao fim de tudo eu acho que alguém um dia vai acabar com essa ditadura militar.

Esta carta está publicada no livro Onde está meu filho?

O bêbe que a Ditadura separou da mãe

por José Paulo De Luca Ramos

Eu sou José Paulo De Luca Ramos, filho de Derlei Catarina De Luca e Nilo César Sobral Ramos. Nasci em 1972, em Londrina (PR). Na época, meu pai e minha mãe passavam por lá fugindo da polícia. Quando eu tinha 1 ano de idade, minha mãe já havia sido presa e torturada, e precisou fugir do Brasil para não ser morta. Acabou indo para Cuba. Ela foi na frente e eu um ano depois. Cheguei à Ilha com 2 anos de idade, em 1974, onde morei por cinco anos. Minha mãe, por seis. Tenho lembranças da gente voltando em 1979, na época da Anistia.

Da infância em Cuba eu não tenho do que reclamar, porque foi uma fase muito boa. No período em que morei lá, dos 2 aos 7 anos, tinha educação, saúde, mas, óbvio não tinha o meu pai. Ele ficara no Brasil. Antes de irmos para Cuba, meus pais se separaram.

Então, até os 7 anos não tive nem a presença do meu pai nem a falta dele, o que é diferente de se perder um pai. Então, como criança, naquela época, eu não sofria por conta disso.

Em Cuba, tive muitas crises de asma. Mas como lá o sistema de saúde já era avançado, quando as crises começavam eu era internado e devidamente tratado. Acho que foram 22 internações nesses cinco anos por crise de asma. Não sei se isso é diferente de outro asmático que não teve uma mãe torturada. Não faço essa relação. Tive crises até meus 15, 16 anos. Depois, deu uma parada e ficou mais psicológico, eu diria. Quando tem algum desafio, quando eu fico um pouco angustiado me dá uma crise. Hoje meu filho de 8 anos tem asma também, mas bem mais amena porque conseguimos tratar desde cedo.

À esquerda, José Paulo, Içara (SC), dezembro de 1973

> “Quando eu tinha 1 ano de idade, minha mãe já havia sido presa e torturada”

Também tem a história dos psicólogos, que faz parte das coisas que eu não lembro, mas que minha mãe sempre conta. “Você teve ajuda psicológica em Cuba”. Talvez, hoje, os poucos momentos de crise de asma sejam um mecanismo de defesa da minha mente.

Mas ir em busca de ajuda psicológica foi uma das razões que fez a minha mãe ir para Cuba. Quando voltamos para o Brasil tive algumas conversas com psicólogo e foi por isso que fomos morar no interior. Para estar junto da família.

Uma vez no Brasil, tive toda a estabilidade de ter uma família grande, de conhecer meu pai, meus avós. Isso foi em 1980, eu tinha de 8 para 9 anos. Considero que tive uma infância normal, não me acho diferente de outras crianças por conta do que ocorreu com minha mãe no período da ditadura. Lógico que tem a lacuna da ausência da família durante cinco anos, mas naquele momento eu não tinha a consciência dessa falta.

A minha infância e juventude foram muito normais. Estive envolvido com a política, com a luta pelas Diretas Já, também me lembro da criação do PDT em Santa Catarina.

Depois, mais velho, eu posso até repetir o ditado: “Mãe liberal, filho conservador”, porque eu procurei muita segurança. Fiz engenharia, administração e busquei o lado da racionalidade. Não sei se inconscientemente ou não. Depois de me formar, fui estudar fora, fiz MBA em finanças e voltei para o Brasil. Não sei se foi uma escolha inconsciente ou consciente de eu procurar esse lado da racionalidade, de ir para o lado da segurança.

Na infância, meu nome permaneceu sempre o mesmo, José Paulo, mas tinha algumas certidões com sobrenomes diferentes porque meus pais usavam nome falso. Essa questão foi se resolvendo ao longo da minha juventude, quando eu tinha entre 15 e 18 anos. Mas nunca foi um trauma. Simplesmente tinha algumas coisas na vida diferente das outras crianças, mas nada que me traumatizasse. Minha mãe estava ali, meu pai estava ali, minha família. Eu cresci no interior de Santa Catarina, o que fez muito bem para mim. Ter

“Na infância, meu nome permaneceu sempre o mesmo, mas tinha algumas certidões com sobrenomes diferentes”

essa base sólida de família, de ter todo mundo lá. Então, mesmo que meus pais fossem separados, eu tinha a figura do pai, a figura da família. Nunca ficou um elo faltando.

Tem algumas coisas que a gente, como filho, sente, mas evita falar para os pais. Minha mãe sempre falou das coisas. Da tortura, ela foi falando mais tarde, porque como é uma coisa que machuca quando a gente fala, e evitávamos.

Quando minha mãe foi para Cuba, eu tinha entre 1 e 2 anos, fiquei um ano perambulando em Santa Catarina pela casa de algumas famílias para a polícia não me prender. Foi um período que só conseguimos refazer no ano 2000 quando descobri a casa onde fiquei num período de dois, três meses. Havia essa lacuna na minha história. Claro que essa experiência diferenciou a minha infância da de outras crianças da época.

A maior parte desse período fiquei com minha avó. Mas fiquei, também, com padres em seminários, conventos e uma família em Itajaí. Tem também histórias de alguém ir me buscar em algum lugar, levar para minha avó me ver e voltar. Por conta disso, muitas vezes eu me questionei, brincava com a minha mãe, perguntando: “Será que eu sou eu mesmo, não me trocaram em algum lugar?” E aí isso foi se materializando, diminuindo. Depois, fui vendo a semelhança física com meu pai, então é uma ferida sarada.

A minha mãe conta a história que embora eu tenha chegado em Cuba com 2 anos, só fui chamá-la de mãe quando eu tinha 3. E queria sempre voltar para minha avó, que era meu ponto de referência. Mas isso, de novo, é a minha mãe que conta, as famílias que me acolheram naquela época me contam, porque eu não lembro disso.

Mas essas histórias não era eu quem buscava e sim minha mãe. Não é que a gente, como filho, negue. Mas a gente evita falar. Nossos pais buscam toda informação possível. E a gente não. Eu fico mais na minha. Por exemplo, eu não participo assiduamente das coisas que minha mãe busca. Apoio, mas não é uma coisa que eu queira buscar. E talvez isso seja assim para não me abalar emocionalmente. Eu estou bem sem ir buscar.

Fora isso, eu tenho muito orgulho de ser filho da Derlei, ela é uma verdadeira heroína por tudo o que ela passou, por tudo o que ela viveu, de querer mudar o Brasil. Ela fez de uma forma, e eu procuro fazer, também, da minha maneira.

Hoje tenho três irmãos por parte de pai. A gente tem um relacionamento, não diria de irmãos, mas de amigos. É um relacionamento bom. E meu pai existe, está lá. Eu não busco a falta de um pai. Eu não tenho que preencher uma lacuna. Elas estão todas saradas. Ou espero, eu acho que estão.

JOSÉ PAULO DE LUCA RAMOS nasceu em Londrina (PR) em 1972. É filho de Derlei De Luca e Nilo Ramos. Estudou engenharia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), administração na ESAG e fez MBA em finanças na Universidade de Michigan. Hoje mora em São Paulo, é casado com Luciana e tem dois filhos, João Paulo, que nasceu em 2005 e Ana Lúcia, que nasceu em 2009. É executivo no setor financeiro.

1. José Paulo com meses de idade, com o francês Philippe Vialle, uma das pessoas que cuidou dele ainda bebê junto com a esposa Bernadete Vialle, 1972

2. José Paulo, Itajaí (SC), 1973. Foto tirada por Onadyr de Jesus, que também cuidou do bebê

1

2

3

4

5

Em Cuba

3. Em 1973. Foto tirada por Bernadete Vialle

4. José Paulo e a mãe, Derlei, Cuba, 1975

5. Em Havana, Cuba, 1975

6. José Paulo e amigos no Hotel Presidente, onde morou durante um ano, Cuba, 1975

7. No dia seguinte à chegada em Cuba em junho 1974

8 e 9. Em Havana, Cuba, 1975

10. José Paulo brincando em Cuba

11. Subindo em uma árvore em Santiago de Cuba, 1976

6

7

8

10

11

Derlei Catarina De Luca nasceu em Içara (SC), em 17 de setembro de 1946. Era estudante secundarista quando houve o golpe de 1964. Foi militante da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Ação Popular (AP). Foi presa em Ibiúna junto com outros estudantes catarinenses que participaram do XXX Congresso da UNE, em 1968. Entrou para a clandestinidade em 13 de dezembro de 1969 e logo depois, de acordo com definição da organização, integrou-se na produção, indo trabalhar numa tecelagem, em Curitiba. Foi deslocada pela organização para um trabalho em São Paulo, onde foi presa pela Operação Bandeirante (OBAN), em novembro de 1969. Torturada no pau de arara, foi submetida a choques elétricos e chegou a entrar em coma. Quando saiu da prisão, em abril de 1970, foi para Florianópolis (SC), sendo acolhida por Dom Afonso Niehues, arcebispo da cidade. Ficou lá por dois meses, acompanhada por médicos. Em seguida, foi mandada para a Bahia por sua organização. Ficou em Feira de Santana até começo de 1972, de onde saiu com o nome de Maria Luiza Vitali. De lá, seguiu para Londrina (PR), grávida de vários meses. Seu filho, José Paulo De Luca Ramos nasce em 11 de janeiro de 1972. Em abril, seu marido, Nilo Ramos, é preso. Obrigada a fugir, Derlei deixa seu filho na porta de um hospital em Londrina e segue para o Chile. Com o golpe que derrubou Salvador Allende, vai para Cuba. O menino percorre um longo caminho até ser entregue em Havana, já com 2 anos e três meses de idade. Estudou história na Universidade do Oriente, em Santiago de Cuba.

Após a Lei Anistia em 1979 e de retornar do exílio em Cuba, Derlei participou das buscas pelos catarinenses mortos e desaparecidos políticos.

Fundou e coordenou o Comitê Catarinense Pró Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos, hoje Memorial dos Direitos Humanos.

Em 1988, recebeu o título de Cidadã Honorária de Criciúma e, em 2001, recebeu da Assembleia Legislativa de SC a Medalha Antonieta de Barros. É autora de diversos livros, entre eles *Os jasmins do Jardim de Paolo*, *À sombra da Figueira* e *No corpo e na alma*, *Além da lenda* e o livro didático de história e geografia do município de Içara.

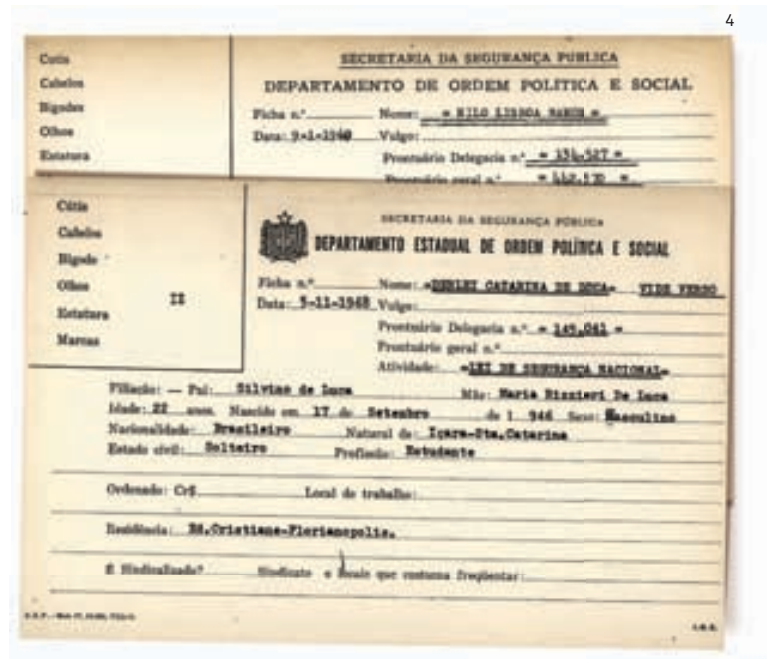
É professora e coordena o Coletivo Catarinense pela Memória Verdade e Justiça. Membro do CASC e da Rede Brasil Memória, Verdade, Justiça.

1

2

3

4



SECRETARIA DA SEGURANÇA PUBLICA
DEPARTAMENTO DE ORDEM POLITICA E SOCIAL
Cútis
Cabelos
Bigodes
Olhos
Estatura
Ficha n.º
Nome: = NILO LISBOA RAMOS =
Data: 9-1-1940
Vulgo:
Prontuário Delegacia n.º = 154.527 =
Prontuário geral n.º = 112.170 =

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
Cútis
Cabelos
Bigode
Olhos
Estatura
Marcas
Ficha n.º
Nome: =DERLEI CATARINA DE LUCA= VIDE VERSO
Data: 5-11-1968
Vulgo:
Prontuário Delegacia n.º = 149.041 =
Prontuário geral n.º
Atividade: =LEI DE SEGURANÇA NACIONAL=
Filiação: — Pai: Silvino de Luca Mãe: Maria Biasiori De Luca
Idade: 22 anos. Nascido em 17 de Setembro de 1 946 Sexo: Masculino
Nacionalidade: Brasileiro Natural de: Içara-Sta.Catarina
Estado civil: Solteiro Profissão: Estudante
Ordenado: Cr$ Local de trabalho:
Residência: Rs.Cristiano-Florianopolis.
É Sindicalizado? Sindicato a cuja que costuma freqüentar:

5

De volta ao Brasil

1. José Paulo (de calça marrom) com os primos em Florianópolis (SC), quando voltou ao Brasil depois da Anistia

2. Recebendo medalha em um campeonato de futebol

3. Na Campanha das Diretas, Criciúma (SC), 1985

4 e 5. Foto e fichas de Derlei nos órgãos de repressão

Uma rede de solidariedade

por Derlei Catarina De Luca

José Paulo De Luca, José Paulo Vitalli Ramos, Alexandre ou Xandinho nasceu e viveu na clandestinidade nos seus primeiros anos de vida. Teve vários registros de nascimento com nomes e mães diferentes.

Oito cidades, dois estados, cinco países foi o roteiro durante quase três anos. Lugares desconhecidos, com pessoas desconhecidas, passando de mão em mão. Dezenas de mãos solidárias cuidaram dele, sabendo apenas que a mãe era procurada pela ditadura.

Em 18 de abril de 1972, aos três meses de idade deixei-o com Joana Lopes, num hospital em Londrina. Sem ter ideia dos fatos, ela segura o menino. Expliquei que meu marido fora preso por problema político, e saí rapidamente sem dar-lhe tempo de reagir. Não podia por em risco a vida de meu filho. Precisava impedir que caísse nas mãos da repressão se eu fosse presa. Joana conversa com os médicos do hospital e o menino fica internado no berçário por vários dias até conseguirem uma solução.

Sai do berçário e vai para a casa de vários professores universitários. Passava uma noite em cada casa. Por segurança e por que as pessoas tinham de manter seus horários de vida normais, para não suscitar desconfiança. Esse período ele teve como anjo da guarda Eda Arzua.

A médica Elzira Vilela busca-o em Londrina e leva para Curitiba. Ali, o menino passa dias e noites no Seminário Catarinense, aos cuidados do Padre-diretor Evaristo Debiasi e os seminaristas Vertolino e Sergio Maikot.

O bebê chorava e os seminaristas davam mamadeira. Quanto mais mamadeira, mais o bebê chorava. Não sabiam trocar fraldas e receavam chamar alguém. Queriam que o menino se calasse para não chamar a atenção dos demais sacerdotes e seminaristas. Como explicar um bebê num seminário católico, onde só moravam homens? O menino chorava e chorava. Saíram na madrugada gelada de Curitiba em busca de um pediatra. O pediatra pensou que o menino fosse filho de algum padre. Eles negam e o pediatra não fez mais perguntas. Apenas aconselha a darem mamadeira de quatro em quatro horas. Quase mataram o menino de tanta comida!

Militantes da Ação Popular se mobilizam em Santa Catarina. Quem o abriga, enrola numa manta quentinha é a jornalista Márcia Maykot. Num Volkswagen descem a Serra Geral em direção à Ilha de Santa Catarina.

Em Florianópolis, em frente à Maternidade Carmela Dutra é entregue para João Soccas, que pediu apoio ao casal francês Pihilippe e Bernadette Vialle. O estudante de engenharia, solteiro, faltava às aulas para cuidar do menino. Aprendeu a trocar fralda e esquentar mamadeira que Bernadette deixava pronta antes de sair de casa.

Semanas depois, em frente a mesma maternidade, o casal francês entrega o menino para o casal Ivo e Onadyr de Jesus de Itajaí. O menino segue para Itajaí com o nome de Alexandre, um pacote de remédios e várias recomendações, escritas numa folha de caderno, em tinta vermelha, num português arrevesado.

Calada e muda, Onadyr segura as línguas das mulheres. As vizinhas xeretavam. Diziam que ela era burra e a criança devia ser filha do Ivo com outra mulher. A cunhada desconfiada perguntava de quem era a criança. Com cinco filhos e tendo mais uma criança para alimentar, Onadyr nunca se queixou nem explicou a origem da criança. Apenas o vigário, padre Taicyl, sabia. Durante quase um ano o menino ficou em Itajaí, quando então é devolvido ao casal Vialle e daí segue para casa da avó Maria Rizzieri. Nesse período, teve como anjo Valmir Martins e Murilo Canto. Onadyr faz questão de fotografá-lo. Fotografia esta que manteve escondida durante trinta anos. Em Içara é cuidado pela Ica – Nadir dos Santos, enquanto a avó vai trabalhar.

Meses depois, se prepara para viajar a Cuba com permissão do Juiz de Menores, Wladimir Divanemko, que ordena o registro do menino com o nome verdadeiro da mãe. Cuba e Brasil não tinham relações diplomáticas. O Juiz não se aperta. Escreve no despacho: Para ir ao encontro da mãe.

Tia Darcy Terezinha De Luca e Dozolina Rizzieri viajam a Buenos Aires, onde as aguarda Yurina, da Juventude Cubana. Passam dois dias num hotel. Viajam ao Peru e Darcy acompanha-os até o embarque, em Lima. Ao entrar no avião, o menino percebe que tia Darcy não está, escapa da mãe de Yurina e sai correndo pela pista. Segundo o companheiro cubano organizador da viagem, foi o momento mais tenso da missão. O menino só tinha autorização para viajar com tia Darcy. No avião da companhia aérea Cubana de Aviación ele não sossegou, nem comeu. Tomou 17 sucos de laranja.

Yurina me entrega um menino de 2 anos e três meses, já caminhando.

Em Havana, fomos acompanhados pelos psiquiatras Elza Gutierrez e Alberto Lavandera.

Em 1979, com a Lei de Anistia voltamos ao Brasil. Levei 32 anos para refazer sua trajetória desde o momento em que eu o deixei em Londrina, até a chegada em Havana. Faltam muitas lacunas a preencher, mas uma verdade é notável. Apesar da ditadura, meu filho foi envolvido numa rede de solidariedade que garantiram sua segurança. O *Diário Catarinense* publicou a história, em 2005 sob o título: “O bebê que driblou a ditadura”.

“Seu pai não era um ladrão, era um herói”

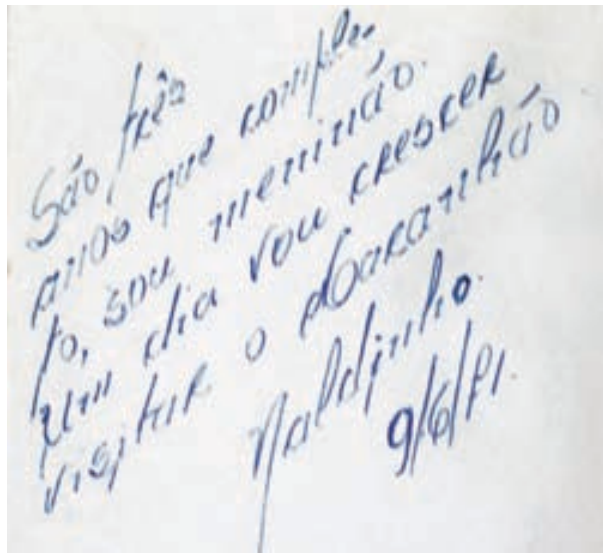
por Grenaldo Edmundo da Silva Mesut

Na infância, o que eu ouvia sobre meu pai era que ele era um ladrão, que eu era filho de um ladrão e que meu sangue não prestava. Essa história vinha à tona em brigas familiares que ocorriam em casa. Depois que meu pai morreu, minha mãe virou dependente do álcool e minha avó virou a mantenedora da casa. E eu, pequeno, ouvia coisas como: “Você é um ladrão, você não presta”.

A história da minha família é essa: minha avó veio da Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial. Minha mãe também nasceu na Alemanha. Logo depois do golpe de 1964, meu pai conseguiu fugir por ter sido condenado a cinco anos e oito meses de prisão. Ele seguiu para Guarulhos, cidade satélite ainda muito pequena, e conheceu minha mãe. Eles tiveram um romance, ficaram juntos e então eu nasci em 1968.

Eu tinha quatro anos quando ele morreu. A única lembrança que eu tenho até hoje é de uma casa onde morávamos eu, minha mãe e meu pai. E um dia, na frente da lareira dessa casa, ele me deu um brinquedo, passou a mão na minha cabeça e foi embora. O brinquedo era um carrinho tipo cegonheira. Mas eu não me lembro da fisionomia dele. Para mim, esse episódio do brinquedo foi como uma despedida, mas é a única lembrança que eu tenho dele. E a partir daí não tenho mais nenhuma lembrança.

Não lembro, por exemplo, da chegada da notícia da morte dele. As publicações da época divulgaram informações do sequestro do avião [que ele fez] e da morte. Até a minha foto, com o título “Naldinho, filho do sequestrador”, divulgaram na imprensa. Fiquei muito chocado quando descobri uma foto minha no jornal *O Globo*. Só fui descobrir isso depois, com 34, 35 anos de idade.



Durante a minha infância, sempre que se tocava no nome do meu pai era através de uma briga. Foi assim na infância, adolescência e começo da vida adulta. O que eu ouvia era sempre: “Você é filho de ladrão, você não presta, você não tem sangue bom”. Além de ladrão, a história era que depois do sequestro do avião, ele havia se suicidado.

Essas brigas envolviam a mim, minha mãe, avó e meu tio, irmão da minha mãe. Minha mãe tinha uma personalidade forte, assim como minha avó, que era alemã da gema e tinha tido uma educação muito rígida. Sempre que havia desentendimentos na minha família, isso era jogado na cara da minha mãe e consequentemente vinha para cima de mim também.

A maior vítima disso tudo foi a minha mãe. Imagine ela, uma mulher analfabeta, dona de casa, se vendo numa situação em que o marido diz que a comida não está boa e simplesmente vai embora? Imagine para ela, o marido se despedir assim e a notícia seguinte ser a do sequestro?

Hoje, fico imaginando como foi para ele ter que abandonar a esposa e um filho de 4 anos e ter que lutar pela sobrevivência. E como foi para a minha mãe, analfabeta, descobrir a morte dele dessa maneira, nessa situação, com todo mundo em cima dela. Foi muito para a cabeça dela. Eu acho que ela não sabia da militância do meu pai.

Quando tudo isso veio à tona, minha mãe mudou completamente a maneira dela de ser. Virou uma alcoólatra, dependente do cigarro. E eu só fui perceber isso aos 34 anos, idade em que comecei a juntar todas as peças.

Minha mãe nunca falou nada do meu pai. Sempre disse que ele tinha morrido num avião, só isso. Ela bebia muito, ficava muito bêbada, a ponto de brigar e quebrar as coisas dentro de

À esquerda, Grenaldo aos 3 anos. Uma cópia desta foto foi levada por seu pai à sua avó paterna no Maranhão
Ao centro, a dedicatória do pai no verso

casa. Quando bebia, ela mudava totalmente, escutava umas músicas do Evaldo Braga, Aguinaldo Timóteo. Eu não conseguia perceber que minha mãe entrava literalmente na fossa. Ela acendia um cigarro, pegava um copo de conhaque que gostava muito e ficava escutando aquela música que colocava para dormir.

Nessa época, comecei a perceber as tristezas dela. Nós morávamos no terceiro andar de uma quitinete no centro de Guarulhos. Lá, quase não tinha água. Todos os dias tínhamos que ir buscar água para tomar banho no banheiro coletivo. Minha mãe ficava lá bebendo, tomando as dela e eu ficava deitado no sofá cama.

Depois que meu pai morreu, nosso padrão de vida mudou totalmente. A casa onde morávamos era muito boa, o local também era bom, um bairro de classe média operária.

Minha avó tinha uma casa no centro de Guarulhos. Era uma pensão que foi crescendo. Minha mãe trabalhava como empregada nessa casa, ajudando na limpeza. Por conta das divergências, por conta do álcool, minha avó e minha mãe se desentendiam bastante. E eu, com sete, 8 anos também não entendia minha mãe. Só fui entender depois, quando descobri toda a história.

Eu não perguntava sobre a morte do meu pai, era um assunto tabu. Porque eu fui criado pensando que era filho de ladrão. Não queria tocar nesse assunto, era muito complicado. Era um assunto que não podia ser falado.

Quando eu tinha 9 anos, minha mãe teve um AVC e perdeu todas faculdades mentais. Não andava mais, praticamente virou um bebê. E, para piorar, eu tinha um padrasto. Esse relacionamento dela foi uma das tentativas de mudar de vida. Nessa quitinete morávamos eu, minha mãe e padrasto. Ele descobriu toda a história do meu pai, porque também trabalhou na Camargo Corrêa, onde meu pai foi vigia por alguns anos. E a história que também chegou para ele era de que meu pai era ladrão, terrorista. E ele usava muito da força física contra mim, me chamando de filho de ladrão. Ele reforçava muito essa história. Ele batia na minha mãe, batia em mim. E quando minha mãe teve o AVC, ele segurou a onda por um tempo, mas quando viu que a mulher com quem ele vivia não ia mais voltar, foi embora.

Nós moramos nesse lugar até meus doze anos. Minha avó levava umas coisas para nós comermos ou eu ia até a casa dela buscar. Era eu quem cuidava da minha mãe, desde higiene pessoal, tudo. E quantas vezes eu também fugi para jogar bola, brincar. Aí ele dizia: "Você deixou sua mãe!", e batia em mim. Ele achava que eu tinha a obrigação de estar lá a todo momento, resolver todos os problemas. Eu sempre fui um cara grande em comparação com a população da época. Mas o fato de eu ser grande não significava que eu tivesse que ter tanta responsabilidade.

Às vezes eu chegava em casa meia hora antes dele. Eu conhecia o barulho do ônibus da Zefir, empresa que a Camargo Corrêa usava. Ele entrava na avenida e desacelerava, fazia um barulho muito peculiar de ônibus antigo. Ele chegava por volta das 18 horas, então eu voltava vinte minutos antes, limpava a casa, fazia tudo correndo. Tinha que estar tudo limpo e ela de banho tomado. Se não, o couro comia.

> "Eu não perguntava sobre a morte do meu pai, era um assunto tabu, porque eu fui criado pensando que era filho de ladrão"

Foi muito sofrimento para minha mãe. Toda a situação da morte, essa tentativa de ter uma pessoa, talvez para ocupar um espaço. E assim ele nos deixou de vez. Antes disso, eu apanhei muito, fui muito destratado.

Como todas as crianças, eu gostava de fazer traquinagens, jogar bola. Hoje, sou professor de educação física. Eu descia a rua, tinha umas quadras, a gente jogava, brincava. Até hoje me lembro o nome dele. Ele batia em mim e na minha mãe. É complicado porque depois de tudo isso comecei a entender a minha mãe. Quando meu pai nos abandonou, minha avó, muito dura, simplesmente jogava na minha cara: "Seu filho de ladrão". E minha mãe, já mal daquele jeito, não reagia.

Minha mãe faleceu quando eu tinha 18 anos de idade. Depois que comecei entender a história do meu pai, quando eu tinha 34 anos, veio um monte de coisas na minha cabeça, para conseguir elaborar, fazer uma linha do tempo e conseguir desenvolver. Porque até então, como filho de ladrão eu nunca pensei em ir atrás de nada, porque essa era a minha história verdadeira e eu também não queria saber. Como era a história do ladrão? Eu era o filho de um ladrão, ele foi, roubou um avião e só, ponto.

Eu não indagava, simplesmente escutava e ficava quieto. A primeira vez que eu indaguei sobre isso, ainda pequeno, ela já tinha tido o AVC e não conseguia me falar nada. Conseguia falar, mas as ideias não batiam.

Quando eu indaguei minha avó, ela disse: "Ah, tinha uns jornais aí, mas sumiram". Meu tio, que era seis anos mais velho que eu, começou a falar algumas coisas, mas também com hostilidade. Quando eu tinha 13 anos, meu tio, que para mim era como se fosse meu irmão mais velho, seguiu pelo caminho das drogas, ficava muito louco.

As pessoas que se relacionavam comigo, meus amigos que estão comigo até hoje não tocavam nesse assunto. Nem eu falava da minha vida nesse sentido, de chegar e falar: "Pô, meu pai é ladrão". Eu não falava do meu pai nem da minha mãe.

Com 11 para 12 anos, saímos da quitinete e nos mudamos numa Kombi para a casa da minha avó. Eu e minha mãe com as sequelas todas dormíamos na sala da pensão e minha avó no quarto dela.

Minha avó, que há muitos anos era mascate, administrava tudo isso. De manhã ela ia trabalhar, mascateava, vendia coisas, panos, de cozinha. No período que vivíamos todos juntos na pensão, isso de filho de ladrão foi batido muito na minha cabeça, pelo meu tio e pela minha avó. Nessa época, meu tio virou usuário de drogas, dependente de álcool. Foi então que eu percebi que o homem que eu achava que era meu ídolo, meu irmão, virou praticamente um monstro. Tive essa decepção com quem eu achei que fosse "o cara", mas não era nada.

Quando eu tinha 15 anos, minha avó faleceu dentro de casa, depois de uma briga que teve com meu tio. Eu e minha mãe ficamos morando lá na pensão com meu tio. Aí eu conheci quem ele era. Batia em mim e na minha mãe.

Ele era usuário de cocaína, que colocava em cima da mesa e chamava os maloqueiros da rua. Ficavam lá, traficantes, tudo dentro da minha casa, cheirando, com minha mãe do lado, sem entender nada. Eu passava, olhava e nunca me ofereceram.

Eu era atleta, jogava bola, tive dois professores de educação física espetaculares, isso me ajudou muito. Participava das atividades de uma instituição que ajuda menores que precisam de apoio. Passei um bom tempo lá. Essa era minha fuga. Quando o bicho estava pegando, eu ia para lá. Meus amigos de infância também me ajudaram muito. Me chamavam para sair, para ir à praia.

Era muito complicado, porque eu era office boy, levantava cedo, ia trabalhar. E tinha vontade de fugir de tudo aquilo, mas minha mãe estava lá. Não se passava uma, duas semanas sem que houvesse a mesma explosão, a mesma briga, coisa, aquela coisa de fugir e voltar.

E a história do meu pai virou um tabu mesmo, eu fechei qualquer tipo de porta que pudesse trazer qualquer história dele à tona. Eu tinha medo de me decepcionar ainda mais. Assim, coloquei na minha cabeça que não era filho de ladrão e que se meu pai realmente tivesse sido um ladrão, não poderia fazer nada. Pensei: "sei que posso fazer minha vida ser diferente e ela vai ser diferente, não sei quando, mas vai, vou correr atrás da minha vida".

Quem também me ajudou muito foi meu professor de educação física. Eu ia disputar jogos, treinava, competia. Eu jogava bem, no time da região. Aos domingos, tinha jogo às oito da manhã e à noite havia brigas. Parecia que era assim, passou a ser normal. Eu achava que no dia seguinte ia ser melhor.

Quando eu tinha 18 anos, minha mãe morreu. Numa das brigas com meu tio, ela apanhou. Eu intervi, ele saiu de casa e eu fiquei só com ela. Ela passou mal, desmaiou e eu a levei de táxi, sem um tostão, para o hospital. Chegando lá, ela não tinha documento, porque numa briga de anos antes, ele tinha queimado todos os documentos dela. Depois de uns dias hospitalizada, ela morreu.

Eu me culpo um pouco com essa situação, porque eu pensei: "Minha mãe morreu, mas não foi ruim. É um pouco bom até". E segui minha vida, ainda morando com meu tio. Parei de jogar, fui servir na Aeronáutica, de onde saí como soldado de primeira categoria, em 1987.

Eu não sabia nem o que foi a ditadura militar. Fui tolhido de qualquer informação na minha vida escolar. Na escola, tive OSPB, história, geografia, ciências e meus professores nunca abriram a boca, nunca falaram nada a respeito, até o terceiro ano de ensino médio. Não lembro de nada significativo que um professor tenha falado sobre a ditadura. Veja só o terror e lavagem cerebral em três, quatro, cinco gerações. Eu não tinha a menor ideia de nada. Achava que meu pai era um ladrão comum. Entrei na faculdade de esporte, aquela coisa toda que também tem uma doutrina.

Até eu descobrir a verdadeira história, eu tinha desencanado de saber mais. Mas alguma coisa me dizia que tinha algo a ver com a ditadura. Quando começou a haver uma abertura maior e a ditadura começou a aparecer mais eu falei: "Acho que meu pai tem a ver com essa coisa de ditadura". Pensei em ir a um jornal pesquisar porque sabia que aqueles jornais antigos tinham sido rasgados.

A maneira por meio da qual eu descobri minha história foi muito linda. Foi através da jornalista Eliane Brum, que soube que meu pai não era ladrão. Em 2001, uma cunhada minha viu o nome do meu pai relacionado a uma história da ditadura. Ela ligou para minha mulher, Leila, que tinha recém operado o joelho. Ela estava em casa e recebeu a ligação da minha cunhada, que morava em São José dos Campos: "Vi uma revista na dentista e tinha uma matéria onde havia uma pessoa com o nome igual ao do Grenaldo, acho que é o pai dele. Veja lá na identidade dele. É Grenaldo Jesus da Silva?". "Ah, acho que é, ele nunca fala do pai", minha mulher respondeu. Aí ela foi pesquisar no computador e ligou de novo. "Leila, tem a foto do pai do Naldo, prepara ele". Era a revista *Época*, que tinha acabado de ser lançada.

Quando eu cheguei em casa, a minha mulher me disse: "A *Época* está com umas histórias do seu pai..". Na hora, a primeira sensação é de medo. "Puxa, e agora, como é que vai ser?" Pensei, "vou ter que encarar". E co-

"Até eu descobrir a verdadeira história, eu tinha desencanado de saber mais. Mas alguma coisa me dizia que tinha algo a ver com a ditadura. Quando começou a haver uma abertura maior e a ditadura começou a aparecer mais eu falei: 'Acho que meu pai tem a ver com essa ditadura'. Pensei em ir a um jornal pesquisar porque sabia que aqueles jornais tinham sido rasgados"

Avó de Grenaldo, D. Christina, alemã, era mãe adotiva de Mônica

mecei a buscar na internet, falei com a minha cunhada, que disse: "A revista não está comigo, está lá na dentista".

Na internet, achei o *Dossiê de Mortos e Desaparecidos Políticos*, e vi algumas informações concretas que indicavam que a morte do meu pai tinha sido em março de 1972. Não tive certeza de nada, minha cabeça estava fervendo. Eu tentava me segurar, mas não estava entendendo ainda, porque não tive educação, formação sobre o que foi ditadura. Não conseguia entender a dimensão da coisa.

Quando comecei a entender qual era o contexto histórico, tive medo pela minha filha, pela minha mulher. Contei a história para uma aluna minha de personal trainer que era professora de história. Ela sugeriu que fôssemos ao Arquivo do Estado de São Paulo. Fomos eu, ela e minha mulher. Tinha um monte de coisa, e quando abri nos jornais da época, *O Globo, Folha de São Paulo*, as revistas da época, todos diziam que ele era terrorista. Fiquei muito decepcionado, pensando. "Puxa, o que falaram do meu pai era verdade. Meu pai é um ladrão". Fiquei muito arrasado. Vi a minha foto no jornal *O Globo*, a entrevista da minha mãe que estava ao lado. Tem outra parte que fala do enterro do meu pai.

Eu não entendia a manipulação que todos os canais de mídia faziam naquela época. Aí disse: "Quero conversar com essa mulher que fez essa revista". Pesquisei o nome Eliane Brum e pedi para a minha aluna fazer a intermediação do contato. Ela ligou e a Eliane disse a ela: "Você conhece o Grenaldo? Eu estou procurando por ele".

Aí marcamos o encontro numa pizzaria. Fomos eu, minha mulher e a minha aluna. Até então eu tive mais medo. Foi a Eliane que me aliviou. Meu peso era muito grande por conta da carga familiar e ainda mais por conta de tudo que vi nos jornais. Eu precisava liberar ou enterrar de vez aquela história. Ela já veio com livros *Dos Filhos deste solo*, *Combate nas trevas*, *A Ditadura Escancarada*, a *Revolta dos Marinheiros*.

Comentei algo sobre meu medo, minha situação, sentir esse fardo nas minhas costas, do ladrão, de tudo que vi. Ela colocou a mão em mim e disse. "Seu pai é um herói, não tenha vergonha dele, não. Não tenha medo da sua história. Leia isso, depois a gente conversa".

No final, ela disse: "Tenho uma coisa para te contar. Tem uma pessoa que quer te conhecer. Posso marcar uma reunião para você conhecê-lo?" E na hora pensei: "É o cara que matou meu pai, meu Deus".

Me preparei emocionalmente para o encontro, que foi na casa da Marisa. A Eliane perguntou se eu me incomodaria que ela levasse um fotógrafo. E eu com isso na cabeça, de que a pessoa que ela levaria seria o cara que tinha matado o meu pai.

> "Essa frase 'Seu pai não foi um ladrão. Seu pai foi um herói' eu tenho na minha cabeça e isso faz a minha vida seguir"

No dia do encontro, o homem entrou, me deu um abraço, sentou e começou a contar a história dele: que ele era um controlador de voo, que era sargento da Aeronáutica [José Barazal Alvarez]. Disse que ele atendeu a uma ocorrência do meu pai, e quando percebeu que era um sequestro, começou a conversar com o meu pai e com o piloto. Ele me disse que percebeu que meu pai não era a pessoa que estavam falando. O avião estava indo para Curitiba e a intenção do meu pai era de ir ao Uruguai, onde, à época, não tinha ditadura. José disse que percebeu que havia alguma coisa diferente, que meu pai estava sozinho, numa situação de desespero total.

Ele foi o encarregado de fazer o inquérito, o Inquérito Policial Militar do caso. Ele conta que queria dar baixa, mas que não conseguia, muitos amigos haviam desaparecido e viveu sob medo por muito tempo, porque não estava de acordo com o que estava acontecendo.

Na hora de fazer o inquérito, o corpo do meu pai estava dentro de um carro. Ele mexeu no corpo e viu que havia uma perfuração na cabeça.

Quando ele contava isso, olhou para mim e disse: "Seu pai não se suicidou, seu pai foi morto" e "Seu pai não era um ladrão. Seu pai era um herói". Nessa hora eu ajoelhei, e comecei a orar: "Deus, muito obrigado, o Senhor está me libertando de uma parede enorme que tinha na minha frente". Eu estava apoiado nos joelhos e não via mais nada. Ele veio perto de mim, me abraçou e disse: "Tenho mais uma coisa para te falar: Seu pai deixou uma carta para você, pedindo desculpas, dizendo que não queria fazer nada disso, mas que não podia mais estar junto a você e sua mãe".

Ele disse que a carta existe, que está na Marinha: "Essa carta foi feita para você. Ela ficou nas minhas mãos e foi aí que eu percebi quem era seu pai, que eu podia em algum momento talvez ter sido ele" . Porque ele, como sargento da Aeronáutica, não concordava com o que estava acontecendo. Eu falei: "Zé, você fez a coisa mais maravilhosa do mundo".

Esse momento foi muito bonito. Quem estava lá quando nos encontramos viu a presença de Deus, todo mundo estava chorando.

Essa frase "Seu pai não foi um ladrão. Seu pai foi um herói" eu tenho na minha cabeça e isso faz a minha vida seguir. A minha vida acelera. Se alguém vier e me mandar abaixar a cabeça, antes eu até podia abaixar. Mas agora, não. Agora eu peito, agora eu vou para cima. Quando meus filhos falam: "Eu não consigo...", eu digo: "Não fale que não consegue. Essa palavra não pode existir. Você consegue, você sabe, você vai...Você é neta do Grenaldo!". Minha vida mudou depois disso. Hoje sou um Grenaldo muito diferente. Sou o Grenaldo filho do herói.

Isso e a tortura da minha mãe foram as coisas que mais marcaram a minha vida. Acho que não existe tortura pior do que a que ela sofreu depois da morte do meu pai: O AVC, o alcoolismo, morando muito mal, apanhando do meu padastro, depois do meu tio. Ela foi a mais torturada. E eu de tabela.

Então, o Zé foi o meu libertador e a Eliane Brum um anjo que Deus colocou na minha vida. A partir daí comecei uma outra luta, de pesquisa, correndo atrás, lendo.. E fomos, a Eliane e eu, atrás do Inquérito Policial Militar. Nós encontramos um pedaço da carta, que estava rasgada.

Eu tentei resgatar a história do meu pai através das ações que eu movi. A própria indeniza-

“Descobri que, em 1971, quando meu pai saiu de casa, foi para o Rio de Janeiro e de lá para o Maranhão. Chegando lá, diz à minha avó: ‘Mãe, tenho um filho. O nome dele é Grenaldo e a foto dele é essa’”

ção do governo federal é um reconhecimento legal disso. O sargento [Augusto Carlos] Cassaniga foi quem executou meu pai, mas nunca fui atrás disso.

Depois disso tudo, no começo de 2003, conheci minha avó paterna. A Eliane me disse: “Mandei a revista para a casa da sua avó”, e eu “onde ela está?”. “No Maranhão”, disse ela. Na chegada a São Luís, descendo do avião, já percebi que era a minha avó. Ela me abraçou, começou a chorar. Foi muito especial. Nos dias que fiquei lá, ela ficava me abraçando, me tocando, pegando no meu cabelo. Parecia que estava vendo meu pai.

Aí descobri que, em 1971, quando meu pai saiu de casa, foi para o Rio de Janeiro e de lá para o Maranhão. Chegando lá, disse à minha avó: “Mãe, tenho um filho. O nome dele é Grenaldo e a foto dele é essa”. E atrás da foto está escrito assim: “Oi, eu sou o Naldinho, tenho três anos. Quando eu crescer, irei até o Maranhão”. Ou seja, como eles sabem que eu era filho do meu pai? Como eles têm certeza disso? Porque é a mesma foto que eu tenho, que foi publicada na reportagem da revista *Época*. Minha avó viu a reportagem que a Eliane mandou onde tinha a mesma foto.

Mônica e D. Christina, sendo Grenaldo um dos bebês

GRENALDO ERDMUNDO DA SILVA MESUT nasceu em 27 de abril de 1968 em Guarulhos (SP). Filho de Grenaldo de Jesus Silva e Mônica Mesut, é professor de Educação Física e mora em São Paulo.

Grenaldo de Jesus Silva nasceu em 17 de abril de 1941, em São Luís no Maranhão, filho do alfaiate Gregório Napoleão Silva e da servente de escola Eneida Estela Silva.

Era o filho mais velho dentre 12 irmãos. Ingressou na Escola de Aprendizes de Marinheiros do Ceará em 1960. Em 30 de setembro de 1964, quando era marinheiro de 2ª classe, foi expulso em função de sua militância política e acabou condenado a cinco anos e dois meses de prisão. Fugido, chegou a Guarulhos (SP), onde trabalhou por cinco anos. Lá se casou com Mônica Edmunda Messut e tiveram um filho. Trabalhou de 1965 a 1970 como porteiro e vigilante na empresa Camargo Corrêa. Em 1971 começou a receber cartas que o deixavam nervoso, provavelmente avisando que a repressão havia conseguido descobrir seu paradeiro. Grenaldo saiu de casa dizendo que buscaria a família para viverem uma vida melhor. A mulher só voltou a ter notícias dele quando foi divulgada sua morte por ocasião do sequestro de um avião no Aeroporto de Congonhas, na cidade de São Paulo.

Foi assassinado em 30 de maio de 1972, neste Aeroporto, quando tentava sequestrar um avião da Varig, que voava para Curitiba e acabou retornando para São Paulo. Após negociar a saída de todos os passageiros e a maior parte dos tripulantes, a aeronave foi invadida e Grenaldo, mesmo imobilizado, recebeu um tiro na cabeça dado por agentes do DOI-CODI/SP. Sua execução foi contada em detalhes pelos policiais aos presos políticos do DOI, quando voltaram da operação aos gritos de alegria.

A versão policial foi de suicídio. De acordo com os registros do Cemitério D. Bosco, em Perus, seus restos mortais encontram-se entre as 1.049 ossadas da vala clandestina criada ali em 1976 e descoberta apenas em 1990.

Mônica Edmunda Messut nasceu na Alemanha. Sua mãe Christina fugia deste país depois da Segunda Guerra Mundial quando, no caminho, encontrou uma mulher morta e, nos braços, um bebê ainda com vida, era Mônica. Decidiu, com todas as adversidades de uma Europa devastada, salvar a criança levando-a consigo. Esta dura história de sobrevivência traduziu-se em uma família que não gostava de falar do passado, o que justifica as poucas explicações que pediram a Grenaldo quando o conheceram. Mônica e Grenaldo se apaixonaram e tiveram um único filho, que leva o nome do pai. Depois do assassinato de seu companheiro passou por muitos problemas, inclusive dependência alcoólica, e teve um acidente vascular cerebral que a deixou com danos permanentes. Seu filho tinha 9 anos na época e se tornou o responsável pelos seus cuidados. Nove anos depois ela morreu. O filho acredita que a mãe nunca soube da militância do seu pai.

Essas informações são baseadas em uma matéria de Eliane Brum na revista Época de novembro de 2003.

Pai, marinheiro

1. Carteira de identificação de Grenaldo na Marinha

2 e 3. Grenaldo, marinheiro

4. Certidão de Óbito de Grenaldo Jesus da Silva, no Aeroporto de Congonhas, no dia 30 de maio de 1972

5. Grenaldo trabalhando como vigilante na empresa Camargo Corrêa

1

2

3

CARTORIO DO REGISTRO CIVIL

Certidão de Óbito

Livro

Fôlha

Número

CERTIFICO

4

5

6

7

8

9

10

O filho do perseguido

Três décadas depois, ex-militar conta a verdade ao filho do marinheiro que seqüestrou um avião da Varig e morreu

ELIANE BRUM

Na sala de estar, sentados um diante do outro, dois homens estão unidos por um assassinato. É sábado, 26 de julho, e faz frio em São Paulo. Eles se encontram pela primeira vez. O mais velho, José Barazal Alvarez, de 63 anos, tem atravessado na garganta um segredo de mais de três décadas. O mais jovem, Grenaldo Fernando da Silva [illegible], de 35 anos, viveu [illegible] sem dormir direito, entre o desejo e o temor, que seu destino esta privilegiado. José se lembra: "Seu pai não se matou. Ele foi assassinado", diz. "Deixou uma carta para você. Tirei essa carta do peito dele, a primeira página estava manchada de sangue. Li e entreguei aos meus superiores." Grenaldo cai de joelhos diante de José. Juntos, nesam um pai-nosso.

A morte do pai – que o mais velho nunca pôde esquecer e o mais jovem desconhecia – ocorreu 31 anos antes. Em 30 de maio de 1972, Grenaldo de Jesus Silva seqüestrou sozinho um avião da Varig. Depois de ter liberado todos os passageiros e de a tripulação ter escapado, ele se suicidou, segundo a versão oficial do regime militar. Com um tiro na nuca.

José Barazal Alvarez, sargento especialista da Aeronáutica e controlador de tráfego aéreo do Aeroporto de Congonhas, alternou com os colegas a comunicação com a tripulação do avião nas oito horas de seqüestro. Quando acabou, ele recebeu a missão de reunir os pertences do seqüestrador e escrever o relatório. O que viu causou-lhe pesadelos pela vida afora.

Quando foi morto, o marinheiro Grenaldo de Jesus Silva fugia havia oito anos dos cárceres da ditadura

Acordava assombrado pela visão do corpo amontoado "como um saco de lixo" no porta-malas de um Opala preto da polícia. Em suas mãos ainda queimava a carta-testamento escrita para o filho, achada no peito do seqüestrador junto com um segundo furo de bala. Escreveu o relatório e calou-se. Por três décadas não contou nada nem à mulher.

Em 10 de março deste ano, José deparou com a imagem do seqüestrador numa reportagem de capa de ÉPOCA. A matéria contava a história da primei-

6. Christina e Mônica passeiam no centro da cidade
7. Grenaldo ainda bebê
8. Vestido de marinheiro, com cerca de 4 anos
9. Grenaldo com 10 anos
10. Matéria da Revista Época, novembro de 2003

"Buscamos o lugar onde ficaram as marcas"

por Cecília Capistrano Bacha

Meu nome é Cecília. Sou neta do David Capistrano, sobrinha do David Capistrano Filho – pai e avô militavam no Partido Comunista Brasileiro (PCB) –, filha da Maria Cristina Capistrano e neta da Maria Augusta Capistrano. Acompanhei bastante a busca pelo meu avô, mas como eu nasci em 1975, já era uma fase que a minha avó, meu tio e minha mãe não tinham mais esperanças de encontrá-lo.

Nasci no ano que a minha mãe foi absolvida do inquérito policial militar. Ela fazia propaganda do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Foi presa junto com o companheiro dela, o Tarso, na Vila da Penha, Rio de Janeiro. O Tarso também era filho de um militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e os dois eram namorados, moravam juntos e faziam material de agitação e de informação do PCdoB.

Ela foi presa quando estava sozinha em casa com meu irmão, Jonas, na época com 4 anos. O meu irmão ficou no apartamento, que era tipo um CDHU. Lá, hoje em dia, é o Complexo do Alemão. Fica dentro do Complexo do Alemão.

E então ela foi levada para o DOI-CODI. Chegando lá, como não tinha documentação, ninguém sabia que era filha do David Capistrano e da Maria Augusta de Oliveira. Ela tinha um nome falso, Márcia.

À esquerda, Maria Cristina e sua filha Cecília com cerca de 1 ano de idade

Minha mãe não falava nada. Tinha medo de falar alguma coisa, que ela era filha do David, claro, e também de acabar abrindo o endereço de minha avó que morava com o meu tio David, que também era do PCB.

> "Minha mãe foi presa quando estava sozinha em casa com meu irmão, Jonas, na época com 4 anos. O meu irmão ficou no apartamento, que era tipo um CDHU"

Depois disso, só quando o Tarso resolveu falar que ele era filho do Donato, a repressão foi montando a história dela. A família do Donato acabou ajudando muito durante todo o processo, inclusive contratando advogado.

Depois de um mês no DOI-CODI, ela foi transferida para o Cenimar. Em seguida mamãe foi levada para a Ilha das Flores. Ficou nove meses entre o Cenimar, no centro do Rio de Janeiro, e a Ilha das Flores.

Logo que o aparato repressivo começou a montar toda a história que envolvia minha mãe, já fazia uma semana que ela estava no DOI-CODI. Era uma estratégia dos presos prolongar ao máximo o tempo que ficavam sem falar quem eram. Agindo assim minha mãe fazia que os companheiros percebessem que estava presa e, desse modo, pudessem se ajeitar, se arrumar para fugir de possíveis encontros marcados.

Quando a história foi montada, meu irmão estava há uma semana no apartamento com policiais do Exército. Minha mãe sempre me fala da solidariedade dos vizinhos que levavam bolo, café para eles. Ela não tinha notícia nenhuma dele, que por sua vez também não tinha notícia dela. Minha avó também não tinha notícia nenhuma porque não sabia que a filha estava presa.

Bom, levaram meu irmão para a minha avó. Ela levou um susto danado, no entanto desconfiava que alguma coisa tinha acontecido porque minha mãe não aparecia. Era muito raro ela ficar tanto tempo sem dar notícias.

Fico imaginando o que meu irmão ficou fazendo lá uma semana. Brincando

de carrinho, eu acho. Também imagino que teve muita sorte por ter os vizinhos olhando por ele. Nossa família era bem conhecida lá na região, porque, às vezes, arrumávamos remédio, ajudávamos as pessoas dando orientações de quem procurar, enfim, esse papel que muitas pessoas fazem na comunidade orientando as que têm pouco conhecimento.

Minha avó me contou que uma vez levou o Jonas para visitá-la na prisão. Minha mãe colocou esse nome no meu irmão em homenagem a um estudante pernambucano assassinado que era amigo da família. Minha avó relatou que minha mãe estava muito mal, e não expressava nenhuma reação. Ficava tremendo porque ela tinha levado muito choque no DOI-CODI. E minha avó sempre me contava isso.

Assim, quando eu já era maiorzinha, tipo 7 anos, havia alguns momentos que minha mãe tinha uns ataques de fúria contra a gente, coisa de mãe mesmo, mas achávamos que era meio desproporcional, e a minha avó sempre falava "Não. Isso é porque ela sofreu muito, ela foi muito torturada. Você tem de obedecer e entender, sua mãe tinha só 22 anos". Desde então imagino o que ela deve ter passado no DOI-CODI, bonita do jeito que era.

O que eu sofri é uma coisa invisível porque não estava lá para saber. Mas certamente ficou alguma marca... Eu não sei explicar, acho que passa de geração para geração quando se sofre uma violência tão grande. E procuro, muitas das vezes, entender como isso pode ter me afetado, porque eu sinto que afetou mas, conscientemente, não identifico onde. A gente fica sempre buscando o lugar onde as marcas podem ter ficado. Minha mãe foi me contando a nossa história muito aos pouquinhos. O meu pai nunca me falou nada sobre essa história, e até hoje sequer toca no assunto. Mesmo mamãe só foi se abrir sobre a prisão e a tortura agora, depois de me ver adulta. No entanto, eu sempre soube, minha avó me contava. Eu não confirmava com minha mãe para não deixá-la triste.

Da minha avó, posso dizer que é uma lutadora, mesmo. Eu sempre convivi muito com ela, posto que a minha mãe trabalhava fora, e frequentemente nos deixava com a minha avó. Talvez por isso acompanhei-a bastante indo aos encontros da Anistia. Por inúmeras vezes me levava. A visão que tenho dela é a de uma mulher muito, muito ativa, feminista, que estava sempre buscando saber a história do meu avô, preservar a memória dele.

"O que eu sofri é uma coisa invisível. Mas certamente ficou alguma marca. Acho que passa de geração para geração quando se sofre uma violência tão grande"

Da prisão de minha mãe, minha família fala pouco, até porque havia aquela briga entre PCB e PCdoB. Mamãe saiu de casa cedo, resolveu ir para o PCdoB, tinha de proteger a família. Então, era aquela questão. Meu avô deu o ultimato: "Você pode ir, mas vai ter de sair de casa".

Pouco antes de escrever este depoimento, li uma carta que o meu tio mandou para um amigo, o Marcelo, lá de Pernambuco, em que conta como estava pressionado com os colegas indo para o PCdoB – ele se sentia muito culpado em relação ao pai. Ele escreve essa palavra, "culpado", e conta que o pai ficou muito triste de ele ir para o PCdoB. O pai dele, meu avô, falava: "Conquistei tantas pessoas para o PCB e não consegui conquistar meus próprios filhos. Eu tenho de segurar meus próprios filhos". E o meu tio ficou nesse dilema bastante tempo. No entanto, minha mãe demorou muito a se decidir pelo PCdoB, que cooptou muitos jovens na época.

Até hoje minha avó é chamada para contar a história da busca pelo meu avô, todos os passos que eles seguiram nessa busca, o quanto isso foi importante também para o trabalho da Anistia.

Quando começou as Diretas Já, me lembro de ter sido uma época em que as pessoas podiam aparecer mais, a história da minha família passou a ser contada, a gente era mais festeira. Quando a minha mãe começou a me levar para os comícios, fazia uma operação de guerra. Tinha várias dicas, não soltar a mão, papelzinho com nome no bolso, ficava dando um monte de conselhos antes de sair de casa. Eu pensava: "gente, o que está acontecendo, é só uma festa que a gente vai. Um show".

Lembro-me de uma sensação ao chegar a uma dessas passeatas, veio-me uma clareza. Entendi mais o que estava acontecendo, o que a gente era. Acho que de mim, o que posso falar é que tenho certa revolta que não sei direito de onde vem. Meus colegas de escola sempre falavam: "Você é revoltada. Você é sempre do contra". Pessoas que nem sabiam dessa história familiar toda. E não é que eu seja do contra. Mas acho que há certa injustiça que não se resolve. Fica aquela coisa, e você vai levando isso para outras esferas. Vai pensando "nossa, é tão injusto" e não resolve.

Sobre a minha militância, sempre participei dos vários movimentos, acompanho as reuniões de desaparecidos políticos, mas sempre do lado de minha mãe e do lado da minha avó. Sempre escutando.

CECÍLIA CAPISTRANO BACHA nasceu em 1975, no Rio de Janeiro. Filha de Hélio Arthur Bacha e Maria Cristina Capistrano. É mãe do Juliano e da Luiza. Atualmente está cursando pós-graduação em Marketing Digital em São Paulo, onde reside.

1

2

3

1. Gregório Bezerra, Helio Arthur e Cecília
2. Helio Arthur Bacha, pai de Cecília
3. Cecília no colo do seu tio, David Capistrano Filho

1

2

1. Maria Augusta, avó de Cecília, ao microfone e seu filho David

2. David Capistrano, avô de Cecília

3. Matéria de jornal divulga pedido de informações do MDB sobre o paradeiro de David Capistrano pai e filho. David Capistrano é desaparecido político e seu filho, neste período, esteve preso e incomunicável

4. Cecília na campanha da Constituinte, 1986

3

Líder do MDB pergunta por preso político

BRASILIA (Sucursal) — O líder oposicionista Laerte Vieira pediu ontem, na Câmara, ao ministro da Justiça, que revele onde se encontram diversas pessoas detidas em São Paulo e Santa Catarina, seu Estado natal, e qual o tratamento que lhes está sendo dispensado pelas autoridades carcerárias. Disse que a direção do seu partido tem recebido cartas e apelos nesse sentido de familiares dos presos, lembrando os nomes do médico David Capistrano da Costa e de seu filho, que tem o mesmo nome, há tempos presos em São Paulo, bem como do prof. José Salvador Faro, catedrático da Faculdade de

4

Maria Cristina Capistrano nasceu em 6 de janeiro de 1950. Filha de David Capistrano da Costa, desaparecido político desde 1974, e Maria Augusta de Oliveira Capistrano, hoje com 94 anos, ambos militantes comunistas desde 1945. Tem dois irmãos, Maria Carolina Capistrano e David Capistrano da Costa Filho.

Era secretária de Agitação e Propaganda do PCdoB e tinha 22 anos quando foi sequestrada em sua casa, onde estava sozinha com seu filho, com 4 anos na época, no Rio de Janeiro. Foi levada ao DOI-CODI, mas não foi identificada imediatamente como filha de David, pois a repressão conhecia somente seu nome falso, Márcia, no momento. Ficou durante um mês no DOI sofrendo torturas. Foi levada em seguida para o Cenimar e, na sequência, para a Ilha das Flores, permanecendo encarcerada ali por mais 9 meses.

Seu pai David, cearense de Boa Viagem, iniciou sua militância em 1931. Como sargento da aeronáutica, participou da ANL e da revolta de 1935, quando foi preso e condenado a 7 anos de detenção no presídio de Ilha Grande, de onde fugiu a nado exilando-se em seguida no Uruguai. Voltou ao Brasil e foi novamente preso em 1944, sendo anistiado 1 ano depois. Em 1946 foi eleito o deputado estadual mais votado de Pernambuco, cassado um ano depois.

Teve intensa atuação política em São Paulo e Rio de Janeiro até ser enviado por dois anos para a Escola de Quadros do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em Moscou. De volta ao país teve atuação política em vários estados, sendo preso novamente em 1961 ao tentar assegurar a posse de Jango, quando da renúncia de Jânio Quadros. Teve, ainda, mais uma prisão posteriormente. Com o golpe de 1964 foi perseguido e teve seus direitos cassados. Em 1972 viajou para Tchecoslováquia, retornando 2 anos depois, mesmo ano em que é sequestrado e desaparecido pelos órgãos de repressão.

O irmão de Maria Cristina, David Capistrano da Costa Filho, iniciou sua militância política em 1962 no Colégio Estadual de Pernambuco, em Recife, aos 14 anos de idade. Após 1964, intensifica sua atuação política. No final de 1965 muda-se para o Rio de Janeiro, onde forma-se médico sanitarista pela Faculdade de Medicina da UFRJ e inicia militância no movimento estudantil universitário. Com a intensa perseguição a ele, vai para São Paulo em 1974. É eleito, em 1992, prefeito da cidade de Santos pelo Partido dos Trabalhadores.

Maria Cristina Capistrano hoje tem 64 anos e é coordenadora pedagógica. Seu filho, Jonas, faleceu em 1976, vítima de um atropelamento. É, ainda, mãe de Eneida e Cecília Capistrano Bacha.

“Meu filho ficou na companhia daqueles homens”

por Maria Cristina Capistrano

Meu primeiro filho, Jonas, nasceu em novembro de 1968. Ele estava junto a mim quando fui presa em 1972, em um apartamento do conjunto habitacional do Quitungo, no Rio de Janeiro.

Saí arrastada de lá e o meu filho ficou em companhia daqueles homens, sem que eu soubesse o que fariam com ele. Felizmente, apesar do medo que a polícia política causava na maioria da população, meus vizinhos tomaram conhecimento da situação no momento em que fui presa, e pude contar com a solidariedade deles, que providenciaram leite, pão, biscoitos, almoço e ceia para o Jonas, nos dias em que ficou nas mãos dos agentes da repressão. Depois o Jonas foi levado para a casa dos pais do meu companheiro e depois para a casa da minha mãe.

Todos esses acontecimentos me foram relatados posteriormente, pois quando saí, apenas levei a angústia de estar deixando meu filho com desconhecidos, sem qualquer segurança sobre a forma como ele seria tratado.

Passei mais de trinta dias no DOI-CODI, na Polícia do Exército do Rio de Janeiro, onde sofri todo tipo de tortura que a ditadura militar impunha regularmente aos presos políticos – espancamento, choques elétricos, “geladeira”, fome, sede e completa insegurança quanto à preservação da própria vida.

Após esse período, fui transferida para o Cenimar, no quartel da Marinha, na Praça Mauá, e lá foi realizado um interrogatório formal, que posteriormente serviu para instruir o processo encaminhado à Justiça Militar. No Cenimar não sofri torturas físicas, embora a pressão psicológica continuasse por vários motivos, mas, principalmente porque não dispúnhamos do acompanhamento de um advogado. No Cenimar só recebi uma visita de familiares, entre eles meu filho.

No dia seguinte ao interrogatório na Marinha, uma embarcação nos levou para o presídio da Ilha das Flores, na Baía de Guanabara, onde permaneci por oito meses, e durante esse tempo só foram permitidas duas visitas de um advogado e nenhuma de familiares.

Após a minha liberação, fui obrigada a voltar semanalmente, durante quase cinco meses, ao quartel da Marinha, pois, para a polícia política, estava sob liberdade condicional, embora nenhum julgamento tenha acontecido. Acatávamos essa anomalia, essa imposição, uma vez que existia o temor de sermos novamente encarcerados, sem qualquer culpa formalizada.

Em 1974, meu pai voltou ao Brasil, após ter saído clandestinamente do país. Sabemos que foi preso nas proximidades de Uruguaiana (RS), juntamente com José Roman, que havia saído de São Paulo para encontrá-lo na fronteira. Meu pai e José Roman nunca mais foram vistos e são considerados “desaparecidos políticos”, denominação que, embora não tenha qualquer sentido, tem um significado reconhecido por todos que viveram o terror da repressão no período da ditadura militar.

Em 1975, quando nasceu minha segunda filha, Cecília, eu ainda estava sob a ameaça de processo jurídico na Justiça Militar, mas as adversidades políticas ficaram em segundo plano, diante da alegria de sua chegada.

Maria Cristina, Luiza, filha de Cecília, e Cecília em São Paulo

"Cuide da mãe que um dia eu volto para te buscar"

por Clóvis Petit

Vou falar da minha adolescência, período em que vivenciei a atuação política dos meus irmãos, que se deu em São Paulo mais ou menos a partir de 1968. Nessa época, o Lúcio, que já tinha se formado na Faculdade de Engenharia e Eletrotécnica de Itajubá/MG, resolveu trazer a minha mãe para morar em São Paulo. A Maria Lúcia tinha prestado um concurso e estava trabalhando na cidade. A Laura também estava em São Paulo há muito tempo. Enfim, praticamente toda a família morava na cidade.

O ano de 1968 foi de muita agitação, porque foi o ano que mais preocupou a ditadura militar, culminando com a edição do AI-5.

"Lembro-me de ter feito algumas discussões com o Jaime sobre imperialismo. Foi um momento que me abriu bem a cabeça"

Nessa época, eu estudava num colégio particular chamado Alfredo Pucca. Nós morávamos na Bela Vista, eu ia a pé para a escola. Na volta da escola, minha mãe se preocupava porque ficava sabendo pelos meus irmãos que haveria passeatas, coisa e tal. Às vezes eu me atrasava e já era motivo de preocupação para ela. Antes das passeatas, normalmente o Lúcio, o Jaime, Maria Lúcia, todos se reuniam em casa. Outros militantes do PCdoB também se reuniam e saíam dali já para as manifestações.

Fui tomando consciência política naquela época. Passava pela cidade e via escrito, "pelego". Para uma criança de 12 anos de idade, o que significaria pelego? Ou mesmo, "abaixo o imperialismo", "abaixo MEC-USAID". Eram preocupações de uma criança de 12 anos que começava a querer saber o que aquilo representava. Com 12 anos comecei a aprender coisas que a população não sabia. Se pichava aquilo, mas talvez o povão não estivesse nem tendo a consciência do que estava escrito ali. Aquelas frases todas e tal.

Na escola, nós tínhamos aquelas aulas de Educação Moral e Cívica, que eram um horror. Para alguém que mesmo adolescente, mas que já tivesse uma certa consciência política, era insuportável assistir uma aula onde a professora dizia que não ter direito de votar para Presidente era certo. Que a Guerra do Vietnã, os Estados Unidos estavam lá só para ajudar.

Eu era muito contestador, me destacava em relação aos outros alunos. Lembro-me de uma vez que estava estudando lá no Liceu Noroeste, em Bauru, e foi um advogado mais um outro cara que eu não sei o que fazia lá, mas ele foi assim, entrou de sala em sala alertando contra o terrorismo, contra a subversão e coisa e tal. E senti aquilo como um certo alerta para mim porque eu batia de frente ali com alguns professores.

Lembro-me de ter feito algumas discussões com o Jaime sobre imperialismo. Foi um momento que me abriu bem a cabeça. Eles traziam da USP um livrinho que chamava *Um dia na vida do Brasilino*, que contava a história de como era a exploração das indústrias no país, como era a vida do Brasilino. E depois, mais à frente, voltamos para o interior. Morreu uma irmã da minha mãe e tinha uma avó que morava com essa irmã. Então minha mãe

Jaime e Clóvis, durante uma visita de Jaime, que morava em Itajubá (MG), à família em São Paulo, 1968

resolveu voltar para Bauru para ficar cuidando da minha avó. E logo em seguida, em 1970, meus irmãos já estavam se preparando para ir para Guerrilha do Araguaia. Teve também o momento da prisão do Jaime, em 1968.

Antes de voltarmos para Bauru, o Jaime participou do Congresso de Ibiúna e foi preso. Como tinha estudantes de diversas localidades do Brasil, muitas mães vieram para São Paulo e formaram um comitê visando a libertação dos presos políticos. Eu fui em duas ou três dessas reuniões. Eu estava sempre junto a minha mãe, e depois nós fomos até a porta do presídio Tiradentes para ver se tinha alguma novidade, se víamos o Jaime.

Dava para vê-los lá, bem de longe, o pessoal acenando com a mão, por entre aquelas grades. Até que veio um sujeito, era um tira, veio lá querer conversar com a minha mãe, querer saber quem éramos. Eu puxei minha mãe pelo braço e disse: "Olha, não conversa com esse sujeito, não, que esse aí é da polícia". E era mesmo. O sujeito era um araponga.

Quando o Jaime saiu do presídio Tiradentes, passou em casa e depois foi para Itajubá. Chegando lá, ficou sabendo pelos vizinhos que o Exército tinha estado na casa em que ele morava e vasculhado tudo. Estavam à procura dele. Já havia um mandado de segurança do Exército para que ele comparecesse lá e prestasse depoimentos. Mas ele não foi, porque naquela ocasião quem ia para esse tipo de interrogatório já era para ir para a tortura mesmo. Então o Jaime ficou escondido lá em Itajubá em um sítio do pai da Regilena, que era esposa dele. Fiquei com ele umas duas semanas mais ou menos. Até me lembro bem que teve uma noite que os cachorros latiram bastante. O Jaime pegou uma espingarda e já ficou meio de prontidão. Mas não era nada.

Depois, o Jaime passou a trabalhar como eletricista no norte de Goiás e de lá seguiu para São Paulo. Depois ele foi para o Araguaia, nós não tivemos mais contato com ele.

O último que eu vi foi o Lúcio. Ele foi para Bauru em 1971 mais ou menos, e deixou comigo um livro de Lenin que chamava *Cultura e Revolução Cultural*, um livrinho do *Manifesto Comunista* e alguns exemplares do jornal *A Classe Operária*. Eu também tinha um pôster bem grande que era de um Vietcong com um fuzil nas costas. Eu acompanhei o Lúcio até a estação rodoviária. Me despedi dele e nunca mais o vi. Ele falou que voltaria para me buscar um dia. "Fica aí cuidando da mãe, mas um dia eu volto para te buscar". Nessa época, eu já estava com uns 14 anos, mais ou menos.

Nós não sabíamos que eles estavam no Araguaia, não sabíamos onde eles estavam. Eles foram para lá entre 1970 e 1971, mais ou menos. E foi no começo da luta da Anistia, em 1977, que nós ficamos sabendo que a Maria Lúcia tinha morrido e que eles tinham ido para essa região. A Laura ficou sabendo antes, mas acho que guardou isso também para não causar um impacto muito forte na minha mãe, que tinha tido um pré-derrame, um AVC e ficado com uma paralisia facial. E acho que a Laura quis poupá-la. Ela já tinha uma preocupação, sabia que os filhos tinham ido embora, mas não sabia para onde e nem o que estava acontecendo. Foram praticamente seis anos sem notícia deles. Aí chegou um ponto que a Laura tinha que contar alguma coisa, porque os noticiários já iam começar a publicar e não ia mais ter como guardar esse segredo.

> "Nós não sabíamos que eles estavam no Araguaia, não sabíamos onde eles estavam. Eles foram para lá entre 1970 e 1971, mais ou menos"

[Neste instante, a irmã, Laura Petit, interrompe e diz:]

Eu realmente não contei, primeiro por causa da saúde frágil da minha mãe e porque o Clóvis ainda era um adolescente. E eu fiquei temendo que em um ato de desespero a minha mãe saísse procurando, indo justamente nos locais em que não deveria ir. Ir em uma delegacia, querer saber dos filhos.

E por questão de segurança também. Eu acreditava que a ditadura ou o SNI ainda não tivesse os nomes de quem estaria na guerrilha, que se fôssemos procurá-los seria entregá-los para a polícia, para a ditadura.

Quando a Rede Globo, em 1996, publicou uma relação dos militantes que teriam ido ao Araguaia, na lista tinha até o vice-governador de São Paulo, o Aloysio Nunes. Então eles não sabiam exatamente quem estava no Araguaia. Apesar de ter sido muito duro para mim quando eu soube da morte da Maria Lúcia, eu não podia contar nem para minha mãe, nem para o meu irmão.

E foi muito difícil porque, já na época da anistia, quando o Clóvis ficou sabendo, ele era um adolescente, ficou muito revoltado e queria vingança sim. Dissemos para ele: "Não, você tem que se engajar em uma luta política". E foi providencial estar surgindo o Comitê Brasileiro de Anistia, CBAs, os movimentos pela anistia. E toda essa raiva do Clóvis, essa revolta, foi direcionada para a anistia, para o movimento político. Porque a primeira coisa que ele falou foi "Vou vingar a morte da Maria Lúcia, vou por veneno na caixa d'água de um quartel, eu vou fazer isso, eu vou fazer aquilo". Quando ele conta como adquiriu consciência aos 12 anos, fora o Lúcio, o Jaime, que já tinham militância política, a Maria Lúcia era quase uma segunda mãe para ele. Ela que via as lições dele, ela que explicava o que era o imperialismo, o que eram os royalties que o Brasiliano pagava etc.. E como foram os dois caçulas que ficaram com a minha mãe, a perda foi imensa para ele.

A Dodora [Maria Auxiliadora da Cunha Arantes] levou o comitê do CBA para Bauru. Fizeram até um dossiê dos perseguidos, dos ferroviários perseguidos da cidade de Bauru.

Lá na Corte [Interamericana de Direitos Humanos da OEA] na Costa Rica, nós familiares também somos considerados vítimas porque tínhamos o direito a uma integridade pessoal, familiar, que foi duramente atingida. Nós nunca nos pensamos como vítima e nós sofremos. A nossa família se desintegrou. A minha mãe poderia ter tido muitos netos, pois teve cinco filhos. E os meus filhos perguntam coisas assim, "Por que é que eu não tenho tios, por que é que eu não tenho primos?".

Tem uma coisa que eu acho que foi muito dura e eu só pude perceber mais tarde. Quando o Lúcio foi lá se despedir da minha mãe porque ia para Guerrilha e disse para o Clóvis: "Olha, você agora já está ficando mocinho, então você cuida da mãe". Porque eu já era casada e estava em São Paulo. E quando a minha mãe faleceu, o Clóvis sentiu muito, como eu, a perda dela; e ele dizia assim: "Será que eu cuidei direito da minha mãe como o Lúcio me pediu?" Então também foi uma carga muito difícil para ele, porque

foi o único que restou para dar suporte para ela na velhice, além de mim.

Como a Laura disse, quando eu fiquei sabendo da morte da Maria Lúcia, fiquei muito revoltado. Ainda passei por um período de esperança de que algum deles estivesse vivo, ou o Jaime, ou o Lúcio. Imaginávamos, "Eles podem ter fugido, podem estar em uma área mais reservada junto com alguma colônia de pescador". Falava-se de um padre da época da guerrilha, que mora lá isolado com não sei quem. Quer dizer, a gente acabava nutrindo esse tipo de esperança.

Eu passei por esse momento de revolta e vou dizer que não acabou. Tenho revolta ainda hoje. E muita. Principalmente quando vemos como essa política está sendo desenvolvida, dissimulada, de não enfrentar a questão da punição aos torturadores, aos assassinos. Estão todos aí na máquina pública. Quando o poder atual diz "Isso é só questão da justiça", estou esperando que o STF julgue a questão da anistia, que o Judiciário faça as punições e o Executivo fica aguardando, esperando que a justiça tome as suas providências. Não é bem assim.

A Constituição Federal é clara quando toca no princípio da moralidade pública. Então, esse Governo que está aí da Dilma Rousseff, hoje tenho críticas severas ao PT, ele decepcionou claramente na questão da política de direitos humanos no país. O PT é um partido que eu também ajudei a fundar ali nos seus pilares. Lá em Bauru a gente estava fazendo a luta da anistia e eu ajudei a criar o PT, quando este ainda era Comissão provisória.

A moralidade pública, que é um princípio que está na Constituição Federal, ela diz que quando alguém passa em um concurso público, qualquer cidadão, para qualquer cargo, é feito uma checagem da vida pregressa dessa pessoa para saber se ele pode ser empossado ou não em um cargo público. Mas, no entanto, temos torturadores, assassinos, que cometeram crimes hediondos, massacraram, cometeram crimes de lesa-humanidade e estão na máquina pública, no poder, descumprindo esse princípio constitucional. E na sentença da Corte Interamericana está dito claramente que esse governo deve excluir da máquina pública todas essas pessoas. Quer dizer, até hoje nem sequer esse probleminha, que seria um problema administrativo, um problema de moralidade, nem isso se cumpre, quanto mais a justiça.

Este governo que está aí já era para ter varrido essa camarilha de canalhas, de pessoas criminosas que estão sendo pagas com o dinheiro público. Eu fico revoltadíssimo com a impunidade, com a falta de decência, de respeito. Quando você entra com um processo na justiça, ele é negado. Quer dizer, precisa-se primeiro tentar mudar a Lei da Anistia. O parágrafo primeiro da Lei da Anistia fala dos crimes conexos, mas no direito, crime conexo não significa o que a parte contrária fez. Crime conexo é uma conexão de crimes. A pessoa para cometer um ato comete outro e outro. Existe uma conexão. Então deturparam e pegaram carona na Lei da Anistia. É uma coisa também imoral. É uma coisa que é um sarcasmo. Na Lei da Anistia não tem um artigo sequer que fale sobre torturador, sobre quem cometeu crime de tortura, de lesa-humanidade. São artigos que foram feitos para resguardar direitos de pessoas que estavam vindo do exílio ou que estavam sendo tiradas das prisões e que não têm nada a ver com os torturadores.

Clóvis, Duartina, 1969

[Neste instante, a irmã, Laura Petit, interrompe e diz:]

Eu só queria fazer uma observação. Essa tem sido uma luta solitária, porque, por exemplo, do Araguaia, os dois únicos desaparecidos encontrados foi através dos familiares que tiveram o apoio da Comissão de Justiça e Paz, a Comissão de familiares, que foram ao Araguaia em 1991 e em 1996 e encontraram [os restos mortais] da Maria Lúcia e do Bergson [Gurjão Farias]. E mesmo depois que nós tivemos na Justiça brasileira, transitado e julgado um processo que durou 25 anos, nós ganhamos a ação. A juíza foi favorável aos familiares, mas até hoje nós não tivemos a sentença cumprida dentro do país. Quer dizer, não se encontraram os corpos dos setenta militantes e camponeses do Araguaia. Não foram ouvidos os militares para esclarecer as circunstâncias de mortes. Quando a juíza chama, eles se negam a prestar as informações. Os arquivos continuam secretos tais quais os da Guerra do Paraguai e a gente não sabe quando essa verdade vai surgir. Nós recorremos ao direito internacional e fomos vitoriosos lá. Há dois anos, vamos completar já três, e até hoje a sentença não foi cumprida. Quando é que o Estado brasileiro vai, depois de tanta luta dos familiares, quando é que o Estado brasileiro vai nos devolver os corpos? Porque até hoje a gente está como lá em 1979, na anistia. Onde estão? Queremos saber os responsáveis. Queremos justiça.

Sobre o sentimento de não ter encontrado [os corpos dos irmãos], não tem nem o que falar. Isso é muito difícil. Minha mãe sempre teve essa esperança de encontrar os filhos. Ela conseguiu enterrar a Maria Lúcia e dizia que esperava até antes de morrer também enterrar o Lúcio, o Jaime. Ela tinha essa esperança de que ainda fosse conseguir isso. Mas ela se foi, talvez a gente se vá também. Quando comecei essa luta eu era adolescente e já estou de cabelo branco. A gente vai envelhecendo, mas enquanto tiver uma bengalinha, se pudermos dar uma bengalada, daremos.

CLÓVIS PETIT nasceu em Duartina (SP), aos 7 de março de 1956, formado em Direito, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo de Presidente Prudente e Região

1

2

3

5

4

6

7

8

9

Família Petit

1. Julieta, avó de Clóvis, e José Bernardino, seu primeiro marido, 1942. José é pai dos quatro irmãos de Clóvis

2. Laura, Lúcio e Jaime, Itapuí (SP), 1948

3. Maria Lúcia em seu primeiro aniversário, Amparo (SP), 1951

4. Clóvis, Duartina (SP), 1957

5. Laura, Itapuí (SP), 1948

6. Julieta, Itapuí (SP), 1948

7. Lúcio e Jaime na primeira comunhão, Amparo (SP), 1951

8 e 9. Maria Lúcia e Lúcio no primário, Duartina (SP), 1957

10

11

12

13

10. Clóvis, Duartina (SP), 1959
11. Clóvis, Duartina (SP), 1964
12. Clóvis, Duartina (SP), 1960
13. Julieta com Maria Lúcia e Clóvis, Duartina (SP), 1960

14. Maria Lúcia com 14 anos, Duartina (SP), 1964

15. Maria Lúcia lendo jornal na casa onde moravam, São Paulo, 1968

16. Maria Lúcia e Jaime na formatura dela no curso ginasial, Duartina (SP), 1964

17. Julieta costurando, São Paulo, 1968

18. Jaime, nesta época presidente do Centro Acadêmico da Escola Federal de Engenharia de Itajubá (MG), 1968

14

15

16

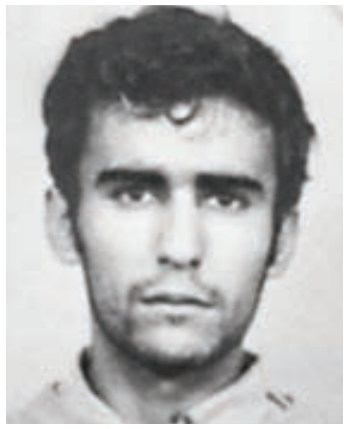
17

18

1

2

3



4

5

6

1. Maria Lúcia, São Paulo, 1968

2. Lúcio cursando engenharia, Itajubá (MG), 1965

3. Jaime, 1968. Esta foto é da ficha do DOPS e foi tirada quando ele foi preso durante o XXX Congresso da UNE em Ibiúna, 1968

4. Laura e Lúcio, Praia Grande, 1967

5. Maria Lúcia e Laura na escadaria da Avenida Nove de Julho, centro de São Paulo, 1969

6. Julieta, Bauru, 1982. Período em que 22 familiares iniciaram uma ação na Justiça Brasileira pedindo à União a localização dos desaparecidos políticos, vivos ou mortos, esclarecimentos das circunstâncias de seus desaparecimentos e atestados de óbito nos casos de morte

Maria Lúcia Petit da Silva nasceu em 20 de março de 1950, em Agudos (SP), filha de José Bernardino da Silva Júnior e de Julieta Petit da Silva. Desaparecida em 16 de junho de 1972. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), pertenceu ao Destacamento C da Guerrilha do Araguaia.

Iniciou sua militância no movimento estudantil secundarista em São Paulo, onde foi professora primária municipal.

No início de 1970, como militante do PCdoB, foi para o interior de Goiás e, logo após, para o Sudeste do Pará. Maria Lúcia dedicou-se ao magistério e ao trabalho na roça, conquistando grande simpatia dos moradores da redondeza. Em 1972, o Exército brasileiro cercou a região de atuação dos guerrilheiros do PCdoB, utilizando forte aparato militar, onde se encontrava Maria Lúcia.

Segundo os depoimentos de sobreviventes, em 16 de junho de 1972, ao se aproximar da casa de um camponês, Maria Lúcia foi fuzilada por tropas do Exército, sob o comando do general Antônio Bandeira.

Em 1991, familiares de mortos e desaparecidos do Araguaia, com membros da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e a equipe de legistas da Unicamp, estiveram no cemitério da cidade de Xambioá, em Goiás (atual Tocantins), onde exumaram duas ossadas. Uma de um velho, negro, provavelmente Francisco Manoel Chaves (desaparecido na Guerrilha do Araguaia) e outra, de uma mulher jovem enrolada num pedaço de pára-quedas, que poderia ser Maria Lúcia. Esses restos mortais foram encaminhados à Unicamp.

Em entrevista à imprensa, Badan Palhares, então Chefe do Departamento de Medicina Legal da Unicamp, afirmou que os restos mortais eram certamente de uma guerrilheira. Mas ao chegar a São Paulo mudou de ideia e passou a dizer que a ossada pertenceria à filha de um dentista que atuava na área, que teria sido morta por não atender à ordem de prisão de uma patrulha. Cinco anos depois, o mesmo legista foi obrigado, pelos fatos, a examinar e reconhecer essa ossada.

Em 28 de abril de 1996, o jornal *O Globo* iniciou uma série de reportagens sobre a Guerrilha do Araguaia, quando publicou fotos de guerrilheiros presos e mortos entregues anonimamente ao jornal por um militar que participou da repressão política durante a ditadura. Entre as fotos, a família conseguiu identificar Maria Lúcia morta, embrulhada em um pedaço de pára-quedas e a cabeça envolta em plástico. A foto apresentava detalhes idênticos aos da ossada encontrada em Xambioá e foi encaminhada ao Departamento de Medicina Legal da Unicamp, em 30 de abril de 1996.

O exame da arcada dentária feito pelos dentistas que a atenderam em 1967, além do depoimento descritivo das circunstâncias da morte feito por seus companheiros e a comparação da foto publicada com os despojos encontrados em 1991, possibilitaram a identificação de Maria Lúcia em 15 de maio de 1996.

Em 15 de junho de 1996, houve um culto ecumênico e vigília em sua homenagem na Câmara Municipal de São Paulo. No dia seguinte, seus restos mortais foram traslados para o cemitério de Bauru (SP), com a presença de sua mãe, Julieta Petit da Silva.

Foto entregue por um camponês para o pesquisador Paulo Fonteles. Segundo o camponês, foi tirada na base militar de Bacaba, município de São Domingos do Araguaia, e nela se veem alguns militantes da guerrilha capturados, inclusive Lúcio. Todos os fotografados são desaparecidos políticos. 1974

Jaime Petit da Silva nasceu em 18 de junho de 1945, em Iacanga (SP). Desaparecido em 28 ou 29 de novembro de 1973. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Em 1965, ingressou no Instituto Eletrotécnico de Engenharia da Faculdade Federal de Itajubá e trabalhou como professor de Matemática e Física nos colégios de Itajubá e Brazópolis (MG). Em Itajubá se casou.

Participava ativamente do movimento estudantil. Em 1968, foi eleito presidente do diretório acadêmico. Nesse mesmo ano, em outubro, participou do XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, quando foi preso.

Condenado à revelia em 1969, foi obrigado a abandonar o curso de Engenharia e ir viver clandestinamente no interior. Posteriormente, mudou-se para a localidade de Caianos, no Sudeste do Pará, onde já residiam seus irmãos Lúcio e Maria Lúcia, também desaparecidos durante a guerrilha, integrando-se ao Destacamento B das Forças Guerrilheiras do Araguaia. Sobre Jaime, o relatório do Ministério do Exército, encaminhado ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, em 1993, diz que "[...] existe registro de sua morte em 22 de dezembro de 1973", sem especificar as circunstâncias e o local de sepultamento. De acordo com o relatório do Ministério da Marinha, também de 1993, ele foi "[...] morto em 22 de dezembro de 1973".

Lúcio Petit da Silva (Beto) nasceu em 1º de dezembro de 1943, em Piratininga (SP). Desaparecido em 21 de abril de 1974. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Por conta das dificuldades financeiras da família, começou a trabalhar muito cedo. Foi viver com um tio em Itajubá (MG), onde terminou o colegial e o curso superior no Instituto Eletrotécnico de Engenharia.

Fez parte do diretório acadêmico da faculdade, onde iniciou sua militância política, encarregando-se do setor de cultura. Participou das atividades do Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE. Escrevia poemas e crônicas sobre os problemas sociais brasileiros para o jornal *O Dínamo*, do diretório acadêmico.

Em 1965, trabalhou em São Paulo (SP) como engenheiro. Em meados de 1970, abandonou o trabalho e a cidade para continuar a luta política na região Sudeste do Pará, local escolhido pelo PCdoB para iniciar a Guerrilha do Araguaia.

No campo, destacou-se como excelente mateiro. Fez vários poemas e literatura de cordel que eram recitados pelos camponeses da região e nas sessões de terecô (religião local).

Tornou-se vice-comandante do Destacamento A – Helenira Rezende –, após a morte do comandante André Grabois, em 14 de outubro de 1973. Era conhecido como Beto. Visto pela última vez por seus companheiros em 14 de janeiro de 1974, após forte tiroteio com as Forças Armadas.

Foi homenageado pela cidade de São Paulo (SP), que deu seu nome a uma rua no bairro Visconde do Rio Branco. Outra rua com seu nome se localiza em Belo Horizonte (MG).

"Quem é essa pessoa que tem a voz da minha mãe?"

por Edson Luis de Almeida Teles

Eu sou Edson, irmão da Janaína, primo do Joca, primo do Igor, filho da Amelinha e do César, sobrinho da Crimeia. Bom, e aí começa a minha história.

Eu nasci em 1968 e me chamo Edson Luís em homenagem ao estudante secundarista morto no Rio de Janeiro em uma manifestação estudantil. Meus pais eram militantes do PCdoB. E a Crimeia foi guerrilheira do Araguaia. Meus pais participaram plenamente da estruturação da guerrilha do Araguaia e do Partido Comunista.

Em dezembro de 1972, morávamos eu, a minha tia Crimeia, meu pai, minha mãe. O Joca estava na barriga da Crimeia e lembro que já conversávamos com ele. E tinha também o cachorro que o [Carlos Nicolau] Danielli tinha dado para a gente. Vivíamos numa casa na Zona Sul de São Paulo, no bairro de Cidade Ademar.

No dia 28, meus pais levaram o Danielli para um ponto com outro dirigente do partido e no fim do dia eles foram sequestrados pelos militares do DOI-CODI aqui de São Paulo, que ficava na Rua Tutóia. Lá, começaram as sessões de tortura e de busca de informações. Uma questão central da busca deles era saber quem era a tal pessoa que tinha vindo do Araguaia fazer contato com a direção do partido, que era justamente a Crimeia, eu suponho. E a Crimeia estava em casa conosco. O fato de os meus pais não terem voltado desse ponto já denotava que alguma coisa tinha ocorrido, provavelmente a prisão deles.

Edson, aos 3 anos, e Janaína, aos 4, São Paulo, 1971

Eu não tenho lembranças de ter sido uma noite grave, mas eu acredito que para a Crimeia foi uma noite muito difícil. Lembro de uma cena, acho que era a Crimeia queimando papéis, jogando na descarga. E eu apertando a descarga.

Eu tinha 4 anos de idade e a Jana 5. Nessa manhã, eu estava fazendo o que sempre fazia, que era assistir [ao programa de televisão] Vila Sésamo na sala. Eu gostava de ficar de ponta cabeça, tentando fazer o cérebro mudar a imagem que eu estava vendo na televisão. E foi nesse momento que chegaram os policiais.

> "Ela me chamou e eu, feliz da vida, reconheci a voz e me virei. Quando eu vi o rosto, eu não o reconheci. Ele já estava roxeado, desfigurado"

Primeiro, um casal. Um civil tocou a campainha e logo depois, eu não sei como foi exatamente, mas os policiais já entraram. O cachorro ficou num "morde não morde". Os policiais entraram armados e nós fomos levados para o camburão.

Aí eu já não sei se sou eu que lembro, se alguém contou, se é a Jana que lembra, mas nos colocaram no camburão cheio de armas. "Esses filhos de comunistas vão pegar essas armas, cuidado", disseram. E nós fomos levados para o DOI-CODI.

Algumas cenas são descritas pelos meus pais ou pela Jana, mas eu me lembro claramente de corpos torturados, marcados, roxeados, machucados. E a cena que mais me ficou presente foi o meu primeiro contato com a minha mãe. Parece que eu estava de costas para a janelinha de uma cela ou de um portão que tinha uma janelinha. Ela me chamou e eu, feliz da vida, reconheci a voz e me virei. Quando eu vi o rosto, eu não o reconheci. Ele já estava roxeado, desfigurado.

E me causou um forte estranhamento porque eu pensei: "Quem é esta pessoa que tem a voz da minha mãe? Mais do que a voz, tem o jeito de se comunicar comigo que eu reconheço claramente, mas não é a minha mãe".

Nessa época, não sabíamos o nome dos nossos pais. Era, provavelmente, uma medida de segurança para eles e para nós. Tenho outras lembranças, mas que eu acredito que são coisas que eu vi. Por exemplo, eu perguntei para o meu pai: "Por que você está roxo, verde? Por que você está tão marcado assim?"O fato é que nós fomos levados para a presença dos pais torturados. E isso foi usado para que eles falassem e os militares obtivessem informações. Havia todo tipo de ameaças: "Vamos matar os seus filhos, vamos sequestrá-los". E isso evidentemente era uma possibilidade grande ali.

Eu não sei quantas vezes nós fomos levados ao DOI-CODI, mas éramos acompanhados por uma policial, que nos levava a uma casa onde dormíamos na cozinha, num colchão no chão. E no dia seguinte éramos levados de volta ao DOI-CODI. O próprio Coronel [Carlos Alberto Brilhante] Ustra, que comandava a instituição,

o DOI-CODI, assumiu no seu livro [*A Verdade Sufocada – A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*] dizendo que estava fazendo um ato de benevolência com esses presos, levando seus filhos para visitar os pais.

Eu não sei quantos dias esse processo durou. Acredito que pela minha idade e talvez por mecanismos saudáveis daquilo que a gente lembra e esquece, eu não lembro de muitas cenas desse momento. Mas claro, a gente era criança, então mescla esses momentos de terror, espanto, com outros que você começa a brincar ali no pátio do DOI-CODI, correr para lá e para cá. Por quê? Porque nada daquilo fazia sentido.

Depois de alguns dias, não sei quantos, os militares nos entregaram, eu e Janaina para um tio nosso que era delegado de polícia em Belo Horizonte. Na época, ele era casado com uma irmã do meu pai e nós fomos viver com eles em uma espécie de cárcere privado. Era muito desagradável.

Havia ordenamento disciplinar, meio que de prisão, então por isso eu chamo de cárcere privado. Éramos acordados às sete da manhã, a Jana tinha de fazer o café e aí passávamos o dia nessa casa. Eu lembro muito de passar o dia no quintal, que eu gostava, porque tinha árvore. Eu criava um super mundo imaginário que me deslocava completamente dessa situação. Eu brincava um pouco com os filhos desse tio – ele tinha três – em um período do dia, porque no outro eles iam para a escola. E quando chegava à noite, depois do jantar, nós éramos levados para o nosso quartinho, no fundo da casa. Lá tinha um beliche e um vitrozinho por onde não daria para sair. E não lembro se era um trinco ou uma chave, mas eles trancavam a porta. Ali era a nossa pequena cela.

Eu fui levado para passear com esse delegado. O que era raro, porque não saíamos, ficávamos todos os dias lá. E um dia ele falou: "Ah, vou te levar ao zoológico". "Legal", eu pensei. Na minha memória, o zoológico era um lugar legal. Mas ele me levou à delegacia que ele comandava. Me levou para passear no corredor onde estavam as celas. Parava em frente a uma cela, apontava para o preso e falava: "Esse aqui é um veado". Apontava para outro: "Esse aqui é uma cobra" e esse daqui é não sei o quê. Era uma perversão sarcástica dele comigo e com os presos. Aquela era a mesma situação do DOI-CODI. Eu olhava nos olhos dessas pessoas que estavam presas. Eram olhares muito impactantes. Eles estavam assustadíssimos. Depois eu elaborei que eles estavam muito assustados com a figura daquele delegado porque provavelmente eles sofriam tortura naquele lugar. Fiz dois passeios a esse tal zoológico e não me lembro de ter saído nenhuma outra vez. Os filhos dele iam passear com ele aos domingos e voltavam com algum presente, um tênis novo ou alguma coisa assim. Isso também me marcava. Eu pensava: "Putz, que sacanagem". A gente não ganhava nada ali, havia muita diferença.

Um questionamento que me fiz, na época, foi: "Por que os nossos pais haviam nos abandonado naquela casa com aquelas pessoas?" O delegado era meu tio, era casado com a irmã do meu pai, portanto, eles eram nossos tios. Mas eu não os conhecia antes desse evento, então eu não os via como tios.

> "O dia da visita ao meu pai no presídio era muito bom. A gente estava ali vivendo situações limites, graves, como não ter a presença do pai no dia a dia. E eu passava a semana ou os dias anteriores a essa visita pensando nela"

[Neste momento, a irmã Janaína de Almeida Teles interrompe e diz:]

"Nós vivemos na clandestinidade, não conhecíamos a nossa família, nem materna, nem paterna. Muito menos a paterna porque ela morava toda em Minas. Então nós fomos levados para Belo Horizonte. Eu lembro bem do dia que esse casal de policiais nos prendeu em casa. Eles nos levaram de carro. Era um Opala, aquele azul claro que é a cor dos outros carros do DOI-CODI. E levaram para esse delegado. Não sei como descobriram esse parentesco e nos entregaram para esse homem que é um... Não tenho adjetivos para classificá-lo. Lá, ficamos seis meses sem saber o que estava acontecendo".

Para nós, era uma casa de desconhecidos. Depois desses meses, a Crimeia foi solta da prisão em Brasília, foi levada para Belo Horizonte e passou a fazer o contato conosco. Lembro de ela ter ido duas vezes à casa do delegado e mais ou menos de termos ido passear numa praça. Foi ali que retomamos o contato com aquela nossa história que por seis meses tinha ficado perdida. Aí, em algum momento, nós fomos retirados dessa casa e voltamos ao convívio com a Crimeia. Passamos algum tempo que eu não sei quanto na casa de uma tia dela, a Celia. Depois, nós fomos morar no Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense onde os meus avós maternos moravam, o Joffre e a Lúcia.

Acho que nós moramos lá por um ano. Depois, voltamos para São Paulo e começamos a mudar para um monte de lugares. Não era uma vida clandestina. Nossos nomes eram os verdadeiros, mas havia uma vida semiclandestina porque não podíamos contar a nossa história. Eu não podia ir à escola e contar "Olha, o pessoal participou lá de uma guerrilha, não sei o quê".

Em São Paulo eu entro numa instituição que me marca muito pelo convívio social que é a escola. Na Baixada Fluminense, eu era um moleque de shortinho e descalço, soltando pipa com a molecada lá do bairro correndo para lá e para cá. E a sociabilidade é muito tênue, você não precisa mentir, falar: "Ah, meu pai está não sei onde", não precisa inventar história.

Em São Paulo, sobre o meu pai estar preso, eu contava que ele estava internado, porque ele tinha sido mesmo internado uma época como tuberculoso. Então, eu dizia, "meu pai é tuberculoso. Ele está internado". Passavam as férias, eu voltava para a escola e eu dizia. "Meu pai está mal, continua internado". Só que nós íamos visitar o meu pai no presídio Romão Gomes na Zona Norte de São Paulo.

Os dias de visita eram muito esperados e muito gostosos. Só que eu não podia compartilhar com os meus amigos ou com os parentes dos meus amigos.

A escola, para mim, sempre foi um lugar que repetia o cárcere privado de Belo Horizonte e essa situação de condicionamento da nossa existência. Eu entrava na sala de aula e lá tinha uma foto do [Ernesto] Geisel. Parecia que ele estava me vigiando. Ficava me olhando com aquele olho, para onde você ia na sala, o cara estava te olhando. E do lado da foto do Geisel tinha o crucifixo com um cara tortura-

do, pregado, sangue escorria da mão dele, da perna. Era Jesus Cristo. E havia aquelas carteirinhas nas quais você ficava ali preso, um atrás do outro.

Então, uma das imposições ou imperativos éticos de ser criança na ditadura é aprender a mentir rapidinho, logo cedo. E mentir certo, rápido. No Sete de Setembro havia aqueles trabalhinhos, tinha que enaltecer a Bandeira, o Hino, o Governo... Então se aprende a mentir e ser cínico. Porque eu fazia tudo direitinho. "Vamos pintar a bandeira?" "Vamos". Na hora de cantar o Hino, e na minha escola a gente cantava o hino uma vez por semana, era um horror. Nesse dia que tinha que cantar o Hino e hastear a bandeira, eu fazia um movimento com a boca, era o meu ato de resistência. Minha resistência era: "Não vou soltar uma palavra desse Hino".

O dia da visita ao meu pai no presídio era muito bom. A gente estava ali vivendo situações limites, graves, como não ter a presença do pai no dia a dia. E eu passava a semana ou os dias anteriores a essa visita pensando nela.

Pensando sobre esse período, eu não tinha uma relação e nem me vejo hoje como vítima em relação a tudo o que eu vivi na ditadura. A minha postura era de sobrevivente e resistente, então eu tinha que arrumar mecanismos para resistir àquilo tudo.

Recentemente, eu escrevi uma homenagem ao Padre Renzo, que é uma figura importante da luta dos presos políticos no Brasil. E nesse texto eu lembro de uma história de resistência. Eu gostava de ir para o presídio Romão Gomes vestido de uma espécie de agente secreto da resistência. Eu vestia um casacão enorme que não era do meu tamanho, um chapéu de aviador, desses que tapa as orelhas e um óculos grandão, escuro, só que sem lentes. Não era mais filho de comunista, estava disfarçado.

Uma vez, pedi ajuda para a Crimeia. Eu queria esconder um potinho de guache na jaqueta para poder entrar no presídio sem que ninguém visse. Porque na entrada do presídio a gente era revistado, as crianças também.

Então a Crimeia fez um bolso falso nessa jaqueta. Botei meu potinho de guache lá. Teve uma primeira revista na qual a mulher localizou o potinho de guache, mas ela não achava o buraco para ter acesso a ele. E ela perguntava para mim o que era aquilo, mandava eu tirar. E eu só ficava olhando para ela. Porque eu já era cínico, já tinha aprendido. Eu não respondia nada. E aí ela chamou uma pessoa que hoje eu creio que fosse um oficial superior a ela e falou: "Olha, tem um negócio aqui e ele não quer entregar". O cara olhou e falou: "Não, tudo bem, entra". E aí foi legal porque eu aprendi que dava para burlar todo aquele sistema. Então, entrar com alguma coisa e pegar alguma coisa lá de dentro e também sair com ela, era o meu ato de resistência. Eu era uma espécie de guerrilheiro que também estava fazendo a minha parte.

> "Eu vestia um casacão enorme que não era do meu tamanho, um chapéu de aviador, desses que tapa as orelhas e um óculos grandão, escuro, só que sem as lentes. Não era mais filho do comunista, estava disfarçado"

Uma lembrança muito desagradável foi quando meu pai foi condenado. Nós fomos levados para a casa de uma amiga da minha mãe e o meu pai veio se despedir da gente já na cama. Ele disse "amanhã eu vou para uma audiência do julgamento, mas eu volto". E eu falei para ele: "Não, você não vai voltar". Para mim era certo, era óbvio. Eu tinha certeza dessa condenação e realmente eu só voltaria a vê-lo nessas visitas ao presídio.

Eu me assustava quando alguém chegava em casa com uma pessoa estranha. Era a ideia de que novamente ia acontecer a prisão, de que algum momento a gente seria preso novamente. A todo o momento eu me preocupava com isso.

Na volta da escola, por exemplo, voltávamos só nós dois, Jana e eu, de ônibus. Eu pensava assim: "Não posso ficar no ponto de ônibus na calçada muito perto da rua, porque pode parar uma Kombi e nos sequestrar rapidamente". Então eu ficava mais recuado da calçada, mais perto da parede do prédio onde tinha o ponto de ônibus ali em frente, como se isso fosse nos proteger.

Depois, com a volta da democracia, você não confia no Estado, na polícia e precisa repensar tudo que treinou desde a infância, como mentir. Em 1988 há uma nova lei, mas eu não acreditava nas leis. Então, tem que começar a pensar, "agora é um Estado democrático, há leis, regras, outras funções para essas instituições, há toda uma reelaboração subjetiva que tem de ser feita".

Em 2002, a Jana entrou em contato com Fábio Konder Comparato para processarmos o Coronel Ustra, pela prisão, sequestro e tortura da família. A elaboração desse processo foi uma coisa que me marcou muito porque foi aí que caiu minha ficha: "Nós realmente estamos em outro Estado. É possível, tentar um processo contra essas pessoas e apesar de todas as limitações da Lei da Anistia". Então foi a primeira vez que eu sentei para escrever essa história.

Na minha tese de doutorado, *Brasil e África do Sul: Memória Política em Democracias com Herança Autoritária*, também trabalhei com esse tema, tratando do caso da África do Sul e do caso brasileiro. Chamei o caso brasileiro de política do silêncio. Depois ficou claro para mim que eu estava falando da minha própria história. Essa tese foi uma espécie de divã. Ao escrever sobre a história do país, eu estava na verdade reelaborando a minha inserção enquanto sujeito no Brasil, no Estado brasileiro.

EDSON LUÍS DE ALMEIDA TELES nasceu em 15 de junho de 1968. Filho de Maria Amélia de Almeida Teles e César Augusto Teles. Filósofo, é doutor em filosofia e professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

"Dói gostar dos outros"

por Janaína de Almeida Teles

Vou tentar complementar algumas coisas de que me lembro, das quais o Edson não se lembra. É interessante perceber que nossas lembranças e memórias são complementares.

Lembro-me do dia da prisão, o dia 29 [de dezembro de 1972], mas não me lembrava de que tínhamos ajudado a minha tia, Crimeia Alice Schmidt de Almeida, a queimar os documentos guardados na nossa casa. Depois, soube que a casa funcionava como um "aparelho clandestino" voltado às atividades de imprensa do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Lembro-me muito bem, contudo, que durante a noite anterior à nossa prisão, ficamos contando moedas dos nossos cofres. Tempos depois, soube que a Crimeia pensou em fugir conosco, mas ela não tinha nenhum dinheiro e nossas moedas não eram suficientes para possibilitar uma fuga. Lembro-me também da hora da prisão, de quando um casal de policiais bateu à nossa porta. Fui atender e eles foram estranhos, meio grosseiros. Ela foi atendê-los no portão, em seguida, voltou e, nesse momento, minha tia pediu para irmos para um quarto nos fundos da casa. A porta não foi fechada totalmente e por uma fresta fiquei tentando ouvir o que estava sendo dito, porque senti que a situação estava muito ruim.

De repente, vieram os policiais e nos tiraram daquele quarto. Começou uma movimentação grande, uma gritaria e fomos levados para uma C14, onde havia muitas armas no chão. Então, perguntei alguma coisa para o soldado e ele me disse "Cala a boca, comunista!", ou algo assim. O estranho é que os carros eram pintados de cor azul claro.

Janaína com 11 anos e Edson com 10, João Pessoa (PB), 1978

Fomos levados para o DOI-CODI (localizado na 36ª. delegacia de polícia). Eu tinha 5 para 6 anos, então, imagino que por isso eu tenha mais lembranças do que o Edson. Fui levada para uma cela onde meus pais estavam sentados numa mesa, onde parecia haver dois pratos de sopa ou de outra comida. Eles não conseguiam se mexer e nem falar direito porque estavam muito machucados.

> "Perguntei alguma coisa para o soldado e ele me disse "Cala a boca, comunista!", ou algo assim"

Antes, eu fora levada para a cela onde minha mãe estava sendo torturada, eu a vi na cadeira do dragão. Mas não me lembro disso. Só me recordo de ter ficado muito chocada e de abraçá-los, beijá-los e, mesmo assim, eles não conseguiam se mexer. Depois de muitos anos, senti-me culpada por não conseguir lembrar-me dessas coisas direito. Isso me atormentava um pouco. Depois, fui entendendo que isso era uma autoproteção e que não havia como lembrar de fatos tão dolorosos.

Não sei quantos dias ficamos lá, mas, na minha memória, a gente ficou mais ou menos uma semana. E ficávamos o dia inteiro no DOI-CODI, entrando e saindo das celas, mas, especialmente, ficando no estacionamento... Tentávamos inventar brincadeiras, disfarçar para nós mesmos, fazer o tempo passar porque não entendíamos o que acontecia ali.

De noite, nos levavam para uma casa muito grande. Na minha lembrança, ela ficava perto do DOI-CODI. Dormíamos ao lado da cozinha em uma cama de campanha militar, dessas que dobram. Eu não conseguia dormir direito, pois a luz da cozinha ficava acesa e eu estava bastante preocupada com aquela situação... Não estava acostumada a dormir longe dos meus pais.

O comandante do DOI-CODI/SP entre 1970 e 1974, Carlos Alberto Brilhante Ustra, deu uma versão cínica para o nosso sequestro em seu primeiro livro. Segundo ele: "[...] Para não mandar as crianças para o Juizado de Menores, uma moça, Sargento da Polícia Feminina do Estado de São Paulo, ofereceu-se para tomar contar dos menores em sua casa, enquanto aguardávamos a chegada dos familiares do casal, que se encarregariam da guarda deles. Diariamente, a meu pedido, as crianças eram levadas ao DOI para visitarem seus pais. [...]"[1]. Vale ressaltar que a casa onde me recordo ter pernoitado era bem grande e não poderia ser a moradia de uma sargento da Polícia Feminina.

Durante o dia eles nos levavam de volta para o DOI-CODI. Ficávamos lá, entrando naqueles corredores escuros. Ouvíamos gritos, depois alguém nos punha para fora e a gente ficava no estacionamento. E, de vez em quando, aparecia alguém para falar conosco. Lá pelas tantas, alguém falou que aquilo era um hospital. Pensei: "Bom, meus pais parecem doentes mesmo, mas aqui não tem ninguém vestido de branco. Como isso aqui é um hospital?". "Não tem ninguém

[1] USTRA, Carlos Alberto B, *Rompendo o silêncio*, Editerra Editorial, 1987, p.160.

Amelinha, Padre Renzo Rossi, Crimeia, Edson e Janaína, Rio de Janeiro, 1975

> “Tenho lembranças muito desconexas sobre aquele período. Uma delas é de quando o delegado colocou uma arma na mesa e disse que não era para perguntar da minha mãe”

de branco (mas havia algumas pessoas vestidas de verde oliva), isso aqui não é um hospital!!!”.

Eu achava que tinha gente doente lá, por isso ouvia gritos. “Mas como um hospital pode ser escuro deste jeito?”, pensava. Enfim, eu não entendia nada, e um dia aquele mesmo casal que tinha batido à porta para nos prender nos levou para Belo Horizonte (MG). Lá, na casa desse tio policial, Edelton Bosco Alvarenga Machado, casado com uma irmã do meu pai, eu tinha que acordar mais cedo porque era uma espécie de assistente da empregada doméstica. Eu fazia o café da manhã para os meus primos, tinha que servir a mamadeira deles na cama. Ajudava a cuidar deles e da casa etc.

Frequentemente, perguntava pela minha mãe e o delegado dizia que não era para falarmos dela porque era comunista! Eu queria mandar carta para meus pais. Estava começando a aprender a escrever, queria que alguém escrevesse uma carta e queria receber cartas dos meus pais. Mas eles respondiam que não era permitido falar desse assunto.

Tenho lembranças muito desconexas sobre aquele período. Uma delas é de quando o delegado colocou uma arma na mesa e disse que não era para perguntar da minha mãe. Ele era uma pessoa agressiva. Eu não me lembro da cena do zoológico relatada pelo Edson, mas havia uma atmosfera de muito medo naquela casa. Eu frequentava uma escola nesse período, onde todos os dias éramos obrigados a ouvir aquela canção do Roberto Carlos, acho que se chamava “Jesus Cristo”, no autofalante da escola. Para mim aquele era um ambiente estranho, pois eu não tinha formação religiosa e éramos constrangidos a rezar. O delegado nos forçava a tratá-lo por “senhor”, o que não era costume na minha família.

Um seis meses depois, a Crimeia apareceu, escondida, a gente brincava no jardim em frente da casa. Ela nos chamou do outro lado da rua, fazendo “psiu”.

A partir daí, ela começou a nos encontrar escondida. Eu não me recordo dos detalhes, mas ela mandou não falarmos que estávamos nos encontrando com ela. A gente obedecia porque sabia que aquele lugar não era bom, e a Crimeia era uma lembrança boa... Nós havíamos convivido com ela e com meus pais juntos. Nós não conhecíamos ninguém da família, cuja maioria vivia em Minas Gerais, pois nascemos na clandestinidade...

A Crimeia explicou o que tinha acontecido com meus pais, que eles não haviam nos abandonado. O delegado e nossos primos, os filhos dele, falavam que meus pais tinham nos abandonado. E eu pensava: “A gente se gostava tanto, como é que eles me abandonaram?” Não fazia sentido. Então, a Crimeia apareceu e nos explicou que eles estavam presos, e que não tinha como saírem de lá.

Minha tia passou a ser a pessoa que explicava as coisas. Eu perguntei “ene” vezes o que es-

tava acontecendo. E ela repetia com paciência as explicações. Para fazer a gente dormir, ela contava histórias da Guerrilha do Araguaia. Só que não contava a parte violenta da história, e sim que ela havia cuidado de uma oncinha, que tinha tido uma lontra chamada "pilontra", uma égua que se chamava "Marta Rocha", porque tinha uma bunda grande igual a da miss, enfim, ela contou sobre os vários filhotes de animais que criou e sobre a vida na mata... Então, a minha relação com a Guerrilha do Araguaia começou desde muito cedo. Obviamente, eu não entendia o que era a Guerrilha do Araguaia, mas sabia que a Crimeia havia morado muitos anos na Floresta Amazônica juntamente a outros amigos e companheiros.

A Crimeia explicou também que o [Carlos Nicolau] Danielli fora assassinado. Ela teve de repetir algumas vezes porque isso tinha acontecido com ele, sobre o porquê dos militares não gostarem de nós... Ele era como um tio muito querido, o tio "Sig", que frequentava a nossa casa. Lembro-me também do "tio" Gustavo, Luis Ghilardini, assassinado sob tortura no Rio de Janeiro. Não conheci o André Grabois, o pai do Joca (João Carlos Schmidt de Almeida Grabois) e meu tio. Ela contava muitas histórias sobre o André, sobre quando fingiu que lutou com um jacaré ou quando uma onça quase o atacou (ele estava sem óculos e era bastante míope), suas piadas, peripécias, desenhos e do futebol que ele gostava de jogar.

Por meio da memória dela, fomos nos familiarizando com essa história difícil e essa nossa família distante. A Crimeia também começou a nos ensinar a escrever, porque era difícil, não dava mais para ir à escola naquele período, uma vez que já havia passado meio ano.

Ela também nos levou para visitar meus pais no presídio Carandiru. Era a primeira vez que eu ia vê-los depois de seis meses. Era inverno, fazia muito frio, e não tínhamos casacos suficientes. Chegamos lá, meu pai estava no lado masculino e minha mãe no feminino. Os policiais não deixaram nos encontrarmos todos juntos... Foi angustiante e tivemos de esperar muito tempo para conseguirmos nos encontrar todos juntos! Desse dia, lembro-me de que minha mãe estava muito bonita de cabelos compridos.

Há muitas histórias até cinematográficas, realmente. Uma delas diz respeito à Crimeia e o modo como ela nos encontrou, secretamente, no jardim da casa, fazendo "psiu" do outro lado da rua! A gente a encontrou várias vezes até que ela nos levou... ela nos ajudou a fugir de lá! Um dia, chegou e combinou que viria nos buscar no dia seguinte, ao final da tarde. Ela falou: "Hoje nós vamos embora, peguem as suas coisas que nós vamos fugir daqui". E a gente fugiu com a Crimeia da casa do delegado e fomos morar na casa da prima dela.

> "Os policiais não deixaram nos encontrarmos todos juntos. Foi angustiante e tivemos de esperar muito tempo para conseguirmos nos encontrar todos juntos"

[Neste momento, a tia de Janaína, Crimeia, a interrompe e complementa:]

Esse delegado foi meu vizinho e eu perguntei a ele: "Você sabe onde estão as crianças?"Ele respondeu: "Não". E como eu não confiava na polícia, resolvi ir até a casa dele, a qual sabia onde era. Fiquei vigiando e um dia achei as crianças. Aí bati na porta dele e falei, "Meus sobrinhos estão aqui, sou tia e quero vê-los".

E aí começamos a negociar que eu veria as crianças nos finais de semana. Até que eu falei: "Olha, na verdade sou mais tia deles do que você, eu vou ficar com as crianças". Ele respondeu: "Vai ter de entrar na Justiça e eles não vão te dar a custódia deles, porque você é terrorista, você é mãe solteira. Eu vou ficar com as crianças!".

Nesse meio tempo, consegui entrar em contato com a Rosa Cardoso, que era advogada dos pais deles, e pedi para que ela providenciasse a custódia das crianças. No dia em que ela me entregou os papéis, eu os levei sim, porque não ia pedir permissão ao delegado e dizer-lhe que estava com a custódia deles, isso não! Mas, legalmente, eu não os sequestrei.

Não me lembrava desses detalhes todos, mas lembro bem o dia em que a Crimeia falou: "Pega as suas coisas e vamos embora!". Saí correndo para pegar minhas coisas, ela ficou nos esperando perto do portão. Atrasei-me um pouco e fiquei com medo de que ela tivesse ido embora sem mim, mas ela estava lá me esperando e fui embora feliz da vida! O tratamento autoritário e insensível do delegado e de sua família deixaram marcas profundas em nós.

Muitos anos depois, soubemos que Edelton, era um delegado corrupto da delegacia de Lagoinha, em Belo Horizonte, de onde saíram vários torturadores para compor o temido DOI-CODI de Minas Gerais.

Meus pais foram soltos em outubro de 1973, se não me engano, e nos encontramos no Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense, onde morávamos com os meus avós maternos. Ficamos um tempo lá até meus pais conseguirem voltar para São Paulo, onde meu pai voltou a imprimir jornais clandestinos na gráfica que ele tinha, localizada no Bexiga, bairro central da cidade. Por causa dessas atividades, o processo dele foi reaberto. Nós fomos à audiência na segunda Auditoria Militar, que ficava na Avenida Brigadeiro Luis Antonio, para assistir ao julgamento final.

Esse foi um dos momentos mais tristes para mim porque não consegui entender o que estava acontecendo. Apenas vi os militares todos enfileirados, o juiz no alto, e meu pai com o rosto muito triste – nós ficamos muito tristes. Ele foi para a prisão porque teve de se apresentar à Auditoria para não nos colocar em risco, porque, do contrário, teríamos de viver na clandestinidade novamente. E não havia condições materiais suficientes para levar a família para o exílio ou permanecer na clandestinidade. Toda aquela história já havia sido muito traumática.

Após a nossa prisão e o reencontro da família, eu e meu irmão passamos a fazer terapia na PUC, com o pessoal do Sedes Sapientiae, graças à ajuda da Madre Cristina, figura incrível que ajudou muita gente.

A partir da segunda prisão de meu pai, em 1975, passamos a visitá-lo no presídio todos os sábados. E minha mãe, que é muito mineira, era a primeira a entrar e a última a sair.

O Edson nos contou sobre sua fantasia de ser um agente secreto, eu achava aquilo engraçadíssimo, pois amadureci demais para a minha idade. Desde a prisão, preocupava-me em proteger meu irmão, meu primo e em defender meus pais! Queria ser adulta para poder enfrentar os policiais e buscar meus pais na prisão! Depois, percebi que ter ficado meio adulta

antes do tempo trouxe consequências muito difíceis e duradouras na minha vida, como distúrbios hormonais na infância que se prolongaram na vida adulta. Além de voltar a ter enurese noturna, passei a ter problemas com o sono (os quais de tempos em tempos voltam) e entrei em processo de puberdade precoce aos 7 anos de idade, o que levou a uma espécie de menopausa temporária, na vida adulta.

Acho que a principal característica dessa perda parcial da infância se apresenta por meio de um sentimento profundo de que ela se manifestará, sempre. A recorrência dessa sensação gera um sentimento de impotência enorme. A melancolia envolve a vida e, embora ela prossiga e tenha momentos felizes, a sensação de cansaço parece uma herança muito pesada para "carregar". As demandas dessa infância perdida sempre retornam, cobrando seu espaço em momentos onde nem o corpo e nem a mente podem mais dispor do tempo de criança. Esse desencontro é bastante doloroso e se torna ainda mais intenso quando sinto as dificuldades inerentes ao ato de contar essa história.

Na escola, também não gostava de cantar o Hino Nacional. E não gostava de ter de mentir, eu sempre contava que meu pai era um comerciante que viajava muito, por isso nunca estava em casa. Os colegas, a professora e as mães dos amigos sempre perguntavam. Era difícil mentir e, às vezes, a gente era pego em contradição, pois o Edson contava outra versão...

Desse período, lembro-me muito das visitas que fazíamos a Dom Paulo Evaristo Arns na Cúria Metropolitana. Minha mãe sempre ia lá para falar com ele – sozinha ou em reuniões coletivas. As famílias de presos políticos faziam muitas reuniões com D. Paulo, naquela época. Geralmente, ele passava as mãos nos meus cabelos e com aquela voz tranquila perguntava como eu estava. Depois, oferecia balas e nos deixava brincar embaixo da mesa dele, enquanto conversava com minha mãe. Apenas lembro que saíamos de lá meio aliviados.

Eu também sempre ia às reuniões do jornal *Brasil Mulher*, porque muitas vezes minha mãe não tinha com quem nos deixar e acabávamos dormindo nos bancos ou sofás da sala. Depois, começaram as reuniões do jornal *Movimento*, onde minha mãe trabalhava, e do Comitê Brasileiro de Anistia, as quais eu frequentava mais ou menos no mesmo padrão: brincava muito e depois dormia no sofá ou no colo de alguém. Mais tarde, comecei a ajudar a dobrar, colar selo no jornal e a entregá-lo de bicicleta no meu bairro. Acabamos conhecendo muita gente interessante e vários filhos de exilados; construímos algumas amizades duradouras e aprendemos muito!

> "Acho que a principal característica dessa perda parcial da infância se apresenta por meio de um sentimento profundo de que ela se manifestará, sempre"

Quando ocorreu a Chacina da Lapa, em dezembro de 1976, ficou um clima péssimo lá em casa, todo mundo acordou meio esquisito. Soube depois que minha mãe e minha tia passaram a noite queimando papéis e, sem querer, elas acabaram queimando quase toda a correspondência que trocamos nos anos de prisão. Uma pena, pois eu gostaria de ler as nossas cartas daquela época. Dias depois, minha mãe pediu para conversarmos e explicou que, talvez, o processo dela fosse reaberto e ela seria presa. Nós teríamos de ficar morando apenas com a Crimeia e o Joca. Nesse dia, chorei muito na frente de todo mundo, pois fiquei muito triste com a ideia de ficar sem pai e mãe também!

Felizmente, isso não aconteceu e pudemos esperar o dia em que meu pai foi solto. Ficamos quase o dia inteiro em frente ao antigo prédio do DEOPS/SP esperando por ele, quando, finalmente, ele saiu, ficamos muito alegres. Disso ainda me lembro.

Recordo-me da chegada do João Amazonas ao Brasil, em 1979. Fui escolhida para levar um buquê de rosas vermelhas para ele no aeroporto. Mas o que foi mais marcante na chegada do Amazonas é que nós fomos ameaçados pela Aliança Anticomunista Brasileira (AAA). Um dia, meus pais leram a carta de ameaça, que dizia que a gente poderia ser sequestrada ou sofrer um acidente no caminho para a escola. Eles disseram "Agora vocês vão ter de redobrar o cuidado para ir e voltar da escola". Tínhamos de tomar todo o cuidado para voltar para casa porque eles não eram de brincadeiras, esse era o pessoal que explodia banca de jornal etc. Aí, eu fiquei realmente preocupada e com medo.

Era uma infância que todos tentavam tornar mais ou menos normal, mas certamente era rodeada de muito medo e tensão.

Então fomos estudar no colégio Equipe,ainda em 1979, onde ganhamos bolsa de estudos. No primeiro dia, o diretor me perguntou, "O que você espera do colégio?" Eu respondi, "Poder falar tudo o que penso". Ele ficou meio espantado. Depois, ajudei a organizar várias greves no colégio, seja para não aumentar a anuidade ou para evitar a demissão de alguém. Eles não gostaram muito disso. Até que suspenderam a minha bolsa, não sei se pela agitação política ou em decorrência da crise econômica aguda vivida pelo país naquele momento. A despeito desse fato, o ambiente lá era super legal, saudável e foi onde comecei a ter uma atuação militante, podendo dizer que eu e minha família tinhamos sido presos. O que nos deixava mais aliviados, reconfortados.

No Equipe havia um ambiente intrigante, que despertava nossa curiosidade, e também queríamos acelerar o processo que culminaria com o final da ditadura. Ainda havia muitas dúvidas sobre o sucesso da chamada "transição política". Eu queria ser militante para ajudar a acabar com a ditadura e naquela escola havia militantes de quase todos os grupos políticos da época.

Em 1982, outro fato nos deixou apreensivos. Por ocasião dos dez anos do início da Guerrilha do Araguaia, as famílias de desaparecidos propuseram ao PCdoB a realização de uma revista onde fossem publicados documentos e fotos inéditos ou pouco conhecidos sobre a guerrilha. Meu pai, que trabalhava na editora, e minha tia, uma das poucas sobreviventes, empenharam-se muito para produzi-la e até eu ajudei. A revista[2] foi apreendida e os militares iniciaram um inquérito na Justiça Militar. Naquele momento, consideramos que, talvez, a Crimeia pudesse ser presa novamente. Depois, o inquérito acabou sendo arquivado, mas ficamos preocupados. As famílias tiveram que fazer um empréstimo para editar a revista e

[2] Vários autores. *Guerrilha do Araguaia (1972 - 1982)*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1982

acabamos sendo obrigados a vendê-la clandestinamente para repor o dinheiro. Vendiam-se exemplares da revista para pessoas como Teotônio Vilela, Chico Buarque e, por solidariedade, muita gente pagava mais do que ela valia. E, assim, foi possível quitar essas dívidas.

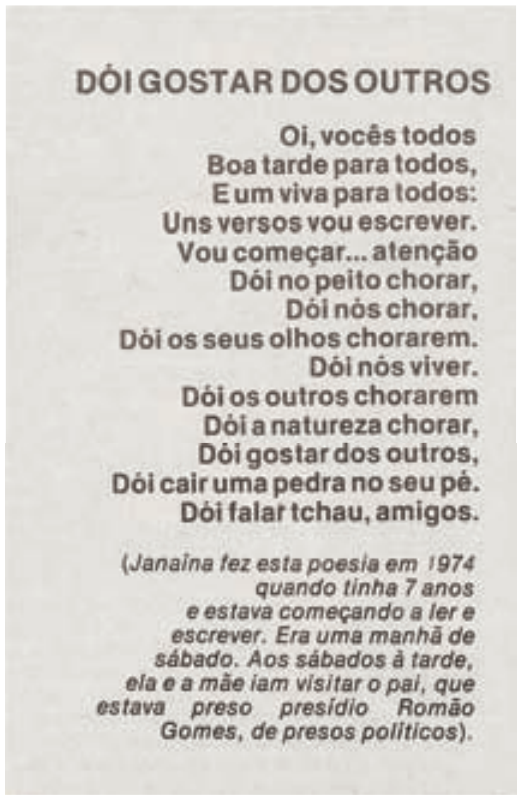
Tínhamos muito medo, mas tínhamos amigos. Houve muita solidariedade, o tipo de solidariedade silenciosa ou anônima.

Havia solidariedade de todos os tipos, tal como a do Padre Renzo Rossi, originário de Florença (Itália), que nos "adotou", tornando-se uma figura meio paterna, meio de avô, e que ajudava muito. Meu pai é diabético, então precisávamos de ajuda, porque era muito difícil mantê-lo com a insulina e os remédios necessários. A Rosa Cardoso, a nossa advogada, ajudava; a Teresa, a professora que me alfabetizou, ajudava; a Ana e o Alemão; a Érica ajudava... Muitos foram solidários conosco.

Fiquei muito contente quando descobri, muitos anos depois, como a minha prisão, de meu irmão e da minha tia grávida de 7 meses foi denunciada desde o primeiro momento. Em 1994, soube pelo próprio D. Cândido Padin, bispo de Bauru, que ele fora o intermediário, junto à Anistia Internacional, das denúncias sobre a nossa prisão. À época, expressei em público minha gratidão, pois até então, não sabia quem havia sido o portador dessa ajuda tão valiosa.

Em 2007, descobri uma pasta de documentos sigilosos nos arquivos da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, onde havia um documento datado de 9 de fevereiro de 1973 relatando uma denúncia sobre a prisão de minha família à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Esta denúncia saiu do DOI-CODI através de Rioco Kayano, que havia sido transferida para o DEOPS e, por isso pôde encontrar-se com seu irmão. Ele relatou as torturas e ameaças de morte sofridas por meus pais a um advogado que escreveu a referida carta. Presumo que essa carta deve ter sido a fonte da denúncia de D. Cândido Padin.

Aos 8 anos, fiz um poema para dar de presente de aniversário para o meu pai. Esse poema chama-se "Dói gostar dos outros". É um poema triste, tem erros de português porque eu ainda estava aprendendo a escrever. E o Renzo gostou dele, conheceu a história da nossa família através de uma carta, na qual meu pai incluiu esse poema. Ele veio da Bahia para o Rio de Janeiro só para nos conhecer. Depois ajudou a publicar um livro[3] na Itália, organizado pelo famoso jornalista e deputado da esquerda independente do PCI e, depois do PDS, Ettore Masina, no qual havia poemas relacionados com a ditadura brasileira, entre os quais o meu. Na introdução, Masina contou a história da minha família. Esse poema (reproduzido abaixo) foi publicado – e a nossa história contada – em vários jornais de esquerda, de exilados, de grupos de defesa dos direitos humanos etc.



DÓI GOSTAR DOS OUTROS

Oi, vocês todos
Boa tarde para todos,
E um viva para todos:
Uns versos vou escrever.
Vou começar... atenção
Dói no peito chorar,
Dói nós chorar,
Dói os seus olhos chorarem.
Dói nós viver.
Dói os outros chorarem
Dói a natureza chorar,
Dói gostar dos outros,
Dói cair uma pedra no seu pé.
Dói falar tchau, amigos.

(Janaina fez esta poesia em 1974 quando tinha 7 anos e estava começando a ler e escrever. Era uma manhã de sábado. Aos sábados à tarde, ela e a mãe iam visitar o pai, que estava preso presídio Romão Gomes, de presos políticos).

Em diversas oportunidades minha família protagonizou denúncias dos crimes cometidos pelo Estado durante a ditadura. Através de uma série de iniciativas, inclusive por meio desse poema, minha família insistiu em contar a nossa história. Quando meus pais foram processados na Justiça Militar, em 1973, eles ainda estavam presos e sob ameaça de voltar às torturas, mas não deixaram de denunciar que os filhos e a tia grávida haviam sido presos, e que o Danielli fora assassinado sob tortura. Por isso, no livro *Brasil: Nunca Mais*, publicado em 1985, consta a nossa história[3] (Note-se que 25% das pessoas processadas na Justiça Militar daquele período tiveram a coragem de denunciar torturas em juízo). A família sempre denunciou também o sequestro, as torturas e a prisão (de quase um ano) sofridos pelo meu avô materno, ainda em 1964 (ele e meus pais foram condenados em um Inquérito Policial Militar (IPM), em Minas Gerais, no ano de 1966, e passaram a viver na clandestinidade desde então).

Nesse sentido, meus pais escreveram um depoimento em 28 de outubro de 1979, registrado em cartório naquele mesmo ano, onde na última página diziam: "(...) As crianças de nosso país precisam também de uma anistia ampla, geral e irrestrita. Precisam que se lhes devolvam o direito de serem crianças no tempo certo." Nesse depoimento, eles contam que durante as torturas, sofreram ameaças de que seus filhos seriam assassinados caso não contassem o que sabiam.

Apesar de ser uma experiência muito dolorosa, minha família se esforçou para denunciar o coronel Ustra como torturador – em 2008 ele foi condenado em uma ação civil movida por nós contra ele –, assim como os demais crimes de que foi testemunha. Fazemos questão de denunciar que Ustra e o comandante do II Exército, Humberto de Souza Mello, torturaram pessoalmente minha tia Crimeia, então grávida de 7 meses.

Não é coincidência que uma história com essa gravidade não conste no meu *habeas data* (solicitado em 1993). Não há nenhum registro sobre o sequestro de que fomos vítimas entre 1972 e 1973. Não obstante, há menção a diversas atividades políticas das quais participei. As forças de segurança mantiveram minha vida sob vigilância. Nele, encontram-se informações incorretas ou inventadas, mas nada sobre o sequestro.

O medo esteve sempre presente e foi retomado em diversas ocasiões da minha vida. Fiz psicoterapia várias vezes para tentar reelaborar essas experiências traumáticas. E as ameaças

[3] MASINA, Ettore. Le parole sepolte fioriranno: i canti della resistenza brasiliana. Roma: Borla, 1976

[4] ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: Nunca Mais* (Prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns). 23ª ed, Petrópolis, Vozes, 1989, p. 45, 230, 252 e 253.

permaneceram no período democrático. Em 1996, auxiliei as buscas e escavações realizadas no sudeste do Pará, para tentar encontrar os restos mortais dos guerrilheiros do Araguaia, e lá nós fomos ameaçados. Também fomos ameaçados em 2001, com homem armado, no vilarejo de Santa Izabel, próxima a Xambioá (TO). Ou seja, as ameaças de morte, de sequestro ou de sumiço sempre estiveram presentes, inclusive no período democrático, não apenas durante a ditadura.

Aos poucos, resolvi que exerceria a profissão de historiadora. Sabia que teria de enfrentar críticas severas de historiadores que acreditam ser impossível manter certa distância do tema estudado, quando se está diretamente envolvido na história sobre a qual estudamos. Persiste ainda a ideia que menospreza a experiência vivida e que a separa da teoria, um procedimento bastante similar ao exercido em laboratórios de química. Eventualmente, persiste na universidade uma espécie de positivismo anacrônico.

A despeito dessas vicissitudes, quando divulgaram a existência da Vala de Perus, em 1990, acompanhei o esforço dessas mulheres e deste homem, Ivan Seixas, fantásticos, que pesquisavam, todos os dias, nos arquivos do IML. Aos poucos, fui compreendendo que tinha de ajudá-los como militante e como historiadora e acabei participando, em 1992, da comissão que investigava os casos de mortes e desaparecimentos políticos de São Paulo, criada pela então prefeita Luiza Erundina. E, a partir daí, comecei a pesquisar nos arquivos do DEOPS/SP e a participar da organização do Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos publicado em 1995 e em 1996, e da edição de 2009.

Para a versão de 1995, ficamos cerca de quatro anos pesquisando nos arquivos do DEOPS. Naquela época, a universidade não se interessava muito por essa pesquisa. Depois, começaram a surgir projetos acadêmicos e passei a participar dessas pesquisas, mas continuei a reconstruir as histórias de morte e de vida desses militantes e a buscar informações e provas que pudessem despertar o interesse da sociedade para essa temática.

Entre 1992 e 1994, além de participar das pesquisas nos arquivos do DEOPS/SP – autorizada apenas aos familiares de mortos e desaparecidos políticos – colaborei ativamente na campanha para que esses documentos fossem franqueados ao acesso público. Fui a única mulher a participar do debate organizado pela Secretaria Estadual de Cultura de São Paulo, que definiu os padrões de acesso a esses arquivos, o qual passou a ser irrestrito a partir do final de 1994.

Os problemas decorrentes da falta de acesso aos arquivos da repressão do período ditatorial persistiram. Assim, em 2005, coordenei juntamente com historiadores, estudantes e professores, a campanha Desarquivando o Brasil, a qual tinha por objetivo revogar a lei que mantinha o "sigilo eterno" dos documentos considerados "imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado" (lei 11.111/05). Muitos protestaram contra a lei e organizaram campanhas similares e, inicialmente, conseguimos liberar documentos do extinto Serviço Nacional de Informações (1964-1990) – custodiados pelo Arquivo Nacional desde dezembro de 2005 em regime de acesso restrito. Apenas em 2011, porém, conquistamos a Lei de Acesso à Informação e essa nova realidade está auxiliando a Comissão da Verdade e a historiografia brasileira. Não obstante, muitos arquivos permanecem inacessíveis, notadamente, os de órgãos militares de informação e repressão, tais como o Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e Centro de Informações da Aeronática (CISA).

> "O medo esteve sempre presente e foi retomado em diversas ocasiões da minha vida. Fiz psicoterapia várias vezes para tentar reelaborar essas experiências traumáticas. E as ameaças permaneceram no período democrático"

As pesquisas nos arquivos do DEOPS tiveram uma importância adicional para mim, que foi pessoal. Durante muitos anos, não consegui "materializar" a presença do tio André na minha vida. Em 1992, porém, no dia da transferência dos arquivos do DEOPS/SP para o Arquivo do Estado, encontramos uma foto do André adulto (era a foto de seu passaporte) e, para mim, aquilo foi emocionante, pois pela primeira vez consegui perceber como o Joca era parecido com o pai!!! E senti algo como uma convicção, que antes era apenas racional, de que o André era mesmo parte da nossa família!!!!

Na minha pesquisa de mestrado, para entender o silêncio que predominava sobre os crimes da ditadura considerei necessário recuperar as histórias das famílias dos mortos e desaparecidos políticos no Brasil. E nesse período comecei adotar nas minhas análises uma perspectiva comparada, notadamente, com relação à história da ditadura argentina. Durante a pesquisa de doutorado, pesquisei as histórias e as memórias dos presos políticos brasileiros. Paralelamente, realizei um projeto de História Oral em vídeo na Universidade de São Paulo, em colaboração com a Universidade de Campinas, no qual gravamos oitenta entrevistas com presos políticos de vários estados, cerca de 320 horas, com o apoio da Fundação Ford do Brasil.

Essas pesquisas foram muito importantes para que eu pudesse me aproximar da experiência política desse período, o que me possibilitou aprofundar a análise crítica e a investigação factual da nossa história recente. Assim, tentei enfrentar também as minhas próprias experiências traumáticas, tanto no aspecto psicológico quanto no teórico e acadêmico.

JANAÍNA DE ALMEIDA TELES nasceu em 11 de fevereiro de 1967. Filha de Maria Amélia de Almeida Teles e César Augusto Teles. Historiadora, é pesquisadora do programa de pós-doutorado do Departamento de História da USP e investiga a atuação dos advogados de presos políticos durante a década de 1970.

Família Teles

1, 2 e 3. Amelinha com Janaína aos seis meses, no Rio de Janeiro, 1967

4. Janaína, aos 3 anos, com uma boneca feita por sua tia Crimeia, 1970

5. Amelinha e Edson, aos 2 anos, São Paulo, 1970

6. Edson, aos 2 anos, Janaína, aos 3, São Paulo, 1970

7. Amelinha e César em dia de visita no Presídio do Barro Branco, São Paulo, 1976

1

2

3

4

5

6

7

1. Dia de visita no Presídio do Barro Branco

2 e 3. Fotos das fichas de César e Amelinha no DOPS

César Augusto Teles nasceu em 7 de julho de 1944, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Filho de Eustásio Telles e Geni Moreira Telles. Era ferroviário quando ingressou no Partido Comunista em 1962.

César e sua esposa Amelinha eram responsáveis pela imprensa clandestina do PCdoB quando foram presos em São Paulo juntos do dirigente Carlos Nicolau Danielli, no dia 28 de dezembro de 1972. Levados para a OBAN, César, que já era diabético e tuberculoso, devido às bárbaras torturas que sofreu durante dias, entrou em estado de coma e levou muitos dias para se recuperar o que, apesar de seu peculiar bom humor, lhe deixou sequelas que carrega até hoje.

Seus filhos Janaína e Edson e sua cunhada Crimeia, grávida de 8 meses, foram presos em seguida.

Foram torturados e presenciaram o assassinato de Danielli pela equipe do então major Carlos Alberto Brilhante Ustra.

No ano de 1975, César, já transferido para o Presídio do Barro Branco (SP), junto de outros 34 presos políticos escreveu o "Bagulhão", uma carta de denúncia das torturas sofridas pelos militantes. Além da importante riqueza de detalhes das mazelas sofridas, a carta traz uma lista de 233 torturadores, o que foi uma grande contribuição na luta pelo fim da ditadura. Ficou preso até 1977.

Maria Amélia de Almeida Teles conhecida como Amelinha, é militante comunista desde os anos de 1960. Nasceu em 6 de outubro de 1944, na cidade de Contagem, Minas Gerais. Filha de Joffre de Almeida e Lúcia Schmidt de Almeida, militou ao lado dos pais no PCB e depois no PCdoB até meados de 1987.

Morou no Rio de Janeiro no período de 1966 até 1969 e em São Paulo a partir de então. Desde que saiu da cadeia em 1973, luta por justiça para as vítimas da ditadura. É membro da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e reconhecida militante dos Direitos Humanos. É também uma das precursoras do Movimento Feminista no Brasil e fundadora da União de Mulheres de São Paulo.

Formada em Direito, nunca quis exercer a profissão e utiliza seus conhecimentos para fortalecer os movimentos populares. É idealizadora do projeto de Promotoras Legais Populares que, há 20 anos, forma mulheres, especialmente as mais pobres, sobre seus direitos e como conquistá-los com organização e luta.

A família Teles ingressou com ação declaratória contra Carlos Alberto Brilhante Ustra, com a finalidade de que a justiça o declare como torturador. O processo foi favorável nas duas primeiras instâncias, mas Ustra recorreu e o processo segue para julgamento no Superior Tribunal de Justiça.

Testemunhas da dor

por Amelinha Teles

Toda a minha família foi vítima de perseguições e dolorosas torturas por parte da repressão política instaurada no Brasil no período do golpe militar. Fomos duramente atingidos, eu e meu companheiro, César Augusto Teles, e nossos filhos Janaína e Edson Luis de Almeida Teles.

À época, meus filhos Janaína e Edson eram crianças com 5 e 4 anos de idade, respectivamente, e mesmo assim foram vítimas de tortura psicológica.

O responsável direto pelas perseguições e torturas contra a minha família foi Carlos Alberto Brilhante Ustra, coronel reformado do Exército brasileiro, comandante do DOI-CODI/SP no período de setembro de 1970 a janeiro de 1974. Responsável não apenas por ter chefiado a famigerada operação OBAN, e por ter comandado o DOI-CODI do II exército, mas também, e, sobretudo, por ter praticado pessoalmente os atos de tortura.

O meu sequestro e o dos meus foi justamente no contexto histórico, que se insurgiu contra o sistema então vigente a denominada "Guerrilha do Araguaia" (1972 a 1974) localizada no sudeste do Pará e o norte de Goiás, hoje Tocantins.

Nesse período, eu, meu companheiro e minha irmã Crimeia, éramos do Partido Comunista do Brasil, que passou a ser o principal alvo da repressão militar, pois era o centro logístico/financeiro da "Guerrilha do Araguaia", que tinha suas bases no PC do B de São Paulo e Rio de Janeiro, e a partir do momento em que o Exército brasileiro tomou conhecimento desse plano de guerrilha, intensificaram-se as perseguições e brutais técnicas de torturas, utilizadas para a obtenção de confissões dos presos políticos.

Eu e César trabalhávamos, principalmente, na imprensa do Partido, fazendo, portanto, oposição política, de maneira clandestina, ao regime militar instalado no Brasil.

Minha irmã, Crimeia Alice Schmidt de Almeida, participou diretamente dessa guerrilha e era companheira de André Grabois, filho do dirigente comunista, Maurício Grabois. (André Grabois foi assassinado em 14 out. 1974, pelo Coronel do Exército Lício Augusto Ribeiro Maciel, conforme suas próprias declarações feitas a jornalistas). Crimeia estava grávida de 7 meses quando também foi sequestrada pelos agentes do DOI-CODI/SP.

No dia 28 de dezembro de 1972, por volta das 18h30, as forças de repressão, comandadas pelo então Major Carlos Alberto Brilhante Ustra, acabaram prendendo a mim e a meu companheiro César quando estávamos juntos a Carlos Nicolau Danielli, dirigente comunista, que acabou por ser assassinado sob torturas, três dias após essa prisão.

No dia 29 de dezembro de 1972, um dia após sermos presos, os policiais/agentes do Exército sequestraram também nossos dois filhos e minha irmã Crimeia, que cuidava deles naquele momento. De casa, foram levados aos berros, gritos e ameaças, sob a mira de metralhadoras até serem deixados na OBAN (DOI-CODI/SP).

Meus filhos Janaína e Edson foram usados pelos bárbaros e boçais opressores, como instrumentos de tortura psicológica, pois a todo tempo os "militares" diziam a mim e ao César que nossas crianças também seriam torturadas e mortas.

Edson e Janaína foram testemunhas dos gritos de dor dos presos políticos sendo torturados e, principalmente, do meu rosto transfigurado, de tal modo que só fui reconhecida pelo Edson quando ele me ouviu chamá-lo, identificando-me pela voz, uma vez que eu estava deformada em função das equimoses provocadas pelas torturas. Meu filho, à época, tinha apenas 4 anos de idade e se lembra da: "Horrível sensação de estar diante de alguém que conhecemos a voz, mas não há identificação com o corpo, que a esta altura estava roxo, com hematomas (...)".

Já minha filha, Janaína, que à época tinha 5 anos de idade relato sobre o mesmo episódio: "Lembro-me claramente de me indicarem, entre corredores escuros, o lugar onde encontraria meus pais. Eles estavam numa sala escura sentados em uma mesa onde havia dois pratos de sopa, mal se mexeram quando viram a mim e a meu irmão. Estavam esverdeados ou amarelados e sem forças. Achei muito estranho, mas fiquei feliz em pular em seus colos, mesmo que eles mal conseguissem sorrir. Não me lembro sobre o que falamos, mas esta lembrança é muito marcante, nunca a esqueci. A falta de reação dos meus pais foi impressionante, eles sempre eram muito carinhosos. Naquele momento eles estavam inertes".

O absurdo com meus filhos não se restrigiram a isso. Janaína e Edson ficaram perambulando pelos corredores da OBAN durante alguns dias, vendo os presos, inclusive os pais, entrarem e saírem das salas de torturas e ouvindo seus gritos de dor.

Era muito doloroso para mim e para o César saber que nossas crianças eram obrigadas não só a assistir os horrores das torturas cometidos nos porões da ditadura contra os pais e contra todos os presos políticos, mas também eram obrigadas a ficar confinadas/presas numa delegacia de polícia atípica, que serviu de aparelho político repressor.

O fato de meus filhos, ainda muito pequenos, terem sido presos e terem sido obrigados a assistir as sessões de tortura é assumido pelo próprio Ustra ao descrevê-lo no livro denominado ***Rompendo o Silêncio,*** em resposta às acusações públicas realizadas pela atriz e então deputada Bete Mendes, que o reconheceu em Brasília.

À página 166 do referido livro, escrevendo sobre o período da ditadura, Carlos Alberto Brilhante Ustra, asseverou:

"A propósito, convém citar o caso de um casal de uma Organização que foi preso porque ambos eram militantes. Neutralizado o 'aparelho' onde eles residiam, que aliás era um 'aparelho de imprensa', seus filhos, bem pequenos, não tinham para onde ir. Para não mandar as crianças para o Juizado de Menores, uma moça, Sargento da Polícia Feminina do Estado de São Paulo, ofereceu-se para tomar conta dos menores em sua casa, enquanto aguardávamos a chegada dos familiares do casal, que se encarregariam da guarda deles. Diariamente, a meu pedido, as crianças eram levadas ao DOI para visitarem seus pais. Hoje, revoltado, vejo que este casal, no livro ***Brasil: Nunca Mais*** nos acusar de levar os filhos até eles para que 'vissem seus pais marcados pelas sevícias sofridas e pressioná-los, dizendo que as crianças seriam torturadas, se não confessassem o que queríamos saber'".

Ora, naquele período e hoje mais ainda é sobejamente sabido que na sede do DOI-CODI, era um local utilizado pela polícia política da época para a prática de torturas, das quais não apenas eu e meu companheiro fomos vítimas, o que por si só é uma crueldade inominável, que se amplifica ao absurdo quando se trata também de crianças, como foi o caso de meus filhos Janaína e Edson.

A história que o menino não queria ouvir a mãe contar

por João Carlos de Almeida Grabois

O meu nome é João. Minha mãe estava presa quando eu nasci. Ela estava sequestrada e eu nasci em Brasília, no Hospital da Guarnição do Exército. Mas isso eu não lembro. Comecei a ter lembranças quando a gente já estava morando no Rio de Janeiro, com o Edson e a Jana [Edson Teles e Janaína de Almeida Teles, primos de João Carlos], eu já devia ter meus 4 anos, em 1977, 1978.

Quando eu era pequeno, minha mãe contou que meu pai tinha morrido na Guerrilha do Araguaia. Ela dizia: "Olha, se perguntarem, você vai dar outro nome. Não vai falar o nome verdadeiro do seu pai, nem contar essa história de que ele era guerrilheiro. Você fala que ele teve um acidente e morreu. Que você era muito bebê e teve um acidente de carro, morreu e pronto".

Mas eu já tinha consciência. Minha mãe contava a história do Araguaia na hora de dormir e eu não gostava porque achava que ela ia morrer no final da história. Então, eu pedia: "Não conta, não". Os meus primos, Janaína e Edson, já eram mais velhos e gostavam dessa história. E eu, não. Mesmo sendo histórias de bichinhos, da cachorra, eu não tinha vontade de ouvir. Não era uma história que, para mim, tinha sido boa.

À esquerda, Joca em Bertioga, litoral paulista, 1978

Aí depois eu fui conhecer o Igor [Igor Grabois, outro primo de João Carlos], mais tarde, já quase nos anos 1980, eu já estava na escola. Nessa época conheci mais gente da família. Antes, a família era reduzida à Jana, o Edson, o Cesar, a Amelinha e a minha mãe. Eram poucas pessoas e aí, de repente, mais que dobra o número de familiares. Os Grabois têm um monte de primos.

> "Minha mãe contava a história do Araguaia na hora de dormir e eu não gostava porque achava que ela ia morrer no final"

Eu lembro que minha mãe tinha a preocupação de sermos sequestrados. A gente não podia chegar atrasado. Por exemplo, se eu saísse da escola e fosse para a casa de um colega e não tivesse sido planejado, se não tivesse avisado a minha mãe, ela ficava desesperada. E explicava "Olha, eu fico pensando que aconteceu alguma coisa com você, porque eles ameaçavam me sequestrar. Então tem que avisar, tem que ser mais responsável, não pode sair da escola e ir brincar, e tal. Tem que voltar para casa".

Tinha essa tensão, até depois de mais velho ela ainda carregava essa preocupação. Eu ia para as baladas e ela ficava em casa esperando: "Aconteceu alguma coisa?", ela perguntava. E isso já era nos anos 1990, mas mesmo assim ficou essa preocupação.

Aí, quando eu estava com 17 anos, mais ou menos, a gente abriu um processo contra a minha avó... olha que engraçado. Na verdade, era contra o meu pai e contra a minha avó para reconhecimento de paternidade.

Tinha o curador de ausente que estava defendendo o meu pai. Ele ficava questionando se minha mãe não tinha tido outros casos, se eu era realmente filho do meu pai, sei lá o que. Uma coisa assim meio surreal. A minha avó era ré, tinha este cara que estava lá para defender os interesses do meu pai, mas questionando a paternidade. Aí, uma hora o juiz perguntou se eu tinha uma pergunta para fazer. Eu disse: "Tenho, sim. Por que essa pessoa que está representando

“Havia um caderninho que ganhei da minha mãe em que ela contava toda a sua história. Era tipo um diário que ela fez durante todo o tempo em que esteve presa”

o meu pai não está querendo reconhecer o filho dele? Eu acho que se meu pai estivesse aqui ele ia querer, sim. E eu não entendo essa coisa aí”. Ele falou: “Não, a figura dele é essa, e alguém tem que questionar”. Aí eu falei, “Mas não tem sentido, ele não está aqui não é por que ele não quer reconhecer a paternidade. Ele não está aqui porque é desaparecido”.

Nós ganhamos esse processo e a partir dos 17 anos eu passei a ter no RG a filiação, pai: André Grabois. Porque antes, só tinha assim: mãe, Crimeia Alice. E ganhei uma certidão que tinha os avós paternos.

Havia um caderninho que ganhei da minha mãe em que ela contava toda a sua história. Era tipo um diário que ela fez durante todo o tempo em que esteve presa. Todo dia ela escrevia um pouquinho porque achava que não ia me conhecer.

Eu demorei muito tempo para ler esse caderninho. Minha mãe o colocou na minha fralda quando me entregou para minha tia, minha madrinha. Quando eu estava com três meses e saí da cadeia ela entregou para essa minha tia. E aí depois a minha tia entregou esse diário para minha mãe e depois a minha mãe entregou para mim. Só fui lê-lo quando estava com 21 anos. É triste.

Mas essa parte de ficar ouvindo histórias assim eu não gosto muito. O diário do Maurício [Grabois] eu também não li, não. A única história que eu li foi a que a minha mãe escreveu.

JOÃO CARLOS DE ALMEIDA GRABOIS nasceu em 13 de fevereiro de 1973, em Brasília. É filho de Crimeia Alice Schmidt de Almeida e André Grabois. É administrador e estudante de matemática.

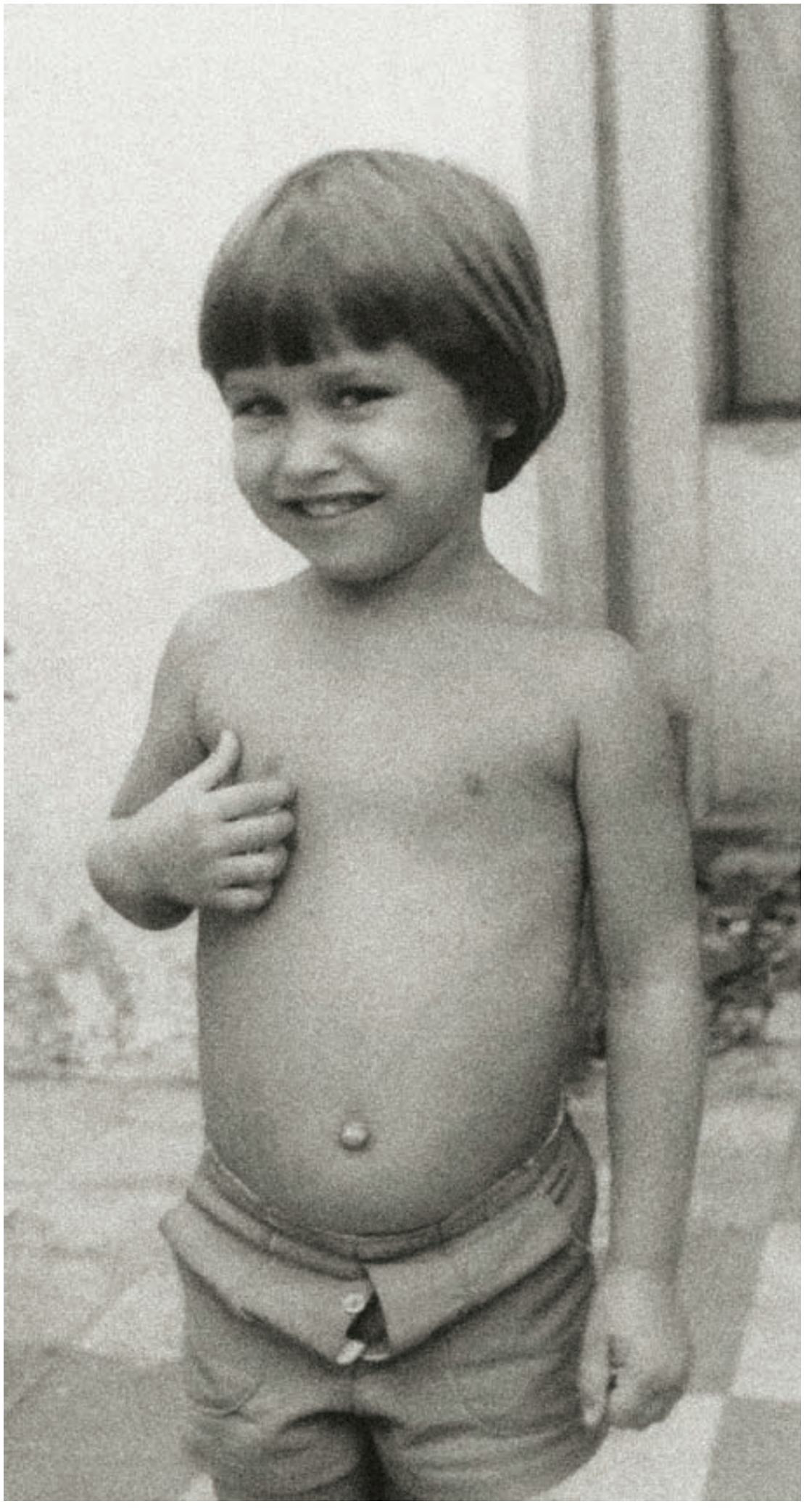
1

2

1. *Joca, Rio de Janeiro, 1974*

2. *Crimeia e Joca, Rio de Janeiro, 1974*

3. *À direita, Joca com 4 anos em São Paulo, 1978*



3

1. Crimeia quando presa no XXX Congresso da UNE, Ibiúna (SP), 1968

2. André, pai de Joca. Fotografia de um passaporte falso

3. André aos 13 anos. Única foto que a família teve durante muitos anos

4. André, Gilberto Olímpio Maria e amigos na festa dos formandos do 4º ano do Ginásio Dom Orione em Porto Franco (MA), dezembro de 1967

5. Joca com 7 anos, São Paulo, 1980

1

2

3

André Grabois nasceu em 3 de julho de 1946, no Rio de Janeiro (RJ), filho de Maurício Grabois, também desaparecido no Araguaia, e Alzira da Costa Reys. Desaparecido em 14 de outubro de 1973 na localidade denominada "Fazenda Caçador". Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Filho do dirigente comunista líder da bancada do Partido Comunista na Constituinte em 1946, desde muito cedo, graças ao convívio com destacados militantes do movimento comunista no Brasil, André interessou-se pelas questões políticas.

Em 1964, em razão das perseguições movidas contra seus pais, foi obrigado a abandonar os estudos e, com apenas 17 anos, foi viver na clandestinidade.

Em meados de 1966, André Grabois, Divino Ferreira de Souza, João Carlos Haas Sobrinho e Líbero Giancarlo Castiglia viajaram para a China e, na escala no aeroporto de Karachi, no Paquistão, tiveram os seus passaportes retidos por várias horas, sem nenhum esclarecimento. André realizou cursos de formação política e militar na China e na Albânia.

No segundo semestre de 1967, retornou clandestinamente ao território brasileiro pela Bolívia. Foi um dos primeiros a chegar à região onde se deu a Guerrilha do Araguaia, indo morar na localidade de Faveira no início de 1968. Ali trabalhava na roça e possuía um pequeno comércio próximo ao povoado de Ponta de Pedra.

Era conhecido como Zé Carlos. Em 1969, casou-se com a guerrilheira Crimeia Alice Schmidt de Almeida, a quem conheceu no Pará. Tiveram um filho, João Carlos, que nasceu na prisão, em fevereiro de 1973, que André não chegou a conhecer.

Foi o comandante do Destacamento A – Helenira Resende –, das forças guerrilheiras do Araguaia até sua morte. Seu pai e seu cunhado, Gilberto Olímpio Maria, integravam também a guerrilha e morreram durante o ataque do Exército, em 25 de dezembro de 1973.

Crimeia Alice Schmidt de Almeida

nasceu em 17 de abril de 1946, em Santos (SP). Filha de Joffre de Almeida e Lúcia Schmidt de Almeida. Nascida numa família de esquerda, seu pai era militante operário e trabalhou como estivador em Santos e como ferroviário. Foi preso político em 1964. Sua mãe era dona de casa. Crimeia passou a adolescência em Minas Gerais, onde iniciou sua militância no movimento secundarista.

Quando do golpe de 1964, mesmo sendo menor de idade, seu nome foi incluído no Inquérito Policial Militar, junto com o de seu pai e de sua irmã, Maria Amélia de Almeida Teles. Por conta do IPM, a família seguiu para o Rio de Janeiro. Lá, Crimeia foi estudar Enfermagem na Escola Ana Nery, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde foi presidente do diretório acadêmico da escola. Participou do Congresso de Ibiúna, em outubro de 1968, quando ocorreu sua prisão.

Após o AI-5, em dezembro de 1968, entrou para a clandestinidade. Em janeiro de 1969, como militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) seguiu para a região do Araguaia, onde se desenvolveria a guerrilha contra a ditadura militar. Morou na região até agosto de 1972, quando foi enviada pelo Partido para São Paulo, na tentativa de romper o cerco que as Forças Armadas haviam imposto à guerrilha.

4

Estava grávida, fruto de seu relacionamento com André Grabois, um dos comandantes da guerrilha. Seguiu para São Paulo e foi morar na clandestinidade, junto com sua irmã Maria Amélia.

Em dezembro de 1972, quando estava com cerca de seis meses e meio de gravidez, foi sequestrada e levada para a Operação Bandeirante (OBAN) onde foi torturada. Depois, foi levada para o presídio do Pelotão de Investigações Criminais, o PIC, em Brasília, onde as violências seguiram. Crimeia ficou 27 horas em trabalho de parto, sem qualquer ajuda. Seu filho, João Carlos, nasceu, no Hospital da Guarnição do Exército, em Brasília, em 13 de fevereiro de 1973. Seu companheiro, André Grabois, foi assassinado em outubro de 1973 e não pode conhecer o filho.

Crimeia ficou presa até abril de 1973. Desligou-se do PCdoB em 1987. Atualmente é militante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e da União de Mulheres do Município de São Paulo.

5

“Um comunista a menos!”

por Crimeia Alice Schmidt de Almeida

Fiquei grávida enquanto ainda estava na mata, na guerrilha do Araguaia, perseguida pelas Forças Armadas. Nesse período, estava sob constante estresse das ameaças: perseguição de militares armados, sobrevoos de aviões e helicópteros além de fome e várias crises de malária. Assim foram os seis primeiros meses da gravidez do meu filho João Carlos.

Em 29 de dezembro de 1972, com seis meses e meio de gravidez, fui sequestrada pelo DOI-CODI/SP. O fato de estar em estado já bastante adiantado de gravidez não foi empecilho para as torturas físicas e psicológicas. Levei choques nos pés e mãos, muitos espancamentos, ameaças de fuzilamento e outras violências. E o pior, a ameaça de sequestrarem o bebê, se ele nascesse branco, saudável e do sexo masculino.

O primeiro a me torturar foi o major Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante do DOI-CODI/SP à época. Mas não foi o único. Até o carcereiro me torturava quando me tirava da cela para levar às salas de interrogatório. Durante essa época, o feto apresentava soluços, os quais eu tentava amainar alisando a barriga e cantando baixinho para ele. Até hoje, em momentos tensos meu filho apresenta soluços.

Depois de um mês no DOI-CODI/SP fui transferida para o Pelotão de Investigações Criminais da Polícia do Exército. Fui interrogada algumas vezes, sempre com as ameaças de morte e de sequestrarem o meu filho. Uma das vezes fui levada para interrogatório no Ministério do Exército na Esplanada dos Ministérios.

No dia 11 de fevereiro, à noite, entrei em trabalho de parto. Solicitei um médico que só chegou pela madrugada e me encaminhou ao Hospital de Base. Lá, o médico disse que não estava na hora do parto, recomendou que me colocassem na enfermaria do presídio e aplicou um antibiótico. Os militares me levaram de volta, não para a enfermaria, mas para a cela, onde havia muitas baratas, e como o líquido amniótico escorria pelas minhas pernas elas me atacavam em bandos. Já que os militares não tomavam nenhuma medida, depois do almoço comecei a gritar desesperadamente. Os outros presos fizeram coro e no fim da tarde me levaram para o hospital da Guarnição.

À noite o obstetra, Doutor Trindade, disse que eu estava em trabalho de parto, mas como ele não estava de plantão, então só faria a cesariana no dia seguinte. Reclamei que meu filho poderia morrer e ele respondeu: “É melhor! Um comunista a menos!” Prescreveu soro venoso e foi-se embora. Eu não queria tomar o soro porque imaginei que era para retardar o parto, mas me amarraram ao leito e o aplicaram. A porta do quarto ficava aberta, vigiada por um soldado armado com metralhadora. Eu cortei o equipo do soro com os dentes e não recebi a medicação. Por volta das 2h30 da madrugada do dia 13 meu filho nasceu de parto normal e pesava 3,150 quilos. Não me foi mostrado, mas soube que era um menino e saudável.

Nos primeiros dias o bebê ficou isolado no berçário e só me era entregue para as mamadas. Com o passar dos dias notei que ele foi ficando muito molinho, sonolento, sem forças para chorar e para mamar. Perguntei ao pediatra o que estava acontecendo, respondeu-me que estava tudo bem. Então, perguntei à auxiliar de enfermagem, que o trazia para as mamadas, e ela me disse que a criança chorava muito e, por isso, o pediatra lhe prescreveu “Luminaleta”, um tranquilizante de uso infantil. Falei para o pediatra que ele não era o médico do meu filho, não tínhamos médicos, estávamos presos, não admitia que ministrassem tranquilizantes ao meu filho e queria que ele ficasse comigo no quarto. Consegui. Com o passar dos dias ele ficou mais ativo, chorava mais forte e mamava. Os militares queriam me interrogar no hospital; eu me recusava a isso e avisei que só responderia aos interrogatórios quando o meu filho estivesse em segurança.

Como castigo, ele era tirado do quarto, passava dois ou três dias sem ser trazido para as mamadas e voltava com diarreia e vômitos. Isto o fez perder muito peso e com um mês pesava 2,700 quilos. E sempre que me era devolvido nesse estado precário, diziam que era eu a responsável porque não queria cooperar. Finalmente, no dia 2 de abril o entregaram aos meus familiares que foram a Brasília buscá-lo. Ele foi abruptamente desmamado. Pelas constantes ameaças dos militares de que iriam adotá-lo, exigi que fosse previamente registrado como meu filho, o que consegui.

Ao retirarem o bebê, aplicaram-me uma medicação para secar o leite e em seguida voltei para a cela onde recomeçaram os interrogatórios que eram quase ininterruptos. Permaneci presa por mais uns vinte dias até ser liberada, e fui levada para a casa da tia que havia buscado meu filho.

Enquanto estava presa, meus familiares em Minas Gerais levaram João Carlos ao médico que constatou desnutrição e prescreveu uma dieta especial. Quinze dias após, ao retornar à consulta, João havia recuperado o peso que o médico previra que seria em cerca de três meses. Obviamente meus familiares não disseram que ele era recém-saído da prisão.

Em Belo Horizonte, alojaram-me em casa separada do meu filho por motivos que desconheço. Nessa época, eu não tinha documentos e não sabia do paradeiro de minha irmã, meu cunhado e meus sobrinhos. Providenciei minha documentação, localizei meus sobrinhos e decidi me mudar com eles e meu filho para a casa dos meus pais, no Rio de Janeiro. Meu filho estava com cinco meses quando nos mudamos. As crianças tinham muitos problemas, João quase não dormia e comia compulsivamente.

No final do ano, minha irmã e meu cunhado foram libertados por relaxamento da prisão preventiva e nos mudamos todos para São

Paulo. Nesta época, meu filho começou a apresentar convulsões. Com a madre Cristina, do Sedes Sapientiae, consegui um neurologista para ele. Foram tempos muito difíceis, mas encontramos muita solidariedade. O acompanhamento neurológico foi feito até os 10 anos, sem um diagnóstico conclusivo.

Embora muito cedo eu tenha lhe contado sobre o desaparecimento do pai, a prisão, seu nascimento, o tempo que ficamos separados, ele sempre dizia que queria ver uma foto do pai, saber como ele era. Com a Anistia, meu filho pode conhecer a família paterna que vivia na clandestinidade. A vida clandestina a que fomos todos obrigados nos impediu de termos fotos, cartas, qualquer lembrança. As poucas que existiam foram destruídas por medo que pudessem ser apreendidas pela polícia e dessa forma facilitar a identificação de nosso familiar. No caso de André, a única foto de adulto (com 18 anos) foi encontrada quando foi aberto o arquivo do antigo DOPS de São Paulo. Foi quando João Carlos pôde ver, pela primeira vez, a foto do pai – tinham a mesma idade.

Meu filho sempre frequentou escolas públicas, era inteligente, porém muito peralta. Não gostava muito da escola porque "era do governo", mas os colegas compensavam.

Em 1988, foi feita uma ação de investigação de paternidade. Enfrentamos duas grandes dificuldades: ele tinha medo de ter pai e mãe perseguidos pela repressão política e somente aos 15 anos e com a democratização do país aceitou fazê-la; também não aceitávamos entrar com uma ação em que o réu fosse André, pois na verdade ele era a principal vítima.

Crimeia com Joca no colo, presa, em Brasília, 1973, quando entregou Joca para sua tia Célia

A bebê sequestrada

por Carmen Sumi Nakasu de Souza

Meu nome é Carmen Sumi Nakasu de Souza. Eu nasci em Valinhos (SP), em circunstâncias um pouco obscuras. Fugindo daqui para ali, minha mãe conseguiu acertar a realização do parto com um colega da Faculdade de Medicina.

Quando eu tinha um ano e uma semana, em setembro de 1973, fui presa com a minha mãe e meu pai na Estação da Luz em São Paulo. Era meia-noite e nós íamos tomar o trem para o Rio de Janeiro, porque a intenção era sair do Brasil. Eles viviam uma situação muito complicada por conta da militância política. Naquele momento, nós fomos presos.

Meus pais ficaram no DOI-CODI por noventa dias sendo torturados. E por um período eu fui usada para obter mais informações. Fui mais um instrumento de tortura nas mãos dos militares. Eles me sequestraram e fiquei por quatro, cinco dias nas mãos de alguém, ninguém sabe de quem. Provavelmente foi de uma investigadora que me pegou no momento em que minha mãe se separou de mim. Só fui encontrá-los depois de três meses. Antes desse período, eu era uma criança muito alegre e extrovertida que gostava muito de tomar banho. E quando eu voltei para a casa dos meus familiares, retornei com muito medo e, estranhamente, passei a ter pânico de banho e do barulho da descarga.

À esquerda, Carmen com um ano e meio, em 1974, em Atibaia (SP), na casa de seu avô paterno.

À direita, logo após seu sequestro, Carmen é entregue à sua avó materna, Elza, com quem ficou durante o período que seus pais estiveram presos.

Nesses três meses, passei cinco dias com os agentes do DOPS. Depois, com uma amiga da família, a dona Maria Cecília Figueira de Melo e em seguida fiquei sob o cuidado de familiares. Recentemente eu reencontrei dona Maria Cecília e sua família. Eles me contaram como foi a minha chegada e a minha estadia. Disseram que cheguei como uma criança extremamente amedrontada. Depois, fui levada para a minha avó, com quem fiquei até reencontrar meus pais. Quando os reencontrei, não os reconheci. Já havia passado três meses, que para uma criança de um ano é muito tempo.

Carreguei para a minha vida esse sofrimento do tempo em que fiquei afastada dos meus pais. Eu era uma criança muito tímida, muito insegura, que não conseguia ficar longe da mãe. Tive uma infância psicologicamente bastante conturbada, eu tinha muitas convulsões e terrores noturnos.

Também fui uma adolescente igualmente tímida, muito tímida, nunca tive muitos amigos. Não conseguia me relacionar muito bem e frequentemente era abatida por uma sensação horrível, uma angústia tremenda. Do nada, essa sensação me tomava. Era uma coisa estranha, que vinha com falta de ar, tudo junto.

Desde os 10 anos de idade minha mãe me colocou para fazer terapia, ou melhor, terapias. Fui de terapia em terapia para conseguir amenizar um pouco essa dor e na tentativa de me transformar numa pessoa mais extrovertida, mais alegre.

“Carreguei para a minha vida esse sofrimento do tempo em que fiquei afastada dos meus pais. Eu era uma criança muito tímida, muito insegura, que não conseguia ficar longe da mãe”

“Eles deveriam ter me devolvido imediatamente para minha família, para as pessoas que conheciam minha família”

Aí quando estava com meus 19 anos fiz uma terapia de regressão. Foi uma experiência muito marcante porque foi feita uma espécie de volta ao tempo, como se fosse uma auto-hipnose, uma técnica da Psicologia Neurolinguística. E eu voltei no tempo através daquela sensação de angústia até chegar justo no momento em que meus pais foram pegos pelos agentes. Eu comecei a chorar muito. Chorava e via uma cena meio confusa, de uma correria de lá para cá. Aí, nesse momento a terapeuta falou: “Agora você vai conversar com essa criança. Fale que já está tudo bem e que foi um momento que você viveu, mas que a situação já está resolvida”. Então eu conversei com essa criança. Foi incrível, porque quando eu voltei ao tempo presente, parecia que tinha saído um chumbo de cima de mim.

De alguma maneira eu tinha que vivenciar uma memória que estava lá no fundo escondida, mas que se manifestava de uma forma estranhíssima, que me deixava meio paralisada.

A ditadura militar promoveu erros terríveis, que deixaram marcas indeléveis num número incalculável de pessoas. No meu caso, acho que o grande erro do regime militar foi ter ficado comigo nesse período. Eles não poderiam ter feito isso. Não tinha sentido nenhum. Eles deveriam ter me devolvido imediatamente para minha família, para as pessoas que conheciam minha família. Foi injusto para uma criança ter vivido uma situação dessas.

Eu acho que realmente houve muita injustiça, uma violação tremenda dos direitos humanos. Os militares foram atrozes no que fizeram. E eu penso que consegui, graças a muitas terapias e ao auxílio constante da minha mãe, superar muito dessa dor interior.

Porém, minha história foi muito mais leve do que a de muitas pessoas que perderam os pais e que, infelizmente, não puderam nem enterrá-los, ou que sofreram agressões. Crianças que sofreram violências, nasceram dentro do presídio, enfim, histórias muito mais complicadas do que a minha.

Hoje, não estou envolvida em nenhuma luta política. Sou católica praticante. Não participo de nenhuma ONG, de nenhum grupo, não sou ativista de partido político ou de qualquer causa. Mas admiro muito os meus pais por toda coragem de enfrentarem tudo o que eles enfrentaram e terem resistido bravamente a todo tipo de tortura, não terem delatado ninguém. Tudo por uma causa muito maior do que a minha existência, por exemplo. Que era a causa de todo um povo. De procurar, através dessa luta, dar possibilidade para os camponeses, para os operários, de terem um mínimo de dignidade. Até hoje meus pais são exemplos para mim.

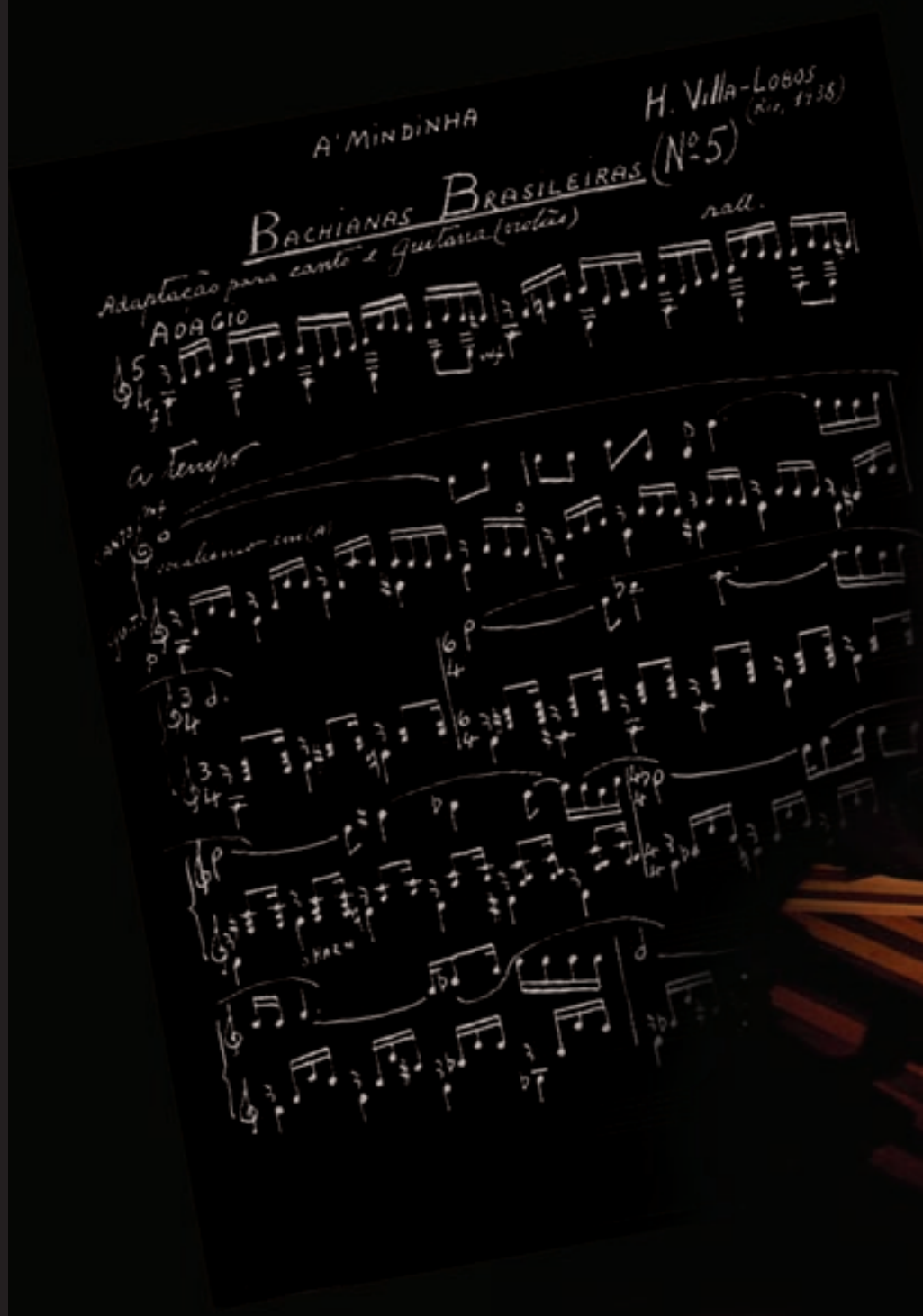
No meu dia a dia procuro ter atitudes que sejam solidárias, de respeito ao próximo. De saber que todos, ainda que de distintas classes sociais, ascendências, formações, devem ser tratados com a mesma dignidade.

Então, eu canto. Sou cantora lírica. E eu acho que através da música consigo expressar muitos sentimentos que ficaram presos dentro de mim. Tanto que gosto muito de cantar músicas muito tristes. Quanto mais triste a música é, mais eu gosto. Através da música, consigo transformar sentimentos muito profundos em arte, e com isso, permitir também que as pessoas que me ouvem vivenciem muitas dessas emoções, transformando-as.

CARMEN SUMI NAKASU DE SOUZA nasceu em 21 de agosto de 1972. Casada, é mãe de três filhos. É bacharel em Linguística e Literatura Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP). Atua como empresária, professora de inglês e cantora lírica.

Carmen cantando.
Foto de Inaê Coutinho

“Sou cantora lírica. Eu acho que através da música consigo expressar muitos sentimentos que ficaram presos dentro de mim”



Elzira Vilela nasceu em 9 de agosto de 1939, em Pouso Alto (MG). Filha de José Costa Pinto e de Elza Vilela Pinto. Estudou na Faculdade de Medicina de Sorocaba-PUC São Paulo. Iniciou sua participação política em 1960. Foi militante da organização Ação Popular (AP) durante 11 anos (1962 a 1973) onde desenvolveu vários trabalhos, como médica no sindicato de trabalhadores rurais do Vale do Pindaré, no Maranhão e como integrada no campo em Alagoas. Militou também em Pernambuco, São Paulo e Maringá (PR). Casou-se com Licurgo Nakasu, também militante da AP, em 3 de julho de 1971. Viveu durante seis anos na clandestinidade política.

Foi presa em 2 de setembro de 1973 com o marido e a filha Carmen, de um ano de idade. Na Operação Bandeirante (OBAN), para onde foi levada, Elzira foi torturada por mais de 80 dias. Além de Elzira, seus três irmãos, Francisco, Maria Célia e Rosane, também foram presos na mesma época (setembro de 1973). Em 1976 teve outra filha, Maria.

Elzira participou da fundação do PT em 1980. Médica sanitarista, homeopata e pediatra, nunca deixou de lutar pelos Direitos Humanos, tanto na saúde coletiva, como em organizações como o Grupo Tortura Nunca Mais (1983 a 2004). Atualmente, milita no Coletivo Contra Tortura e participa do Conselho Consultivo da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva".

Licurgo Nakasu nasceu em 10 de agosto de 1946, em Atibaia (SP). Filho de Tadamitsu Nakasu e Sumi Nakasu. Entrou na Faculdade de Agronomia da USP, Esalq, em Piracicaba, em 1966. Sai em 1967 para militar em tempo integral na Ação Popular. Era colega e amigo de Luiz Hirata, assassinado em 1971, na OBAN.

Militou em São Paulo e ABC. No campo, atuou como arrendatário em Goioerê (PR). Viveu durante seis anos na clandestinidade. Foi preso em 2 de setembro de 1973 com a esposa e a filha Carmen, de um ano de idade. Levados à OBAN, Licurgo foi torturado por mais de 90 dias. Após a prisão, concluiu os estudos na ESALQ.

Participou ativamente do PT em seus primeiros tempos, sendo dirigente do núcleo Wilson Souza Pinheiro. Fez mestrado em Sociologia Rural na PUC com Octavio Ianni e doutorado na UNESP de Rio Claro em Geociências e Meio Ambiente.

Trabalhou no Instituto de Pesquisas Tecnológicas durante cinco anos e lecionou no curso de Geografia, da Universidade Estadual Vale do Acaraú (Uva) e nos cursos de Pedagogia e História das Faculdades Inta. Publicou o livro *Aprender com a Natureza*. Atuava como consultor em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Agroecologia, Pedologia, Manejo e Conservação de Solos, Educação Ambiental e Turismo. Licurgo faleceu em 2011, aos 65 anos de idade, vítima de um câncer no esôfago.

Álbum de família

1. Com o pai, Licurgo, 1975

2. Carmen em momentos familiares durante sua infância: na casa dos pais

3. A família reunida em Atibaia (Carmen, sua irmã mais nova, Maria, Licurgo, Elzira e a avó paterna Sumi Nakasu)

4. Com os pais em Atibaia

1

2

3

4

Fichas de Elzira e Licurgo no DOPS >

Os piores dias da vida de uma mãe

por Elzira Vilela

A gravidez e o nascimento de Carmen foram muito difíceis. O cerco da repressão era implacável e obrigava a mim e meu esposo Licurgo Nakasu mudarmos continuamente de residência. Meu estado de saúde era precário, tive um quadro de insuficiência pan hipofisária que exigia repouso, medicamento e indicação de parto cesariana.

O local do nascimento de Carmen não poderia ser em São Paulo, onde eu residia. Os agentes do DOI-CODI prenderam minhas irmãs para dar conta do meu paradeiro. Como elas nada revelaram, eles disseram que sabiam que eu estava grávida e quando chegasse a um hospital eu seria presa. Consegui que um colega que trabalhava em uma cidade do interior de São Paulo, Valinhos (SP), fizesse o parto.

O primeiro ano de vida de Carmen foi tranquilo. Era uma criança saudável físico e emocionalmente. Em setembro de 1973, com um ano de idade ela foi presa e levada ao DOI-CODI juntamente comigo e meu esposo. No DOI-CODI, retiraram Carmen do meu colo e a levaram para longe de mim. Iniciou-se um verdadeiro inferno. A violência física, a pancadaria, os pontapés, as palmatórias, os choques eram terríveis, mas nada se comparava ao desespero diante da ausência de minha filha. Eu não sabia onde ela se encontrava, o que estavam fazendo com ela e se ainda estava viva.

Os torturadores diziam que não mais desapareciam com crianças. Pediam que me acalmasse! Alucinada, pensava que poderiam torturar minha filha para que eu revelasse nomes de companheiros. "Não, não falo nada", eu pensava "... Mas eu escolhi essa luta, e ela tem apenas um ano de vida... Eu a amo mais do que tudo... ".

Foram os mais terríveis dias de minha vida. Eu quase enlouqueci. Não sei quanto tempo se passou até que o comandante Brilhante Ustra veio até a cela e contou que havia entregue Carmen para minha irmã mais nova, Rosane, que também estava presa e seria liberada.

Fiquei muito feliz com a notícia. Senti que nada do que pudesse acontecer comigo daqui para frente seria tão terrível quanto esse pesadelo que acabara de viver.

Após cinquenta dias, quebrou-se a incomunicabilidade e Carmen veio me visitar juntamente com minha mãe. Ela não reconheceu a mim nem ao seu pai. Ficamos muito tristes.

Quando fui libertada, Carmen estava com minha família e apenas depois de algum tempo tive condições de reassumir os cuidados maternos, devido ao precário estado de saúde no qual me encontrava. Ao vê-la senti que estava muito diferente: nervosa, inquieta e insegura.

A mãe, Elzira (ao centro) e suas filhas, Carmen (à esquerda) e Maria (à direita)

Nos anos subsequentes, Carmen teve inúmeras convulsões resistentes a medicamentos; quadro que perdurou até os 7 anos de idade. Aos 5 anos, ela foi encaminhada pelo neurologista para uma psicóloga que, após algumas sessões, me chamou para revelar que minha filha tinha um sonho que se repetia: contava que estava em meu colo, chegavam policias, tiravam-na de mim e a levavam embora. A psicóloga pediu que eu contasse todo o ocorrido para Carmen. Eu e meu esposo Licurgo achávamos que falar para Carmen tudo que ocorrera poderia ser muito traumático; além de implicar riscos reais, dado que vivíamos ainda em uma ditadura.

O segredo começou então a ser revelado, no entanto, parece não ter transformado o estado emocional de minha filha, uma vez que continuava a ser uma criança com muitos medos e angústias, apesar de todo afeto e segurança do ambiente familiar.

Carmen era uma criança criativa, mas de poucos amigos e insegura. Apenas aos 16 anos teve coragem de revelar o local onde tinha nascido, pois eu temia comprometer o médico que havia realizado o parto.

A retomada da vida após a prisão e a extinção da APML (Ação Popular Marxista Leninista) foi muito penosa. A vida só retornou em sua plenitude com o fim do regime militar, em 1985, ano em que Carmen começou a estudar canto lírico.

A arte do canto ajudou-a muito na superação dos seus traumas de infância. Porém, em diversos momentos da vida, ela precisou recorrer a tratamentos psicoterápicos.

Quando engravidei de Maria, em 1975, foi uma grande alegria, pois vivíamos um luto pela perda dos companheiros queridos. Ela foi a vida nova que surgia. Ela nasceu, em março de 1976. Logo depois, desenvolvi um quadro de intensa melancolia. Chorava muito e logo recomecei a trabalhar profissionalmente, pois a sobrevivência exigia.

A cidade de São Paulo, da qual havia me ausentado desde a saída da prisão, me fazia lembrar muito dos companheiros, dos encontros, dos pontos. Além de termos o telefone censurado, a imprensa censurada, hospedamos um companheiro que saiu da prisão. O ambiente era muito tenso. A Carminha continuava a ter crises convulsivas. Era uma vida muito difícil. Maria era uma criança que chorava muito. Se não fosse o carinho do pai... Felizmente hoje é psicóloga e professora universitária. E se entende também como vítima da ditadura.

Reconstruindo Gildo

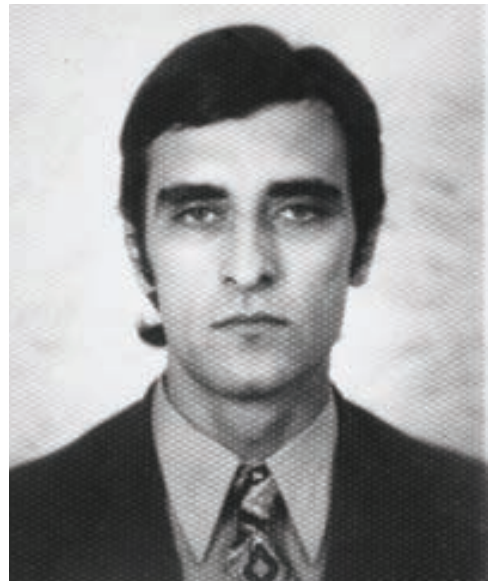
por Tessa Moura Lacerda

Meu nome é Tessa Moura Lacerda. Eu sou filha da Mariluce Moura e do Gildo Macedo Lacerda. Ambos foram presos em outubro de 1973. E três dias depois meu pai já estava assassinado. Minha mãe permaneceu presa grávida de mim por 42 dias.

Durante a minha infância, eu me lembro de ter perguntado, aos 6 anos: "Mãe, conta de novo a história de Gildo?" Isso significa que eu já sabia da história. Depois, ela me contou que falava sobre isso em casa desde meus 2 anos de idade para que eu ficasse conhecendo a história do meu pai biológico, já que ela tinha se casado de novo. E depois de alguns anos passei a chamar esse segundo marido dela de pai.

Esse momento foi de muita emoção, nós choramos muito, e eu tentei, com os instrumentos que uma criança de 6 ou 7 anos tem, reconstruir a minha história. Eu desenhei como de fato é a minha história, como gostaria que tivesse sido e como poderia ter sido – desenhei minha mãe grávida no enterro do meu pai e isso nunca aconteceu.

É muito duro falar desse assunto. Foram poucos os momentos da minha vida em que falei disso. O filme *15 Filhos* foi um desses momentos, e hoje também. Quando eu tinha 15 para 16 anos, tive uma conversa com a minha mãe. Tinha saído uma notícia no *Jornal do Brasil* que explicava como a ditadura chegou aos dirigentes da Ação Popular e, portanto, ao meu pai, e como ele foi morto. Eu disse à minha mãe: "Bom, pelo menos a gente tem certeza de que ele está morto". E ela ficou chocada: "Como você não tinha certeza? Eu recebi os objetos dele".



À esquerda, Tessa aos dois anos, com Mariluce, grávida da segunda filha, Elisa, Rio de Janeiro, 1976
Acima, Gildo, aos 23 anos, 1972

Eu, aos 9, 10 anos, tinha esperança de que Gildo tivesse conseguido fugir. Acho que aos 15 anos eu ainda não tinha desfeito essa fantasia, queria acreditar que ele tinha conseguido fugir. Como a ditadura foi até 1985 (ano em que completei 11 anos), eu achava que essa era a justificativa para que ele não tivesse aparecido. Minha mãe jamais me sonegou essa informação. Jamais. Mas eu não queria acreditar. Eu queria acreditar que ele estava vivo e que nem ela sabia. Na verdade, isso foi uma fantasia que eu fiz quando tinha uns 9, 10 anos.

Creio que isso se deve também à ausência do corpo, o fato de não haver um túmulo, qualquer coisa para fazer o rito, aceitar minimamente que aquela pessoa está de fato morta. Uma coisa que falei no filme *15 Filhos* e que é absolutamente pirante é, por um lado, eu tentar imaginar como meu pai era e, por outro, aceitar que isso que eu imaginei morreu.

Tanto a vida dele, que vou reconstruindo por meio de conversas, poucas fotos, mas sobretudo a morte de maneira brutal, cruel, e o fato de não ter um corpo para que eu faça o rito mesmo, aceite, faça o luto por essa morte, são muito inefáveis.

Na época em que o Fernando Henrique aceitou fazer a Lei 9.140 em 1995, por meio da qual o Estado reconhecia a responsabilidade pelas mortes de mortos e desaparecidos políticos, nós participamos de várias reuniões da Comissão de Familiares de São Paulo, e também de Minas, porque meu pai é mineiro. Tivemos acesso a cópias de cartas e cadernos. Eu tinha 20 anos e li avidamente tudo que chegava.

A Comissão de Familiares de Pernambuco também mandou um dossiê com a descrição da morte. Minha mãe disse: "Você não vai ler isso", porque queria me preservar. Mas eu li avidamente, para tentar reconstruir Gildo. E a minha história. E mais recentemente acha-

mos que mesmo com a Lei 9.140, deveríamos processar o Estado brasileiro pela morte de Gildo. Esse foi outro momento em que entrei em contato com minha história. E por sugestão do advogado fiz uma perícia psicológica. Achei o resultado muito interessante, porque a psicóloga disse que não há nenhum dano que tenha me impossibilitado de viver e de gozar da vida e ter alegrias. Mas como paira sempre essa sombra para mim, o que ela via refletido na minha personalidade era insegurança, baixa autoestima, enfim, uma série de coisas assim... Medo. Eu tenho muito medo sempre. Eu não durmo de luz apagada. Sempre tem que ter alguma luz acesa. E agora com os filhos é muito fácil dizer: "Tem de deixar a luz acesa. E se eles quiserem ir ao banheiro de madrugada?" Mas são coisas que eu carrego desde a infância.

Eu tenho uma relação ambígua com essa história porque como ela é muito difícil, a minha sensação é que eu não consigo encará-la sempre de frente. Há alguns momentos em que eu paro e falo: "Agora eu preciso resolver isso". E não é uma coisa que "Ah, então está resolvido, deixei para trás". Eu invejo quem consegue levar a vida totalmente se dedicando a essa história. Mas a minha maneira de lidar com ela é nem sempre encará-la de frente. Nem sempre ficar falando sobre, porque é muito duro. Eu gostaria de ter a coragem de pautar a minha vida por isso e expor mais essa história.

Depois de todo esse percurso, eu fui estudar filosofia. Fiz toda a minha formação em filosofia, virei professora e em 2011 fizemos um colóquio na USP em homenagem à professora Marilena Chaui, com quem eu trabalho e que também é uma pessoa que me cobra uma postura em relação à minha história.

Eu consegui fazer um texto sobre a filosofia política de Espinosa. Um texto acadêmico, mas falando da história de Gildo. Isso para mim foi uma grande vitória. É um texto de quinze páginas, é pouco, mas foi a maneira que consegui trabalhar nisso.

Até os 18 anos, eu não tinha o nome do meu pai na certidão de nascimento porque ele já estava morto quando nasci. No documento havia só o nome da minha mãe e dos meus avós maternos.

E isso criou situações constrangedoras, além de ser horrível para mim: "Como assim não ter um pai nem na certidão?" Quando eu fui ficando mais velha, fui percebendo olhares, situações constrangedoras por não ter o nome do meu pai na certidão. Como se eu não tivesse pai mesmo. E para que eu obtivesse o nome dele na minha certidão, juridicamente foi necessário que a minha mãe processasse a família do meu pai para que eles reconhecessem a paternidade.

"Até os 18 anos, eu não tinha o nome do meu pai na certidão de nascimento porque ele já estava morto quando nasci. No documento havia só o nome da minha mãe e dos meus avós maternos"

Não que eles não reconhecessem antes disso, mas juridicamente era necessário. Isso também para mim era bastante estranho, processar a minha tia, a minha avó e tal, ser contra elas para ter o nome do meu pai na certidão. E, então, tive o nome dele só aos 18 anos. Sem a certidão eu não podia fazer o RG, e não podia prestar o vestibular. Eu fiz o vestibular com 18 anos. O meu aniversário é em junho e foi uma correria para fazer o RG.

[Neste momento, a mãe de Tessa, Mariluce Moura, interrompe e diz:]

Só esclarecendo esse detalhe da certidão: quando eu casei com o Gildo, ele estava usando o nome da clandestinidade, que era Cássio de Oliveira Alves. Havia uma certidão nossa de casamento e da igreja. Como casamos na igreja, isso poderia ser reconhecido pelo Estado, mas não com nome falso. E quando fiquei viúva, era viúva de um homem que não tinha atestado de óbito e, portanto, o homem não era morto. Então, eu tive de registrar só com o meu nome e entrar com um processo de investigação de paternidade. Só que ao fazer o processo de investigação de paternidade, segundo a minha advogada, o processo sempre tem de ter alguém que se acusa. E não poderia ser o Estado porque um processo de investigação de paternidade não se faz contra o Estado. E quem tinha de ser réu nessa ação tinha que ser a mãe de Gildo, o que era uma situação surreal. Ela concordando com tudo, dando declarações de que Tessa era neta dela sim, mesmo assim tinha que ter um processo. E esse processo demorou muito tempo.

Nasci em Salvador em junho de 1974. Minha mãe se mudou para o Rio quando eu tinha 2 anos. Depois voltamos para Salvador, onde ficamos até eu ter 9 anos. Depois nós fomos para o Rio e, com 11 anos, nos mudamos para Brasília; e com 14 para São Paulo. Desde então eu moro em São Paulo. Tenho dois irmãos. Uma irmã e um irmão mais novos do que eu, que são filhos do meu padrasto, do meu pai não biológico.

Meu nome foi escolhido pelo Gildo. Minha mãe conta que eles estavam em uma viagem. Ele a levava para conhecer a família dele em Minas. E durante a viagem falaram: "Se tivermos um filho com a, que nome você gostaria?" "Se fosse menino... se fosse menina...", com b, com c... Com t, ele falou "Tessa", aí ela falou, "Gostei desse nome".

Quando ele foi morto, ela estava com um mês e pouco de gravidez, mas eles tinham tido essa conversa anterior. Inclusive isso foi uma coisa que me levou a pensar "ele não pôde ser meu pai". Se eu tivesse alguma queixa, algum sentimento infantil de raiva, ou qualquer coisa assim, é impossível que eu tenha qualquer sentimento desses em relação a ele.

O atestado de óbito que conseguimos foi por meio da Lei 9.140, mas ainda não consta a *causa mortis*.

Gildo também nunca constou na lista dos desaparecidos. Por isso que a minha mãe ficou chocada quando eu disse: "Agora nós temos certeza". Porque na época da morte, foi divulgada a versão falsa, os teatros da ditadura, no *Jornal Nacional*, no *Jornal do Brasil*, no *Le Monde*.

A morte foi divulgada como se fosse um tiroteio no centro do Recife, às seis horas da

tarde, naquele movimento de pico e ninguém viu nada. Meu pai Gildo e o José Carlos da Mata Machado teriam sido levados para um encontro com um terceiro, que não é nomeado, e esse terceiro teria percebido a emboscada. E ele teria atirado no meu pai, que morre no local, e o Zé Carlos fica ferido. Não só a versão oficial encobre a morte sob tortura como ainda meu pai morre como se fosse traidor do companheiro.

Quando isso aconteceu, minha mãe estava presa. Ao sair, ela tentou reaver o corpo. Dizia-se que seria menos difícil reaver o corpo de Gildo porque ele tinha um metro e 92 centímetros de altura. Mas a investigação da Comissão de Familiares de Pernambuco apurou que primeiro seu corpo estava em um caixão lacrado, mas depois foi jogado em uma vala comum chamada Buraco do Inferno, e depois, seus restos mortais foram transferidos para outra vala comum, no cemitério Parque das Flores, lá no Recife. E, nessa, as ossadas ficaram a céu aberto, os ossos foram se deteriorando. Ficamos sabendo disso mais ou menos na época da Lei 9.140.

Temos essa informação, mas mesmo assim é muito duro. Não sabemos se há a possibilidade de identificação por meio de exame de DNA. Inclusive, eu contribuí com uma amostra de sangue para o banco de DNA do governo federal. O que sabemos é que, por ser uma vala a céu aberto, a identificação da ossada é inviável. Sabemos disso. (Pelo menos é a informação que tínhamos na década de 1990). Mas esse saber racional não tira a dor daquela criança que queria falar: "Eu sei que não dá, mas eu quero enterrar meu pai". Eu quero levar os meus filhos [ao cemitério] e dizer: "Olha, o seu avô está aqui". É claro que eu enchi a parede de minha casa com fotos de todos os nossos familiares, dos pais, dos avós e bisavós dos meus filhos para que eles vejam e entendam e reconstruam, e saibam que, além dessas pessoas com quem eles convivem, têm um avô que eles nunca vão conhecer. Então, saber racionalmente que isso é impossível, não adianta. É muito duro.

Eu fico pensando também nos meus avós, pais de Gildo, o quanto deve ter sido duro para eles, que morreram sem ter enterrado o filho.

O máximo que eu posso fazer é dizer para mim mesma: "Está bem, o meu pai está morto". Mas não dá para dizer "Você nunca vai ter o corpo, nem túmulo, nem jamais vai ter direito de fazer o luto de maneira decente". Isso eu não aceito. Não dá. Por isso que eu não acho tão absurdo para uma criança de 9 anos imaginar: "Quem sabe o meu pai fugiu para fora do país".

E o mais difícil é saber que não dá mesmo. A sensação que fica é que, com todas as aspas, é uma história que não fecha. Não é justo. Não é justo com ele. Não é justo com os pais dele. Não é justo com a minha mãe. Não é justo comigo. Não é justo com os meus filhos. Não é justo com ninguém.

Na Grécia Antiga, Sófocles escreveu a tragédia *Antígona*, que mostra toda a questão do corpo insepulto. É uma necessidade do ser humano de sepultar seus mortos, fazer o luto, fechar o ciclo em certo sentido. Jamais eu vou abandonar essa história, nem se eu quisesse eu poderia dar as costas para a história do meu pai, para a história do Brasil. Mas eu queria – e aí é a criança que está dizendo – enterrar o meu pai. Não adianta me explicar cientificamente que não dá. É muito doloroso.

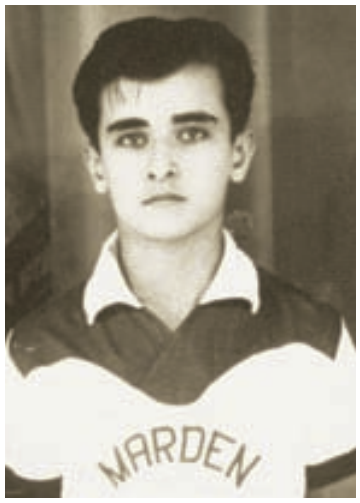
Mais doloroso ainda do que saber que a minha mãe foi torturada comigo dentro da barriga e me perguntar até que ponto essa tortura me atingiu. Sei que ela se preocupou muito com isso na época. Na época não, sempre, mas enfim... E eu fui fazer exames e tal, eletroencefalograma. Fiz de novo, já adulta, já casada, porque eu estava vendo uns flashes. Só contei para a minha mãe depois, para ela não ficar preocupada. Não tinha nada.

Para mim, a maior dor é não poder enterrar o meu pai. Mais do que qualquer dor física que eu tenha sofrido sem saber e que, de alguma maneira, esteja lá no meu subconsciente, se é que eu tinha o subconsciente naquela época, no embrião.

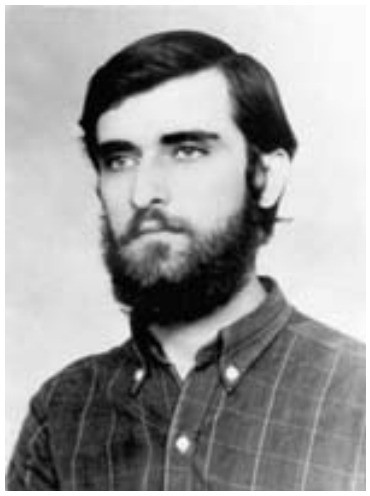
Eu nunca quis ir atrás dos torturadores. No começo não sabia muito bem o porquê, mas depois eu fiquei pensando, e entendi que é porque eu não queria saber o rosto dessas pessoas. Acho que todas devem ser punidas, mas elas não estavam isoladas; era uma ação do Estado, então o Estado como um todo e todos os membros daquele Estado precisariam ser responsabilizados. Eu queria que as Forças Armadas brasileiras não tivessem o poder que elas ainda têm e acho que deveria existir uma lei proibindo que ex-torturadores, em geral, ocupem cargos públicos. Eu não queria uma vingança pessoal. Meu pai não deu a vida por algo individual. Ele deu a vida pela democracia. Democracia brasileira e latino-americana. Eu quero uma responsabilização pública.

"Jamais eu vou abandonar essa história, nem se eu quisesse eu poderia dar as costas para a história do meu pai, para a história do Brasil. Mas eu queria – e aí é a criança que está dizendo – enterrar o meu pai"

TESSA MOURA LACERDA nasceu em Salvador, em 18 de junho de 1974. Filha de Mariluce Moura e Gildo Macedo Lacerda, é professora de Filosofia na USP, casada e mãe de três filhos.



1


2

3

4

1. O menino Gildo

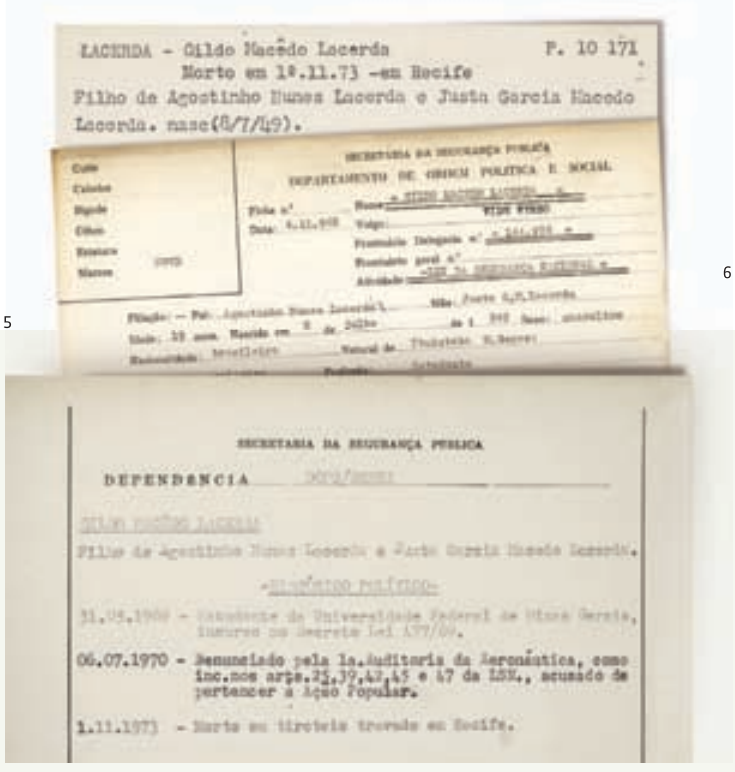
2 e 3. Aos 18 e 19 anos, respectivamente

4. Mariluce, aos 19 anos, na Chapada da Diamantina (BA), durante uma reportagem

5. Fichas de Gildo nos órgãos de repressão

6. Gildo carregando o sobrinho Marcelo Moura Perdigão, filho da irmã de Mariluce, em 1973

7. Mariluce com Tessa bebê, agosto de 1974, Salvador (BA)


LACERDA - Gildo Macedo Lacerda F. 10 171
Morto em 1º.11.73 -em Recife
Filho de Agostinho Nunes Lacerda e Justa Garcia Macedo Lacerda. nasc(8/7/49).

SECRETARIA DA SEGURANÇA PUBLICA
DEPARTAMENTO DE ORDEM POLITICA E SOCIAL

SECRETARIA DA SEGURANÇA PUBLICA
DEPENDENCIA

06.07.1970 - Denunciado pela 1a.Auditoria da Aeronáutica, como inc.nos artgs.25,39,42,45 e 47 da LSN., acusado de pertencer a Ação Popular.

1.11.1973 - Morte ou tiroteio trocado em Recife.
5

6

7

Gildo Macedo Lacerda nasceu em 8 de julho de 1949, em Ituiutaba, município de Veríssimo (MG), filho de Agostinho Nunes Lacerda e Justa Garcia Macedo Lacerda. Morto em 28 de outubro de 1973. Militante da Ação Popular Marxista-Leninista (APML).

Mudou-se muito cedo com sua família para Uberaba (MG). Estudou no Colégio Triângulo, Escola Normal e Colégio Dr. José Ferreira, onde foi presidente do Grêmio Central Machado de Assis. Ainda secundarista, foi orador oficial da União Estudantil Uberabense (UEU) e do Partido Unificador Estudantil (PUE).

Em 1967, já como ativista da Ação Popular no movimento estudantil, Gildo transferiu-se do Colégio Dr. José Ferreira para Belo Horizonte (MG), onde concluiu o segundo grau. Em 1968, ingressou na Faculdade de Ciências Econômicas (Face) da UFMG. Foi preso no Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna, em outubro de 1968. Foi vice-presidente da UNE na gestão de Honestino Guimarães (1971-1972).

Deslocou-se, no primeiro semestre de 1972, para Salvador, Bahia, como um dos dirigentes regionais da Ação Popular Marxista-Leninista (APML). Nesse mesmo ano, em outubro, casou-se com Mariluce Moura.

A sua última carta para os familiares foi datada de 17 de setembro de 1973, na qual manifestou sua preocupação por não receber cartas da família, acreditando em extravio de correspondência. Falou, ainda, de seu trabalho, do salário melhor, da saudade de todos e de uma próxima ida a Uberaba, no fim do mês (o que, de fato, ocorreu); despedindo-se com um até breve.

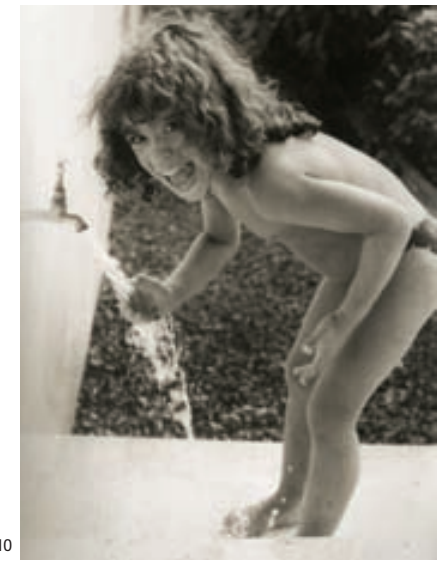
Gildo e Mariluce foram presos em 22 de outubro de 1973, em Salvador. Apanhado na Avenida Luiz Tarquínio, perto da Igreja do Bonfim, Gildo foi conduzido à Superintendência da Polícia Federal, onde passou a tarde e parte da noite juntamente com Mariluce (que ali o viu pela última vez) e outros presos. No dia seguinte Gildo foi levado ao Quartel do Barbalho, do Exército, e imediatamente conduzido às câmaras de tortura. Gildo foi transferido em 25 de outubro para o DOI-CODI do IV Exército, no Recife, onde foi torturado até a morte, em 28 de outubro de 1973.

Mariluce de Souza Moura nasceu em 3 de novembro de 1950, em Salvador (BA), na quarta posição entre os 11 filhos de Laerte de Souza Moura e Regina Nilza Moura. Iniciou sua militância em 1968 e foi militante da organização Ação Popular (AP) entre 1968 a 1973. Estudou o ginásio e o colegial no Colégio de Aplicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), jornalismo na UFBA, fez mestrado e doutorado em comunicação na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

8

9

10



8. Tessa aos seis meses, em Salvador (BA), 1974

9. Tessa aos 2 anos, no Rio de Janeiro (RJ)

10. Aos 4 anos, em Salvador (BA)

11. Tessa e os irmãos Elisa e Tiago, em Brasília (DF), em 1985

12. Durante audiência sobre o pai, na Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva", em 2013

11

12

Conheceu Gildo em 11 de junho de 1972 e casaram-se pouco mais de quatro meses depois, em 28 de outubro de 1972. Trabalhava no *Jornal da Bahia* e na sucursal de *O Globo* quando percebeu que estava sendo vigiada. Quando de sua prisão em 22 de outubro de 1973, mesmo dia em que ocorreu a prisão de Gildo, foi levada para a sede da Superintendência da Polícia Federal, na Praça Cairú, centro de Salvador, e no dia seguinte para o Quartel do Forte de São Pedro.

Durante uma das sessões de torturas no Quartel do Barbalho na noite de 25 de outubro, data presumida da transferência de seu marido desse mesmo quartel em Salvador, para Recife, ouviu de um dos torturadores, sem poder ver quem falava porque tinha os olhos vendados, que "Gildo foi levado para uma longa viagem". Em 1º de novembro o capelão do Exército em Salvador (VI Região Militar) levaria à sua cela um jornal com a notícia fantasiosa sobre a morte de Gildo num tiroteio no Recife, em 28 de outubro – data presumida de sua morte sob tortura em dependências do Exército.

Mariluce foi libertada em 3 de dezembro de 1973 e a filha do casal, Tessa, nasceu em 18 de junho de 1974.

Em 1982, Mariluce lançou o livro *A Revolta das Vísceras*, onde tenta, pela ficção, recuperar o sofrimento da morte de Gildo e o amor que os uniu.

A certidão de nascimento de Tessa levou quinze anos de luta judicial para incorporar o nome do pai. Nunca Mariluce, Tessa e os pais de Gildo puderam enterrar seu corpo.

Em 1975 Mariluce casou-se novamente, com Rico Marconi, com quem teve outros dois filhos, Elisa e Tiago.

Desde 1969 Mariluce trabalhou nas redações de alguns dos mais importantes veículos impressos do país, incluindo *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Gazeta Mercantil*, *Exame* e *IstoÉSenhor*. Foi editora-chefe da Revista Brasileira de Tecnologia, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Iniciou a implantação do setor de comunicação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), concebeu e desenvolveu o projeto da revista *Pesquisa FAPESP* e é sua diretora de redação. Lançou em maio de 2014 a revista *Bahia Ciência* e iniciou em agosto a implantação de seu projeto Ciência na rua. Tem três filhos e cinco netos.

Ser mãe na ditadura: alguns percursos

por Mariluce Moura

I

A tortura é sempre vil, destruidora, acachapante, aniquiladora – espécie de terror inalcançável pela inteligência de quem a sofre. A tortura sobre o corpo de uma mulher grávida é tudo isso, não em dose dupla, mas elevada a uma potência impossível de determinar em termos matemáticos. Sim, ela atinge imediatamente dois âmbitos biológicos vinculados, um ser e um vir-a-ser. Mas, porque esse ainda inconsciente vir-a-ser sequer pode saber de onde surgem esses tremores terríveis, esses espasmos assombrosos do corpo-lugar em que está aninhado – a alterar para sempre a tonalidade dos eventos no ambiente que o abriga e onde surgirão suas primeiras e mais primitivas percepções –, o impacto, a dimensão da violência da tortura sobre ele permanecerá nas alturas de uma potência imensurável.

II

Compartilhar os dados do desenvolvimento intrauterino de um bebê costuma ser gratificante experiência amorosa para um casal que se engajou conjuntamente na geração desse ser novo. Mas a vivência tão simples e feminina de contar ao parceiro o que disse o médico sobre o tamanho e o peso do bebê ou sobre a força de seus batimentos cardíacos, poeticamente atestada por um frio estetoscópio de Pinard em tempos sem o realismo das ultrassonografias, foi mais uma entre tantas possibilidades cortadas de meu percurso de vida pela ditadura. Entre dezembro de 1973 e junho de 1974, saí a cada mês do consultório do gentil e protetor doutor Elias Darzé, respeitado professor de obstetrícia da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA), vivendo, em paralelo à alegria de saber que o bebê seguia forte e saudável, a aridez extrema, a solidão infinita de um silêncio imposto e intransponível à partilha dessa alegria a quem ela mais de perto falaria e contagiaria, ou seja, o pai. Eu seguia do consultório para a sucursal do jornal onde trabalhava transitando pelo indecifrável de uma súbita inexistência, pelo abismo de um desaparecimento, pelo incompreensível assassinato de Gildo, meu marido, aos 24 anos, sobre mim atirado sem informações verdadeiras, sem dados, sem corpo para enterrar e prantear segundo os ritos de nossa cultura. Mas Tessa nasceu, linda, forte e saudável, em 18 de junho de 1974, e com ela nasceram para mim, ainda bem, experiências profundas de natureza inteiramente diversa.

III

Qual é o momento certo para revelar a uma criança a morte trágica do pai, ocorrida bem antes de seu nascimento, e de cujas reais repercussões sobre sua constituição psíquica, emocional, afetiva, a rigor ninguém sabe? Como igualmente não se sabe da influência de um luto prolongado, ainda que aparentemente domado, da mãe sobre as estruturas em formação da pessoa-filho (neste caso, filha). Tessa soube que o seu pai tinha morrido antes mesmo de completar 3 anos.

Estávamos, no final de 1976, de volta a Salvador, depois de uma estada de nove meses no Rio de Janeiro – aqueles eram tempos de buscas um tanto erráticas. Eu fora para retomar em parte o plano que fizéramos juntos, Gildo e eu, antes de todo o horror de outubro de 1973: mudar para o Rio de Janeiro, onde ele seguiria trabalhando sob falsa identidade até que algum evento lhe permitisse deixar a clandestinidade e retomar uma plena existência legal, enquanto eu faria o mestrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e cuidaria de desenvolver a carreira jornalística num mercado de trabalho mais promissor que o de Salvador. Nossa prisão em 22 de outubro e seu assassinato, provavelmente em 28 de outubro, cortaram esse e todos os planos de vida, todos os sonhos, que tínhamos. Entretanto, em julho de 1975 tornei-me por concurso professora da UFBA e, poucos meses depois, decidi, incentivada pela própria Universidade, candidatar-me ao mestrado na UFRJ. Passei na seleção e comecei a preparar a mudança para fevereiro de 1976. Solicitei transferência de trabalho da sucursal baiana para a sede de *O Globo* (meu contrato com a Universidade era de tempo parcial, eu seguia trabalhando em jornal no outro turno) e tratei de tomar outras providências.

A poucos dias da mudança para o Rio, a UFBA me informou que meu contrato não interessava à instituição, portanto, eu estava demitida (soube que isso ocorreu por determinação do Ministério da Educação, em razão de eu ter sido presa e ter respondido a processo na justiça militar. Em 2008, a Universidade me entregou o documento que comprova a arbitrariedade). Não havia tempo hábil para recuar dos planos e segui em frente. Como sempre fazia nas curtas viagens de trabalho, deixei Tessa com minha mãe, que a adorava e a quem ela era profundamente ligada. Nessa época, meu pai lutava contra um câncer de pulmão e o clima da casa da família, tristonho, difícil, certamente tornou mais dura ainda para Tessa, então com um ano e oito meses, essa separação de mim por três semanas. Hospedada com um casal amigo, enquanto tentava resolver os trâmites para o aluguel de um apartamento, voltei a Salvador para pegar Tessa antes mesmo da resolução das pendências quando soube que a equipe médica que operaria meu pai, no Hospital das Clínicas da UFBA, fechara seu tórax sem fazer a cirurgia. O câncer no mediastino era inoperável àquela altura. Compreendi que ele estava no fim de sua vida. Morreria no começo de maio, a dois meses e meio de completar 59 anos.

Voltei ao Rio com Tessa e com Rino Marconi, colega de faculdade e de trabalho, com quem iniciara uma nova relação no final de 1975. Ele se tornaria de fato meu segundo marido. Hospedados ainda com o casal de amigos, Bernard Van der Weid e Célia Pope, ficamos naqueles primeiros dias cariocas assustados e preocupados com os pesadelos que invadiam o sono de Tessa e a levavam a acordar aos gritos no meio da noite. Cerca de uma semana mais tarde, conseguimos mudar para nosso apartamento e seu reencontro com objetos familiares – sua cama, seus brinquedos, os móveis levados de Salvador – e mais a rotina restabelecida com a ajuda da babá que chegara da Bahia tiveram sobre ela um rápido efeito tranquilizador.

Eu soube que estava grávida novamente pouco antes da rápida ida a Salvador. Vivi num ritmo pesado aqueles meses, indo pela manhã às aulas do mestrado na UFRJ, voltando para almoçar em casa e seguindo depois para o jornal, onde a jornada ia das duas da tarde até quase meia-noite. Rino dedicava, então, mais tempo do que eu a Tessa. Mas

comecei a ter vários episódios de pressão baixa e tonturas durante a gravidez, o que me levou a licenças seguidas, bem como me permitiu estar mais com Tessa, o que eu achei um ótimo efeito colateral desse processo.

Voltamos a Salvador no começo de novembro de 1976, a família ampliada com o nascimento de Elisa em 29 de outubro. Deveríamos permanecer pelo período de minha licença e férias, mas Rino propôs ficarmos de vez porque sua situação de trabalho no Rio era desconfortável. Com alguma relutância, dados meus interesses profissionais e acadêmicos, aceitei. Foi então que matriculamos Tessa na Barca D'Alva, escola que iniciara uma experiência singular de educação de crianças em Salvador, baseada em teorias de Piaget e de Célestin Freinet, mas fortemente influenciada pelas ideias educacionais mais recentes de Agostinho da Silva, de Darcy Ribeiro e, talvez, embora menos claramente, de Anísio Teixeira. Certo dia Glória Carvalho e Aída Vieira, as criadoras à frente da escola, chamaram-me para conversar porque despertavam a atenção delas alguns momentos de distanciamento de Tessa em meio às atividades que desenvolvia com outras crianças.

Aída, que era psicóloga e já estava razoavelmente informada sobre os percalços que enfrentamos e enfrentávamos, acreditava que Tessa se deparava nesses momentos com um "um grande buraco de informação". Ela já estivera em Minas, conhecia os avós paternos, vira algumas raras fotos de Gildo que eu tinha, me ouvira falar dele, mas não sabia onde estava essa pessoa – era uma abstração inalcançável. Ao mesmo tempo em que concordou comigo quanto à necessidade de um eletroencefalograma, já que a mãe fora vítima de torturas, inclusive choques elétricos, no começo da gravidez, propôs-me uma estratégia de comportamento: que passássemos a falar normalmente de Gildo nas situações cotidianas em sua presença. Aída disse-me que tinha certeza de que ela logo iria me perguntar onde estava Gildo. E então eu falaria da morte – e diria também que Rino a escolhera como filha ao me escolher para ser sua mulher. As coisas se passaram então de forma impressionantemente próxima ao que Aída antevira: alguns dias depois de iniciada essa estratégia, nós duas jantávamos, quando Tessa me perguntou onde estava Gildo. Eu segui o roteiro que já tinha em mente e ao final ela me disse: "Então, eu também escolho Rino como pai". Ela falava muito bem, de forma muito articulada e clara. Na manhã seguinte, sentados na mesa do café da manhã, em vez de chamar Rino de Rininho, como fizera até então, disse-lhe: "Pai, me dê a manteiga". Foi com espanto e emoção que ele reagiu à unção inesperada. Em tempo: o eletroencefalograma de Tessa não apontou nenhuma alteração em relação ao padrão.

IV

Quando Tessa tinha entre 6 e 7 anos e eu estava grávida de Tiago, a casa em reforma para abrir espaço a esse novo bebê e Rino usando sua habilidade para construir os objetos que o preencheriam, ela expressou por diferentes meios um intenso conflito emocional em relação ao pai e a seu próprio lugar junto a esse pai, já que havia Elisa e haveria Tiago. Numa das vezes em que foi mais longe nessa expressão, juntando fala, lágrimas e movimento corporal, ela dizia, dirigindo-se simultaneamente a mim e a Rino, que tentava abraçá-la: "Eu quero que você seja meu pai, mas eu não quero que você seja meu pai, eu queria que Gildo estivesse vivo!". Em 1979 ela viajara conosco para Minas, encontrara os parentes paternos, participara da filmagem do documentário *Anistia*, proposto por Rino (e realizado por ele junto com Agnaldo Siri Azevedo e Timo Andrade), depois vira o filme em 1980. Soubera do livro que eu estava escrevendo e soubera que tinha relação com Gildo. Mais tarde participaria intensamente do lançamento desse livro. Eu sentia sempre tamanha delicadeza na forma como as coisas evoluíam que jamais me via segura da mãe que devia ser em relação a esse tema da morte/desaparecimento do pai. Jamais senti meus pés sobre um chão firme lidando com esse repertório tão complexo de emoções, as de Tessa e as minhas mesmo. No fundo, eu só sabia ser a mãe que eu de fato era, corporificada pela mulher um tanto reservada nas expressões afetivas que sou.

V

É muito difícil mensurar, para além da ausência do pai, o significado da falta do nome do pai em uma certidão de nascimento e em outros documentos de identidade para quem carrega tal situação. É difícil compreender a repercussão dessa falta nas formas como uma criança, depois adolescente, mais adiante jovem adulto, se move no mundo e experimenta dificuldade em se apropriar de seu direito pleno de existir, de se exercer livre e vigorosamente como sujeito. É difícil perceber o sentimento de diferença, talvez de inferioridade, que esse buraco de informação é capaz de acionar. A certidão original de Tessa não tinha o nome do pai. Teriam sido necessárias uma certidão de casamento civil e uma certidão de óbito para que o registro de nascimento pudesse ter sido imediatamente feito com o nome também do pai morto. Não havia nem uma nem outra. Gildo e eu nos casáramos no religioso, ele com o nome de Cássio de Oliveira Alves, que usava nos documentos da fase final da clandestinidade – e da vida. E era esse que constava de nossa certidão de casamento religioso. E a ditadura, embora tenha anunciado a sua morte num documento cheio de falácias, não fornecera atestado de óbito nem devolvera seu corpo, o que longamente o lançou à condição de desaparecido. Só em 1997 nos seria entregue uma certidão de óbito, com a estranha declaração de "morto nos termos da lei...". Ou seja, uma não *causa mortis*.

Um processo de investigação de paternidade teve que ser movido por mim contra a família de Gildo (de comum acordo) para que Tessa tivesse o nome do pai. Longamente ele se arrastou na Justiça e, finalmente, teve julgamento favorável no dia em que ela completou 15 anos. No entanto, a certidão, o documento em si, só chegou às mãos dela quando acabara de completar 18 anos. Um ciclo se fechara. E uma dolorosa história permanece em aberto enquanto não forem esclarecidas todas as circunstâncias da morte de Gildo, devolvidos à família seus restos mortais e punidos os responsáveis pelo crime. Estamos hoje diante de quarenta anos de desinformação e impunidade.

"Não tem luto. São vazios"

por Igor Grabois Olímpio

Eu tenho 47 anos e passei toda a infância e adolescência no período da ditadura. De uma certa maneira, me sinto próximo do que se convencionou a chamar de geração de 1968, apesar de ter nascido em 1966, sem ter vivido esse tempo histórico conscientemente, apenas meio que por tabela.

Depois do golpe de 1964, o Maurício Grabois [avô de Igor, comandante da Guerrilha do Araguaia], como é sabido, era dirigente comunista dos mais importantes do Brasil e a perseguição a ele se estendia a toda família. O Maurício era dirigente do PCdoB. Sua companheira, minha avó Alzira também era militante do PCdoB. Minha mãe, Victória; meu pai, Gilberto Olímpio e André Grabois [tio de Igor, irmão de Victória] também eram militantes do PCdoB. Então a família toda era quase que um comitê, quase uma célula.

Quando as crianças nasciam, era na clandestinidade, ou seja, corriam esse risco. Em 1964, 1965, após o golpe, o PCdoB foi buscar áreas para deflagrar a guerra popular contra o regime, a guerrilha rural. Meu pai, e a minha mãe Victória eram responsáveis por prospectar algumas áreas. Então, eles foram para o interior do Mato Grosso na cidade de Glória de Dourados. E foi nessa busca que fui gerado.

Minha mãe não foi para a guerrilha porque engravidou de mim. Foi por isso que ela se tornou uma não combatente do ponto de vista armado. E entre 1966 e 1971, a vida tinha uma certa aparência de normalidade. Meu pai vinha de quatro em quatro meses cumprir tarefas em São Paulo, então o meu convívio com ele foi nesse período. A última vez que eu o vi, foi em abril de 1971. Eu tinha de 4 para 5 anos e tenho lembrança nítida dessa última vinda. Inclusive essa foi uma última recepção familiar, quando houve uma grande reunião na Praia Grande.

Igor com sua mãe Victória
Arquivo pessoal – Reprodução da Revista Brasileiros

> "A partir de abril de 1972, eu passei a me chamar Jorge. Esse segundo nome, essa segunda pele, durou oficialmente até 1982. De vez em quando, até hoje, quando alguém chama por Jorge eu olho para trás"

E o Maurício, meu avô, passava um período no Araguaia e outro período em São Paulo, exercendo a direção do PCdoB num revezamento com o João Amazonas.

A última vez que eu o vi, foi no reveillon de 1971 para 1972. Também tenho lembranças nítidas dele que são anteriores às do meu pai. Me lembro do meu avô num apartamento que moramos do Ipiranga. Nesse período de 1966 a 1972, moramos em algumas casas. Primeiro, no Ipiranga. Depois, num apartamento no Paraíso, de onde tenho lembranças. Depois fomos morar numa casa de cômodo no Jabaquara.

Quando se deflagra o Araguaia, logo em seguida essa casa do Jabaquara é abandonada e se consegue uma no Brooklin. É aí que as coisas começam a perder essa cara de normalidade. Em 1971, quando eu tinha 5 anos, a Victória conseguiu uma certidão de nascimento para mim, como mãe solteira. Ela foi ao bairro de Cascadura, no Rio de Janeiro, olhou uma casa, anotou o endereço, número. Foi a um cartório próximo e disse: "Eu vim registrar meu filho, ele tem 5 anos, nasceu nesse endereço, em casa", e mostrou o tal endereço.

A partir daí eu passei a me chamar Jorge de Freitas. Todos tinham nomes trocados. A Victória chamava Tereza de Rosa Freitas, a minha avó Alzira nunca tirou documentos ilegais, mas também não usava o nome Alzira, era Dona Maria.

A partir de abril de 1972, eu passei a me chamar Jorge. Esse segundo nome, essa segunda pele, durou oficialmente até 1982. De vez em quando, até hoje, quando alguém chama por Jorge eu olho para trás.

Essa casa do Brooklin tinha uma função política. Ela não era só uma casa e vim saber isso bem depois. O segundo andar era completamente vedado a qualquer criança que porventura ficasse minha amiga, que fosse frequentar essa casa. Ninguém podia ter acesso ao meu quarto. Mas quando eu ia na casa de outras crianças eu tinha acesso ao quarto delas.

E aí, com 6, 7 anos eu pergunto: "Cadê meu pai, cadê meu avô?" E como resposta, ouvia: "Ah, eles estão trabalhando, e o trabalho é fora de São Paulo, estão trabalhando". Só que esse

trabalho nunca permitia folga, era uma espécie de trabalho eterno. Era uma desculpa e eles iam enrolando. Funcionou durante um período, com 7, 8 anos. E depois parou de funcionar.

No segundo andar dessa casa, no meu quarto particularmente, tinha uma parte da biblioteca do PCdoB, com as obras completas do Stalin, livros do Lênin, do Marx, do Mao, em francês e em espanhol, nunca em português. E não era uma biblioteca com estante, não. Os livros ficavam em um saco de viagem, que fechava com zíper. Em cima, iam três ou quatro camadas de jornal envolvendo grupos de volumes. E no armário, em algum lugar intocado também tinha uma parte das finanças do PCdoB que ficavam meio que escondidas ali.

E nessa casa o João Amazonas vinha, de quinze em quinze dias. A história de fachada para a vizinhança era que ele era irmão da minha avó Alzira, e que era meu tio José. A última vez que o Amazonas esteve em casa foi antes da queda da Lapa, em 1976. Depois ele foi para o exílio. Foi mais uma figura masculina que também desapareceu do mapa. Simplesmente as pessoas iam literalmente sumindo do pedaço. Primeiro meu pai, depois o Maurício, depois o Amazonas. Então todas as figuras masculinas da família desapareciam.

Vivemos oito anos nessa casa do Brooklin. Na vizinhança, o que se ouvia era Roberto Carlos. No domingo, era Silvio Santos o dia inteiro na tevê. Era aquele bombardeio de propaganda do regime, via Silvio Santos, via Roberto Carlos. Inclusive havia aquele anúncio: "Este é um país que vai para frente".

Eu era regularmente matriculado no ensino oficial do Estado de São Paulo onde também tinha o culto à ditadura. Por exemplo, imagina eu ter que fazer um trabalho marcando a data do dia 31 de Março?

Nessa vida preenchida por vazios e cercada por mistérios, tem um episódio: a minha avó fazia contatos com o Carlos Danielli em pontos. No último ponto que ela fez com ele antes de ser assassinado, ele disse: "Aquela casa é insegura, tem que ter um cachorro". E não sei como, mas ele arrumou um cachorro, que mais tarde eu vim saber que era uma mistura de Pastor Alemão com Collie. Minha avó chegou um dia com um cachorrinho pequeninho, que se tornou um bicho do tamanho de um bonde, que ocupava o quintal.

O João Amazonas tinha verdadeiro pavor desse cachorro. Ele era proibido de entrar em casa e quando ele entrava o Amazonas corria pelas escadas fugindo. Naquela situação de clandestinidade, o cachorro se converteu em um problema, porque a vizinhança reclamava, ele latia e só duas pessoas conseguiam lidar com ele, eu e minha avó.

E um belo dia aparece um cidadão com uniforme da Força Pública dizendo: "Vim buscar o cachorro". Foi mais um desaparecimento, mais um vazio nesse período. A desculpa era "O cachorro vai treinar e volta". Nunca mais voltou.

> "A notícia do desaparecimento do meu pai, do meu tio e do meu avô chegou em 1974, quando o Amazonas trouxe as informações. O desaparecimento deles ocorreu com meses de diferença"

A partir de 1976 foram desfeitos os dois últimos contatos com o PCdoB que eram o João Amazonas e Elza Monnerat. O primeiro estava fora do país e Elza foi presa na queda da Lapa [dezembro de 1976], aí se perde o contato com o PCdoB e se perde o contato também com a família. Quem fazia a ligação com a família era a irmã do Maurício Grabois, a Maria Grabois que era uma médica no Rio de Janeiro.

Com o nome de Tereza, em 1975, minha mãe fez o vestibular e entrou na faculdade de Letras de Moema. Ela também foi aprovada na USP e na PUC, mas era impossível frequentar uma das duas por questões de segurança e a faculdade de Moema era mais discreta. A partir de 1976 ela assume aulas como professora temporária e começou a fazer parte da Associação dos Funcionários Públicos de São Paulo. Em 1978, quando começaram as greves, a Apeoesp começou a se destacar como entidade representativa dos professores. Antes de cair a ficha que era uma violação de segurança muito grave, minha mãe já estava no comando de greve. E tudo isso sem contato com o PCdoB.

A notícia do desaparecimento do meu pai, do meu tio e do meu avô chegou em 1974, quando o Amazonas trouxe as informações. O desaparecimento deles ocorreu com meses de diferença. Meu pai e o meu avô, foi no mesmo dia, 25 de dezembro. Natal de 1973. O André foi em outubro. Isso também eu fui descobrir depois em conversas quando comecei a reconstruir toda a cena.

Bem, a partir de 1977, 1978, eu já começo a chegar à conclusão que esse negócio de trabalho era conversa fiada. Aí eu pensei: "Como é que eu vou resolver esse mistério?". A primeira coisa que faço é abrir a biblioteca do PCdoB. Então, com 11 anos eu comecei a ler algumas coisas. Li *Esquerdismo, a Doença Infantil do Comunismo* de Lênin e não entendi nada. Tinha um livro em espanhol que era em conjunto com chineses com soviéticos. Era um artigo chinês, um soviético, louvando a unidade inquebrantável da União Soviética com a China, a pretexto dos 90 anos do Lenin.

Em 1978, foi relançada a coleção *Os Pensadores*. Eu comprei um Marx, o segundo volume, que tenho até hoje. É um volume meio afetivo. Então fui ler *Salário, Preço e Lucro*.

Então, a partir de 1978, as perguntas começam a ser feitas e elas não são respondidas. Até que um dia, em setembro de 1979, numa revista *IstoÉ*, tinha uma matéria: "Com Stalin no leme, PCdoB volta à cena!" e uma baita foto do Amazonas, assim logo após a Anistia. Eu pensei: "Opa, conheço esse cidadão aqui da fotografia". Fui lendo e uma certa hora diziam: "Os que fundaram o PCdoB, João Amazonas, Maurício Grabois". Tinha uma Grabois na parada como a minha tia Maria. Aí eu chamei a Victória, a minha mãe e disse: "Olha, essa situação aqui que a gente vive, tem a ver com isso".

Foi o dia em que a Victória sentou e contou a história toda. Foi assim, de uma vez só, um choque anafilático. Entendi todo o mistério, o porquê daquele medo, os segredos, por que os vizinhos não podiam saber, por que as crianças não podiam subir no segundo andar da casa.

Nesse dia eu passei a fazer parte da célula do PCdoB ou do que sobrou do PCdoB, onde o debate era o seguinte: sai da clandestinidade agora ou espera o João Amazonas vir fazer o contato e dar o aval do Comitê Central para sair da clandestinidade?

Foi um debate torturante que durou uns três meses. E os exilados voltavam. O primeiro do PCdoB que voltou foi o Diógenes Arruda, que a gente nem conhecia. Com a anistia, a Elza Monnerat é solta do presídio político feminino. E a partir daquele momento era fuçar as listas da volta dos exilados que eram publicadas. "Hoje está voltando Prestes, hoje está voltando o Brizola, hoje está voltando o Gabeira, está voltando o Franklin Martins", e o Amazonas nunca que voltava.

Então, qual era a conclusão? De que o PCdoB não estava acreditando na abertura, na anistia, essa deveria ser a linha política, ou seja, o pessoal estaria achando que os retornos eram para botar a cabeça de fora para eles cortarem. Então a gente não saiu da clandestinidade.

E aí descobrimos pelo jornal que o Amazonas estava vindo, primeiro para o Galeão, no Rio e depois para Congonhas, em São Paulo. Quando ele veio, ele não tinha casa para ficar no Rio de Janeiro. O PCdoB procurou a minha tia Maria Grabois pedindo para abrigar o Amazonas por uma noite na volta dele. Então ele e a Elza Monnerat ficaram na casa do meu tio avô Jaime Grabois, que é irmão também do Maurício. Minha tia Maria perguntou a ele sobre a situação de minha mãe e minha avó Alzira, e ele não respondeu nada.

Em 25 de novembro de 1979, eu e a Victória fomos para o aeroporto de Congonhas receber o João Amazonas. Ficamos em um canto com pessoas que estavam esperando passageiros comuns. Enquanto isso, estava lá a turma com faixas, "Vale do Ribeira recebe Amazonas", e o pessoal gritava "Um, dois, três, quatro, cinco mil, queremos um Araguaia em cada canto do Brasil". Essa era a palavra de ordem do pessoal do PCdoB e aquela explosão do pós-anistia. Nós ficamos ali, eu fiquei em um fascínio inacreditável.

Sai o Amazonas, aquela corrente humana. Ele ia ser levado diretamente para o Sindicato dos Metalúrgicos, se não me engano. Era o Zé Duarte segurando ele num braço e o Diógenes Arruda no outro. Essa cena eu me lembro como foto e me lembro como cena de filme. A Elza Monnerat vinha atrás. A Victória disse que ela pensou em segurar a Elza, tinha que ter segurado, mas ela não teve coragem. Voltamos para casa para o velho debate. Aquela agonia de Pilatos: "Sai da clandestinidade ou não sai da clandestinidade?" Nessa época eu já participava do debate: "Pelo amor de Deus, vamos sair da clandestinidade, vamos voltar para o mundo dos vivos".

Isso [postura do Comitê Central em deixar a família sem notícias e sem orientação do que fazer a respeito da clandestinidade] é injustificável. Tinha as notícias, teve o contato com a família, via Maria Grabois, via Jaime Grabois, então é absolutamente injustificável. Isso é uma das coisas que está inclusive na nossa briga com o PCdoB.

> "Isso [postura do Comitê Central em deixar a família sem notícias e sem orientação do que fazer a respeito da clandestinidade] é injustificável"

Tanto que, quando o Amazonas morreu, em 2002, eu já não tinha nenhuma relação política, pessoal ou afetiva com ele. É uma figura que marcou a minha formação, o que é inegável.

Com a Elza a gente teve mais contato porque ela morava no Rio, frequentava muito a nossa casa. Ela perdeu o peso político. Era do Comitê Central porque era uma pessoa histórica, mas não tinha uma tarefa política propriamente dita. Ela fazia algumas atividades de apoio, dava depoimentos, falava das questões históricas. A última tarefa dela era assistente da fração dos familiares de mortos e desaparecidos políticos do PCdoB.

Sobreviver na clandestinidade, eu era a única criança que não tinha primo, que não tinha tio, não tinha primo, que não tinha família. O Joca [João Carlos Grabois, filho de André Grabois], por exemplo, eu não sabia da existência dele, só fui conhecê-lo em 1980.

A outra coisa, é que também não tinha passado. Quem era o meu avô, meu bisavô? Eu não tinha passado. Qual era a identidade familiar, qual era a identidade étnica? Também não tinha lugar. Era São Paulo, Rio, eu não tinha lugar, um local. Nasci no Rio, morava em São Paulo, mas o ar de provisoriedade dos lugares era muito grande.

Havia motivos para se ter uma preocupação de segurança, mas elas acabavam virando verdadeiro exercício de paranoia. Qualquer cidadão esquisito que passava na rua era da polícia fazendo a campana e levantando os dados da casa para eles entrarem lá.

A Liana Casaroli, que já é falecida, se tornou uma grande amiga da minha mãe. Elas se conheceram na porta da escola particular que eu estudei um ano, no Brooklin. Ela se tornou a melhor amiga da minha mãe e uma pessoa de confiança naquele momento. Ela era a única pessoa que inclusive, dentro daquela comunidade que a gente vivia, tinha uma visão mais arejada, uma visão de oposição ao regime.

Quando teve a queda da Lapa, havia a preocupação que alguém abrisse sob tortura os dois aparelhos, as duas casas fortes do PCdoB.

Soubemos da Chacina da Lapa pela imprensa, no *Jornal Nacional*. Foi uma crise, um choque. Eu não sabia, mas a Victória e a Alzira, minha mãe e minha avó, ficaram apavorados quando viram aquilo. O Comitê Central do PCdoB tinha sido atacado, Pedro Pomar e o Ângelo Arroyo, tinham sido assassinados e a Elza Monnerat e o Wladimir Pomar, tinham sido presos. Essas pessoas eram as referências orgânicas delas.

O *Jornal Nacional* falava em aparelho terrorista desmantelado, dois terroristas mortos em confronto com policiais. Foi aquela matéria do *Jornal Nacional* e saiu no dia seguinte no *Estadão*, no *Jornal da Tarde*, na *Folha da Tarde*. Aquela foto do *Jornal da Tarde* ficou guardada lá na biblioteca do PCdoB. A porta da casa da Lapa metralhada.

Qual era situação? Podia cair a casa, nós podíamos cair, então a Victória correu lá na casa da Liana Casaroli e disse: "Olha, fica com o Jorge que eu preciso fazer uma viagem com urgência e daqui a três dias eu venho buscá-lo. Se eu cair preserve o Jorge". A Victória tinha a confiança que se acontecesse alguma coisa a ela, a Liana seguraria a minha onda lá de criação. Eu tinha 10 anos.

Em novembro de 1979 o Amazonas volta, não faz contato e não sei se foi por votação ou por imposição, eu e a Victória dobramos a Alzira e a Victória saiu a campo para buscar um advogado para poder promover nossa saída da clandestinidade.

O advogado que se conhecia, era um que aparecia muito na televisão, defendendo os presos políticos, que era o Luiz Eduardo Greenhalgh. Ela marca uma reunião e chega dizendo: "Sou a Victória Grabois, filha de Maurício Grabois e estou na clandestinidade". O Luiz Eduardo deu algumas orientações jurídicas. A primeira foi: "Saia de São Paulo, vá para o Rio buscar abrigo da família lá no Rio".

Como a Victória dava aula no Estado, com holerite e coisas do gênero, a orientação foi para simplesmente não renovar o contrato de ACT. Ela tinha comprado um carrinho e o Greenhalgh deu um jeito de vendê-lo na boca do lixo. O carro ajudou a fazer a mudança.

Então a Victória tirou documentos como Victória Lavínia Grabois Olímpio. Ela tirou carteira de identidade, CIC e título de eleitor aos 36 anos, independente do que aconteceria com os documentos ilegais. E entrou-se com o processo com base na Lei da Anistia. O artigo que se usou foi o crime conexo da anistia. Porque o crime da Victória era de falsidade ideológica, que era um crime do Código Penal. E tinha que se colocar esse crime como conexo da anistia. Ou seja, até a tragédia que a gente viveu, o crime conexo da anistia é o que anistiou os torturadores, é o artigo primeiro da Lei da Anistia.

Entrou-se com um processo para, com base na Lei da Anistia, recuperar todos os documentos que estariam porventura como Tereza da Rosa Freitas ou como Jorge Freitas. E então transformar em Victória Grabois e Igor Grabois os documentos que foram obtidos no período da clandestinidade.

O meu caso era o mais grave. Eu estava na sétima série, e ainda fiz a oitava série e o primeiro ano do Ensino Médio como Jorge. Fui até para uma escola da Comunidade Judaica que aceitava me tratar formalmente como Igor mesmo meus documentos sendo Jorge. Foi uma saída enquanto o processo não rolava.

Essa situação toda virou inquérito policial. O Delegado da Polícia Federal, Veronezzi, que presidiu o inquérito policial, apreendeu os documentos. E houve uma espécie de lobby para o Conselho Estadual de Educação aprovar que o nome Igor Grabois poderia constar nos meus documentos, histórico escolar. A partir dessa resolução do Conselho Estadual de Educação eu fiz universidade, concurso público e nunca ninguém questionou nada.

O diploma da Victória também foi outra briga. Foram uns três ou quatro anos de briga no MEC.

Em novembro de 2009, eu fui anistiado. O relator, Rodrigo Gonçalves, fez um parecer muito bonito. Ele tinha que justificar a anistia pelo Código Civil, com um período de perseguição. Ele teve que arrumar um argumento para quantificar essa perseguição. Porque sofri perseguição a vida inteira, em qualquer momento entre o dia em que eu nasci até a anistia e o dia dessa resolução do meu parecer do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro.

Se formos fuçar um pouquinho na Escola Estadual Mário de Andrade ou na Direção Regional de Ensino lá de Santo Amaro, é capaz de encontrar lá o histórico escolar do Jorge Freitas.

Todas as notícias das mortes eu tive posteriormente aos acontecimentos. O desaparecimento do meu pai, do meu avô, do meu tio, a queda da Lapa, tudo isso eu fui saber pós-anistia. Ou seja, é como se eu tivesse uma vida até a anistia e passasse a ter uma outra vida a partir disso. É um corte.

"Soubemos da Chacina da Lapa pela imprensa, no *Jornal Nacional*. Foi uma crise, um choque"

O desaparecimento do meu tio, o André foi em outubro de 1973. O desaparecimento do meu pai e do meu avô foi em 25 de dezembro de 1973, no Araguaia.

As datas anteriores eu não tinha conhecimento. A única coisa que eu me lembro é o terror da minha avó e da minha mãe na hora em que veio a notícia na Globo: "Estourou a Lapa, terrorista, não sei o quê, morreram em combate, em enfrentamento", mas eu não sabia o que aquilo significava. Eu não consegui relacionar o terror com a notícia e com os três dias que fiquei na casa da Liana Casaroli. Nunca me foi falado assim: "Caiu o comitê central do PCdoB, nós estamos isolados do PCdoB, perdemos o contato". Isso nunca foi discutido comigo, só foi discutido lá em setembro de 1979, ou seja, todo esse período foi no escuro.

Então, não tem luto. São vazios. Meu pai não vem mais, meu avô não vem mais, o cachorro é mandado para treinar, o Amazonas para de vir, vão abrindo vazios. E é engraçado, porque mesmo sendo da primeira infância, dessas pessoas eu tenho a memória muito nítida.

Por exemplo, quem me ensinou a jogar xadrez? Foi o Amazonas, quando eu tinha 9 anos. Nesse período, eu tinha uma relação assim meio de avô para neto com o Amazonas. Depois foi um distanciamento só, mas nesse período da clandestinidade era uma proximidade muito grande. São vazios, então não tenho uma elaboração de luto.

Com a lei 9140/95, o governo brasileiro fala assim: "Busquem seus atestados de óbito, porque o governo brasileiro, o Estado brasileiro considera os desaparecidos mortos". Então, em 1995, minha mãe foi lá no cartório de pessoas naturais do Rio de Janeiro buscar o atestado de óbito de meu pai. Nele, consta: morto segundo a lei 9.140 de 95. É isso que está escrito no atestado de óbito do meu pai. Isso foi necessário porque senão a vida civil não prosseguia. Minha mãe se casou de novo, teve outro filho com outro companheiro. Então toda essa normalização da vida civil dependia disso. Mas esse atestado de óbito também não foi uma elaboração de luto.

Eu fui ler o Relatório Arroyo só em 1980. O [Angelo] Arroyo foi um membro da Comissão Militar da Guerrilha do Araguaia que sobreviveu à guerrilha, retomou o contato com a direção do PCdoB, e apresentou um relatório pormenorizado do ponto de vista do que ele viu. O relatório é a principal fonte que a gente tem até dezembro de 1973.

A figura do Maurício Grabois é sempre um modelo. Apesar de eu conhecer o Maurício como avô, o Maurício lenda sempre foi forte, referência de gerações de militantes, eu passei a vida encontrando antigos militantes que me falavam assim: "Conheci o teu avô, reuni com teu avô, estive com teu avô em local tal". Ou seja, grande parte dos militantes comunistas do Brasil, até de uma certa idade, eu sei que hoje seriam mais de 75 anos, vamos dizer assim, eu acho que até contemporâneos dele, conheceram o Maurício. Ele sempre foi uma referência. Além de ser uma figura familiar, ele meio que se converte em uma figura mítica.

Já o meu pai, eu fui redescobri-lo na idade adulta. Meu pai não tinha essa referência toda, há poucos militantes que conheceram ele. Meu

pai militou na juventude do Partido Comunista em 1958-1962, foi dirigente quando o PCdoB era um partido muito pequeno e a partir de 1964 foi para a clandestinidade. Boa parte dos militantes que conheceram o meu pai morreram. De vez em quando alguém fala dele, da guerrilha. Fui redescobri-lo com os velhos comunistas da Zona Leste, com as referências familiares e com os amigos dele. A descoberta do meu pai foi a partir da vida adulta, já tem mais de vinte anos que isso aconteceu.

Meu pai parece ser uma pessoa mais humana. Parece mais um ser humano do que o Maurício Grabois que tinha essa dupla presença, uma presença afetiva e ao mesmo tempo uma presença política muito grande. Algumas pessoas dizem que isso dá divã para muitos anos, como sempre me recusei ao divã, então...

Eu estive lá [na região do Araguaia] muito tardiamente, em setembro de 2011. Eu queria muito ter ido antes, mas só consegui ter a oportunidade de ir agora no Grupo Trabalho Araguaia.

Até hoje eu não consegui ler o que dizem ser o diário da guerrilha, do Maurício Grabois, que foi publicado na revista *Carta Capital*. Justamente pelo fato de esse diário não ter uma fonte comprovada, com certeza tem um filtro. Todo mundo sabia da existência desse diário que o Maurício mantinha. Esse diário estava com ele quando foi morto. O Exército teve acesso aos pertences dele e o diário virou um troféu de guerra. Ele foi soterrado em algum arquivo, pode ter sido até surrupiado como troféu pessoal de algum participante ali da repressão, a gente não tem como saber. Provavelmente está em algum arquivo. E uma versão desse diário foi manchete na *Carta Capital*.

A minha mãe leu e acha que tem elementos verdadeiros. Ela reconhece o pai no diário. Tem uma passagem em que o Maurício fala de mim, fala do meu aniversário. Eu só passei os olhos, não tive coragem de ler, mas pelo que eu vi, só tem coisas cotidianas, não fala de ações da guerrilha. Parece que o pessoal estava ali o tempo todo caçando jabuti, procurando água no rio, coisas do gênero. Então com toda a certeza ele é uma versão, não é um diário completo. Então eu não quis ler com esse filtro.

Estamos em contato com os familiares. E há o peso dos familiares dos guerrilheiros com a condenação do Brasil na Corte Interamericana.

> “Então, não tem luto. São vazios. Meu pai não vem mais, meu avô não vem mais, o cachorro é mandado a treinar, o Amazonas para de vir, vazios vão abrindo vazios”

Sabemos que a solução para o pleito dos familiares é muito simples, é a abertura dos arquivos. Numa reunião conosco, o Ministro [da defesa] Celso Amorim quis dar a impressão que tinha uma caixa. Aí a Marinha pegou a sua caixa, a Força Aérea pegou a sua caixa, o Exército pegou a sua caixa e eles incineraram. Então cada um incinerou a sua caixa e nós não temos nenhuma notícia.

Nessa mesma reunião eu citei para o Ministro que o Ruy Barbosa tinha mandado queimar os documentos da escravidão e o máximo que ele conseguiu fazer foi queimar os assentos de vendas de escravos no Rio de Janeiro. O Ruy Barbosa não conseguiu porque se fosse queimar, ele teria que queimar o país. Porque a escravidão foi o retrato do país, como a ditadura foi o retrato do país. Então queimar arquivo é queimar o país.

Por que essa recusa tão grande do Exército Brasileiro em abrir os arquivos? Porque se abrir os arquivos, as classes dominantes vão se olhar no espelho. Quantos da burguesia brasileira, quantos do empresariado, quantos da política, quantos militares inclusive alguns mais novos vão se enxergar, vão se ver nesse apoio, nessa colaboração, nesse apoio da ditadura?

E a questão dos corpos? A questão das ossadas? Há notícias lá do Araguaia, que em 2001 o Exército fez uma operação limpeza. O [major Sebastião] Curió, que é militar e é político, tem até uma cidade com o nome dele, Curionópolis, ele reúne as pessoas de confiança dele que participaram como guias e assassinos junto com o Exército.

Eles estão morrendo, alguns são assassinados. Dos cinquenta que receberam a carteirinha de Delegado – que o povo lá chama de Delegado calça curta, porque o Curió deu uma carteira de Delegado da Secretaria de Segurança do Pará para cada um dos cinquenta homens de confiança dele – uns 25 tiveram morte violenta.

Foi queima de arquivo, porque eles se tornaram assassinos no Araguaia e depois viraram assassinos de aluguel, pistoleiros, mataram camponeses nos conflitos de terra.

Sobre a questão dos corpos, por que se acharam [os restos mortais de] Maria Lucia [Petit] e Bergson [Gurjão Farias]? Primeiro foram os esforços da Crimeia [de Almeida], da Amelinha [Teles], da Victória [Grabois], da Laura [Petit] de irem lá na região, de identificarem aquele cemitério de Xambioá. Foram lá e conseguiram abrir, identificar, e foi uma luta para identificar também. E a outra questão é que esses dois foram mortos logo no início, que até que a tecnologia, vamos dizer assim, de ocultação de pistas e dos corpos ainda não estava tão desenvolvida.

Os demais, de outras regiões, muito provavelmente, é duro dizer isso, mas em função dessas diversas operações de limpezas a dificuldade é muito grande de achar os demais corpos. Então se não se acham os corpos, é porque houve a operação limpeza.

IGOR GRABOIS OLÍMPIO nasceu em 9 junho de 1966. Filho de Victória Grabois e Gilberto Olímpio é professor universitário e economista formado pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

1

2

3

1. *Victória e Alzira em manifestação no Rio de Janeiro segurando cartaz e fazendo denúncia sobre os desaparecidos do Araguaia*

2. *Foto de carteira de identidade de Maurício Grabois*

3. *Maurício discursando na abertura da Assembleia Nacional Constituinte, 1946. Ele foi um dos três deputados da bancada do PCB eleitos pelo Distrito Federal para a Constituinte*

4

5

6

7

4. *Gilberto na Checoslováquia, 1961. Lá cursou engenharia e conheceu Osvaldão, outro importante líder do Guerrilha do Araguaia*

5. *Gilberto Olímpio Maria*

6 e 7. *Carteira de estudante de Igor com nome que usava na clandestinidade. Arquivo pessoal – Reprodução da Revista Brasileiros*

Gilberto Olímpio Maria nasceu em 11 de março de 1942, em Mirassol (SP), filho de Antônio Olímpio Maria e Rosa Cabello Maria. Desaparecido em 25 de dezembro de 1973. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Mudou-se para São Paulo (SP) onde estudou no Colégio Sarmiento. Pertenceu ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, depois, ao PCdoB.

Em 1961, viajou para a Checoslováquia para estudar Engenharia. Dois anos depois, retornou ao Brasil, com Osvaldo Orlando da Costa ("Osvaldão", desaparecido em 1974), de quem se tornara amigo. Trabalhou no jornal *A Classe Operária*, periódico clandestino editado pelo PCdoB, até o golpe militar de abril de 1964, quando passou a viver na clandestinidade.

Em 30 de dezembro de 1964, casou-se com Victória Grabois, em Araraquara (SP). Em 1964, Victória e Gilberto, junto com os companheiros Osvaldo Orlando da Costa (Osvaldão) e Paulo Mendes Rodrigues foram destacados pelo Partido a atuarem no oeste de Mato Grosso. Realizaram trabalho de massa junto aos camponeses e, também, no reconhecimento do território, visando à instalação da guerrilha. Em 1965, foram obrigados a abandonar o trabalho por problemas de segurança. Em 1966, nasceu seu filho Igor. Nesse mesmo ano, viajou para a China, onde realizou treinamento de guerrilha.

Retornando ao Brasil, morou em diversos locais do interior do país, inclusive em Porto Franco (MA) com João Carlos Haas Sobrinho (desaparecido em 1972), com quem se mudou mais tarde para a região de Caianos, próxima ao rio Araguaia, no sudeste de Pará.

Era conhecido como Pedro. Na guerrilha atuava na comissão militar e, posteriormente, foi comandante do Destacamento C com Dinalva Monteiro Teixeira, a Dina (desaparecida em julho de 1974).

Com Paulo M. Rodrigues e outros companheiros fundou o povoado de São João dos Perdidos, Distrito de Conceição do Araguaia (PA).

Victória Lavínia Grabois Olímpio nasceu em 01 de novembro de 1943, filha de Alzira da Costa Reis e de Maurício Grabois, histórico dirigente comunista. Victória e sua família eram militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Iniciou sua militância em 1963, durante o movimento estudantil. Após o golpe de 1964, foi expulsa do curso de Ciências Sociais da Faculdade Nacional de Filosofia (pertencente à atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)). Com a perseguição política, a família mudou-se para São Paulo e entrou para a clandestinidade. Conheceu Gilberto Olímpio Maria, no Rio de Janeiro, quando ele voltou Checoslováquia e com ele se casou.

A partir de 1966, militantes do PCdoB foram deslocados para a região do Araguaia, onde se desenvolveria a guerrilha contra a ditadura militar. Entre 1966 e 1969, seu pai, Maurício; seu irmão André e seu marido, Gilberto também se transferiram para a região. Victória só não foi para o Araguaia porque estava grávida. Maurício Grabois, André Grabois e Gilberto Olímpio foram assassinados pela ditadura militar e são até hoje desaparecidos políticos.

Enquanto sua família estava no Araguaia, Victória, que já vivia na clandestinidade, seguiu morando em São Paulo, adotou uma nova identidade, teve de registrar seu filho Igor com nome falso e mudava constantemente de casa. Ao todo, viveu dos 20 aos 36 anos na clandestinidade.

Após o decreto da lei da anistia em 1979, Victória voltou para o Rio de Janeiro, procurou um advogado que defendia presos políticos, tirou novos documentos e finalmente saíram da clandestinidade. Professora aposentada do ensino médio, é presidente do Grupo Tortura Nunca Mais (RJ) e integrante do Fórum Feminista do Rio de Janeiro.

A vida na clandestinidade de meu filho

por Victória Grabois

Igor, meu filho, nasceu na clandestinidade e só voltou ao convívio social aos 13 anos de idade. Eu conheci seu pai Gilberto Olímpio Maria, no final de 1963 e imediatamente nos apaixonamos. Nossa relação era de muito amor e carinho. Marcamos nosso casamento para abril de 1964, mas o golpe militar frustrou nosso desejo e só nos casamos em 30 de dezembro desse mesmo ano.

Após o nosso casamento, fomos morar em Guiratinga, cidade situada no oeste de Mato Grosso. Lá, ao lado de Osvaldão [Osvaldo Orlando da Costa] e Paulo Rodrigues, também desaparecidos, formamos um grupo de reconhecimento, tendo como meta estudar e pesquisar o local mais adequado para iniciar o movimento de resistência à ditadura militar.

No final do ano de 1965, por problemas de segurança, fomos obrigados a abandonar o trabalho que desenvolvíamos e voltamos para a cidade de São Paulo. Nessa época, mudei meu nome para Teresa, por medida de segurança.

Em setembro de 1965, soube que estava grávida. A reação de Gilberto foi de muita alegria, assim como a de meus pais. A minha gravidez foi muito festejada, afinal o bebê que iria nascer seria o primeiro neto do lado materno e paterno, o primeiro sobrinho. Da mesma forma, minhas amigas da Faculdade ficaram exultantes com a chegada do primeiro filho da "turma".

Em 9 de junho 1966, nasce nosso filho Igor. Após alguns meses, Gilberto retorna ao interior, indo morar no Maranhão com meu irmão, André Grabois e com o médico João Carlos Haas.

Durante o período em que meu marido esteve no Araguaia recebi duas cartas no ano de 1970 e uma em 1971. Nas cartas, Gilberto dizia que estava bem e que se preocupava com a educação do nosso filho:

"(...) quanto ao Marcelo , cresceu muito? Dê um abraço nele e agradeça pelo desenho. Estava bacana. Espero que ele tenha um aniversário feliz. Outra coisa, não deixe que ele se crie demasiado mimado. Permita que ele vá desenvolvendo os seus problemas. Não deixe que o tratem como se ele fosse de vidro. Diga a ele que se eu pudesse estaria brincando a vida toda com ele, de esconder e de outras brincadeiras e passearia muito também. Dê um abraço nele por mim. Sem choro, ele não se justifica".

A última vez que encontrei Gilberto foi em 2 de maio de 1971. Igor e eu o levamos até a rodoviária de São Paulo (SP), de onde ele partiria para o interior do país. Tivemos uma despedida muito triste, chorávamos os três. Igor, com apenas 4 anos, percebia muito bem a triste situação. Naquele dia, tive a percepção que nunca mais veria meu marido.

Quando soubemos que o Exército havia iniciado sua operação na região, minha mãe, Igor e eu tivemos que sair da casa onde vivíamos para outra casa. Gilberto e meu pai conheciam nosso endereço e tivemos medo que eles fossem presos e obrigados a informar nosso paradeiro.

Para preservar a integridade da minha família, precisei trocar o nome de meu filho. Como ele era muito pequeno, iria completar 6 anos, dei a seguinte explicação: Igor é nome russo, ele iria se matricular em uma escola de maior porte e, no Brasil, não se aceitava nomes estrangeiros. A partir daquela data ele se chamaria Jorge, tradução de Igor. Prontamente, meu filho aceitou a minha explicação. Igor é muito inteligente e percebeu que teríamos que viver de forma discreta.

Desde a ida de Gilberto para o Araguaia assumi a função de pai e mãe do meu filho. Fiquei com a enorme responsabilidade de educá-lo sozinha. As circunstâncias eram desfavoráveis, a vida clandestina é uma situação de risco, a qualquer momento poderíamos ser descobertos pelo Exército.

Esse momento foi um dos mais difíceis da minha vida. Perder todos os homens da família e viver na clandestinidade, longe dos amigos e dos outros familiares, sem ter uma identidade própria, trabalhar para sustentar minha mãe e meu filho, foi um sofrimento indescritível. Sentia-me solitária, não suportava os finais de semana, feriados ou férias. Gastava toda minha energia cuidando da educação do Igor e trabalhando como professora em escolas da periferia de São Paulo das sete da manhã até as onze da noite.

Senti-me impotente, sobretudo porque ainda estava na clandestinidade, apesar da vigência da Lei da Anistia. Minha primeira reação foi achar meios para sair da clandestinidade. Eu tive a notícia de que André teria sido morto em 1973, meu pai considerado desaparecido, e de Gilberto... nenhuma notícia.

João Amazonas e Diógenes Arruda, dirigentes do PCdoB, já haviam chegado do exílio, mas nem eles ou qualquer outro membro do Partido nos procurou. Minha mãe, Igor e eu continuávamos isolados do PCdoB e da família. Não havia mais sentido continuar morando em São Paulo.

A saída foi procurar um advogado. Indicaram-nos o Dr. Luiz Eduardo Greenhalgh, marquei uma audiência para aquele mesmo dia. Fui ao encontro do Luiz Eduardo e quando entrei no escritório e me identifiquei, ele demonstrou alegria e espanto por eu ter ido procurá-lo. A partir daquele dia, iniciei o processo de justificação, meu e do meu filho, para voltar a ter a nossa documentação original. Eu voltaria a ser Victória e meu filho, Igor. A ação foi fundamentada nos crimes conexos da Lei da Anistia, pois ao usar um nome falso e ter registrado meu filho com outro nome, havia cometido o crime de falsidade ideológica.

O sonho do pai, do avô e do tio despertou em Igor o dever de continuar a luta interrompida com os desaparecimentos dos três. O ideário político dos seus entes queridos ficou como semente no solo do Araguaia. Ele está prosseguindo a luta contra a miséria e a opressão e exigindo do Estado brasileiro respostas: Como? Onde? Quando? Quem assassinou e desapareceu com os corpos de Gilberto, Maurício, André e seus companheiros?

“Ele lutou muito para poder conseguir se inserir na sociedade, mas não conseguiu”

por Darcy Andozia

sobre Carlos Alexandre Azevedo

Eu sinto que meu filho poderia estar hoje aqui falando da mesma maneira que falou em Brasília quando fomos receber o pedido de perdão [do Estado brasileiro]. Sou mãe, convivia com ele no dia a dia e, mesmo assim, me surpreendi com a consciência e visão de mundo que ele tinha.

A luta contra a ditadura me deu forças para enfrentar o que vivi nesses anos todos, para me manter coerente. Contarei um pouco da história que nós vivemos.

Numa manhã de fevereiro de 1974, meu filho Cacá, de um ano e sete meses, foi preso em nossa casa, que ficava no bairro do Brooklin, em São Paulo. Eu tinha saído para ir à procura de Dom Paulo Evaristo Arns, com quem tínhamos um relacionamento direto, para avisar que o pai de Cacá [Dermi Azevedo] certamente tinha sido preso na noite ou no dia anterior. Já tínhamos recebido a notícia de que ele teria morrido. Então, para tentar evitar que de fato isso acontecesse, porque sabíamos que não se matava imediatamente e ele só tinha sumido no dia anterior, eu fui atrás de Dom Paulo.

Nem voltei para casa, porque, quando fui ao escritório de Maria Nilde [Mascellani], por volta das seis e meia da tarde, fui presa.

Andamos por São Paulo e a equipe seguia prendendo outras pessoas, inclusive uma terapeuta que trabalhava com Nilde. No trajeto, eles foram me colocando medo. Em alguns momentos, eu ficava sozinha no carro por muito tempo, porque eles iam revistar uma casa, prender outras pessoas.

Cacá em um açude com cerca de 5 anos, Rio Grande do Norte

Só fui encontrar meu filho de madrugada, por volta de uma, duas horas, no DOPS, com a babá, Joana, que cuidava dele. Na manhã anterior, os policiais estiveram em minha casa para me buscar.

> “levaram a criança e a babá para o DOPS. Ambos ficaram sem se alimentar, sem água, sem nada, por um bom tempo”

Como eu não chegava, levaram a criança e a babá para o DOPS. Ambos ficaram sem se alimentar, sem água, sem nada, por um bom tempo. Para minha surpresa, vi que na boca do meu filho havia um corte lateral. A menina me contou que [os policiais que] estavam em casa falaram: “Cadê a sua mãe? Sua mãe não está aqui nem pra te alimentar”. O menino começou a chorar de fome. Então os policiais deram um tapa muito forte que cortou a boca da criança.

Meu filho acabou me salvando da tortura. Fui levada para a sala de tortura, onde havia uma máquina de choque elétrico e comecei a ser interrogada pelo delegado Sérgio Fleury. Aí chegou um policial perguntando o que iriam fazer com o tal menino que estava preso no DOPS desde aquela tarde.

Por conta disso, não sofri tortura física naquela noite. Permitiram-me levar o menino para a casa dos meus pais em São Bernardo. Fomos durante a madrugada. Fui alertada pelo Fleury de que, se eu abrisse a boca para gritar ou falar qualquer coisa quando chegasse lá, meu filho voltaria comigo e não iriam levá-lo outra vez a lugar nenhum.

Quando chegamos a São Bernardo, Joana desceu com Cacá no colo, dormindo. Eu então perguntei para o motorista se era possível esperar até que alguém da minha família acordasse. Vi quando minha mãe abriu a janela e Joana entrou com meu filho. O carro deu uma arrancada imensa e nós voltamos para o DOPS.

No DOPS, fui levada para uma cela onde estava uma companheira nossa de trabalho e outra companheira de Belo Horizonte, que tinha sido presa há algum tempo. Fiquei presa durante quarenta dias. Nos primeiros dias, minha roupa rasgou e pedi uma agulha para consertá-la. Um dia, foram revistar as celas e encontraram a agulha de costura. Por causa disso, passei não lembro quantos dias dentro do que se chamava de solitária. Tive a oportunidade de conhecer o que era uma cela pequena, acho que de um metro, bem estreita e um pouco comprida.

Na cela tinha um banco de cimento e um vaso sanitário. Era preciso ficar atenta escutando o barulho da água no vaso, porque era dali que se pegava água para beber, com um copo, quando

> “Em 2011, quando o Cacá recebeu a indenização do Estado, ele falou claramente de como se sentia, que não se adaptava”

eles davam a descarga, uma vez por dia. Certa vez me senti mal porque não conseguia comer a comida, que vinha completamente estragada. Ninguém conseguia.

Dom Paulo Evaristo Arns ajudou muito a minha família. Pediu ao padre de São Bernardo que fosse dar assistência a eles. Dom Paulo, esse padre e um advogado propuseram que minha mãe fosse ao DOPS levar algumas coisas para nós, como roupas e alimentos. Foi assim que minha mãe descobriu onde eu e Dermi estávamos. Até aquele momento não sabiam.

No período em que estive presa, meu filho ficou com meus pais. Ele teve uma infância muito difícil. Nós sofremos muita discriminação quando saímos da prisão. Quando Dermi saiu da cadeia, estava muito mal, fora da realidade e, para que melhorasse mais rápido, nos mudamos para uma cidade pequena do Rio Grande do Norte, Currais Novos, onde ele tinha nascido.

Antes de minha prisão, em São Paulo, eu trabalhava com Maria Nilde, que já havia sido perseguida e tinha aberto um escritório de educação. Também fui da RENOV, que era uma entidade de assessoria educacional.

Eu sustentava a família, tinha mais facilidade de conseguir trabalho que Dermi, que viera fugido para São Paulo do Rio Grande do Norte, onde estava sendo perseguido.

No Rio Grande do Norte, onde ficamos até 1979, meu filho sofria na escola, era chamado de terrorista, mau elemento, os meninos batiam nele. O todo tempo ele reclamava de ser atingido e tinha vergonha disso, de ouvir dizer que nós éramos marginais, principalmente a mãe – porque era uma paulista e todo paulista era, para eles, libertino. Isso ocorreu durante muitos anos. Ele acabou se fechando e os médicos diziam que o trauma tinha sido muito grande, que a partir daí teria esse problema de saúde. Para poder ganhar dinheiro e nos manter, eu precisei trabalhar naquela cidade. Fui dar aulas. Quando eu entrava na sala dos professores, todos saíam e eu ficava sozinha. Isso não foi por um dia, uma semana, foi durante muito tempo.

Em 2011, quando o Cacá recebeu a indenização do Estado, ele falou claramente de como se sentia, que não se adaptava. Acredito que ele lutou muito para poder conseguir se inserir nessa sociedade, mas não conseguiu. Mas o interessante e o que quero ressaltar é que ele era uma pessoa consciente, lia muito. Acompanhava sua vida de perto. Ele morava comigo em São Paulo.

Eu descobri, depois da sua morte, que na internet ele era uma referência para muita gente. Isso me deu forças até para continuar a vida. Cacá foi embora com 40 anos, ia fazer 41. Foi surpresa para todos os amigos, para mim, para os profissionais que cuidavam dele. Morreu numa sexta-feira de madrugada (16 de fevereiro de 2013). Na terça-feira anterior eu estava na casa de uma amiga. Eu quase não saía para lhe fazer companhia. A minha amiga ligou para brincar com ele e disse “Olha, Cacá, não liberarei sua mãe hoje. Você permite que ela fique aqui?” E ele respondeu: “Não, Ivete, eu quero que minha mãe venha pra casa, porque eu gosto muito de ficar com a minha mãe”. E três ou quatro dias depois – não deu para perceber absolutamente que meu filho estava triste ou deprimido – ele se suicidou de madrugada. Inclusive mandou um e-mail para os amigos se despedindo, deixou um bilhete muito bonito para mim, em que me pede para eu não esquecer e nem descuidar dos outros irmãos.

O testemunho acima é de Darcy Andozia, sobre seu filho Carlos Alexandre.

CARLOS ALEXANDRE AZEVEDO (1972-2013) filho mais velho de Darcy e Dermi, foi uma criança desde muito cedo marcada pela ditadura. Adulto, sofria de depressão e fobia social. Aos 37 anos, teve reconhecida sua condição de vítima da ditadura e recebeu uma indenização, mas nunca pôde trabalhar regularmente. Era técnico de computadores. Suícidou-se aos 40 anos.

Darcy Andozia nasceu em 30 de junho de 1948. Ela e seu marido na época, Dermi, eram ligados aos padres dominicanos e ao então cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns. Trabalhavam na retaguarda auxiliando, por exemplo, a saída de militantes para o exílio a fim de garantir sua sobrevivência.

Foi presa no dia 15 de janeiro de 1974 enquanto buscava ajuda para seu marido que havia sido preso no dia anterior e ela temia por sua vida. Seu filho Carlos Alexandre Azevedo, foi levado de sua casa, em São Bernardo do Campo, com 1 ano e sete meses de idade, com sua babá, Joana. Lá ele também sofreu agressões da equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury. Darcy conseguiu que seu filho e a babá fossem para a casa de seus pais, mas ela permaneceu presa por mais de quarenta dias até ser solta.

Mudou-se para o Rio Grande do Norte com a família depois da libertação de seu marido. Retornaram para São Paulo dez anos depois. Darcy sempre tentava recomeçar a vida, mas sofria ao ver que Carlos nunca se recuperou. Ele desenvolveu fobia social e, apesar de todo o apoio médico e psicológico que recebeu, não conseguiu mais lidar com suas angústias e suicidou-se em fevereiro de 2013. Segundo Darcy, ele “não conseguiu se adaptar ao mundo”.

Darcy é pedagoga aposentada.

Dermi Azevedo nasceu em Currais Novos (RN) em 4 de março de 1949. Filho de José Alexandre de Azevedo e Amélia Maria de Azevedo.

Foi preso durante o XXX Congresso da UNE em Ibiúna, interior de São Paulo, em 1968. Foi preso novamente em 14 de janeiro de 1974, um dia antes de sua esposa e seu filho. Quando saiu da prisão, em maio do mesmo ano, voltou com a família para a cidade onde nasceu e depois mudaram-se para a capital do estado, Natal.

Ingressou no curso de Jornalismo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), onde se formou em 1979. Retornaram para São Paulo em 1984 e ele começou a trabalhar no jornal *Folha de São Paulo*. Em 2001 conclui seu mestrado em Ciências Políticas pela USP com a dissertação *Igreja e Ditadura Militar: colaboração religiosa com a repressão de 1964*. Se formou doutor pela mesma universidade quatro anos.

Dermi é um dos fundadores do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH). É portador da Síndrome de Parkinson, doença que acredita ter adquirido como sequela das fortes pancadas recebidas na cabeça durante as torturas. É autor do livro *Travessias torturadas – Direitos Humanos e ditadura no Brasil* lançado em 2013.

Álbum de família

1. Cacá e seu irmão Daniel, visitando a avó, 1976

2. Dermi e Darcy com Cacá no colo, no aniversário de 3 anos dele, no Rio Grande do Norte

3. Dermi com Estevão no colo, Darcy com Daniel, e Cacá na casa onde moravam no Rio Grande do Norte

4.Cacá com aproximadamente 10 anos durante visita à família em São Paulo

5. Daniel, Estevão e Joana, irmãos de Cacá, Darcy e Cacá. Foto do aniversário de 60 anos da Darcy, 2008

1

2

3

4

5

"A indenização não vai apagar nada do que aconteceu na minha vida. Mas a Anistia é o reconhecimento oficial de que o Estado falhou comigo. Para mim, a ditadura não acabou. Até hoje sofro os seus efeitos. Tomo antidepressivo e antipsicótico. Tenho fobia social"

Declaração de Cacá em entrevista à revista *IstoÉ*, 2011

“Sou a prova de que mesmo na guerra existiu um grande amor”

por Lia Cecília da Silva Martins

Aos 9 anos de idade soube que era adotada. A história que minha mãe adotiva e minha irmã me contaram foi a seguinte: num dia do ano de 1974, um delegado acompanhado de um soldado foi até a Instituição Lar de Maria em Belém, no Pará, dizendo que haviam recebido uma denúncia de sequestro. Que a sequestradora havia sido presa e que a instituição deveria ficar com a criança, que tinha uns seis meses, pois estavam esperando um retorno da polícia de Goiás, estado onde o sequestro teria ocorrido. Assim, fiquei na instituição e o tempo foi passando, sem que tivessem resposta. Muitas vezes o responsável pela instituição e Eumélia Martins iam até a delegacia para obter respostas, mas nunca conseguiam.

O tempo foi passando e fui crescendo, muito doente. A cada fim de semana eu ia para o lar de alguém, até que Eumélia Martins resolveu ficar comigo, pois eu precisava fazer uma cirurgia para a retirada das amídalas e adenoide. Nessa época, eu tinha 2 ou 3 anos. Ela foi até o juizado para saber o que precisava fazer para me adotar, mas o juiz disse que só poderia dar a guarda provisória. Ela não aceitou. Falando com um amigo, soube que o mesmo conhecia um cartório na cidade de Bragança. Sendo assim, resolveu me registrar lá. De acordo com o dentista, que informou ao examinar minha arcada dentária, eu teria nascido entre junho e julho de 1974. Então ela escolheu uma data para registrar meu nascimento: dia 1° de julho de 1974, dia do aniversário de minha tia (irmã de meu pai Sandoval). Meu nome, Lia Cecília, foi escolhido pela minha irmã Rosália Luz.

Lia e seus pais adotivos

A partir daí, fui vivendo rodeada de amor por todos. De meus pais Eumélia e Sandoval Martins, meus irmãos Paulo, João Carlos, Antonio Sandoval Martins e minha irmã Rosália Luz. Assim, fui vivendo, mas sempre com a curiosidade de saber um pouco de minha origem. Até que um dia, no mês de junho de 2009, vi em um jornal local uma matéria cuja manchete dizia “Crianças sequestradas na guerrilha do Araguaia”. No texto, um dos guias dos militares falava da existência de um “bebê branco” que poderia ser filho de um guerrilheiro.

Foi então que resolvi falar com minha irmã. Disse que achei a matéria interessante. Ela concordou comigo e resolvemos

“um dia, no mês de junho de 2009, vi em um jornal local uma matéria cuja manchete dizia ‘Crianças sequestradas na guerrilha do Araguaia’... falava da existência de um ‘bebê branco’ que poderia ser filho de um guerrilheiro”

“Sobre meu pai, pelo pouco que ouvi percebi que foi um homem de um caráter excepcional, de personalidade forte, generoso, decidido e que acreditava em um ideal, um futuro melhor”

enviar um e-mail ao jornal. Recebemos a resposta nos comunicando que a matéria era do jornal *O Estado de São Paulo*, para onde enviamos e-mail. Na resposta, nos enviaram o e-mail de tia Mercês. Enviamos e-mail para ela, que assim que viu minhas fotos, logo entrou em contato conosco. Eu e ela nos encontramos pessoalmente em julho de 2010. Meu primeiro contato foi com tias Sandra, Vitória, tios Paulo e Roberto em março de 2010 em Fortaleza, quando resolvemos fazer o DNA. Logo que saiu o resultado positivo, nos aproximamos muito. Posteriormente, convivi com as tias Eliana e Socorro, em Brasília. Depois, com tia Mercês, em Curitiba.

Sobre meu pai, pelo pouco que ouvi percebi que foi um homem de um caráter excepcional, de personalidade forte, generoso, decidido e que acreditava em um ideal, um futuro melhor. Minha mãe, não se sabe quem é. Suspeita-se que era estrangeira, pois os camponeses disseram que ela era baixa, tinha cabelo curto, que falava uma língua diferente e que também vivia sob as árvores observando pássaros.

Não sei definir o que senti ao saber que era filha de guerrilheiro. Eu já conhecia a história da Guerrilha do Araguaia, mas nunca podia imaginar que indiretamente faria parte dela. Eu sou a prova de que mesmo na guerra existiu um grande amor.

Meus pais adotivos nunca souberam quem eram meus pais biológicos. Quando fiquei sabendo, em 2009, minha mãe adotiva já havia falecido e meu pai estava doente e com 89 anos. Então resolvemos não contar a ele para poupá-lo.

Minha relação com minha família adotiva continua sendo repleta de amor. Fui apoiada por eles quando resolvi buscar minhas raízes. As duas famílias se dão bem. Minha irmã conhece todos eles, com exceção de tia Mercês, que só se conhecem via rede social. As tias Eliana e Socorro minha irmã conheceu durante o momento difícil que passamos, eu e meu esposo Márcio, com a perda de minha filha, nossa princesa Cecília, dia 23 de dezembro de 2012 com 1 ano e dois meses de idade de leucemia.

LIA CECÍLIA DA SILVA MARTINS nasceu em 1° de julho de 1974 (data escolhida por seus pais adotivos). Filha adotiva de Eumélia Martins e de Sandoval Martins. Filha biológica de Antônio Theodoro de Castro. Formada em Gestão de Recursos Humanos, trabalha em empresa que ministra cursos de capacitação e treinamento de operação de máquinas pesadas.

1. D. Eumélia e Sr. Sandoval, pais adotivos de Lia

2. Lia adolescente (segunda em pé da direita para a esquerda) e família

1

2

3

4

5

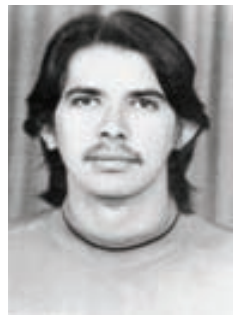
3. Lia entre sua irmã Rosália (à esquerda) e tia Socorro (à direita)

4. Na ordem tia Eliana, Rosália (irmã) e tia Socorro, irmãs de Antônio Teodoro

5. D. Eumélia e Sr. Sandoval, com um bebê da família

6 e 7. fotos de Antônio

8. Sandra Castri, tia de Lia, em encontro com a família consanguínea



6

7

8

Antônio Teodoro de Castro nasceu em 12 de abril de 1945 em Itapipoca (CE), filho de Raimundo de Castro Sobrinho e Benedita Pinto de Castro. Desaparecido em 27 de fevereiro de 1974. Era militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e integrou o Destacamento B da Guerrilha do Araguaia.

Cursava o 4° ano de Farmácia na Universidade Federal do Ceará (UFCE) e era diretor da Casa do Estudante Universitário. Mudou-se para o Rio de Janeiro em razão das perseguições políticas que vinha sofrendo na universidade. A seguir, matriculou-se na Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), participando do movimento estudantil nos anos 1969-1970.

Como se intensificaram as perseguições e Antônio acabou mudando-se para o Sudeste do Pará, na região do rio Gameleira, onde se integrou ao Destacamento B da guerrilha.

Segundo o Relatório Arroyo, documento escrito pelo dirigente Ângelo Arroyo, que escapou do cerco militar à região da Guerrilha do Araguaia em 1974, Antônio Teodoro foi ferido em 30 de setembro de 1972, quando morreram ou foram presos João Carlos Haas Sobrinho, Ciro Flávio de Oliveira Salazar e Manoel José Nurchis. Mais adiante, esse mesmo documento relata que houve um tiroteio com as forças de repressão no dia 25 de dezembro de 1973, no qual Antônio estava envolvido. Desde então, não se teve mais notícias suas.

Em 2014 um exame de DNA foi realizado para verificar a probabilidade de Antônio ser pai de Lia. No dia 18 de março foi apresentada uma contraprova que indica como positiva a paternidade. O exame só não foi conclusivo pela falta de informações sobre a mãe. A família de Antônio pediu à Secretaria de Direitos Humanos que realize exame de compatibilidade também com as famílias das guerrilheiras desaparecidas no Araguaia com intuito de identificar quem é a mãe de Lia.

Lembranças

por Valter Pomar

Nasci em agosto de 1966. Nessa época, meu pai Wladimir Ventura Torres Pomar e minha mãe Rachel da Rocha Pomar, assim como meus irmãos Pedro Estevam e Wladimir, já viviam na clandestinidade.

Só no final dos anos 1970, quando meu pai ainda estava preso, é que fui registrado com os sobrenomes verdadeiros da minha família. Por isto é que aparece, como uma das testemunhas da minha atual (e espero que última) certidão de nascimento, Luíz Eduardo Greenhalgh, que foi advogado de meu pai e conduziu o processo de mudança de nomes.

Até 1976, data da prisão de meu pai e assassinato de meu avô, sempre morei com meus pais, e com meus irmãos, até que saíram de casa para estudar e trabalhar.

Nesse mesmo período, tive contato esporádico com meus avôs paternos; e também com minha avó materna e seu segundo marido (meu avô materno faleceu pouco antes de eu nascer); assim como com os irmãos de meu pai. Minha mãe é filha única.

De meu avô paterno, Pedro Pomar, assassinado em dezembro de 1976, tenho poucas lembranças: encerando e lustrando, juntos, um chão de tacos de madeira, numa casa que vinte anos; depois descobri estar no bairro de Pinheiros, São Paulo, capital; noutra casa, esta no bairro de Indianópolis, também em São Paulo, capital, acompanhando minha avó ao açougue e depois vendo meu avô, sentado em frente de uma máquina de escrever (que hoje está comigo) e a orientando a sempre dar gorjeta ao açougueiro, segundo lembro para manter boas relações; acompanhando Pedro e Catarina, minha avó paterna, numa festa realizada num sítio em Minas Gerais, onde encontraram meu tio Eduardo, diretor da Mesbla e que não era clandestino; dentro de uma Kombi branca, no que hoje acredito ter sido um "ponto" com amigos, numa praça próxima ao aeroporto de Congonhas.

> "Só no final dos anos 1970, quando meu pai ainda estava preso, é que fui registrado com os sobrenomes verdadeiros da minha família"

Essas são algumas das parcas lembranças que tenho de meu avô. E uma cartinha, onde dizia *"Nada temas, procura conhecer a verdade, por mais dura e desagradável que ela seja. É a verdade a coisa mais importante e bela da vida"*.

Pedro Pomar, quando deputado, em 1949

Valter (ao centro), com seus irmãos, Pedro Estevam, à esquerda, e Vladimir, à direita, em Fortaleza (CE), em 1970

“Meu grau de consciência acerca da condição clandestina em que vivíamos era muito pequeno”

Recordo de alguns poucos amigos e companheiros de meus pais, basicamente militantes e simpatizantes do PCdoB, em São Paulo e no Ceará. Depois de 1976 reencontrei alguns, como é o caso de Carlos Ferrinho e Dona Heloísa; Washington Oliveira, atual vice-governador do Maranhão, e sua companheira Alzira.

Ao longo daqueles dez anos, morei em São Paulo, Santos, Fortaleza, Crato e Juazeiro do Ceará, bem como em Belém do Pará. Apesar das frequentes viagens e mudanças de casa, não me recordo de ter ficado sem frequentar escola, nem me lembro de nenhuma privação especial, nem de carinho, nem de alimento, nem de saúde.

Meu grau de consciência acerca da condição clandestina em que vivíamos era muito pequeno. Fui registrado como Valter e depois trocaram meu nome para Carlos, o que exigiu uma explicação breve: curiosamente, recordo a imagem dessa conversa, mas não lembro o que foi dito. Recordo ter mexido numa pasta 007, em Juazeiro, e encontrar uma arma: fechei a pasta, nada disse nem perguntei. Recordo ser repreendido por cantarolar uma música de Geraldo Vandré, pelas ruas de Juazeiro.

Numa das casas em que moramos no Ceará, quando queria evitar uma bronca de meu pai, corria para um local que era visível da rua, pois sabia que ele não podia ser visto ali. Recordo ter visto na TV cenas do fim da Guerra do Vietnã e de ter comentado isso de maneira mais efusiva do que o recomendável. Lembro de fazer comentários críticos à religião, acho que motivado pelo que vi das peregrinações para Padim Cícero e no Círio de Belém; diga-se que meus pais autorizaram que eu recebesse educação religiosa, graças ao que aprendi a rezar o Padre Nosso numa escola pública (!!) em Belém do Pará. Recordo de pouco mais do que isso.

Valter e sua mãe, Rachel, em Niterói (RJ), 1978. Foto tirada por Wladimir, após sair em liberdade condicional

A realidade só ficou patente para mim na noite de 16 de dezembro de 1976. Estava sozinho em casa e vi na TV o noticiário sobre a queda da Lapa. Comentei com minha mãe, confundindo Lapa com Mooca, onde moravam Carlos Ferrinho e Dona Heloísa. No dia seguinte, ao voltar da escola, minha mãe e meu irmão mais velho estavam em casa e me passaram para ler o jornal falando da morte de Pedro Pomar.

Depois veio a fuga da casa, a viagem de ônibus para Brasília, o contato com o general tio da minha mãe, o reencontro com a avó Catarina e meus tios Carlos (falecido em dezembro de 2012) e Jonas (com quem morei durante vários meses, em Pariquera Açu, SP) e, finalmente, a mudança para a capital, onde fui registrado como Valter Pomar e matriculado no Ginásio Equipe.

Portanto, no meu caso, a clandestinidade foi vivida, mas pouco percebida. Foi sobre meus pais e meus irmãos, dez anos mais velhos, que caiu o peso daquela época.

VALTER POMAR nasceu em 28 de agosto de 1966, filho de Wladimir Pomar e Rachel Pomar, formou-se técnico em artes gráficas, doutor em História, hoje é dirigente nacional do Partido dos Trabalhadores (PT).

Família Pomar

1. Pedro, Catharina e Wladimir Pomar, Belém (PA), 1938

2. Pedro, Catharina e Wladimir Pomar, São Paulo (SP), 1945

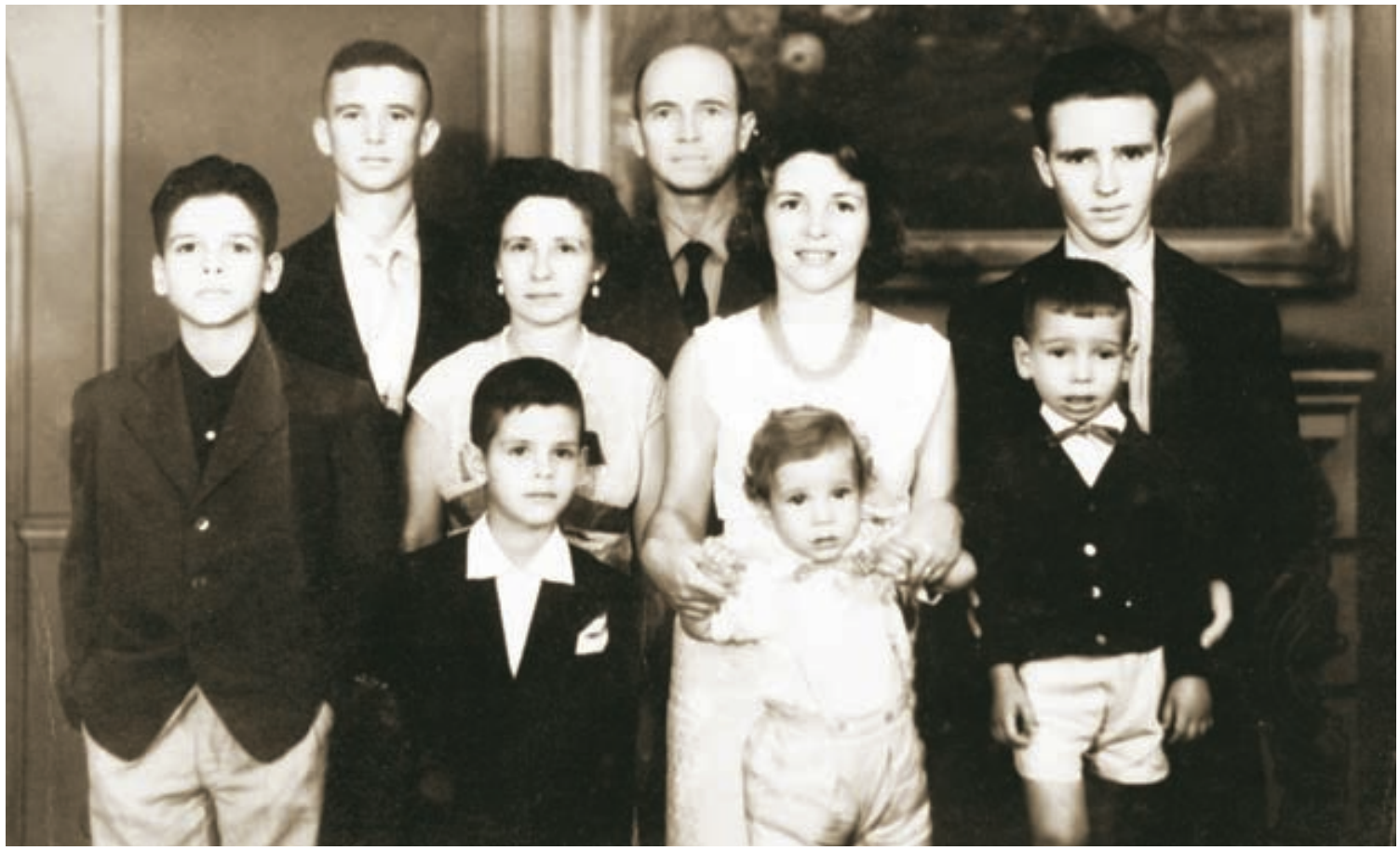
3. Rachel, Wladimir, Pedro Estevam e Wladimir, em Belo Horizonte (BH), 1960

4. Joran, Eduardo e Pedro; Catharina, Rachel e Wladimir; Carlos, Vladimir e Pedro Estevam, no bairro Tatuapé, São Paulo, 1959

1

2

3



4

1

2

3

1. Vladimir, Rachel, Pedro Estevam e Wladimir, em Iaçu - Bahia 1961 (foto tirada por Pedro Pomar)

2. Rachel, Pedro Estevam, Pedro Pomar e Vladimir, em Iaçu - Bahia, 1961

3. Vladimir, Wladimir e Pedro Estevam na praia, Rio de Janeiro (RJ), 1962

4

Folha de São Paulo
28 DEZ 1976
II Exército confirma seis prisões
Não houve mais presos na operação da rua Pio XI
Justiça Militar revela trâmite dos processos

5

Wladimir Ventura Torres Pomar, nascido em Belém (PA), em 14 de julho de 1936, é analista político e escritor. Filho do histórico militante comunista Pedro Pomar, viveu na clandestinidade já aos 5 anos de idade, pois o pai era dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB), perseguido pelo Estado Novo de Getúlio Vargas.

Trabalhou como jornalista e colaborou com diversos meios de comunicação, como *Tribuna Popular*, *Classe Operária*, *Movimento*, *Correio Agropecuário* e *Brasil Extra*, do qual foi diretor editorial. Além disso, foi funcionário de empresas como Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), General Eletric e Cerâmica do Cariri.

Ingressou no PCB em 1949, quando atuava no movimento estudantil secundarista. Em 1951, trabalhou na Arno e participou do movimento sindical. Em 1962, fez parte da fundação do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Dois anos depois, foi preso na Bahia por resistir ao golpe militar. Solto no final do ano, foi julgado e condenado à revelia. Viveu na clandestinidade desde então. Em 1976, foi preso na operação repressiva que resultou na chamada Chacina da Lapa, que matou três dirigentes do PCdoB, entre eles seu pai.

Libertado em 1979, desligou-se da direção do partido e entrou para o recém-fundado PT. Foi coordenador geral da campanha de Lula à Presidência em 1989.

Rachel da Rocha Pomar é nascida no Rio de Janeiro em 28 de janeiro de 1936.

Formada em Biblioteconomia pela UFRJ, com mestrado em sociologia na PUC/SP, foi militante do Comitê Brasileiro pela Anistia, entre 1977 e 1980.

Militantes do PC morrem em tiroteio com Exército

5

6

4. *Manchete da* Folha de São Paulo *fala sobre procurados depois da Chacina da Lapa*

5. *Manchete do* Jornal do Brasil, *sobre a Chacina da Lapa, que noticia a morte de Pedro Pomar*

6. *Wladimir, Aldo Arantes e outros em julgamento*

(Os documentos acima foram encontrados em prontuários do DOPS, no Arquivo do Estado de São Paulo)

7

8

7. *Valter, Rachel, Vladimir e Pedro Estevam, em Belém (PA), julho 1976*

8. *Valter, Pedro Estevam, Vladimir, Rachel e Wladimir Pomar, no Parque do Ibirapuera, São Paulo (SP) 1980*

Como sobrevivemos na clandestinidade

por Rachel Pomar

Meu marido, Wladimir, foi preso nos primeiros dias do golpe militar de 1964, no interior da Bahia, onde trabalhava como engenheiro da General Electric. Foi a primeira vez que senti uma solidariedade real de pessoas que superaram o medo para me ajudar.

Embora Wladimir houvesse recebido *habeas corpus*, foi vítima de sequestro em 28 de agosto do mesmo ano, denunciado por Márcio Moreira Alves. Criou-se uma crise entre o Tribunal e o comando militar para efetivar a soltura.

Nós morávamos, então, com dois filhos, um de 7 e outro de 5 anos, em um apartamento no Rio de Janeiro. Na volta da prisão, Wladimir já fora demitido. Sobrevivemos por alguns meses com sua indenização trabalhista, após pagarmos o advogado. Certos de que seria condenado pela Justiça Militar, foi imposta a nós uma questão simples: Wladimir ser preso, ou optar pela fuga, no exílio ou na clandestinidade. Um tio meu, coronel do Exército, nos alertou de que, se ficássemos no Brasil, nossa vida correria risco. "Não haverá complacência", advertiu.

Optamos pela clandestinidade. Meu marido já vivera essa experiência. Mas eu e as crianças não fazíamos ideia do que seria uma vida desse tipo. Saímos do apartamento em que morávamos como fugitivos. Wladimir, primeiro, levando um dos meninos. Eu, depois, levando o outro, para nos encontrarmos em São Paulo. Fomos apenas com as roupas do corpo em duas pequenas malas. Tínhamos que aparentar estar saindo para uma pequena viagem. Abandonamos tudo. Só me despedi dos meus pais, e sem dizer para onde iríamos.

Ficamos algum tempo na casa de amigos. Casa e gente modesta. Dois dias após a chegada, as crianças tiveram caxumba. Febre alta e muitas dores. Sem condição de procurarmos um médico. Era uma prisão domiciliar de toda a família. Nem nós, nem as crianças, saíamos à rua. Não telefonávamos. Não escrevíamos cartas. Não fazíamos nem recebíamos visitas. As crianças ficaram sem poder estudar, sem amiguinhos, sem brinquedos, sem parentes, sem seu quarto, sem suas camas. Uma infinidade de "sem"...

A vida cotidiana era dura: privações até na alimentação. Não bastava "botar mais água no feijão" para quatro pessoas a mais. Tudo era contado: oito pessoas, oito pãezinhos no café. Queijo e geleia sumiram da mesa. No almoço, a carne moída substituíra os bifes. Às vezes, queriam um bife, ou até um pãozinho a mais, e não podíamos dar.

Para as crianças, a coisa toda não ficou clara. Trocar de nome foi o primeiro passo. Até acharam engraçado, mas para nós era um problema verdadeiro. Demoramos a conseguir certidões de nascimento e novas identidades. Depois, tirei carteira profissional e título de eleitor. Mas paramos por aí. Como trabalhar sem currículo escolar ou referências de trabalho anterior? Tínhamos 28 anos e seria normal que tivéssemos esses documentos.

Mas estávamos todos juntos. Tivemos que contar com a ajuda de custo do PCdoB, no qual meu marido militava. Então, fomos para um lugar perdido no mapa, no interior de Goiás, chamado Santa Terezinha do Crixás, tomar conta de um sítio. Mudança radical da cidade para o campo. Viramos criadores de porcos, às margens do rio do Peixe. Para os meninos foi uma época boa, de descobertas. Aprenderam a andar a cavalo. Tiveram contato com aves e outros animais. Iam buscar leite em fazenda próxima. Mas vivíamos sob a pressão de sermos descobertos.

Em 1966 foi preciso voltar a São Paulo. Eu estava com quase sete meses de gravidez e sem qualquer acompanhamento médico. Foi um grande amigo, Ângelo Arroyo, que levou a mim e a meus filhos, numa viagem difícil e demorada. Eu estava com uma infecção renal, com cálculos, e a posição da criança não era boa. Fiquei quase dois meses em tratamento e, felizmente, meu terceiro filho nasceu numa maternidade, pois o parto precisou ser cesáreo. Uma vitória: a primeira na clandestinidade.

No entanto, eu ignorava que meu pai morrera doze dias antes de eu dar à luz. Só fui saber de sua morte quase dois meses depois, quando levei a criança para ele e a avó conhecerem. Uma grande dor para mim. Ele sempre foi um grande amigo, amparando-me até nos momentos mais difíceis. Além disso, havia dor e aflição à nossa volta. Amigos "caíam" a toda hora, torturados ou mortos. E tínhamos que continuar a vida de corre-corre, de mudança em mudança, de cidade em cidade... fugindo sempre.

Ainda em São Paulo, consegui trabalhar em uma agência de turismo. Foi um alívio. Mas chegou um momento em que não deu para continuar lá. Wladimir realizava atividades políticas no norte de Goiás e foi decidido que eu e as crianças ficaríamos morando em Goiânia. Meu filho mais velho, então com 9 anos, caiu de um cajueiro sobre uma grade de ferro, sofrendo em enorme corte em "V". A hemorragia foi assustadora. Parecia um esguicho, jorrando sem cessar.

Alucinada, corri para um vizinho que chegava de carro para o almoço e pedi aos gritos que nos pusesse no carro e nos levasse para um pronto-socorro. Ao ver a gravidade do caso, ele disse que havia necessidade de um hospital com mais recursos. Argumentei que não tinha como pagar. Respondeu que estava acostumado a sustos como aquele: "Pagarei o que for necessário e depois vocês me pagam". Foi necessária cirurgia de quase três horas, que deixou uma cicatriz permanente. Conseguimos resgatar a dívida financeira, mas a da solidariedade permanece até hoje. Nunca mais o vimos.

Em 1968, tivemos que sair de Goiás e fomos para São Paulo. As crianças mais velhas enfrentaram as constantes trocas de escola. Em meados de 1969 mudamos de novo, desta vez para o Ceará. Wladimir passava a maior parte do tempo no interior, vindo em casa uma a duas vezes por mês, enquanto as crianças e eu morávamos em Fortaleza.

Aí, consegui trabalhar no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Fiz concurso para recenseadora e fui aprovada para chefe de posto. Foi um bom período. Pagamento todo fim de mês. Poder comprar sapatos, por exemplo, tênis para os meninos. Eles voltaram a estudar e o mais novo frequentava o jardim de infância. No entanto, a ditadura tornava cada vez mais intenso seus métodos repressivos. Quedas e mortes de amigos queridos. Nossa situação ficava mais perigosa.

Em 1973, saímos de Fortaleza e fomos para Juazeiro do Norte. Interior difícil. Bem menos recursos. Troca de colégios. Achávamos importante manter o estudo das crianças, apesar das dificuldades. Em 1974, novas prisões de pessoas que trabalhavam com o Wladimir. Fomos para Santos, São Paulo. Nova adaptação.

Ainda em 1974, outra mudança, para Belém, Pará. A família precisou se dividir para dar aos filhos maiores, agora com 17 e 16 anos, a oportunidade de viverem suas próprias vidas. O mais velho conseguiu emprego num jornal e pas-

sou a morar sozinho. O segundo foi estudar em Florestal, cidade de Minas onde havia um curso técnico agrícola em regime de internato. Eu, o mais novo e Wladimir passamos a morar numa pequena casa de subúrbio.

Começamos a pintar e vender camisetas e cerâmicas marajoaras. A situação continuava preocupante. Apesar disso, Wladimir viajou para São Paulo em dezembro. Na manhã do dia 17, ao ir para a escola, meu filho mais novo pegou o jornal que recebíamos todos os dias e viu estampada a foto do avô, na primeira página, como morto na Lapa, São Paulo. A notícia dizia que Arroyo também morrera. Outros participantes da reunião do comitê central do PCdoB haviam sido presos. O que, para nós, incluiria o Wladimir.

Dessa forma trágica a clandestinidade parecia terminar para nós. Que fazer? Embora a dor das perdas provocasse uma terrível incapacidade de raciocinar, dessa vez eu precisava resolver sozinha.

Temi pela vida de meus filhos. O mais velho chegou logo depois. Vira a notícia. Chorava quando abri a porta e também não sabia o que fazer. O obstáculo era o de sempre: faltava dinheiro para ir até São Paulo e arranjar advogado para o Wladimir, que eu supunha ter sido aprisionado. Em meu desespero, fiz meu filho mais velho jurar que tomaria conta do irmão de apenas 10 anos, caso eu viesse a sofrer algum constrangimento da repressão, ou até mesmo perdesse a vida.

Comecei por vender tudo: móveis, fogão, geladeira velha... Dizia que meu marido sofrera um acidente em São Paulo e eu precisava viajar com meu filho para lá. Com a ajuda de uma vizinha solidária, vendi quase tudo, passando os objetos sobre o muro que separava nossas casas. De noite, queimei os papéis que pudessem dar alguma pista sobre nós. Só depois soube que a repressão sequer descobriu que Wladimir estava em Belém.

Na manhã seguinte, abandonei a casa com meu filho menor. Procurei uns parentes do Wladimir, que nem sabiam que morávamos em Belém, e contei a minha situação. Eles haviam visto as notícias e nos acolheram prontamente. Com ajuda, consegui reunir dinheiro suficiente para comprar as passagens de ônibus para Brasília e, de lá, para São Paulo. Em Brasília localizei meu tio, então general de divisão. A esposa dele nos recebeu dizendo: "Você vai atrapalhar a nossa vida". Logo depois, fardado, ele chegou: "Eu avisei vocês. Não posso fazer mais nada".

Na rodoviária de Brasília, vimos numa revista a foto do Wladimir, de rosto inchado, como um dos presos. Soube pelos jornais que houvera outro assassinato, de João Baptista Drummond. Também descobri que Luiz Eduardo Greenhalgh era um dos advogados dos presos da Lapa. Ao chegar a São Paulo, consegui encontrar um cunhado e ir ter com minha sogra Catarina. Além do aneurisma cerebral que a atormentava, sofreu a perda do marido e a prisão do filho.

Ao contratar Greenhalgh, estava encerrada a minha clandestinidade. Entretanto, precisava de emprego, com urgência. Greenhalgh levou-me então ao encontro de um padre, pároco de Campo Belo, Antonio Haddad. Ele aceitou contratar-me como assistente social da agência paroquial de empregos para mulheres da periferia, e me levou até Dom Paulo Arns. Juntos, se tornaram, por assim dizer, meus anjos protetores. Um dia pretendo contar a história comovente de Haddad – cuja bondade, retidão de caráter e simplicidade não posso descrever tão rapidamente.

[1] Márcio Moreira Alves, *Torturas e Torturados*, Editora Idade Nova, Rio de Janeiro, 1966

Agradecemos a todas e todos que contribuíram com a preparação e a realização do ciclo de audiências “Verdade e Infância Roubada” da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, especialmente Amelinha Teles, Crimeia Schmidt de Almeida e Dodora Arantes, que são responsáveis pela ideia original do livro.

Merecem todo nosso reconhecimento e carinho as crianças e os adolescentes da época da ditadura e que, hoje todos adultos, conseguiram vencer a barreira do trauma e do silenciamento imposto durante anos e anos. Seus valiosos e corajosos testemunhos são a essência deste trabalho.

Agradecemos ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, nas pessoas de Fabiana Araujo Marcolino Vianna e, em especial, de Ricardo Silva Santos, Oficial Administrativo do NATEP/Acervo DEOPS, pela cessão de imagens utilizadas nesta obra.

Também gostaríamos de agradecer às pessoas que auxiliaram ao longo do processo de produção e finalização deste livro: Álvaro Okura, Amanda Brandão, Danilo Morcelli, Douglas Mansur, Igor Ojeda, Luiz Felipe Foresti, Luiza Villaméa, Maria Carolina Bissoto, Pádua Fernandes, Raquel Oliveira de Brito, Renan Quinalha, Ricardo Kobayaski e Vivian Tavernaro.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Comissão da Verdade
do Estado de São Paulo
RUBENS PAIVA